

SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS

A INTERPRETAÇÃO DA PIADA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elena Godoi

CURITIBA

2009

CURITIBA  
2009  
TERMO DE APROVAÇÃO

SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS

A INTERPRETAÇÃO DA PIADA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof. Doutora Elena Godoi  
Departamento de Letras Estrangeiras, UFPR

Prof. Doutor Sírio Possenti  
Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP

Prof. Doutora Teresa Cristina Wachowicz  
Departamento de Linguística, Letras Clássicas  
e Vernáculos, UFPR

Prof. Doutora Elodia Constantino Roman  
Departamento de Linguística, Letras e Artes,  
UEPG

Prof. Doutor Rodrigo Vasconcelos Machado  
Departamento de Letras Estrangeiras, UFPR

Curitiba, 13 de novembro de 2009

A piada é um enigma a ser decifrado (Célia M. C. Gil)

À minha mãe, Rosa

Aos sonhadores

## Agradecimentos

Agradecer é sempre um gesto de desprendimento humano. No entanto, no mundo da Internet, dos bluetooths, dos blogs e da corpolatria, poucos gostam de se desprender. Agradecer é reconhecer que nunca estamos sozinhos, que se chegamos aonde chegamos é porque alguém nos apoiou, nos ajudou, riu de nossas piadas. O difícil não é como agradecer, mas a quem agradecer.

Começo agradecendo ao dom supremo da sabedoria: Deus.

Agradeço à Claudete, esposa dedicada que descobriu o mundo da pesquisa e me apoiou incondicionalmente;

Agradeço aos filhos Priscila, André e Gabriel, pelos momentos roubados;

Agradeço ao grupo de pesquisa “Linguagem e Cultura”, da Universidade Federal do Paraná, regido pela maestrina Elena Godoi: obrigado Aneli, Carla, Catito, Rodrigo Faveri, Mariana, Luiza, Aristeu; Mauricio Benfati e Rodrigo Ferreira, que nesses quatro anos de estudo foram meu mais dinâmico laboratório;

Em especial agradeço a Luzia, que ri todas as vezes que lhe conto a piada do “gago no ônibus”;

Obrigado Elena Godoi, que acredito se divertiu enquanto me orientava. Obrigado Elena pelo respeito às minhas idéias, ao meu trabalho e por me mostrar o caminho quando eu não sabia claramente nem o que fazer, nem para aonde ir. Sua postura, ética, fineza, competência e dedicação serão sempre o meu espelho. Obrigado Elena pela paciência e pelo convívio. Meus débitos com você serão eternos.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a interpretação da piada pela perspectiva da Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1986/95). As principais teorias linguísticas do humor (RASKIN, 1985, ATTARDO, 1994) associam a interpretação da piada à percepção de uma *incongruência*, dissonância cognitiva responsável pelo efeito humorístico (YUS RAMOS, 1995-96). Para a elaboração da pesquisa tomamos por base a hipótese de que para que o ouvinte interprete a piada ele tem que, fazendo uso de inferências semânticas e pragmáticas, resolver a incongruência intencionalmente comunicada pelo narrador. Na piada, a narração está arquitetada de forma que a evolução da história desperte um interesse no ouvinte, que busca um equilíbrio entre os efeitos contextuais e o esforço de processamento que a piada exige. Nesse processo, entra em jogo – além do conhecimento de mundo, que abrange crenças, valores e convenções sociais – o sistema dedutivo-inferencial que demanda complexos processos cognitivos do ouvinte. A atribuição de sentido e de significado à piada está baseada na busca da relevância, efeito psicológico intrínseco ao ser humano e, até certo ponto, previsível pelo narrador da piada. A metodologia constitui a análise de um repertório variado de piadas retiradas de livros, teses, dissertações e revistas humorísticas.

Palavras-chave: piada, incongruência, inferência, relevância, interpretação.

## ABSTRACT

This dissertation attempts at discussing the interpretation of the anecdotes by means of the Relevance Theory, by Sperber & Wilson (1986/95). The main linguistic theories of humor (RASKIN, 1985, ATTARDO, 1994) associate the interpretation of the anecdote with the perception of an *incongruity*, a cognitive dissonance responsible for the humorous effect (YUS RAMOS, 1995 – 96). The hypothesis of this dissertation is that for the listener to interpret the anecdote he or she has to resolve the incongruity intentionally communicated by the narrator, using semantic and pragmatic inferences. In an anecdote, the narration is contrived in a way that the storyline will spur interest in the listener, who seeks a balance between the contextual effects and the processing effort required by the anecdote. This process involves - in addition to the listener's knowledge of the world, beliefs, values and social conventions - the deductive-inferential system that requires complex cognitive processes of the listener. The attribution of sense and meaning to the anecdote is based on the pursuit of optimal relevance, a psychological effect intrinsic to humans and to some extent, predictable by the narrator of the anecdote. The methodology is the analysis of a varied repertoire of anecdotes taken from books, dissertations and humor magazines.

Keywords: anecdote, incongruity, inference, relevance, interpretation.

## FIGURAS

Figura 1 – Distinção tradicional entre sintaxe, semântica e pragmática.....	13
Figura 2 – Tábua das categorias, segundo Kant .....	37
Figura 3 – Implicaturas conversacionais de Grice.....	40
Figura 4 – Modelo da comunicação segundo Jakobson/Shannon e Weaver (Adaptado de Bordería, 2004).....	63
Figura 5 – Sistemas de Entrada e Sistema Central.....	83
Figura 6 – Fontes para aquisição de Suposições Factuais.....	90
Figura 7 – Processos para a recuperação da explicatura.....	118
Figura 8 – Variantes do humor (Adaptado de Attardo, 1994, p. 7).....	121
Figura 9 – Modelo duplo estágio de Suls (adaptado de Ritchie, 1999).....	221
Figura 10 – Proposta de representação da piada na perspectiva da Teoria da Relevância	303

## TABELA

Tabela 1 – Famílias de Teorias do Humor.....	131
--	-----

SUMÁRIO	
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
FIGURAS .....	vi
TABELA .....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – EM BUSCA DE UMA TEORIA PRAGMÁTICA DE ANÁLISE DA PIADA	
.....	12
CAPÍTULO 1 – Pressupostos.....	12
Introdução.....	12
1.1 – Sintaxe, semântica e pragmática.....	13
1.2 – Significado semântico e significado pragmático .....	15
1.3.1.1 – Pressuposição semântica .....	21
1.3.1.2 – Acarretamento .....	22
1.3.2 – Inferências demonstrativas ou lógicas triviais.....	24
1.3.3 – Inferências pragmáticas .....	25
1.3.3.1 – Implicaturas .....	27
1.3.3.2 – Pressuposição pragmática.....	27
Comentário do capítulo .....	28
CAPÍTULO 2 – Teorias Pragmáticas.....	30
Introdução.....	30
2.1 – Teoria dos Atos de Fala.....	30
2.2 – Do modelo de código à teoria inferencial de Grice .....	35
2.2.1 – O Princípio de Cooperação.....	35
2.2.2 – Máximas e implicaturas conversacionais .....	36
2.2.2.1 – Implicaturas conversacionais.....	39
2.2.2.2 - Implicatura conversacional generalizada .....	40
2.2.2.3 - Implicatura escalar .....	42
2.2.2.4 - Implicatura conversacional particularizada.....	43
2.2.2.5 - Implicatura convencional .....	44
2.2.3 – Obediência às máximas .....	46
2.2.4 – Violação das máximas.....	47
2.2.4.1 – Violação da máxima da quantidade.....	47
2.2.4.2 – Violação da máxima da qualidade.....	48
2.2.4.3 – Violação da máxima da relevância.....	50
2.2.4.4 – violação da máxima da maneira .....	51
2.2.4.5. violação deliberada ou ostentosa .....	51
2.2.4.6 – Choque entre as máximas .....	52
2.3 – Teorias de Cortesia ou Polidez .....	52
2.3.2 – Máximas conversacionais e polidez .....	54
2.3.2 – <i>Politeness</i> .....	56
Comentário do capítulo .....	60
CAPÍTULO 3 – Teoria da Relevância: por uma resposta à comunicação inferencial humana	
.....	62
Introdução.....	62
3.1 – Comunicação humana.....	63
3.1.1 – Da teoria de código à teoria computacional inferencial .....	63

3.1.2. – Contexto e conhecimento mútuo .....	66
3.1.3.– Intenção comunicativa e intenção informativa.....	68
3.1.4 – A manifestabilidade e o ambiente cognitivo .....	72
3.1.5 – Ostensão e relevância .....	75
3.1.6 – O modelo ostensivo-inferencial da comunicação .....	78
3.2 – Como a mente processa uma informação .....	81
3.2.1 – A inferência não-demonstrativa .....	81
3.2.2 – Forma Lógica.....	85
3.2.3 – Como nasce um pensamento .....	88
3.2.4 – As regras de dedução.....	91
3.2.5 - O mecanismo dedutivo-computacional.....	97
3.2.6 – Regras analíticas e regras sintéticas.....	99
3.2.7 – Implicação contextual.....	101
3.2.8 – Efeito contextual.....	103
3.3 – Relevância .....	105
3.3.1 – Efeitos contextuais e esforço de processamento.....	105
3.3.2 – Seleção do contexto.....	107
3.3.3 – Relevância ótima .....	110
3.3.4 – O princípio de relevância.....	112
3.3.5 – Explicatura e implicatura: a fronteira entre a semântica e a pragmática ....	115
Comentário do capítulo .....	118
CAPÍTULO 4 – Piada, humor e riso: uma relação problemática .....	120
Introdução.....	120
4.1 – Variantes do humor .....	120
4.1.1 – Humor e riso .....	124
4.1.2 – O <i>wit</i> .....	126
4.1.3 – A ironia.....	128
4.2 – Teorias do humor.....	130
4.2.1 – A teoria da incongruência.....	130
4.2.2 – A teoria de <i>script</i> semântico do humor.....	135
4.2.3 – A teoria geral do humor verbal.....	141
PARTE II – O PARADIGMA HUMORÍSTICO DA COMUNICAÇÃO HUMANA.....	148
CAPÍTULO 1 – Elementos narrativos essenciais da piada .....	148
Introdução.....	148
1.1 – Variantes e invariantes da piada .....	148
1.2 – A piada como gênero textual.....	150
1.3 – Elementos narrativos da piada.....	157
1.4 – A piada na perspectiva pragmática.....	174
1.5 – O discurso na piada .....	176
1.6 – O contexto como discurso .....	180
1.7 – O contexto aplicado à análise da piada.....	182
1.8 – Linearidade e seqencialidade.....	186
Comentário do capítulo .....	190
CAPÍTULO 2 – Procedimentos de pesquisa .....	191
Introdução.....	191
2.1 – Por uma teoria de análise da interpretação da piada.....	191
2.2 – Fontes de consulta .....	194

2.3 – O <i>corpus</i> .....	198
2.4 – A análise da piada.....	202
Comentário do capítulo .....	208
CAPÍTULO 3 – A interpretação da piada na perspectiva da Teoria da Relevância .....	210
Introdução.....	210
3.1 – O contrato comunicativo humorístico .....	211
3.2 – Teorias da resolução da incongruência.....	216
3.3 – A resolução da incongruência pela perspectiva da Teoria da Relevância.....	223
3.3.1 – A seleção dos referentes .....	224
3.3.2 – A seletividade das hipóteses e a hipótese da relevância .....	227
3.3.3 – A confirmação das hipóteses .....	230
3.3.4 – A intenção humorística como <i>input</i> pragmático.....	233
3.3.5 – O módulo psicológico e o processamento dedutivo-inferencial.....	238
3.3.6 – O papel das crenças e da cultura na interpretação da piada.....	245
CAPÍTULO 4 – O ajuste das hipóteses aos domínios conexos do conhecimento .....	256
Introdução.....	256
4.1 – As regras dedutivo-inferências de interpretação da piada .....	257
4.2 – A piada mais engraçada do mundo.....	287
4.3 – A morte da piada.....	292
4.4 – Vestígios da pesquisa.....	303
Comentário do capítulo .....	305
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	311

À Elena

### A tese do coelho

Num dia lindo e ensolarado o coelho saiu de sua toca com o *notebook* e pôs-se a trabalhar, bem concentrado. Pouco depois passou por ali a raposa e viu aquele suculento coelhinho, tão distraído, que chegou a salivar. No entanto, ela ficou intrigada com a atividade do coelho e aproximou-se, curiosa:

R: \_ Coelhinho, o que você está fazendo aí tão concentrado?

C: \_ Estou redigindo a minha tese de doutorado – disse o coelho sem tirar os olhos do trabalho.

R: \_ Humm ... e qual é o tema da sua tese?

C: \_ Ah, é uma teoria provando que os coelhos são os verdadeiros predadores naturais de animais como as raposas.

A raposa fica indignada:

R: \_ Ora! Isso é ridículo! Nós é que somos os predadores dos coelhos!

C: \_ Absolutamente! Venha comigo a minha toca que eu mostro a minha prova experimental.

O coelho e a raposa entram na toca. Poucos instantes depois ouvem-se alguns ruídos indecifráveis, alguns poucos grunhidos e depois, silêncio. Em seguida o coelho volta, sozinho, e mais uma vez retoma os trabalhos da sua tese, como se nada tivesse acontecido. Meia hora depois passa um lobo. Ao ver o apetitoso coelhinho tão distraído agradece mentalmente a cadeia alimentar por estar com o seu jantar garantido. No entanto, o lobo também acha muito curioso um coelho trabalhando naquela concentração toda. O lobo então resolve saber do que se trata aquilo tudo, antes de devorar o coelhinho:

L: \_ Olá, jovem coelhinho. O que o faz trabalhar tão arduamente?

C: \_ Minha tese de doutorado, seu lobo. É uma teoria que venho desenvolvendo há algum tempo e que prova que nós, coelhos, somos os grandes predadores naturais de vários animais carnívoros, inclusive dos lobos.

O lobo não se contém e farfalha de risos com a petulância do coelho.

L: \_ Ah, ah, ah, ah!! Coelhinho! Apetitoso coelhinho! Isto é um despropósito. Nós, os lobos, é que somos os genuínos predadores naturais dos coelhos. Aliás, chega de conversa...

C: - Desculpe-me, mas se você quiser eu posso apresentar a minha prova experimental. Você gostaria de acompanhar-me a minha toca?

O lobo não consegue acreditar na sua boa sorte. Ambos desaparecem toca adentro. Alguns instantes depois ouvem-se uivos desesperados, ruídos de mastigação e... silêncio. Mais uma vez o coelho retorna sozinho, impassível, e volta ao trabalho de redação da sua tese, como se nada tivesse acontecido...

Dentro da toca do coelho vê-se uma enorme pilha de ossos ensanguentados e peles de diversas ex-raposas e, ao lado desta, outra pilha ainda maior de ossos e restos mortais daquilo que um dia foram lobos. Ao centro das duas pilhas de ossos, um enorme leão, satisfeito, bem alimentado e sonolento, a palitar os dentes.

Moral da história:

Não importa quão absurdo é o tema da sua tese.

Não importa se você não tem o mínimo fundamento científico.

Não importa se os seus experimentos nunca cheguem a provar sua teoria.

Não importa nem mesmo se suas idéias vão contra o mais óbvio dos conceitos lógicos...

O que importa é... QUEM É O SEU ORIENTADOR.

## INTRODUÇÃO

Dois amigos conversam e um diz ao outro:

\_ Eu nunca tive relações sexuais com minha mulher antes de casar. E você?

\_ Eu não sei. Como é mesmo o nome dela?

Quando decidimos fazer uma pesquisa sobre a interpretação de piadas, acreditamos que seria uma tarefa relativamente fácil, já que éramos, e ainda somos, apreciadores dessa “arte” comunicativa. Além disso, a idéia parecia bastante original, uma vez que seria uma boa oportunidade para encontrarmos respostas a algumas perguntas que há muito nos instigavam, tais como:

- i) Por que as pessoas riem após ouvir uma piada?
- ii) Por que outras pessoas não riem da mesma piada?
- iii) Qual seria a causa do humor na piada?
- iv) O final da piada por si mesmo seria suficiente para provocar o humor?

Intuitivamente pensávamos na piada como uma “recriação” da realidade, uma espécie de mundo paralelo, que se vale da linguagem verbal, de elementos, de fatos, de eventos, personagens e seres do mundo real, para criar sua própria realidade. Mas que tipo de mundo seria esse? Seria um agenciamento circunstancial da pessoa que conta e da(s) pessoa(s) que ouve(m) a piada, para apenas justificar estereotipadamente determinado fato, evento, idéia ou ser do mundo real ou imaginário?

Por falta de um nome mais expressivo, que pudesse abarcar toda nossa noção intuitiva, chamamos, inicialmente, esse mundo de “mundo da piada”, ou “mundo piadístico”. No mundo da piada, mortos falam, animais raciocinam e agem como seres humanos, santos, anjos e demônios se misturam com garotos espertos, com gaúchos

afeminados, com mineirinhos matreiros... Nesse mundo circulam japoneses pouco dotados, portugueses néscios, russos beberrões, judeus e turcos mesquinhos, argentinos arrogantes, sogras incômodas, loiras burras, adúlteros inveterados, e outros tantos estereótipos que povoam e dão vida à piada.

Mas, por onde começar a pesquisa? Que bibliografia seria interessante? Quais referências ajudariam na empreitada, se eu não tinha, até então, conhecimento de nada sério publicado sobre este gênero no Brasil?<sup>1</sup>

Nossa primeira referência foi um artigo de Kraft, *Riso, um instinto vital*, publicado na revista *Viver Mente & Cérebro* (nº 141, outubro/2004) que discorria sobre os mecanismos cognitivos responsáveis pelo riso. O texto chamou a atenção para um detalhe: além de o riso ser um instinto humano, no caso da piada ele é consequência de uma “incongruência”. Segundo Kraft, por detrás da cadeia causal aparentemente cotidiana e natural de ouvir uma piada, achar engraçado e rir dela, se oculta um trabalhoso processo cognitivo de interpretação, porque “o humor se baseia na percepção de uma incongruência, de um paradoxo” do mundo (p. 36).

Embora não tivéssemos nenhuma pretensão de investigar o caráter instintivo do riso, ainda que a linguagem possa ser pensada como um instinto (PINKER, 1994), a idéia de incongruência pareceu-nos interessante, pois podia fornecer algumas pistas que nos permitiriam avançar na investigação, já que, segundo o artigo, a interpretação da piada era uma atividade de exploração cognitiva. Isso parecia ser interessante.

Fomos em busca de mais informações sobre a incongruência aplicada à piada e quase nada encontramos publicado no Brasil. As poucas publicações brasileiras sobre humor, na sua grande maioria artigos avulsos de congressos e revistas, não se aprofundavam na interpretação da piada, resumindo-se a análises linguísticas de tiras, de quadrinhos, cartoons e assemelhados.

Nesse entremeio, nossas indagações tomaram corpo e passamos a fazer outros questionamentos, tais como:

- i) Do ponto de vista linguístico, que tipo de texto seria uma piada?
- ii) A piada seria algum tipo especial de narrativa?

---

<sup>1</sup> Estes questionamentos são de 2005. De lá para cá, muita coisa boa se publicou no Brasil sobre o estudo de piadas.

- iii) Se sim, que e quais recursos linguísticos seriam responsáveis pela condução do processamento humorístico?
- iv) Se o humor, na piada, provém de uma incongruência, o que seria uma incongruência?
- v) O que tornaria a piada cognitivamente divertida?

Quando lemos *Os humores da língua: análise linguística de piadas* (POSSENTI, 1998), pensamos que, se não todas, pelo menos algumas de nossas perguntas seriam respondidas. No entanto, nossas expectativas foram, de certo modo, frustradas, não pela obra nem pelo autor, mas por nós mesmos, porque o livro é uma descrição das bases linguísticas, tais como características verbais, fonéticas e textuais da piada, e nós pensávamos pesquisar a interpretação. Na obra, Possenti ressalta a inexistência de uma linguística do humor e deixa bem claro seu objetivo: “descrever as chaves linguísticas que são o meio que desencadeia o riso” (p. 17). Sua análise não era sobre os processos inferenciais de interpretação da piada, não nos moldes que interessavam à nossa pesquisa. Porém, Possenti nos presenteou com duas das maiores referências bibliográficas dos estudos do humor: Victor Raskin e Salvatore Attardo.

Attardo (1999), conforme seu artigo *Violation of conversational maxims and cooperation: the case of jokes*, publicado no *Journal of Pragmatics*, (nº 19, 1999, pp 537-558), discute a questão da interpretação da piada tomando por base a violação das máximas conversacionais de Grice. De acordo com o autor, uma piada aporta três características:

- i) base pressuposicional – a pressuposição é sempre verdadeira;
- ii) metagemagem – maneiras de se contar a piada;
- iii) supressão da violação – interpretação séria da piada.

Embora essas idéias do modelo teórico das máximas violadas serem muito interessantes, do ponto de vista psico-cognitivo, se mostram ineficientes para explicar, por exemplo, como a piada produz o riso ou como o ouvinte processa cognitivamente a piada.

As coisas começaram a ficar um pouco mais claras com a leitura preliminar de *Linguistic theories of humor* (ATTARDO, 1994). Nesta obra, além de sintetizar a teoria

semântica de *script* de Raskin, o autor apresenta um panorama da conceituação do humor, da cronologia da literatura do humor, da organização da piada e das teorias do humor, em geral. Foi daí que a idéia da incongruência se apresentou mais transparente e clara, ou seja, como base para uma reflexão mais consistente sobre a interpretação da piada.

Raskin (1985, apud ATTARDO, 1994), ao estudar o humor na piada, a partir da teoria inferencial de Grice (1975), propôs uma teoria semântica de *script*, estabelecendo um Princípio Cooperativo para o humor<sup>2</sup>. Segundo o autor, um ouvinte transforma a informação que considera Bona-Fide (boa fé) em Não-Bona-Fide (NBF), numa espécie de jogo de dois *scripts*: ao perceber o caráter humorístico do texto, o ouvinte processa o texto, nota a violação do Princípio de Cooperação, retrocede e reinterpreta o texto como humorístico.

Nesse ínterim também tivemos acesso ao texto *Humor, linguagem e narrativa: para uma análise do discurso literário humorístico*, tese de doutorado de Isabel Ermida (2002), que nos forneceu uma visão geral do humor e nos deu pistas para a análise da interpretação da piada.

Attardo (1994) toma Kant e Schopenhauer como precursores do conceito de incongruência. Para estes, a incongruência é relativa à percepção da transgressão de uma regra lógica do estado de coisas de mundo, ou mais especificamente, a incongruência é a transgressão da percepção ilógica sobre a lógica. Nessa perspectiva, nos pareceu que o conceito de incongruência se alinharia, metafórica e grosseiramente, ao de *non sense*. No entanto, como pretendemos comprovar ao longo deste texto, a idéia da incongruência é só o começo de um complexo processo ostensivo-inferencial-dedutivo que a mente mergulha em busca de uma solução para o, aparente, absurdo na piada.

Segundo Possenti (op cit), o grande perigo que se corre quando se propõe a estudar piada, no Brasil, é não ser levado a sério, uma vez que este gênero não costuma frequentar as cadeiras acadêmicas. Talvez devido ao seu caráter lúdico (HUIZINGA, 2005), a piada ainda é vista com desconfiança pela academia; talvez os pesquisadores estejam interessados em temas mais sérios, e analisar piadas lhes pareça algo bobo – afinal quem se interessaria por um tema desse?

---

<sup>2</sup> Todas as traduções descritas nesta pesquisa são de nossa inteira responsabilidade.

Como bem aborda Muniz (2004), talvez o fato de a piada não ser academicamente estudada se deva a que ela é um gênero pertencente eminentemente à cultura popular, que geralmente fere a ética e a conduta humana, por abordar temas vistos como politicamente não-corretos. Raskin (apud ATTARDO, op cit), diz que apesar de ter crescido o interesse pelos estudos da piada, ainda há muita resistência em vê-la como algo digno de reconhecimento e credibilidade, uma vez que os entraves são típicos de campos interdisciplinares, agravados pela crença ampla, e talvez inconsciente, de que nada agradável e divertido seja suficientemente respeitável para o interesse acadêmico.

Então, por que estudar piada, se seu estudo não goza de muito prestígio na academia?

Em oposição ao que, talvez, seja a justificativa de muitos em ignorar a piada como material de pesquisa, acreditamos que justamente por ser um texto relativamente breve – mas nem por isso menos complexo que os textos longos –, um gênero de caráter anônimo, de domínio público, por abordar temas politicamente não-corretos, por não reivindicar nenhuma autoria, por fazer parte do imaginário coletivo, do folclore brasileiro, por pertencer à cultura popular, a piada pode e deve ser analisada não só textualmente e psicologicamente, mas filosoficamente, sociologicamente, retoricamente, literariamente, estilisticamente e, é claro, linguística e pragmaticamente, pois se revela como rico e abundante material de pesquisa, porque já vem com uma certa garantia de humor.

Possenti (op cit), por exemplo, cita algumas boas razões para se estudar piadas:

- i) operam com estereótipos;
- ii) fazem parte de um discurso proibido;
- iii) se encontram provavelmente em todas as culturas;
- iv) são dados efetivamente enunciados pelos falantes, não necessitam ser criados *ad hoc* para experimentos limites;
- v) são divertidas, o que não é de se desprezar nos horríveis tempos que vivemos.

O autor sugere também que para quem quer fazer um estudo etnográfico, tais como valores e problemas sociais, a piada surge como farto material linguístico. Afinal, em que laboratório se encontraria tanto material para análise?

Kottoff (2006), ao analisar o comportamento de crianças frente a situações humorísticas parece concordar com Possenti, quando diz que as piadas podem atuar como reguladoras de atribuições de valores sociais. A autora destaca ainda o uso de piadas por garotos e garotas para defender ou atacar o círculo de amigos, bem como o uso do *wit*<sup>3</sup> como autodefesa, por adultos.

Portanto, em parte, em sintonia com alguns pesquisadores (MUNIZ, 2004; CONDE, 2005), esta pesquisa reivindica para a piada um modelo prototípico que, do ponto de vista narrativo-estrutural, possibilita caracterizar o gênero linguisticamente. De certo modo, é esta *performance* narrativa que atribui à piada a propriedade de ser um gênero muito antigo, um gênero que resiste ao tempo e não permite experimentações contemporâneas em seu formato. Ressalte-se ainda que, embora as piadas apresentadas nesta pesquisa estejam longe de esgotar o repertório humorístico nacional, são, no entanto, uma clara mostra das piadas mais conhecidas e, como se verá, constituem uma boa parte da representação sócio-cultural da comunidade brasileira, e quiçá, universal.

É, então, contra este hostil cenário de dúvidas, de incertezas e de ceticismo acadêmico que nos insurgimos, apoiando-nos na, talvez, mais interessante, atrativa, poderosa e polêmica tentativa de explicar a comunicação humana: a Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1986/95)<sup>4</sup>. A Teoria da Relevância, como se verá no capítulo 3 da parte I, é uma proposta que se reveste de uma inevitável complexidade teórica, sobretudo por convergir uma tradição de estudos sintático-semânticos, com os mais recentes estudos da psicologia cognitiva, principalmente sobre processamento de informações. De acordo com Silveira e Feltes (1997), a Teoria da Relevância contradiz a teoria de comunicação baseada no código, retifica a teoria das implicaturas conversacionais de Grice e ignora o ceticismo das teorias cognitivas sobre a abordagem dos sistemas centrais.

---

<sup>3</sup> Veja-se item 4.1.2 do capítulo 4.

<sup>4</sup> Embora a teoria tenha sido publicada em 1986, ela foi reeditada em 1995, com um “Posfácio” que modificava muitos conceitos da primeira edição. Por isso, nesta pesquisa, as referências que faremos menção se referem à segunda edição.

Mesmo que seja arrojada quanto à amplitude de seu objeto, trata-se de uma teoria que não possui um caráter estrito nem sequer predominantemente linguístico, já que o grau de incursão e validação das conclusões das elocuições se encontra no campo da psicologia.

Sendo assim, há boas razões para se pensar em algumas hipóteses sobre as questões levantadas anteriormente sobre a interpretação da piada, tais como:

- i) que a piada é um texto composto por elementos estruturais (mais ou menos) estáveis responsáveis por uma fórmula arquetípica;
- ii) que a percepção da incongruência, embora pragmaticamente necessária, não é suficiente por si mesma para a criação do efeito humorístico;
- iii) que, cognitivamente, uma vez percebida a incongruência, a mente, de algum modo, parte em busca de uma (re)adequação da regra violada;
- iv) que se a pessoa ao perceber a violação da lógica, não adequar a incongruência a uma situação congruente, um contexto mental, ela não vai rir;
- v) que a representação contextual-mental da piada não é dependente só de fatores linguístico-discursivos, mas, e principalmente, de fatores psicocognitivos e socioculturais.

É apostando na perspectiva pragmática da cognição humana, na complexidade da linguagem verbal e na abrangência da Teoria da Relevância, que pretendemos abordar o estudo da interpretação da piada. Nós não vamos, nem queremos, explicar “o que” as piadas significam, mas “como” o mecanismo cognitivo humano processa a interpretação da piada. Logo, é com vistas a uma exploração analítico-cognitiva que pretendemos caracterizar três objetivos de estudo para a piada: um linguístico, um cognitivo e um pragmático, quais sejam:

- i) estabelecer linguisticamente uma fórmula para a piada prototípica;
- ii) justificar que, na piada, embora necessária, a incongruência não é suficiente por si mesma para provocar o riso;

- iii) caracterizar pragmaticamente os princípios cognitivos de interpretação da piada.

Embora não caracterize um objetivo explícito, como estes três acima, acreditamos que não seria ousadia de nossa parte se este estudo pragmático preenchesse a lacuna levantada por Possenti (op cit, pp. 20-21) e fornecesse à linguística o que o autor reivindica para o estudo do humor, ou seja, não nos surpreenderia se este estudo descobrisse o que faz com que um texto seja humorístico, do ponto de vista dos ingredientes linguísticos.

Para dar sustentação às hipóteses e objetivos levantados nesta introdução, no sentido de comprovar que a incongruência é só a ponta do *iceberg*, pretendemos nos apoiar, também, na hipótese da incongruência-resolução (SULS, 1972; YUS RAMOS, 1996; RITCHIE, 1999, 2004).

Desse modo, a tese se estrutura em oito capítulos, divididos em duas partes, os quais descrevemos abaixo:

A primeira parte da tese, sob o título de “Em busca de uma teoria pragmática de análise da piada” tem quatro capítulos, que estabelecem uma boa reflexão sobre a base teórica dos principais pressupostos que nortearão a investigação. Nesta parte da pesquisa, serão discutidos principais conceitos e principais teorias linguísticas e pragmáticas, anteriores, neo e pós-griceanas, incluindo a própria teoria griceana.

O capítulo um, com o título “Pressupostos” faz uma retomada da taxonomia que constitui os estudos da linguagem, desde a evolução da linguística como ciência, à concepção pragmática da linguagem. Neste capítulo introdutório, são apresentados os principais conceitos que nortearão nossa investigação, tais como, proposição, pressuposição, acarretamento, inferência e implicatura. A partir da divisão tricotômica proposta por Charles Morris, os estudos da linguagem se dividem em sintáticos, semânticos e pragmáticos, sendo que a sintaxe se ocuparia do estudo formal da sentença, à semântica caberia o estudo do significado da proposição e à pragmática o estudo do significado em uso. No entanto, como se verá no capítulo dois, a pragmática é muito mais abrangente, porque envolve a linguagem na constituição da vida dos falantes.

O capítulo dois, com o título “Teorias pragmáticas” trata das principais teorias pragmáticas da corrente anglo-americana que impulsionaram e impulsionam as discussões e debates em torno da linguagem humana. A primeira teoria a ser descrita é a “teoria dos atos de fala”, a qual tem na obra *How to do things with words*, do filósofo John Langshaw Austin (1962), seus principais fundamentos. Posteriormente John R. Searle (1969), discípulo de Austin, no livro *Speech acts: an essay in the philosophy of language*, ampliou o conceito de ato de fala à reflexão sobre os diversos tipos de ações que se pode realizar através da linguagem. A idéia central desta teoria, como se verá, é que a linguagem não serve apenas para descrever um estado de coisas no mundo, mas, e mais importante, para “fazer coisas” por meio de expressões chamadas *performativas*. Daí surge o famoso postulado “dizer é fazer” da teoria.

A segunda teoria discutida é a teoria inferencial de Grice (1967/75). No artigo *Logic and conversation*, o autor postula que a comunicação humana ocorre segundo o Princípio da Cooperação (PC) que os indivíduos estabelecem entre si. A idéia básica proposta pela teoria griceana é que o ouvinte tem que inferir a informação comunicada pelo falante. Para isso, ele deve observar quatro máximas conversacionais: a da quantidade, a da qualidade, a da relevância e a de modo. Neste capítulo, é apresentado com bastantes detalhes o conceito de implicatura conversacional, bem como “quando” e “como” ocorrem a quebras ou violações das máximas conversacionais. Apesar da teoria griceana apresentar limitações porque não dá conta de muitas particularidades do uso da linguagem, foi a teoria que revolucionou e remodelou o pensamento ocidental ao atribuir ao falante e ao ouvinte a tarefa de implicar e inferir informações.

A terceira teoria, a da polidez, é baseada na obra *Politeness: some universals in language use*, de P. Brown e S. Levinson (1987), e tem como princípio a idéia de que as pessoas têm possibilidades de estabelecerem estratégias de preservação de *face* quando se comunicam, ou seja, a noção de que cada indivíduo deseja preservar a sua “face” ou sua imagem pública, bem como a de seu interlocutor. Se a ameaça de face é inevitável, a imagem pública (*face*), por sua vez, consiste em dois tipos de desejo, que subscrevem o conceito:

- i) o desejo de auto-afirmação, de não querer receber imposições de outrem, ter liberdade de ação – *face* negativa;

ii) o desejo de ser aprovado, aceito, apreciado pelos parceiros da atividade comunicativa – *face* positiva.

Nesse sentido, a polidez pode ser positiva ou negativa. Polidez positiva ocorre quando o enunciado é proferido para atender aos interesses do ouvinte e não requer os sacrifícios da *face* do falante; e polidez negativa ocorre quando o poder social (*status*) do falante é muito superior ao do ouvinte e está orientada para evitar conflitos e satisfazer parcialmente a *face* negativa do ouvinte.

A quarta teoria, a Teoria da Relevância, postula que o processamento inferencial da significação tem como base a cognição humana, ou seja, para esta teoria, a comunicação humana está vinculada ao raciocínio ostensivo-lógico-dedutivo das pessoas. Como o fenômeno da comunicação humana é vago, *Relevance: Communication and Cognition* (SPERBER e WILSON, 1995) constitui uma nova alternativa para descrevê-la e explicá-la. A máxima desta teoria obedece ao Princípio da Relevância: comunicar o máximo de informação e exigir o mínimo de esforço mental para processar uma informação. As inferências do interlocutor são desencadeadas pela ostensão do locutor, que vai guiando o processamento da significação.

O capítulo quatro, sob o título de “Piada, humor e riso: uma relação problemática” apresenta uma caracterização pormenorizada da piada a partir do conceito de humor, bem como das teorias do humor. O capítulo também tece um panorama geral sobre o conceito de humor e suas variantes, discute a teoria da incongruência e aborda a piada desde o ponto de vista linguístico. Além disso, nesse capítulo se descrevem a teoria do *script* semântico (SSTH), de Vistor Raskin (1985) e a teoria gerla do humor verbal (GTVH), de Raskin e Attardo (1991).

A segunda parte da tese, sob o título, “O paradigma humorístico da comunicação humana”, agrega também quatro capítulos.

O capítulo um, que leva o título “Elementos narrativos essenciais da piada”, discute a piada, tanto a partir das principais características estruturais do gênero, quanto das discussões sobre suas propriedades formais. Nessa reflexão caberia a pergunta: haveria uma estrutura morfológica para a piada? O capítulo tenta dar conta dessa resposta. Além disso, o capítulo faz também uma boa discussão sobre o texto, o discurso e o contexto da piada,

bem como descreve a aplicação do contexto à interpretação. Nesse tópico se descrevem ainda outros elementos da narrativa piadística, tais como personagens, número de vezes que o diálogo se repete, linearidade e sequencialidade da piada.

O capítulo dois, que tem o título “Procedimentos de pesquisa”, descreve e explica a organização da metodologia de trabalho, a partir dos critérios propostos para o modelo prototípico de piada. O capítulo, em princípio, aborda os procedimentos que foram feitos e tomados para a elaboração da pesquisa, desde a perspectiva organizacional, da constituição do arcabouço metodológico, das fontes de consulta, da constituição do *corpus* e das estratégias práticas de análise da interpretação da piada pela Teoria da Relevância. O capítulo faz uma síntese da descrição das evidências que possibilitam diferenciar a piada de outros textos humorísticos.

Com o título “A interpretação da piada na perspectiva da Teoria da Relevância”, o capítulo três traz ao cenário descritivo os princípios teóricos de análise da piada na perspectiva da Teoria da Relevância. Neste capítulo, descreve-se como narrador e ouvinte estabelecem o contrato comunicativo para a realização harmônica, ou não, da comunicação piadística. Além disso, são descritas as principais teorias de resolução da incongruência, teorias que subsidiarão o capítulo quatro. O capítulo três, ainda, expõe como se processa a formação e a confirmação das hipóteses humorísticas da piada, bem como o módulo psicológico faz a avaliação congruente da piada.

No capítulo quatro, cujo título é “O ajuste das hipóteses aos domínios conexos do conhecimento”, são discutidas e descritas as principais possibilidades de explicação, análise e interpretação da piada, tendo como base a cognição humana. Neste capítulo se descreve como a mente percebe, analisa, processa, interpreta e representa a piada. A base para a análise será a noção de incongruência, a qual, a partir do ponto de vista psicológico, serve de estímulo para o processamento interpretativo da piada. Este processo é, talvez, a maior contribuição da tese à comunidade acadêmica.

A conclusão será feita nas “Considerações Finais”, espaço que sintetiza a pesquisa e descreve sua contribuição aos estudos do humor na piada, discute as limitações da Teoria da relevância, bem como apresenta hipóteses que podem conduzir a novos estudos sobre a piada.

Ficam, assim, lançadas as bases para o estudo da interpretação da piada.

## PARTE I – EM BUSCA DE UMA TEORIA PRAGMÁTICA DE ANÁLISE DA PIADA

### CAPÍTULO 1 – Pressupostos

A mulher chega ao Céu com saudade do marido, que já está lá há alguns meses, e é recepcionada por São Pedro.

\_ Seja bem-vinda, senhora...

\_ Quero ver meu marido!

\_ Qual o nome dele?

\_ Zé!

\_ Vai ser difícil encontrá-lo. Nos temos mais de 100 milhões de homens com esse nome. Dê mais detalhes...

\_ Ele era um homem muito bom. Antes de morrer, me pediu para não trai-lo. E disse que cada vez que eu o traísse lá na Terra, ele ia dar uma rodadinha aqui no Céu.

São Pedro vira-se imediatamente para um anjo:

\_ Arcanjo, vá buscar o Zé Peão e transfira esta mulher para o Inferno!!!

### Introdução

Antes de iniciarmos a reflexão, propriamente dita sobre o estudo da piada, é prudente, interessante e necessário elaborarmos um arcabouço teórico que seja capaz de nos permitir fundamentar a argumentação sobre a interpretação da piada em bases comprometidas com nosso propósito. A reflexão que faremos nestes três capítulos primeiros se justifica pela necessidade de construirmos um texto suficientemente coerente e relevante para darmos conta dos objetivos que traçamos para a pesquisa. Assim sendo, nas próximas páginas refletiremos sobre a elaboração dessa base teórica, procurando focar nela os principais aspectos, processos, conceitos e procedimentos – sintáticos, semânticos e pragmáticos – que permitam a realização da análise da piada pela perspectiva pragmática.

Iniciamos com uma busca dos pressupostos teóricos que centram a reflexão na pretensa distinção tricotômica sintaxe-semântica-pragmática, para em seguida nos

posicionarmos a respeito das inferências semânticas e pragmáticas. A reflexão sobre este último tópico servirá de fundamentação e base para os capítulos subsequentes.

### 1.1 – Sintaxe, semântica e pragmática

De uma maneira ou de outra, dentro dos estudos da linguagem, a fronteira que separaria as disciplinas *semântica* e *pragmática* é bastante discutida e permanece discutível (MARCONDES, 2005). Mesmo pecando por generalizar demais e omitir muitos pontos importantes dessa discussão, dizemos que a *semântica* se ocupa do significado que advém do conhecimento linguístico do falante, enquanto o foco da *pragmática* se centra nos aspectos do significado que não podem ser previstos pelo conhecimento puramente linguístico, porque sua interpretação leva em conta os conhecimentos sobre o mundo físico, cognitivo, cultural e social dos interlocutores.

O ponto de vista clássico, ou mais tradicional, a distinção dos três conceitos pode ser sistematizada como a figura 1 abaixo.

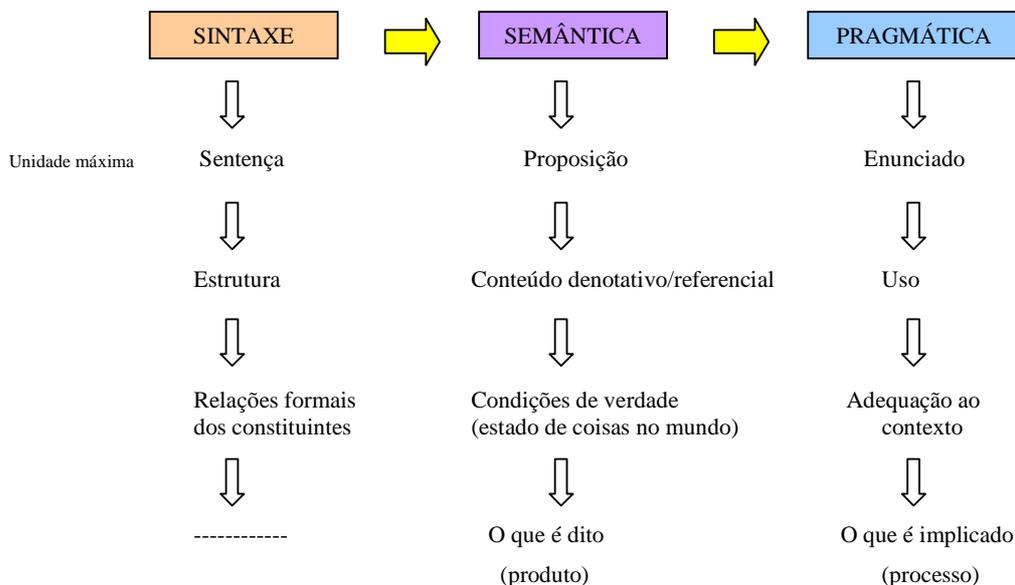


Figura 1: Distinção tradicional entre sintaxe, semântica e pragmática

Tradicionalmente, diz-se que o componente sintático está vinculado à estrutura (fono-morfo-sintática) da língua, enquanto que o componente semântico diz respeito ao “produto” do que é dito. A pragmática, por sua vez, se ocupa do “processo” do significado que está implicado na sentença. Observe-se que, na perspectiva semântica, tanto o locutor como o interlocutor, com suas atitudes em situações contextuais particulares, estão excluídos do sistema.

A tradição reza que a pragmática estuda o significado tanto de palavras como de orações, ou de enunciados, no contexto; portanto, usado no ato de comunicação. Esse significado comunicado, por ser intencional, consciente ou inconsciente, depende, como veremos mais adiante, das circunstâncias mentais, culturais e sociais em que é produzido. Podemos dizer que a pragmática se ocupa dos princípios regulares que guiam e regem os processos de produção e interpretação do significado em uso pelo falante. Então, entendemos que, de uma maneira ou outra, a pragmática é uma área de estudo da linguagem humana, que envolve a interpretação do significado que pessoas reais produzem num contexto particular.

Pessoas dizem palavras, proferem enunciados, que nem sempre significam exatamente o dito – o significado pode estar no não dito, no implicado. Por isso, a pragmática tem como objeto de estudo *o que é comunicado* – mesmo de uma maneira invisível, silenciosa – e não apenas *o que é dito*. O processo de interpretação do que não foi dito, mas implicado, se dá via inferências. Mais adiante refletiremos sobre este conceito e outros processos de interpretação.

Durante muito tempo os estudos da linguagem opõem em sua análise, sintaxe e semântica, por um lado, e pragmática, por outro. De acordo com nossas reflexões, e sem nos atermos a análises mais detalhadas, diremos grosseiramente que a sintaxe trata das relações entre as formas linguísticas e seus arranjos em sequências ordenadas em uma dada língua, bem como avalia se tais sequências são bem formadas ou não, a partir de combinações possíveis entre os constituintes.

Ainda que a sintaxe trate de uma “linguagem” formal, a concepção sintática tradicional diz respeito apenas às regras gramaticais da estrutura de uma língua específica,

como a sintaxe da língua portuguesa, por exemplo. Note-se que a sintaxe contemporânea normalmente não considera nem o mundo das referências nem os usuários dessas formas e sequências.

Dessa maneira, competiria à semântica estudar as relações entre as formas e sequências sintáticas bem formadas e as entidades no mundo. A análise semântica levará em conta as relações entre as descrições verbais e o estado de coisas no mundo. É o que veremos a seguir.

## 1.2 – Significado semântico e significado pragmático

Em 1892, Gottlob Frege propôs uma semântica baseada na lógica das condições de verdade da sentença, ou seja, tudo o que for relevante para a descrição do estado das coisas do mundo pode ser expresso por uma sentença, desde que haja uma relação de identidade com um referente no mundo. Assim, como nós nos relacionamos cotidianamente com pessoas, coisas e/ou idéias no (e do) mundo, a questão fundamental é: como se processa na nossa mente essa relação interacional das coisas e idéias do mundo com seus significados? A resposta parece óbvia: pela linguagem. No entanto, para que ocorra interação pela linguagem é preciso haver alguma forma de “ligação” (um remeter a) entre as coisas e idéias do mundo e sua representação na mente. Na perspectiva fregeana, a conexão entre o estado das coisas no mundo e sua representação mental se dá pela *referência*.

A referência, na semântica, é entendida como a “identificação”, uma espécie de identidade com valor de verdade, de uma forma linguística (palavra/enunciado) com alguma coisa/objeto ou uma classe de coisas/objetos do mundo real, ou de algum mundo que talvez não conheçamos, mas que poderia existir (FREGE, 1978, TARSKI, 1944/2007). Semanticamente, a referência é o conteúdo – um valor de verdade – da representação do objeto/idéia do mundo a que a palavra/enunciado se refere.<sup>5</sup> Como a representação ocorre na mente, fica fácil entender que a palavra/enunciado “não é” a idéia/coisa do mundo, mas

---

<sup>5</sup> Uma das questões bastante discutidas dentro da semântica é a questão da anáfora. Observe: “O Zé bateu no João. Ele chorou”. A interpretação mais óbvia é que a palavra ele tenha João como referente. Mas essa interpretação não está de todo assegurada. Não há garantias lingüístico-cognitivas disso. No entanto, existem algumas soluções teóricas que podem resolver essa dificuldade.

sua representação mental. À representação mental do referente pela linguagem dá-se o nome de *conceito*.<sup>6</sup>

Nessa perspectiva, o conteúdo significativo ou denotativo da sentença (significado semântico) está contido em uma *proposição*. Portanto, as condições de verdade de uma sentença são as condições de verdade pelas quais a proposição representa as coisas do mundo. Assim, a proposição seria uma representação do mundo, ou mais especificamente, as condições nas quais a sentença é verdadeira ou falsa. A proposição é o conteúdo da sentença.

Contudo, se tomarmos uma proposição  $p$  e uma proposição  $q$ , ao unirmos as duas proposições teremos uma representação lógica do tipo  $p \& q$  em que “&” é um conector lógico de conjunção “e”.<sup>7</sup> Se  $p$  é verdadeira e  $q$  é verdadeira, então  $p \& q$  necessariamente será verdadeira. Se umas das duas proposições ou as duas forem falsas então o resultado lógico completo da expressão  $p \& q$  também será falso. O problema na linguagem humana, com este tipo de análise lógica, é que tanto em  $p \& q$  quanto em  $q \& p$  o conector lógico & (e) não só une duas proposições, matematicamente, como pode atribuir a essa junção valores temporais, causais, e/ou outros, como nos exemplos abaixo:

- (1) a) Eles se casaram e tiveram um filho.
- b) Eles tiveram um filho e se casaram.

Em termos de lógica formal, estamos diante do mesmo resultado:  $p \& q$  ou  $q \& p$ . Se ambas as sentenças são verdadeiras, o resultado é verdadeiro. Mas qualquer um de nós sabe que na vida real é bem diferente. Embora as proposições tenham a mesma condição de verdade – sejam semanticamente equivalentes – não significam exatamente a mesma coisa. Como os acontecimentos ocorrem sempre em uma certa ordem temporal, em uma relação de causa e consequência, o significado extraveritativo demanda e obedece a uma série de princípios dos quais a lógica-semântica não dá conta.

A mesma condição proposicional semântica pode ser explicada pela análise da seguinte piada:

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre *conceito*, veja Teoria da Relevância no capítulo 3.

<sup>7</sup> Cf. Haack (1998) e Azeredo (2004).

Duas pessoas caminham lendo lápides em um cemitério, quando se deparam com os seguintes dizeres “**AQUI JAZ UM POLÍTICO E UM HOMEM HONESTO**”.

\_ Nossa, que povo pão-duro! – disse uma delas – Enterrou duas pessoas em um mesmo caixão.

Assim, enquanto a semântica trata do significado descontextualizado, a pragmática se ocupa do estudo do significado contextualizado. Não é objetivo desta pesquisa discorrer sobre as teorias semânticas e nem apresentar os engenhosos modelos que a semântica contemporânea desenvolve e opera para interpretar sentenças. Deixemos este assunto para os semanticistas. Entretanto, é muito importante que estabeleçamos, mesmo que sem todo o rigor da chamada *semântica do modelo teórico*, as diferenças entre uma interpretação semântica e uma interpretação pragmática.

Quando perguntamos a alguém “o quê significa uma palavra ou uma sentença?”, as pessoas normalmente fornecem outra sentença, uma *paráfrase* da original, que tem, virtualmente, o mesmo significado – já os semanticistas usarão alguma metalinguagem lógica para conseguir maior rigor e precisão. Existem várias maneiras para que providenciemos paráfrases: a) palavras; d) a estrutura da sentença, ou, então, c) as palavras e a estrutura da sentença ao mesmo tempo.

Para encontrar as possíveis paráfrases, nós usamos o nosso conhecimento das palavras individuais e também o conhecimento da gramática da língua materna. Neste tipo de análise importa apenas a relação entre sintaxe e semântica, independentemente do contexto de uso da linguagem. Observe-se que nessa perspectiva fazemos apenas asserção sobre o estado das coisas no mundo.

Como mencionamos anteriormente, no processo de interpretação da comunicação humana é necessário levar-se em conta vários componentes linguísticos e extralinguísticos, caso contrário a interpretação poderá produzir mal-entendidos ou significados ambíguos, devido à falta de um contexto que ajude a inferir o significado manifesto pelo falante. Mais problemáticas são as palavras cujos conceitos são muito próximos, mas não equivalentes. Assim, “bom” pode significar **útil** ou **funcional** (Este sabão em pó é **bom**); **exemplar** (Ele é um **bom** aluno); **agradável** (Hoje o tempo está **bom**), etc. Por exemplo, se um garoto

matou a sua avó com um tiro de uma distância de 300 metros, até podemos dizer que ele é um bom atirador, mas dificilmente o chamaríamos de um bom garoto.

Uma boa teoria sintática, como a de Chomsky (1965, 1981, 1990), pode perfeitamente explicar em que residem essas ambiguidades a partir da análise das estruturas. No entanto, essa aparente instabilidade da linguagem em uso real tem suas – e muitas – vantagens: permite-nos comunicar quase sempre o que queremos, usando um número relativamente pequeno de conceitos e combinações de conceitos e nos permite adaptar a linguagem a nossas reais necessidades comunicativas em cada caso. A comunicação verbal não depende dos significados fixos e, aparentemente, poderia – ou deveria – levar a inúmeros mal-entendidos.

Quando usamos a linguagem verbal para nos comunicar, estamos atentos e levamos em conta não apenas às palavras em si, mas também as pessoas que as usam e conseguimos, com razoável sucesso, interpretar seus planos e suas intenções, ou seja, interpretamos não só as suas palavras, mas também o que as pessoas querem dizer com essas suas palavras. É isto basicamente que rege a comunicação humana.

Canale (2000), tem a comunicação humana como um “intercâmbio e negociação da informação entre ao menos dois indivíduos por meio do uso de símbolos verbais e não verbais, de modo oral e escrito/visual e dos processos de produção e compreensão” (p.65). De acordo com o autor, a informação comunicada se caracteriza pelo conteúdo conceitual, sociocultural e afetivo. Canale enfatiza que a informação muda constantemente conforme o contexto da comunicação e as escolhas do comportamento verbal e não verbal dos interlocutores. Portanto, a comunicação implica avaliação contínua e negociação do significado por parte dos participantes do ato comunicativo.

Não se deve esquecer que a mente humana avalia e processa os componentes sintático, semântico e pragmático em consonância com vários componentes circunstanciais não-linguísticos que entram em jogo simultaneamente no ato social da comunicação. A habilidade de produzir e compreender um ato comunicativo, como a piada, diz respeito a uma relação de competência pragmática. Nesta relação entram em cena, não só os elementos linguísticos, mas muitos conhecimentos extralinguísticos, tais como polidez – distância, status, poder – e conhecimentos culturais, explícitos e implícitos – crenças, convenções –, que as pessoas têm de si e dos outros.

Para dar conta das interpretações que os falantes e ouvintes usam para lidar com a linguagem no dia-a-dia, como um contexto piadístico, se faz necessário algum outro tipo de análise, que não apenas o semântico. Um método bastante requerido pela semântica para justificar o processo de interpretação do significado é o método lógico dedutivo. Tal processo consiste em deduzir/concluir significado a partir de duas premissas dadas. Faz parte da tradição o silogismo sobre Sócrates.

- (2) Todo homem é mortal (premissa maior)
- Sócrates é homem (premissa menor)
- Logo... Sócrates é mortal (conclusão).

Há casos, porém, que o método lógico dedutivo também não dá conta da interpretação do significado. Ampliemos um pouco mais esta discussão.

### 1.3 – Inferências

Para que o entendimento, ou processamento pela linguagem, ocorra com sucesso entre os interlocutores, é necessário que estes recorram a processos cognitivos de **inferir** e de **interpretar** fatos e eventos no mundo. Tais processos se relacionam a pistas que conduzem à interpretação (referente/sentido/significado), de acordo ou não, com as intenções, crenças, valores, saberes, emoções, do falante e do ouvinte, bem como com os referentes que eles têm em mente.

No entanto, para que a mente, a partir da linguagem, analise, processe e interprete um referente é necessário fazer-se algumas considerações sobre os mecanismos de processamento do significado.

Senão vejamos:

- (3) Este fim de semana eu fui para Quitandinha.

Considerando o co-texto e contexto, via conhecimento de mundo – existe uma Quitandinha (é um lugar geográfico) e não importa se eu a conheço ou não – o significado

semântico é ‘atribuído’, é processado, sem grandes problemas. Porém, para a interpretação mais além da semântica, importa sim se eu sei que você tem primos em Quitandinha e que estes iam se casar neste fim de semana. Mesmo assim, não me espanta uma viagem para Quitandinha no fim de semana, dado que Quitandinha está a poucos quilômetros de onde você mora. Agora, se você diz,

(4) Este fim de semana eu fui para Buenos Aires,

mesmo que eu saiba que você tem primos que iam se casar em Buenos Aires, o meu conhecimento do mundo (a distância entre Curitiba, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Buenos Aires) é muito importante/relevante sobre o efeito que o enunciado me causa: se você foi de carro, você deve ser “o tal no volante” para ir a Buenos Aires e voltar num fim de semana.

Veja-se que para a interpretação semântica, não faz a mínima diferença o meu conhecimento ou não das distâncias. À pragmática, por outro lado, interessa saber que deve haver um motivo que leve você a dizer o que disse e que vale a pena processar isso. Nesse sentido, é pela inferência (semântica e pragmática) que se estabelece uma relação de significado entre a expressão linguística (palavra, proposição ou enunciado) com seu referente no mundo. Ela é responsável pelo disparo, ativação e geração (não necessariamente nesta ordem) do processo interpretação do significado. A inferência é, portanto, um processo mental que permite atribuir significados às/das coisas/idéias no mundo.

Pode-se falar basicamente em dois tipos de inferências: **inferência trivial**<sup>8</sup> e **inferência não-trivial**. Enquanto a inferência trivial usa processos linguístico-semânticos para interpretar significados, a inferência não-trivial busca a interpretação por meio de processos mentais complexos. As inferências triviais abrangem as inferências linguísticas e semânticas, e as inferências não-triviais abrangem as inferências pragmáticas (lógicas-dedutivas). A seguir daremos maiores detalhes sobre as inferências.

### 1.3.1 – Inferências semânticas

---

<sup>8</sup> São simples e não necessitam serem computadas pelo mecanismo dedutivo (ver Teoria da Relevância, no capítulo 3).

Cotidianamente as pessoas estabelecem trocas conversacionais com outras pessoas e, na maioria das vezes, entendem as elocuições e se fazem entender com certa facilidade. Contudo, o que os interlocutores desconhecem, ou não lhes interessa saber, é que por detrás desse entender e ser entendido está uma complexa rede de processos mentais (intenções, crenças, saberes, valores, etc.) que permite identificar ou interpretar a informação contida na elocução – o seu conteúdo. Um dos processos inferenciais ao qual a mente recorre para tentar interpretar o significado de uma elocução é a **pressuposição semântica**.

#### 1.3.1.1 – Pressuposição semântica

Em semântica, a noção clássica de pressuposição é a de que o conteúdo informativo de uma sentença se mantém inalterado mesmo se negarmos, interrogarmos, topicalizarmos, exclamarmos dita proposição ou se a esta, encaixarmos outra proposição. Se digo,

(5) Vendi meu carro velho,

pressupõe-se (p) que eu “tinha um carro velho”. E se eu **negar** ( $\sim p$ ) essa proposição e disser “**Não vendi meu carro velho**”, ou topicalizá-la e disser **Meu carro velho (não) foi vendido** o conteúdo informativo dessas proposições continua inalterado: a pressuposição (p) é de que “eu tinha um carro velho”<sup>9</sup>. A pressuposição semântica diz respeito, então, aos processos mentais que permitem estabelecer uma condição de verdade projetada, mentalmente, a uma outra proposição, ativada a partir do enunciado.

O filósofo Gottlob Frege provavelmente tenha sido o primeiro teórico a apontar, talvez sem intenção até, para existência da pressuposição semântica. Em seu artigo *On sense and reference* (1892), Frege reserva à semântica uma responsabilidade entitativa, sugerindo a pressuposição a partir da sentença, do falante e do uso da sentença: o

---

<sup>9</sup> O problema é que o método da negação, interrogação, topicalização, etc, é que ele não dá conta de proposições como *Todos os alunos saíram da sala* e *Todos os alunos não saíram da sala*. Veja-se que o conteúdo semântico da primeira proposição (todos saíram) não é o mesmo conteúdo da segunda (todos ficaram). Temos aí um problema típico de escopo com quantificador.

significado é uma “coisa”. No entanto, Frege recusa uma dimensão mental da significação.<sup>10</sup>

Segundo a tradição filosófica, **pressuposição semântica** é a projeção mental do conteúdo informativo de uma oração em outra de mesmo valor de verdade<sup>11</sup>. Dito de outra maneira, pressuposição semântica é a derivação subjetiva do valor de verdade que uma oração permite atribuir a sua correspondente paráfrase, sem que se altere mentalmente o conteúdo informativo entre ambas.

Um exemplo de pressuposição pode ser observado na piada abaixo:

O garoto apanhou da vizinha e a mãe furiosa foi tomar satisfação:  
\_ Por que a senhora bateu no meu filho?  
\_ Ele foi mal-educado, e me chamou de gorda.  
\_ E a senhora acha que vai emagrecer batendo nele?

A pressuposição advém da inferência dedutiva de que bater no menino emagrece.

### 1.3.1.2 – Acarretamento

Um tema complexo, e muito polêmico, em estudos semânticos é justamente diferenciar, conceituar e caracterizar pressuposição e acarretamento. Os semanticistas consideram que uma sentença além de pressupor outra sentença com o mesmo valor de verdade também evoca (projeta mentalmente) outra relação semântica, como consequência. À relação semântica entre a oração principal e a(s) evocação(ões) consequente(s) desta

---

<sup>10</sup> Segundo Frege, a sentença *Kepler morreu na miséria* pressupõe a existência de uma entidade do mundo, designada por Kepler. Assim, tanto a sentença quanto sua negação pressupõem a existência de Kepler. i) (p) – Kepler morreu na miséria; ii) (~p) – Kepler não morreu na miséria; iii) Pressuposição: (q) – Kepler existia. Mais tarde, Russel (1905/1912) desenvolve a “teoria das descrições”, na qual, em oposição a Frege, propõe uma solução para os problemas de significação de uma sentença, mesmo não tendo esta um referente garantido. Para Russel, o clássico exemplo *O rei da França é calvo* será verdadeiro, i) se existir pelo menos um indivíduo que é rei da França; ii) se existir no máximo um indivíduo que é rei da França e iii) se alguém é rei da França, então é calvo. Strawson (1950), nega a posição de Russel e afirma que só os enunciados podem ser considerados verdadeiros ou falsos, nunca as sentenças. Strawson dá, então, ao “uso” da sentença um status pragmático. Nesse sentido, a pressuposição é uma precondição para a constituição de um enunciado. A sentença, *O rei da França é calvo* se dito por alguém, será um enunciado verdadeiro ou falso, se e somente se existir a entidade “rei da França” de que se diz algo. Ou seja, o enunciado acima só será verdadeiro ou falso se a pressuposição *Existe o atual rei da França* for verdadeira. Com esta proposta, Strawson permite distinguir **asserção de pressuposição**. A asserção terá valor de verdade somente se a proposição for verdadeira (vide Atos de Fala).

<sup>11</sup> O conceito filosófico de *valor de verdade* (que uma oração seja verdadeira ou falsa) tradicionalmente está relacionado a dois tipos de verdades: **linguística** (ou analítica) e **empírica** (ou sintética/contingente). A verdade *linguística* diz respeito às orações em que a veracidade depende das relações sintático-semânticas dentro da oração, não importando nenhum fato do mundo real. É uma verdade *a priori*. Já a verdade *empírica* diz respeito às orações sintéticas, nas quais o valor de verdade pode ser verdadeiro ou falso, dependendo de como seja o mundo. É uma verdade *a posteriori*.

proposição, dá-se o nome de **acarretamento**. Acarretamento é, portanto, uma relação de consequência (derivação conclusiva, resultado da condição de verdade) de uma oração, quando qualquer situação que faz verdadeira/falsa a oração principal, também faz verdadeira/falsa a oração projetada. Em outras palavras, acarretamento é o resultado (carga informativa) de uma relação semântica entre uma oração e sua conseqüente oração projetada.

Veja-se que o acarretamento é um caso de verdade linguística, não de uma verdade empírica (não é necessário averiguar se os dados são verdadeiros ou não). Grosso modo, poderíamos dizer que a fonte do acarretamento é puramente léxical<sup>12</sup>. Em linhas gerais, poderíamos dizer, ainda, que a diferença entre pressuposição e acarretamento é que na pressuposição, a negação (e os outros tópicos convencionados para verificar o valor de verdade) da proposição dada não afeta a projetada (o valor de verdade se mantém nas duas). Ao passo que, no acarretamento, a negação da proposição dada causa o desaparecimento/cancelamento deste. É lícito concluir que a pressuposição é um caso especial de acarretamento semântico; também é lícito dizer que o conceito de acarretamento não é pragmático e sim puramente lógico, pois remete a uma projeção lógica.

Deve-se atentar, portanto, que se pensamos no processamento do significado como sendo algo interno/intrínseco à oração – um atributo desta e não algo construído pelos interlocutores – nossa reflexão se processa no campo semântico. Por outro lado, se pensamos no processamento do significado como sendo um aspecto interativo, como fazendo parte das estratégias conversacionais dos interlocutores (maneira como estes organizam e processam as informações), neste caso, parece que estamos em uma zona fronteira entre semântica e pragmática, onde as coisas não são tão delimitadas assim.

Um caso típico de acarretamento pode ser observado na seguinte piada:

- A garota chega para a mãe, reclamando do ceticismo do namorado.
- \_ Mãe, o Mário não acredita em inferno.
- \_ Case-se com ele minha filha e deixe comigo que eu o farei acreditar.

---

<sup>12</sup> Por exemplo: *assassinar* acarreta *morte*; *gato* acarreta *animal felino* (hipônimo); *comprou a rosa* acarreta que *a rosa foi comprada* (sintaxe); *este livro é de Maria* acarreta que *Maria é a dona do livro* (sinônimo), etc.

Ou seja, casamento e sogra acarretam a noção da existência do inferno.

### 1.3.2 – Inferências demonstrativas ou lógicas triviais

A inferência demonstrativa é aquela que se baseia no raciocínio lógico, estudado desde os tempos de Aristóteles. Um exemplo de tal raciocínio já foi visto acima, quando tratamos do silogismo envolvendo a mortalidade de Sócrates. Vejamos outro exemplo:

(6) No Natal, o banco mandou dois convites do Concerto para todos os clientes que tinham mais de 10 mil reais na Conta Investimento. O Bidu não recebeu os convites. Logo...

Neste caso, a inferência que está em jogo, é a chamada **dedutiva**: a partir das premissas maior e menor, rigorosamente construídas de acordo com as regras desse tipo de raciocínio, chega-se a uma conclusão. Para alguns autores, este tipo de inferência, que poderíamos chamar de estritamente lógica, é concebido como uma (a única) dedução legítima.

Outro tipo de inferência tradicionalmente contemplado pela semântica é a *indutiva*. A indução se faz a partir de um número considerável de amostras do fenômeno observado. Exemplo:

(7) Pedro ao saber que um grande número de professores tem QI superior a 70 disse a Joana que todo professor tem QI superior a 70.

Veja-se que se considerarmos o estado das coisas do mundo, a inferência indutiva pode não ser verdadeira, uma vez que a conclusão pode não estar de acordo com os valores de verdade das coisas do mundo (tal qual o conhecemos). A partir do conhecimento de mundo, sabemos que nem todos os professores têm QI superior a 70 e/ou que ter QI superior a 70 não é condição, não necessariamente, para ser professor.

Já a inferência **abdutiva** é construída com base na observação de um único fato no mundo. Se eu tenho um conhecimento *a priori* sobre cisnes (porque a minha avó me contou, porque todo o mundo sabe como são, porque vi em um documentário na televisão, etc.) e se digo,

(8) Eu vi um cisne branco

e esse cisne branco pode até ser o único exemplar que vi em toda minha vida, minha mente me leva a formular a hipótese de que “todos os cisnes são brancos (pense-se também no número de loiras que você conhece para poder hipotetizar/inferir que “todas as loiras são burras”).

O grande problema das inferências lógicas indutivas e abdutivas é que seu processamento pode tanto partir da estereotipização<sup>13</sup>, como conduzir a ela e até mesmo ao preconceito. No caso do cisne branco, o esquema mental poderá ser automaticamente quebrado no dia em que eu vir um cisne negro. Ou, então, outra hipótese poderia ser igualmente formulada: “aquela ave preta, que não sei como se chama, com certeza **não é um cisne**”. Mas os estereótipos não são tão fáceis de serem erradicados: não basta você encontrar uma ou até uma dúzia de loiras inteligentes ou pior e mais sério não basta para alguém que tem estereótipo/preconceito sobre afrodescendentes encontrar alguns afrodescendentes inteligentes e vencedores na vida, para quebrar o preconceito.

### 1.3.3 – Inferências pragmáticas

Nos parágrafos acima procuramos mostrar que o ato comunicativo normalmente contém informação que, aparentemente, parecem não estar nos enunciados; parece que estes enunciados não carregam nenhuma informação, nenhum significado. Para interpretar tais enunciados os interlocutores normalmente, intencionalmente ou não, lançam mão de uma combinação entre decodificação linguística e inferências, deduções que geram

---

<sup>13</sup> As inferências lógicas, assim como o estereótipo, podem ser positivas ou negativas. Se digo que todo cantor de Hip Hop é maluco e meu vizinho é cantor de Hip Hop, logicamente digo que meu vizinho é maluco; ou se digo que a grande maioria de cantores de Hip Hop são malucos e se meu vizinho canta Hip Hop, também o incluo na categoria de malucos. E finalmente, se digo que eu conheci um cantor de Hip Hop que era maluco e se meu vizinho canta Hip Hop, logo...

pressupostos para a derivação de implicaturas contextuais e outros efeitos cognitivos. Para entender como se dá esse processo, observemos o seguinte enunciado de Maria a Pedro:

(9) Maria: \_ A comida vai esfriar<sup>14</sup>!

Diríamos, grosseiramente, que a derivação significativa mais plausível deste enunciado é uma combinação de uma forma lógica com o enriquecimento que se possa acrescentar ao enunciado (seleção e sequência de palavras, dêiticos, pronomes, referentes, etc.). A interpretação semântica do enunciado acima é a informação contida no próprio enunciado, ou seja, o reconhecimento e acreditação da informação de que a comida vai realmente esfriar.

Por outro lado, se Maria quer “comunicar” mais do que “asseverar”, a situação já é um tanto mais complexa e a hipótese de explicação semântica está descartada. Se o casal está em casa, Maria preparando o jantar enquanto Pedro assiste à televisão e Maria profere este enunciado, a hipótese mais relevante é que o enunciado “é um pedido de Maria para que Pedro venha comer” e não a simples constatação de um fato no mundo. Maria, portanto, comunicou mais do que disse.

Para interpretar o enunciado, o ouvinte assume que o falante põe sentido no que diz, assume que o falante procura “comunicar algo a mais” e esse “algo a mais” não está no significado semântico do enunciado. Para interpretar o significado adicional – o não-dito no enunciado, mas contido/implicado nele – falante e ouvinte fazem uso de um processo mental inferencial.

O estudo desse jogo de comunicar algo sem dizê-lo explicitamente teve início com Grice (1967/75) que postulou o Princípio de Cooperação e máximas conversacionais e conceituou o processo de “implicar significados” como “implicatura”. Os conceitos que passaremos a analisar a seguir dizem respeito a como os enunciados conversacionais comunicam (ou não) mais do que significam (ou não).

---

<sup>14</sup> Adaptado de Bordería (2004).

### 1.3.3.1 – Implicaturas

Segundo Grice (1967/75), na comunicação deve existir uma força motivadora que processa a atividade racional e interativa de extrair ou gerar significado não-dito, mas comunicado. Esta força motivadora se dá na mente (por meio da cognição, da racionalidade e da linguagem) pela **relação de implicação** do significado do referente dos interlocutores com o estado das coisas no mundo. A relação de implicação do significado é, portanto, a relação mental que motiva o “dizer” e o “implicar”, a fim de estabelecer a harmonia do Princípio de Cooperação<sup>15</sup>, caso uma máxima seja violada. A relação de implicação do falante se processa pelo “implicar no dizer”, e do ouvinte pelo “inferir o não-dito, mas comunicado” (o implícito, o subentendido).

Enquanto **inferir** remete a um processo mental de (sub)entender significado, **implicatura** remete ao conteúdo (significado e efeito) implícito/subentendido no enunciado. **Inferir** é um planejamento de “desimplicitar” significado implícito; **implicatura** é o próprio significado comunicado implicitamente no enunciado.

A implicatura pode ser conceituada como um processo mental, trivial ou não, que ancorado nos, e pelos, saberes e convenções cognitivo-socio-culturais dos interlocutores, possibilita a geração de significados. A idéia de que existe uma quantidade esperada de informação – que seria veiculada em um intercâmbio verbal – é apenas um dos aspectos de outra idéia, mais geral, de que as pessoas envolvidas em um ato comunicativo cooperam umas com as outras. Nesse sentido, podemos afirmar categóricamente que a inferência é universal e a implicatura é cultural.

### 1.3.3.2 – Pressuposição pragmática

Na comunicação real, como vimos anteriormente, uma pressuposição semântica envolvida em uma sequência de sentenças nem sempre é verdadeira, uma vez que sua interpretação se liga ao conhecimento de mundo e às crenças, desejos e intenções dos interlocutores. Vejamos o seguinte exemplo:

---

<sup>15</sup> Para maiores detalhes, veja Postulados Conversacionais de Grice e violação das máximas, mais adiante.

(10) Meu irmão não é mais um garoto

Dependendo do conhecimento do estado das coisas no mundo (quem é esse irmão, qual a sua idade, que infância teve, com quem se relaciona, onde vive, etc.), das intenções que levam ao falante dizer o que disse, as inferências (pressuposições, acarretamentos e implicaturas) que levam o ouvinte a interpretar o enunciado, podem ser diferentes, uma vez que nem todas as inferências geradas/disparadas pelo enunciado podem ser verdadeiras. Por exemplo, do caso acima pode ser inferido que:

(10a) Meu irmão já é um homem adulto,

ou

(10b) Meu irmão não é mais do sexo masculino.

Veja-se que (10a) é um caso típico de acarretamento, pois sua projeção mais lógica é que **meu irmão cresceu**. Em (10b) não se pode recorrer a tal artifício, uma vez que prever a interpretação do que não está explícito no enunciado não é mais uma propriedade de sentença, mas dependente de um conjunto de elementos linguísticos e não-linguísticos – crenças, valores, convenções, etc. – que vai definir o contexto e será, por sua vez, definido por ele. Portanto, é o conjunto desses, e outros, elementos que, no contexto (linguístico, físico e mental dos interlocutores), auxilia a “desvendar” o mistério do significado implícito.

Neste caso, dizemos que o implicado no enunciado (o não-dito, mas comunicado) é um caso típico de **pressuposição pragmática**. A pressuposição pragmática é uma espécie de um “jogo de acreditação”: o falante, em um dado contexto, assume ou acredita no conteúdo do enunciado, e também assume ou acredita que o seu ouvinte também assume ou acredita nesse mesmo conteúdo. Por sua vez, o ouvinte assume ou acredita que este é o mesmo conteúdo que o falante assume ou em que acredita, quando disse o que disse.

#### Comentário do capítulo

A construção de um arcabouço teórico começa com uma boa reflexão sobre os pressupostos que vão nortear o trabalho científico. Ao fazermos esta pequena revisão dos

principais elementos que compõem os estudos da linguagem, estamos, na realidade, fornecendo ingredientes necessários ao subsídio da fundamentação teórica de nosso trabalho. A reflexão feita nas páginas anteriores sobre os pressupostos sintáticos, semânticos e pragmáticos permitirá que assentemos sobre eles as principais bases dos pilares da construção de nossa argumentação a respeito da interpretação da piada. Essa argumentação básica, somada aos preceitos das principais teorias linguísticas e pragmáticas (PAVEAU e SARFATI, 2006), será valiosamente útil na elaboração do processamento da interpretação da piada.

## CAPÍTULO 2 – Teorias Pragmáticas

O homem chega ao consultório médico:

\_ Doutor, quero fazer uma vasectomia.

\_ Essa é uma decisão muito séria. O senhor já consultou sua mulher e seus filhos?

\_ Claro que sim, doutor. Os favoráveis ganharam por 15 a 2.

### Introdução

Descrevemos a seguir quatro teorias pragmáticas que são de suma importância para o desenvolvimento dos estudos da linguagem, em especial, para a descrição dos estudos interpretativos da piada. As três primeiras – teoria dos atos de fala, postulados conversacionais de Grice e *Politeness* – são relevantes no sentido de complementarem a quarta – a teoria da relevância. Nossa explanação sobre estas teorias neste capítulo, no entanto, será muito sucinta, uma vez que nosso objetivo principal tem como foco a teoria da relevância, a qual abordaremos com mais profundidade no capítulo 3 da segunda parte da tese.

### 2.1 – Teoria dos Atos de Fala

Esta teoria surgiu dentro da Filosofia Analítica de Oxford e tem na obra *How to do things with words*, do filósofo John Langshaw Austin (1962), seus principais fundamentos. Posteriormente John R. Searle (1969), discípulo de Austin, no livro *Speech acts: An essay in the Philosophy of Language*, ampliou o conceito de ato de fala para a reflexão sobre os diversos tipos de ações que se pode realizar através da linguagem. A idéia central desta teoria é que a linguagem não serve somente para descrever o estado das coisas do mundo, mas, e mais importante, para fazer coisas por meio de expressões chamadas *performativas*,

surgindo daí o famoso postulado “dizer é fazer”<sup>16</sup>. Nessa perspectiva, se entende por ato de fala o uso de um enunciado e a ação que este realiza, transformando, de alguma maneira, a realidade dos interlocutores.

Dessa perspectiva, o uso das palavras pode humilhar, ferir, alegrar, dar confiança, felicidade, tirar o emprego, levar ao divórcio, ao suicídio até, e muito mais. No entanto, devemos entender a ação pela linguagem como uma ação mediada, ou seja, para cumprir ou não uma ordem, por exemplo, executamos um ato mental de decidir a obedecer ou de querer fazê-lo. Podemos pensar que as palavras não são, ou nem sempre são, ações que mudam o estado das coisas no mundo diretamente, mas que indiretamente, ou psicologicamente, sem dúvida elas fazem isso. E como se trata da ação das palavras, ou seja, do seu uso, mais uma vez entram em jogo o contexto, os papéis dos interlocutores, as crenças, os valores, comportamentos, etc.

Austin, a partir de uma visão performativa da linguagem<sup>17</sup> estabeleceu três tipos de Atos de Fala aos enunciados: o locutório, o ilocutório e o perlocutório.

Ato **locutório** ocorre no nível fonológico-sintático-semântico e situa os interlocutores no ato comunicativo. Constitui-se dos sons, das regras da língua, da referência (a entidade/coisa/objeto no mundo) e da predicação (atribuição de uma propriedade, estado ou comportamento a essa entidade/coisa/objeto) do enunciado.

Ato **ilocutório** é o que atribui ao ato locutório uma determinada **força**. Quando fazemos uso de um enunciado, sempre realizamos algum tipo de ação, como, por exemplo, prometer, autorizar, duvidar, negar, perguntar, informar, ordenar, surpreender, desejar, causar perplexidade, etc.

Já o ato **perlocutório**, por sua vez, é o efeito que os dois primeiros exercem sobre o interlocutor. Para este ato, todo enunciado carrega um conteúdo (força) que deverá produzir no interlocutor uma ação (efeito)<sup>18</sup>.

Searle adverte, no entanto, que na relação concreta ou possível com o mundo real, os atos de fala se compõem de um *ato de enunciação* – o enunciar – e um *ato proposicional*

---

<sup>16</sup> A diferença entre os dois filósofos é que enquanto Austin pertencia à corrente filosófica da linguagem ordinária, Searle, em suas várias obras, inscreve seu pensamento em uma teoria cognitivista – a dos estados mentais.

<sup>17</sup> O termo *performativo* diz respeito ao fato de que determinadas formas verbais, ao serem pronunciadas, realizarem a ação que nomeiam. Deste ponto de vista, o *performativo* não é um objeto lingüístico, “acreditar/crer no locutor” é uma parte essencial do ato de comunicação.

<sup>18</sup> Posteriormente a Austin e Searle surgiram teorias que dão outro enfoque ao ato comunicativo.

– o conteúdo informativo da proposição. Dessa maneira, a todo conteúdo proposicional (p) se aplica uma força ilocutória (F). Para Searle, todo ato de fala pode ser representado pela fórmula:

$$F(p)$$

em que “F” designa a força ilocutória e “p” o conteúdo proposicional.

Já em obras posteriores Searle propõe a conexão dos atos de fala aos estados mentais intencionais. Para o autor, aos estados mentais possuem uma estrutura psicológica que, no instante da enunciação, se aplicam ao conteúdo da proposição. Searle representa esta relação por:

$$S(p),$$

em que “S” é o estado psicológico (do inglês *state*) – crença, desejo, temor, etc. – e “p” é o conteúdo proposicional (valor de verdade da proposição).

Para Searle, a realização dos atos de fala e o cumprimento dos estados mentais intencionais demandam uma **condição de sinceridade** e uma **condição de felicidade**. A pessoa que “felicitava”, que “dá os pêsames”, que “agradece”, que “promete” etc. tem em mente, no instante da enunciação, a intenção real de fazê-lo e, em consequência, se se cumpre seu desejo, se se confirma sua crença, se se concretiza sua promessa, se realiza a condição de felicidade – a ação é levada a bom término e é efetivada a ação sobre o interlocutor.

Na comunicação real os efeitos do ato ilocutório podem se realizar ou não, explicitamente, ou seja, se queremos agradecer, convencer ou persuadir alguém não basta dizer “eu te agrado”, “eu te convenço” ou “eu te persuado”. A satisfação, o convencimento ou a persuasão vai depender, em maior ou menor grau, da implicação do que é dito, o que significa que a força ilocutória nem sempre aparece explicitamente. O próprio Searle percebeu que, em muitos casos, não existe uma correspondência sistemática entre uma construção gramatical e o ato ilocutivo realizado por ela. Nem sempre uma oração

interrogativa é uma pergunta ou uma imperativa é um ato diretivo, ou uma declarativa é uma asserção.

A teoria dos atos de fala distingue, ainda, atos *diretos* e *indiretos*. Atos diretos são aqueles que se realizam por meio de certas formas linguísticas, como tempos e modos verbais, por exemplo. Atos indiretos, por outro lado, são os que se interpretam (se inferem) a partir do enunciado primário, ou seja, no ato de fala indireto a força ilocutória não está no enunciado, mas o efeito é inferido a partir dele.

As línguas naturais possuem centenas de verbos que cumprem a função performativa. Austin reuniu estas forças em cinco categorias, a saber:

- i) judicativas: emitir um veredicto – condenar, absolver, estimar, analisar, etc.
- ii) exercitativas: designar direitos ou deveres – ordenar, nomear, anular, proclamar, etc.
- iii) compromissivas: comprometer o falante – prometer, garantir, dar a palavra, defender, apoiar, jurar, etc.
- iv) comportativas: atitudes e comportamentos sociais – agradecer, desculpas, lamentar, bendizer, etc.
- v) expositivas: utilizam um expositor – exemplificar, arguir, supor, analisar, etc.

A proposta de Austin se baseia na aplicação de um teste envolvendo uma lista de verbos em primeira pessoa do presente do indicativo. O autor, contudo, reconhece que alguns verbos podem encaixar-se em mais de uma categoria, como por exemplo, “garantir”, que pode pertencer tanto à categoria compromissiva quanto à expositiva.

Searle, por sua vez, apresenta, entre algumas, uma taxonomia dos atos de fala agrupada em:

- i) assertivos: afirmações, descrições, classificações e expressões.
- ii) diretivos: ordens, pedidos e rogos.
- iii) compromissivos: promessas, juramentos, contratos.
- iv) expressivos: felicitações, pêsames, agradecimentos e boas vindas.

- v) declarativos: expressões de declaração, como eu os declaro marido e mulher, eu te batizo, você está demitido, etc.

Segundo o que foi apresentado por Austin, os atos de fala podem ser de dois tipos: i) assertivos ou constativos – atos que descrevem a representação da realidade de um evento por meio de um enunciado assertivo (constatação). Dizem respeito aos valores de verdade das coisas no mundo e comprometem o falante com a verdade da proposição, e ii) performativos – se referem ao fato de que todo dizer é fazer.

Neste último, a subjetividade, em consonância com alguns elementos linguísticos e extralinguísticos, assume certo status dentro do ato da comunicação pelo qual o evento denotado pelo verbo adquire um valor de realização da ação no instante da enunciação. Ato performativo é, portanto, aquele que constitui a realização do ato ilocutivo nomeado pelo verbo do enunciado. No ato performativo se processa a condição de felicidade, vista anteriormente.

Veja-se que se “dizer é fazer” e ao falarmos transformamos a realidade, mesmo por meio de um enunciado constativo efetuamos essa transformação, uma vez que afirmamos algo sobre a realidade – a realização de qualquer ato de fala altera as relações entre os seres humanos. Os atos de fala, ou mais especificamente os efeitos perlocutórios dos enunciados, se formam a partir de regras semânticas constitutivas somadas à força ilocutória.

Os atos de fala, num primeiro momento, nos fariam pensar que existiria uma correlação entre a forma linguística e o ato de fala. Assim, como afirmamos anteriormente, uma declarativa representaria uma asserção, uma interrogativa representaria uma pergunta, etc.

Searle, em seus primeiros estudos, percebeu, contudo, que quando se faz uso de enunciados indiretos, as coisas não são tão definidas. Na teoria dos atos de fala, os atos indiretos se subdividem em o que “se diz” e o que “se pretende dizer”, cuja interpretação depende da atitude do falante. É interessante notar que, na maioria dos casos, um ato performativo tem o verbo em primeira pessoa singular do presente do indicativo. Existem casos, porém, em que este tempo não realiza um evento, mas que o assevera/afirma em uma ação habitual.

A interpretação de um enunciado indireto se dá pelas inferências e implicaturas conversacionais. Note-se, ainda, que, todo ato comunicativo é, ao mesmo tempo, locucionário, ilocucionário e perlocucionário, caso contrário não seria um ato de fala. Se todo o dizer é fazer, a performatividade se faz presente em todo e qualquer uso da linguagem (mesmo quando ficamos em silêncio diante de alguém que nos dirige a palavra, comunicamos algo). Portanto, todos os enunciados são performativos.

As principais críticas à teoria dos atos de fala dizem respeito ao fato desta examinar o significado fora de um contexto real de uso e centrar a ação quase que toda no locutor.

## 2.2 – Do modelo de código à teoria inferencial de Grice

Herbert Paul Grice expôs em 1967, em uma série de conferências que fez na universidade de Harvard sobre as leituras de William James, uma teoria filosófica da linguagem na qual postulou que, nas conversações, existiam significados mais evidentes, mas que ficavam fora dos estudos da Filosofia da Linguagem – até então centrados no positivismo lógico. Em uma famosa conferência intitulada *Logic and conversation*, Grice afirmou que o que dizemos nem sempre carrega explicitamente o que queremos comunicar.

Segundo Grice, na comunicação, as pessoas *dizem e implicam*. Enquanto o que é dito é determinado pelas condições de verdade do enunciado, o implicado depende, além do que é dito, de uma série de outros fatores inferenciais. O significado do enunciado possui, então, uma parte codificada linguisticamente nas palavras e outra parte implicada, que precisa ser decodificada por processos inferenciais (ver modelo de código na teoria da relevância).

### 2.2.1 – O Princípio de Cooperação

Para Grice (1967/75), se todo ato comunicativo é um ato de confiança (acreditar no outro) então deve existir entre os falantes, algum acordo prévio de colaboração na tarefa de comunicar-se, mesmo que os interlocutores não se conheçam previamente. Em geral, o interlocutor colabora com o locutor e procura entender o que ele comunicou – porque ambos têm algum propósito comum, mais ou menos definido, e que tratam de alcançá-lo.

Grice chamou esse acordo prévio de Princípio de Cooperação (PC), que diz: dê sua contribuição à comunicação na maneira solicitada, no momento em que ela ocorre, pelo objetivo reconhecido da comunicação de que você está participando.

Para o autor, as condições que governam a conversação nem sempre aparecem explícitas. Suponhamos, disse Grice, que A e B estão falando sobre um amigo comum C, que trabalha em um banco. A pergunta a B como C está se saindo no trabalho e B responde: Bem, eu acho; ele gosta dos colegas e ainda não foi preso.

Para A interpretar o que B quer dizer, ou seja, para A extrair o significado implícito no enunciado de B, é necessário que recorra a alguns processos mentais inferenciais, já que o que B quer dizer é, mediante suas palavras, diferente do que disse – em sentido estrito, B apenas disse que C ainda não havia sido preso. Uma hipótese interpretativa sugerida da resposta de B poderia ser que C é uma pessoa vulnerável às tentações do dinheiro e, como seus colegas são corruptos e desleais, C corre o risco de ser preso. O significado adicional comunicado no enunciado de B, e inferido por A, é uma implicatura conversacional.

### 2.2.2 – Máximas e implicaturas conversacionais

Esta manobra da comunicação, de acreditar que o interlocutor vai inferir o que se comunica sem dizer, é possível sempre e quando os interlocutores dêem por cumprido o PC, entre ambos. Este princípio, segundo Grice, compreende quatro categorias, ou máximas conversacionais, que, seguindo os conceitos das *categorias* de Kant (1781), podem ser entendidas e parafraseadas como: uma máxima de estrita informatividade, um máxima de sinceridade, uma máxima de pertinência e uma máxima de civilidade.

Para Kant, o entendimento puro dos conceitos é uma síntese *a priori*, elencado na tábua das categorias, conforme o seguinte esquema:

1.	
<i>Da quantidade</i>	
Unidade/ Pluralidade/Totalidade	
2.	3.
<i>Da qualidade</i>	<i>Da relação</i>
Relidade/Negação/Limitação	Inferência e Subsistência ( <i>substantia et accidens</i> )
	Causalidade e Dependência (causa e efeito)
	Comunidade (ação recíproca entre agente e paciente)
4.	
<i>Da modalidade</i>	
Possibilidade – Impossibilidade	
Existência – Não-ser	
Necessidade - Contingência	

Figura 2: Tábua das categorias, segundo Kant

A primeira, a segunda e a quarta máxima de Grice, também têm suas submáximas. Apresentamos, na sequência, o quadro das máximas conversacionais de Grice (1967/75):

Máxima da quantidade

1. Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido pelo propósito do intercâmbio verbal.
2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Máxima da qualidade: Faça sua contribuição de tudo verdadeira

1. Não diga nada que você acredita ser falso.
2. Não diga nada de cuja verdade você não tem prova suficiente.

Máxima da Relevância: Seja relevante (diga apenas o que vem ao caso)

Máxima da Maneira: Seja claro

1. Evite obscuridade da expressão.
2. Evite ambiguidade.
3. Seja breve (evite a prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado.

Enquanto o PC é um acordo tácito e racional firmado entre os interlocutores – de respeitar a harmonia da conversação – as máximas conversacionais são responsáveis pelos efeitos conversacionais – bem sucedidos ou não. As máximas conversacionais não podem ser entendidas como mandamentos que os falantes devem decorar para segui-los. O PC tampouco é prescritivo, mas procura explicitar o fundo implícito, a partir do qual se interpretaria toda e qualquer comunicação verbal.

Tanto o PC quanto as máximas guiam os intercâmbios verbais e os falantes os seguem sem darem conta de sua existência, o que permite conduzir e interpretar a comunicação com sucesso. Sem uma atitude cooperativa dos interlocutores não haveria inferências (pressuposições, acarretamentos e implicaturas) e, talvez, não haveria conversação possível.

Tão forte é a expectativa de cooperação entre os interlocutores que se, em um ato comunicativo, o falante parece não cumprir o PC, ou uma ou mais máximas, o ouvinte, em lugar de pensar que o falante não o cumpre realmente, vai pensar (inferir) que este quer dizer (significar) outra coisa. Grice afirma que a comunicação humana além de ser ostensiva, como já havia exposto em 1957, é também inferencial. Este fato estende o PC a um princípio universal, comum a todos os falantes, que permite aos seres humanos chegarem às implicaturas conversacionais.

Na comunicação real, os intercâmbios comunicativos não são mera sucessão de idéias desconexas, caso contrário não seria racional fazer qualquer esforço para colaborar com o interlocutor. Por esse viés, é natural que, em um determinado contexto, os interlocutores cheguem a significados próximos, já que há a possibilidade de se fazer inferências parecidas. No entanto, é importante salientar que enquanto as inferências são universais, as implicaturas são culturais, ou seja, cada cultura, de acordo com suas crenças, desejos, valores, comportamentos e atitudes, pode fazer diferentes interpretações do mesmo fato do mundo.

As implicaturas conversacionais se produzem a partir de alguns casos, como: i) quando o falante obedece às máximas, ii) quando o falante parece violar uma das máximas, mas não a viola, iii) quando o falante viola uma máxima para não violar uma outra – que concede maior importância e iv) quando o falante viola deliberadamente uma ou mais

máximas. O falante pode, enfim, ignorar, burlar, divergir ou abusar das máximas. Vejamos a seguir alguns destes casos.

#### 2.2.2.1 – Implicaturas conversacionais

A relação de implicação que permite aos interlocutores entender/subentender significados é a hipótese pela qual se estabelece a harmonia da conversação. Essa relação de implicação de (sub)entender significados e que harmoniza a conversação quando uma máxima é ou não violada, chama-se “implicatura conversacional”. Note-se, contudo, que essa relação de implicação de significado não é linguística nem discursiva: é mental e contextual, e por isso, pragmática.

Implicaturas conversacionais são recursos cognitivos que o falante utiliza para implicar/subentender (intencionalmente ou não) significados e aos quais o ouvinte recorre para entender significados não-ditos, mas comunicados. Implicatura conversacional é, ainda, o significado implícito, o não-dito, mas contido, comunicado, no(s) enunciado(S) e que, por meio de inferências – lógicas, semânticas e pragmáticas – permite aos interlocutores comunicar-se verbalmente em um contexto.

Deve ficar claro que as implicaturas conversacionais possuem a propriedade pragmática de não estarem no significado das palavras, mas serem construídas no ato comunicativo (tempo-espaco físico e mental), e serem canceláveis (via inferências particulares dos interlocutores).

Na figura 3 apresentamos um esquema que permite representação a teoria de Grice (1967/75) sobre os conceitos da pragmática.

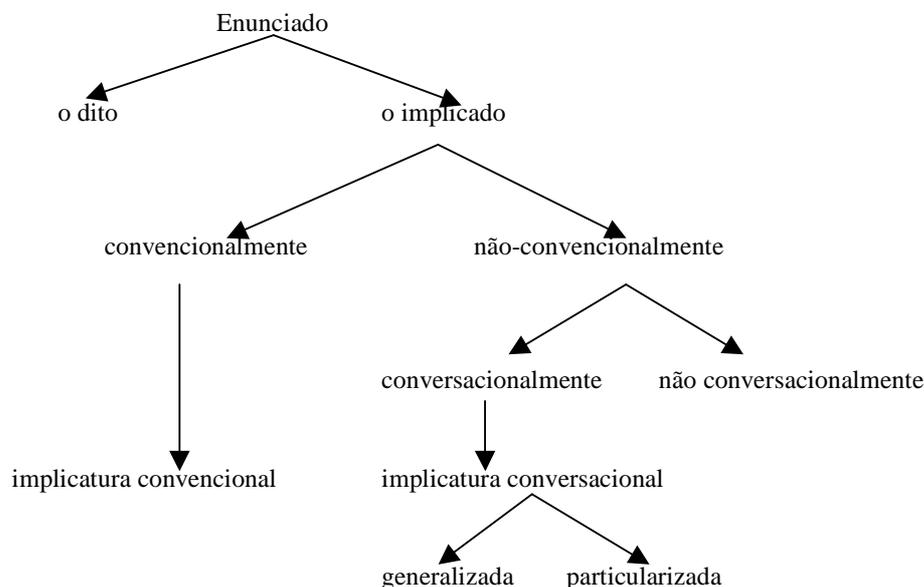


Figura 3: Implicaturas conversacionais de Grice

Embora este esquema seja uma tentativa de sintetizar a leitura que fizemos da teoria de Grice, deve ficar claro que esta sistematização gráfica não encerra, de nenhum modo, outras visões e interpretações sobre a teoria griceana. No entanto, na pesquisa que ora apresentamos, esta formalização sinótica da figura acima norteará muitas das argumentações que feremos para descrever a análise sobre a interpretação da piada.

#### 2.2.2.2 - Implicatura conversacional generalizada

No mundo inteiro, as pessoas fazem uso de recursos cognitivos para depreender significados não-ditos nos atos conversacionais. Estes mecanismos recursivos cognitivos universais são as inferências. Como prevê a teoria griceana, subsidiária da Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995), tais recursos inferenciais são processos que conduzem o ouvinte às “implicaturas conversacionais”. São habilidades cognitivas internalizadas que falantes e ouvintes possuem, e às quais recorrem para interpretar e entender significados implícitos em enunciados.

Como vimos no capítulo 1, do ponto de vista da semântica analítica, enquanto o acarretamento, que é uma inferência semântica, se constitui no significado mais ‘bruto’ fora de contexto, a implicatura, que é uma inferência pragmática, depende do significado produzido conjuntamente pelo locutor e seu ouvinte<sup>19</sup>. Por sua vez, a diferença entre pressuposição semântica e implicatura é que a pressuposição semântica permite o fazer entender sem assumir responsabilidade de comunicar algo e a implicatura, apenas sugere, insinua, dá a entender sem afirmar explicitamente, em presença de uma finalidade. A implicatura não se vincula a um valor de verdade, como a pressuposição semântica e o acarretamento.

Segundo a teoria griceana, para subentender o que não se quer dizer abertamente, por uma razão ou por outra, basta o falante recorrer a um enunciado que implique conversacionalmente o significado não-dito. Quando não se requer um conhecimento específico sobre as coisas no mundo ou sobre os conhecimentos do locutor, quando tudo está no contexto do enunciado, para inferir o significado adicional, os interlocutores fazem uso de uma inferência chamada “implicatura conversacional generalizada”.

Implicatura conversacional generalizada é um processo mental que, ainda que dependa de conhecimentos, crenças, valores específicos do falante e do ouvinte, permite aos interlocutores atribuir e processar significados implícitos em um enunciado. A implicatura conversacional generalizada é um tipo de inferência que não exige dos interlocutores grandes esforços de processamento do significado, uma vez que tudo está no contexto do enunciado.

Um exemplo de implicatura conversacional generalizada pode ser observado na seguinte piada.

O milionário foi operado da vista. Como sinal de gratidão, mandou colocar um enorme olho de vidro na fachada da clínica, em cuja pupila há um retrato do cirurgião. Após a inauguração, ele pergunta ao cirurgião:  
\_ O que achou da surpresa?  
\_ Achei que foi uma sorte não lhe ter operado das hemorróidas...

---

<sup>19</sup> Entre acarretamento (*entailment*) e implicatura estão dois outros conceitos denominados ‘pressuposto semântico’ e ‘pressuposto pragmático’ (cf. Rajagopalan, 1998).

O discurso do cirurgião evidenciado nesta piada deve permitir ao ouvinte/leitor estabelecer relações de implicação entre os significados dos referentes e, ao mesmo tempo, levá-lo a formar previsões sobre estes significados. Os referentes, tais como, milionário, gratidão, olho de vidro, pupila, cirurgião, cirurgia, hemorróidas, etc, se previamente conceituados pelo ouvinte, induzem-no a formular, de alguma maneira, uma relação de implicação de significado entre o “olho de vidro na fachada da clínica” e a “operação no olho do paciente”. Da mesma forma, a partir dessa relação, os referentes: gratidão, cirurgia e hemorróidas, devem possibilitar no ouvinte a apreensão de implicação entre a elocução do médico e o fato da cirurgia não ter sido das hemorróidas do paciente.

Nesta piada, a inferência pragmática é a implicatura conversacional generalizada que permite estabelecer uma relação de implicação entre hemorróidas, ânus, homenagem do paciente e a foto do cirurgião no centro do monumento que o paciente deveria erguer em homenagem ao médico, caso tivesse sido operado das hemorróidas. Como veremos nos capítulos 3 e 4 da parte II, são estes procedimentos mentais que, se feitos pelo ouvinte, possibilitarão a ele rir da piada. Deve ficar claro que este “significado implicado” não aparece explícito nas orações e sentenças da piada; ele deve ser inferido pelo ouvinte/leitor da piada, via inferências pragmáticas.

### 2.2.2.3 - Implicatura escalar

Atualmente, um dos assuntos que provocam discussões acaloradas, dentro do tópico da implicatura conversacional generalizada, é o das “implicaturas escalares”. Sem entrarmos muito no meio das discussões, vamos exemplificar este tipo de implicatura.

(11) Elisa: Você está gostando das disciplinas de linguística que estão sendo ofertadas neste semestre?

Iolanda: É, algumas são interessantes!

A resposta de Iolanda inclui o pronome (quantificador) *algumas*, que remete a uma escala: **todas** > **nem todas** > **muitas** > **algumas** > **poucas** > **nenhuma**. Usando o pronome

**algumas**, Iolanda comunica, via implicatura, a negação das formas “superiores” da escala que caracterizariam mais positivamente a qualidade do curso que ela frequenta.

Implicatura escalar é a inferência que se baseia em uma escala quantitativa de termos linguísticos que permitem dois tipos de relações: i) uma fronteira inferior e ii) uma fronteira superior. A fronteira inferior implica a negação da fronteira superior e vice-versa. A implicatura conversacional generalizada escalar é uma implicatura “disparada” por uma expressão linguística, mas é cancelável, fato que a diferencia da implicatura convencional. Formalmente, essa escala quantitativa é um conjunto ordenado de termos  $\langle p_1, p_2, p_3, \dots, p_n \rangle$ .

#### 2.2.2.4 - Implicatura conversacional particularizada

No exemplo anterior, a implicatura foi calculada sem que os interlocutores recorressem ao conhecimento de um contexto particular. Entretanto, na maioria das vezes, as conversas acontecem em contextos muito específicos, nos quais as pessoas fazem as inferências também específicas de acordo com esses contextos (tempo, espaço, situação, interlocutores, etc.). Vejamos o seguinte exemplo:

Em um movimentado escritório, o chefe passa furioso, gesticulando e falando alto. Uma funcionária comenta com a outra.

(12) Leila: Uiuui! O chefe ficou doido?

Maria: Vamos tomar um cafezinho?

A resposta/pergunta de Maria parece ferir a máxima da relevância da teoria griceana. Para preservar o contrato do princípio de cooperação, Leila terá que inferir alguma razão local e momentânea para entender o porquê Maria profere uma pergunta, aparentemente, não relevante (a resposta mais óbvia e relevante a este tipo de pergunta teria que ser “sim” ou “não”). A razão que levou Maria a dizer o que disse pode ser a presença do chefe (que voltou) ou de algum colega íntimo do chefe, por perto. A implicatura feita

nesse caso é basicamente que Maria não pode responder a pergunta da Leila naquele contexto. Esse tipo de implicatura é chamado **implicatura conversacional particularizada**.

Veja-se que o que normalmente e tradicionalmente se conhece como “implicatura”, na pragmática, é justamente a implicatura conversacional particularizada, que obrigatoriamente apela às crenças, valores, atitudes, contexto, conhecimento de mundo, etc. particulares dos interlocutores. Caso contrário, uma réplica como a da Maria não faria absolutamente nenhum sentido.

A implicatura conversacional particularizada pode ser inferida da seguinte piada.

\_ Mas, doutor, eu nunca poderia supor que tivesse problemas cardíacos.  
\_ Ora, então veja como foi bom o senhor ter procurado um médico. O senhor continuaria a viver alegre, à toa, e iria ficar velho sem sequer suspeitar que é um homem doente...

Toda piada, de certo modo, é uma forma de implicatura conversacional particularizada, já que sua interpretação requer, tanto do narrador quanto do ouvinte, a recorrência a meios e mecanismos, linguísticos e psico-cognitivos, que possibilitem a recuperação de conhecimentos enciclopédicos sobre crenças e convenções próprias e particulares do falante e do ouvinte.

#### 2.2.2.5 - Implicatura convencional

Além das implicaturas conversacionais, generalizada e particularizada, a teoria griceana prevê ainda outro tipo de implicatura: a implicatura **convencional**. A implicatura convencional tem como suporte a língua, precisamente o léxico, ou seja, os significados vinculados convencionalmente às palavras. Mas qual seria, então, a diferença entre a pressuposição lexical, que vimos anteriormente, e a implicatura convencional?

A oração,

(13) Joana é solteira

pressupõe, por força do adjetivo “solteira”, o significado de que “Joana não tem marido”, ou seja, está lexicalmente convencionado à língua portuguesa que o adjetivo “solteira” significa “alguém que não tem marido”. O adjetivo é, neste caso, o elo que une o significado a ele convencionado a representação de uma verdade semântica.

A implicatura convencional não contribui com as condições de verdade das frases em que ocorre; elas são associadas às palavras específicas que conduzem à geração de significados adicionais, como nos exemplos abaixo:

- (14) Pierre é francês, **logo** cozinha bem (porque os franceses cozinham bem).
- (15) **Até** Pedro beijou a freira (porque Pedro é o que tinha menos probabilidade de beijar a freira, mas...).
- (16) Maria fala três idiomas e **apesar disso** não consegue emprego (conclusão não esperada a partir do fato que sabe três idiomas e porque todo indivíduo que fala três idiomas encontraria rapidamente um lugar no mercado de trabalho).

Apesar do significado desse tipo de expressões poder ser considerado como puramente semântico, para a interpretação desses exemplos, é ativado o conhecimento de mundo do leitor. Para inferir os significados dos enunciados, entram em funcionamento os chamados *frames*, que podem ser entendidos como estruturas, ou molduras, de expectativas de conhecimento sobre eventos, pessoas ou objetos do mundo (sobre *frame*, veja-se o capítulo 3 da segunda parte da tese).

Nos exemplos acima, os elementos linguísticos **e**, **mas**, **logo**, **até** e **apesar disso**, permitem às pessoas inferir os significados das orações. No entanto, estas palavras por si só não dizem e nem significam nada. Seus significados, e de outras tantas palavras e expressões da língua portuguesa, só adquirem força de significação (SEARLE, 1969, SPERBER e WILSON, 1995) se estiverem numa relação composicional de implicação sentencial, ou seja, elas só significam algo quando é analisado todo o significado da oração, e não apenas delas em separado. Nessa relação de totalidade oracional, a força valorativa de

qualquer uma dessas palavras não pode ser cancelável porque os significados estão nelas mesmas, não se separam delas.

Implicatura convencional é, então, o significado semântico linguisticamente contido em palavras e/ou expressões e ativada mentalmente por um conjunto particular de convenções, crenças, estereótipos, etc, em um contexto comunicativo.

Para entendermos melhor a implicatura convencional, vejamos a seguinte piada:

O rapaz resolve entrar para o ramo de calçados. Assim que a loja é inaugurada, um frequêns pergunta:  
\_ Tem sapato de crocodilo, moço?  
\_ Ora, depende. Que número ele calça?

O cômico desta piada é oriundo de duas relações de significação sobre a expressão lexical “sapato de crocodilo”: o comprador tem em mente um referente e um significado convencionalizado a ele; o vendedor, por sua vez, atribui ao mesmo referente “sapato de crocodilo” uma relação de implicação diferente da do cliente. O cômico está na diferença da convenção semântica do referente “sapato de crocodilo” do comprador e do vendedor. Nos capítulos 3 e 4 da parte II explicamos com mais detalhes esta relação conceito-referente.

### 2.2.3 – Obediência às máximas

A obediência às máximas conversacionais se dá, segundo Grice (1967/75), quando o processo de inferência exige pouco esforço mental. É o caso, por exemplo, em que A está com um problema no carro, B se aproxima e A lhe dirige a palavra:

- (17) A: Estou sem gasolina  
B: Tem um posto na próxima esquina.

Neste exemplo pode-se observar que B cooperou com A: o PC foi respeitado. Porém, pode parecer que B infringiu a máxima da Relevância – A disse uma coisa e B disse outra que, em princípio, não seria relevante para o caso. B poderia fazer uma inferência

assertiva – constatar que A estava realmente sem gasolina – e dizer **É mesmo: você está sem gasolina** ou **E eu com isso!** O enunciado de B corresponderia, então, aos valores de verdade das coisas no mundo, nada mais. Porém, não foi isso que ocorreu: B comunicou mais informações do que disse, sem infringir nenhuma das máximas.

A obediência às máximas se deu como segue: a) obediência à máxima da quantidade: os dois só disseram as informações estritamente necessárias para o caso, nem mais nem menos; b) obediência à máxima da qualidade: os dois foram sinceros e acreditam que o que o outro disse é verdadeiro e acreditam que o que dizem também é verdadeiro; c) obediência à máxima da relevância: ambos disseram somente o que era relevante ao caso; obediência à máxima da maneira: ambos foram claros, breves e ordenados.

A interpretação, mais plausível, do enunciado de B pode ser entendida assim: no contexto em que A está sem gasolina (tempo/espço em que ocorre o enunciado), o conteúdo proposicional de B é de que existe realmente um posto de gasolina na próxima esquina, que neste posto vendem gasolina e que este posto está aberto nesse instante, que B acredita nisso e deseja que A também acredite nisso<sup>20</sup>. A implicatura de B, que corresponde ao conteúdo proposicional (p), disparada pela inferência pragmática que contém uma força ilocutória (F) que provoca um efeito (estado psicológico) em A, é: vá lá, nesse instante, que você resolverá o teu problema de gasolina.

#### 2.2.4 – Violação das máximas

É natural que, em todo ato comunicativo, falante e ouvinte acreditem no cumprimento do PC e na obediência às máximas conversacionais. No entanto, há situações em que o enunciado parece carregar menos conteúdo informativo do que realmente contém. Quando isso acontece, dizemos que houve violação (ou quebra) das máximas conversacionais. Vejamos como isso ocorre.

##### 2.2.4.1 – Violação da máxima da quantidade

Neste tipo de violação, parece que o falante abandona uma máxima com o propósito de obter uma implicatura. Grice (1967/75) exemplifica este caso com a famosa carta de

---

<sup>20</sup> Veja-se que este tipo de inferência se assemelha ao conceito de pressuposição pragmática.

recomendação solicitada por um colega, sobre um aluno candidato à vaga de professor de filosofia. Em português, a carta seria mais ou menos assim: “Caro professor. O candidato X participa assiduamente das aulas, executa todas as tarefas e fala bem inglês. Sem mais”.

O professor que escreveu a carta sabe que seu colega deseja obter informações sobre o candidato. Se ele desejasse não cooperar, optando por fugir do cumprimento às máximas, por que se daria o trabalho de escrever a carta? Portanto, é improvável que ele esteja incapacitado de escrever mais, já que o candidato é seu aluno. Neste caso, há uma (aparente) violação da máxima da quantidade: o professor deseja comunicar mais do que escreveu e, no entanto, se absteve. A quantidade de informação “a mais” está subentendida e o destinatário sacará a implicatura (significado implícito) de que X não tem nenhum talento filosófico. Nessa situação, o professor escrevente poderia também não ter escrito carta alguma. Mas, nesse caso, não se trataria da violação das máximas, mas da não adesão ao Princípio de Cooperação.

Casos típicos de violação da máxima da quantidade são as tautologias.

#### 2.2.4.2 – Violação da máxima da qualidade

São casos típicos de violação desta máxima:

- **as metáforas:** o namorado diz à namorada:

(18) Você é a flor do meu jardim!

Este enunciado é um caso característico de falsidade categorial. O que o namorado está tentando comunicar é a atribuição de semelhança da beleza da flor a alguns traços físicos de sua amada, pelo menos aos olhos apaixonados dele. O rapaz disse menos (aliás, não disse nada) e comunicou mais; o significado se dá via inferências pragmáticas.

- **a ironia:** a esposa de um amigo teu comprou um vestido novo e, ao usá-lo pela primeira vez, você percebeu que o vestido é horrível e que, realmente, ela não ficou bem naquela peça. Então você diz:

(19) Nossa (fulana) como você está ótima!

É perfeitamente óbvio que o que você disse é algo contraditório, já que você não acredita no teu enunciado. Você violou a máxima da sinceridade.

É possível, ainda, violar a máxima da qualidade combinando ironia com metáfora. Observe:

Um homem chega correndo em casa e diz à mulher:

\_ Pode fazer as malas, ganhei na loteria.

A mulher pergunta:

\_ Preciso pegar roupa de inverno ou de verão?

Ele responde:

\_ Pegue todas, você vai embora!

- **a mentira:** Eu conheço o Azerbaijão, estive lá ontem.

- **o eufemismo:** se você for contar para alguém sobre o que eu disse acima, você poderá dizer:

(21) Ele faltou com a verdade!

Ao você se expressar assim, procura suavizar uma idéia (foi uma mentira deslavada mesmo!) substituindo-a por uma expressão mais polida.

- **a hipérbole:**

(22) Quase morri de rir!

O falante exagera (ou diminui) intencionalmente a verdade das coisas para reforçar um pensamento.

## - as piadas:

Dois bêbados conversam num boteco e, a certa altura, um deles propõe irem para a zona.

\_ Boa idéia – responde o outro, que dá um passo e cai, esborrachando-se no chão.

O primeiro, ao ver o estado do amigo, conclui que ele jamais teria forças para transar e decide levá-lo para sua própria casa.

Quando chegam, são atendidos por uma mulher velha e malencarada.

\_ Que piranha mais feia – comenta o bêbado.

\_ Essa é minha mãe – diz o outro, chateado.

\_ Aaaaaahh!!! Então, desculpe. Vou ficar com ela. Mas é só por consideração, hein!

A pessoa que conta piada não assume responsabilidade por seus enunciados (ver Attardo, 1994) e nem se compromete com a verdade do que diz. Viola-se a máxima da qualidade porque, na piada, a verdade fica encoberta pela aceitação do ouvinte do estado das coisas de um mundo possível. No capítulo três, da segunda parte, aprofundaremos mais detalhadamente este caso de violação das máximas.

### 2.2.4.3 – Violação da máxima da relevância

A violação desta máxima consiste no fato de que o que o falante diz não tem nenhuma relação com o assunto em questão. Observe o seguinte exemplo:

O técnico de uma famosa seleção de futebol está dando uma entrevista e, lá pelas tantas, um repórter lhe pergunta:

(23) R: O senhor poderia explicar por que a seleção perdeu a Copa?

T: Alguém tem mais alguma pergunta?

Veja-se que T respondeu a pergunta de R com outra pergunta. A implicatura do enunciado de T é uma recusa em responder à pergunta do repórter, que deve interpretar que T não quer discutir o tema e dá o assunto por encerrado.

#### 2.2.4.4 – violação da máxima da maneira

No ato comunicativo, o locutor espera que o interlocutor se interesse pela conversação e que haja com certa rapidez o entendimento entre ambos. A violação da máxima da maneira está relacionada a “como” o que dever ser dito é dito, uma vez que o significado do enunciado pode estar tácito ou não explícito. Veja o exemplo em que pai e mãe, ao saírem de viagem, conversam sobre um objeto do filho pequeno.

(24) Mãe: Você pegou a bicuda?

Pai: Peguei!

Observe-se que o que se diz é compartilhado pelo casal apenas, já que supostamente não querem, ao menos naquele instante, que o filhinho mame. Neste caso, a interpretação do enunciado da mãe se deu via implicatura conversacional particularizada, já que o significado de “mamadeira” está convencionalizado no léxico “bicuda” comum aos dois. A violação da máxima da maneira está na ambiguidade e obscuridade direcionada ao filhinho.

#### 2.2.4.5. violação deliberada ou ostentosa

A implicatura ocorre quando o interlocutor viola deliberadamente uma ou mais máximas. Por exemplo, diante da insistência do filho em sair para comprar-lhe um brinquedo, a mãe diz:

(25) Eu vou só depois que terminar de limpar a casa, fazer o almoço pra você, lavar a louça, estender a roupa, varrer a calçada...

A prolixidade da resposta da mãe, em clara violação da máxima da maneira, tem por missão que o filho infira a negativa da mãe diante de sua insistência e desista, pelo menos momentaneamente. A implicatura recai sobre o estado de ânimo da mãe, que já está de saco cheio e só vai sair, se é que vai, depois de executar todas essas tarefas.

#### 2.2.4.6 – Choque entre as máximas

É a situação em que o interlocutor não sabe dar toda a informação que o enunciado requer e, para não violar o PC, dá uma informação aproximada, violando, assim, a máxima da quantidade para não violar a máxima da qualidade.

(26) Pai: Você sabe onde mora a empregada?

Filho: Lá pro lado do Portão.

O locutor-pai, com base no PC e sabendo que a máxima de qualidade – diga a verdade – é hierarquicamente mais alta que as outras (a que se deve obedecer por primeiro) sacará a informação de que provavelmente isso é tudo que o interlocutor-filho sabe sobre o assunto. Veja-se que, por outro lado, para preservar suas intenções, o interlocutor também pode infringir a máxima da qualidade e mentir. Nesse caso, a verdade do enunciado fica encoberta.

### 2.3 – Teorias de Cortesia ou Polidez

Como vimos, uma das idéias centrais da pragmática é que, nas trocas verbais, para interpretar um enunciado, os interlocutores lançam mão de uma série de expectativas que permitem decifrar os – ou pelo menos, aproximar-se de um dos – significados transmitidos, intencionalmente ou não. O interessante é que algumas dessas expectativas pouco ou nada têm a ver com a informação (no sentido mais estrito), mas antes, com a maneira de como se realiza a ação linguística a fim de manter boas relações entre os interlocutores.

A própria Psicologia nos ensina que o ser humano é um ser social e que, se e quando, rompe, por alguma razão, as relações com outros membros do grupo, pode ficar à margem deste grupo e da comunidade em que vive, o que, em última instância, pode ser fatal à sua sobrevivência. É por isso, então, que nos intercâmbios conversacionais, a informação sobre as relações entre os interlocutores ocupa mais espaço do que a informação estrita sobre os fatos. Assim, quando, de manhã, entramos no elevador do prédio em que moramos e nos deparamos com um vizinho, após saudá-lo com um trivial

“bom dia”, normalmente, após alguns segundos, ampliamos nossa conversa para algo como “está quente hoje!” ou “parece que vai chover”.

É claro que em nenhum dos casos estamos transmitindo uma informação meteorológica sobre a previsão do tempo. Dizemos o que dizemos com a intenção de mostrar ao vizinho que estamos de bem com ele, que não queremos conflitos, que preferimos a paz nas nossas relações e que também esperamos o mesmo da parte dele.

Agora imagine a mesma situação do elevador, mas em vez de proferir algo como no exemplo acima, não dizemos nada. É falta de “informação meteorológica” que nos faz emudecer? Claro que não! É quase – e às vezes de fato é – uma declaração de guerra, algo não dito, mas entendido por ambos. Da mesma maneira nós interpretaríamos o silêncio do nosso vizinho quando nós nos dirigimos a ele com as palavras amistosas sobre a situação meteorológica.

Quando tratamos da cortesia linguística, não nos referimos àquela “cortesia” no sentido cotidiano, mas na eficácia das relações interpessoais que se dão através da linguagem, da polidez linguística. Por isso “dizer a verdade”, por exemplo, que é uma norma de eficácia informativa contida no Princípio de Cooperação e nas Máximas de Grice, pode ser descortês em determinadas circunstâncias e, inclusive, causar sérios problemas aos interlocutores.

A cortesia linguística não é só um problema de normas de convívio social, mas também um dos problemas do interesse da pragmática, pois lida com a descrição dos princípios que guiam a comunicação humana. É possível identificar algumas grandes correntes nas pesquisas sobre a cortesia linguística, que se distinguem pelo entendimento do que seja um comportamento polido e pela inclusão do contexto de uma situação com toda sua variabilidade. Nesse sentido, é igualmente interessante na relação da interpretação da piada, uma vez que, como veremos, esta envolve variáveis de distância, poder e imposição, entre os participantes do ato humorístico.

### 2.3.1. - Cortesia ou polidez como norma social

A posição sobre a *cortesia* ou *polidez* como norma social entende que em qualquer sociedade existem padrões de comportamento, de acordo com os quais os enunciados proferidos pelos falantes são considerados polidos ou não. Nessa perspectiva, a cortesia ou polidez é entendida como uma norma conversacional e, sendo assim, só as violações dessa norma seriam notadas pelos interlocutores. A norma conversacional é baseada em um conjunto inicial de direitos e obrigações e é formada por três componentes básicos: i) convencional e dificilmente negociado (como as regras de tomada de turno); ii) imposto pelas instituições sociais (como os termos de tratamento) e também raramente negociável, e iii) determinado pelas interações anteriores entre os interlocutores ou o particular em uma dada situação e, portanto, variável.

Esta teoria é bastante criticada principalmente porque as normas de comportamento – conversacionais ou não – podem ser quebradas em um sentido positivo, ou seja, polido. Outra crítica à teoria recai sobre o próprio conceito de polidez, que é muito próximo da polidez entendida dentro do senso comum, já que, no fundo, considera a polidez em termos de formalidade e de estilos de falas.

### 2.3.2 – Máximas conversacionais e polidez

Em 1973, Lakoff lança mão de duas máximas conversacionais apenas ligadas à polidez:

- i) seja claro;
- ii) seja cortês: a) não faça imposições, b) dê opções e c) faça com que seu interlocutor se sinta bem.

Para o autor, numa conversação bastaria com que os interlocutores prescindissem dessas máximas para que se estabelecesse a harmonia da conversação. Na prática, porém, este paradigma apresenta um (um?) grande problema: é que na conversação improvisada, locutor e interlocutor estão sempre num embate de imposição um sobre o outro. Nessa contenda conversacional, como se verá na teoria de Brown e Levinson (1987), a polidez linguística advém de outros fatores, tais como poder e distância social, que fazem com que a conversa se dê sempre numa relação de ameaça de face entre os interlocutores.

Os estudos conversacionais com base na polidez seguiram firmes e em 1983, Leech postula o *Princípio de Polidez* (PP) para a conversação. Segundo o autor, o PP se formula da seguinte maneira:

Reduza ao mínimo a expressão de crenças descorteses.

Tendo como ponto de partida conceitual o Princípio de Cooperação griceano, o PP explicaria como se regulam, na conversação, o equilíbrio social e as relações harmoniosas entre os interlocutores. Conforme o PP, justamente pelo fato destes serem cooperativos, o ouvinte é capaz de deduzir as intenções do falante ao notar um desvio do PC e encontrar a implicatura necessária. O Princípio de Polidez também inclui uma série de máximas que regulam o custo/benefício dos atos de fala para os interlocutores. Uma ação linguística é considerada mais descortês quanto maior é seu custo e menor seu benefício para o ouvinte. São seguintes as Máximas postuladas por Leech:

- i) Máxima de tato: em atos de fala impositivos e comissivos, reduza ao mínimo o custo para o outro. Suba ao máximo o benefício para o outro;
- ii) Máxima de generosidade: em atos de fala impositivos e comissivos, reduza ao mínimo o benefício próprio. Suba ao máximo o custo próprio;
- iii) Máxima de aprovação: em atos de fala expressivos e assertivos, reduza ao mínimo o desprezo ao outro. Suba ao máximo o elogio ao outro;
- iv) Máxima de modéstia: em atos de fala expressivos e assertivos, reduza ao mínimo o elogio a si próprio. Suba ao máximo o apreço pelo outro;
- v) Máxima de harmonia (acordo): em atos assertivos, reduza ao mínimo o desacordo com o outro. Suba ao máximo o acordo com o outro;
- vi) Máxima de simpatia: em atos assertivos, reduza ao mínimo a antipatia entre você e o outro. Suba ao máximo a simpatia entre você e o outro.

Leech correlaciona a maneira indireta de fazer o enunciado com a polidez, afirmando que essa maneira indireta costuma ser mais polida. Portanto, as máximas postuladas não teriam o mesmo peso. Leech considera, ainda, que as máximas de tato e de

aprovação são mais importantes, pois acredita que a polidez seja mais orientada em direção ao 'outro'. Para o autor, existem, ainda, ações intrinsecamente descorteses, como, por exemplo, *pedir*, e outras inerentemente corteses, como, por exemplo, *oferecer*.

As maiores críticas sobre a teoria proposta por Leech se concentram na sua baixa aplicabilidade à linguagem real e na arbitrariedade das máximas. A equação da maneira indireta de se expressar com a polidez também é questionada, pois, dependendo do contexto, um enunciado direto pode ser apropriadamente polido, enquanto um enunciado indireto, também dentro das condições específicas, pode chegar a ser descortês.

### 2.3.2 – *Politeness*

A teoria de cortesia linguística atualmente mais abordada por linguistas e pragmaticistas, com as mais diferentes línguas do mundo, é *Politeness: some universals in language use*, de P. Brown e S. Levinson (1987). Esta teoria, conhecida como “Teoria da Polidez”, tem como base a noção de “salvação da face” engajada e um conjunto de construtos teóricos de estratégias conversacionais tomadas pelos falantes em um intercâmbio comunicativo. Nesta teoria, a cortesia, ou polidez, é vista como um dos elementos essenciais da vida social humana e, portanto, como uma condição necessária para uma cooperação linguística eficaz.

A posição teórica de Brown e Levinson (op cit) vai além de uma mera extensão das idéias de Grice, principalmente porque inclui conceitos da antropologia social e da psicologia social. O conceito de polidez se baseia em duas noções fundamentais:

- i) a comunicação é uma atividade racional que tem algum objetivo ou que os interlocutores pensam estrategicamente e têm consciência de suas escolhas linguísticas;
- ii) cada indivíduo deseja preservar a sua *face* ou imagem pública.

A imagem pública dos indivíduos, por sua vez, consiste em dois tipos de desejo que subscrevem o conceito de *face*:

- i) o desejo de auto-afirmação, de não querer receber imposições de outrém, de ter liberdade de ação é subsidiário da *face negativa*;
- ii) o desejo de ser aprovado, aceito, apreciado pelos parceiros da atividade comunicativa subsidia a *face positiva*.

Para Brown e Levinson (op cit), em situações comunicativas, tanto o falante como o ouvinte deseja manter sua própria *face* bem como preservar a do interlocutor. No entanto, como a imagem pública nunca é estável, ela fica constantemente ameaçada pelos fatores linguísticos disponíveis à linguagem dos interlocutores, o que faz com que eles cometam atos de ameaça à *face* (*Face Threatening Acts* – FTA's). A necessidade de produzir um enunciado que ameace a *face* do ouvinte e o desejo de não feri-la, como também não “machucar” sua própria *face*, estão frequentemente em conflito no falante, o que leva falante e ouvinte a recorrerem a algumas estratégias de “atenuações”, ou não, dos atos comunicativos.

Segundo Brown e Levinson, três variáveis sociais estabelecem o nível da polidez linguística, conjugando os dois tipos de desejo e o conseqüente risco à manutenção/ameaça da *face*:

- i) o **poder** relativo que o ouvinte exerce sobre o falante e vice-versa: P(F, O);
- ii) a **distância** social entre os dois: D(F, O);
- iii) o grau de **relevância** do próprio ato comunicativo, ou seja, o risco de “perder” a *face* em um contexto cultural específico: Rx<sup>21</sup>.

O somatório destas variáveis determina o “peso” (Wx) de um FTA e, em consequência, determina também a escolha de uma estratégia conversacional entre os interlocutores.

Brown & Levinson argumentam, ainda, que certos atos de fala ameaçam “por natureza” a *face* do falante e/ou do ouvinte. Os atos diretivos (pedidos, ordens, sugestões, avisos) e os comissivos (promessas, ameaças, recusas) representam uma ameaça à *face*

---

<sup>21</sup> Rx é o valor que mede o grau de importância com que cada FTA é avaliado (pela imposição) em uma dada cultura. É o peso da motivação para comunicar-se com eficiência e está relacionado à percepção do falante.

negativa do ouvinte, pois o falante age com uma certa pressão para que o ouvinte execute alguma ação particular. Já os atos expressivos (desculpas, cumprimentos, agradecimentos) se revelam como ameaçadores da *face* positiva do falante, uma vez que, por exemplo, por algum motivo, este se vê na obrigação de pedir desculpas, se encontrará em uma situação um tanto humilhante, o que fere sua *face* positiva.

Os autores distinguem uma série de estratégias conversacionais usadas pelos interlocutores para atenuar as ações ameaçadoras. Essas estratégias vão desde evitar tais ações completamente até realizá-las de diferentes maneiras, atendendo à imagem positiva ou negativa do interlocutor e, de passagem, envolvendo a sua própria imagem. As estratégias incluem vários recursos lexicais, gramaticais e discursivos e também a entonação e as formas de tratamento, que entram em jogo de maneiras diferentes em diferentes línguas e culturas.

A estratégia chamada *on record*, por exemplo, supõe que a intenção comunicativa do falante está bem clara e que ele observa as máximas conversacionais do Princípio de Cooperação. Essa estratégia, que se apresenta como ‘impolida’ é usada em circunstâncias específicas, como:

- i) sem ação reparadora: em uma situação de urgência ou emergência em que o ato comunicativo é mais importante que a face (uma pessoa que está se afogando em um rio, grita a alguém que ela avistou na margem *Me tira daqui*, sem se importar com a distância social ou o *status* do desconhecido);
- ii) com ação reparadora:
  - a) polidez positiva – quando o enunciado é proferido para atender aos interesses do ouvinte e não requer os sacrifícios da *face* do falante (Eu me solidarizo com você porque somos iguais);
  - b) polidez negativa – ocorre quando o poder social (*status*) do falante é muito superior ao do ouvinte e está orientada para evitar conflitos e satisfazer parcialmente a *face* negativa do ouvinte.

As estratégias da chamada polidez positiva são baseadas na “aproximação” do falante ao ouvinte, enquanto as da polidez negativa no “evitamento” de conflitos, em uma espécie de “fuga”. Ao usar a polidez positiva, a ‘polidez de solidariedade’, o falante procura o acordo com seu ouvinte. Isso pode ser feito, em demonstração de interesse pelas coisas do ouvinte, de simpatia por ele, manifestando os interesses e conhecimentos mais ou menos “comuns” por pertencer ao mesmo grupo.

Dependendo da distância e das relações do poder entre os interlocutores, o falante poderá usar a estratégia conversacional direta (*on record*) sem atenuações. Entretanto, essa estratégia também pode incluir modalidade verbal, tautologias, elipses, metáforas, ironias, ambiguidades, vários tipos, enfim, de expressões específicas “evitadoras de conflito” e outros meios para minimizar a imposição (Rx), violando, com isso, frequentemente, as algumas máximas griceanas.

Já com os enunciados que apresentam a estratégia indireta (*off record*), a intenção comunicativa do falante está longe de ser clara, e o ouvinte terá que se esforçar para ativar os mecanismos de inferência e tentar descobrir as intenções do falante. Este tipo de estratégia viola, ainda que aparentemente, as máximas griceanas e aparecem em insinuações, exageros, dissimulações, ambiguidades, ironia, metáforas, tautologias, etc. Quanto mais indireto for o ato comunicativo, menos ameaçador à face ele é, pois permite mais espaço para a negociação, uma vez que os interlocutores não se comprometem com o que dizem.

É interessante notar que o conceito de *face* não tem a mesma conotação, o mesmo significado, de *polidez*: enquanto o primeiro diz respeito à imagem pública, o segundo se refere a escolhas de estratégias conversacionais, às quais os indivíduos recorrem para intercambiar informações. *Face* é o primitivo da teoria e significa “seja assim”.

Brown & Levinson consideram 15 estratégias de polidez positiva e também listam 10 estratégias de polidez negativa. Atualmente, a teoria de polidez linguística de Brown e Levinson é bastante discutida e testada empiricamente na análise de dados de várias línguas e culturas, de vários contextos e situações.

Para o caso da análise da interpretação da piada, como se verá na segunda parte da tese, será importante destacar que na *Politeness* as máximas conversacionais ficam

relativizadas pelo componente sócio-cultural tanto do narrador quanto do ouvinte, assim como os conceitos de face.

Do ponto de vista da polidez linguística, a piada sempre põe em evidência a “face positiva” e a “polidez positiva com ação reparadora” do narrador, pois geralmente o contador da piada deseja se solidarizar com ouvinte, igualar-se a ele, ou seja, na piada o narrador não necessariamente precisa sacrificar sua face para se comunicar. Na piada, o FTA tende à otimização da polidez linguística.

Em muitos casos, porém, a piada funciona como um FTA *on record* extremamente ameaçador à face do ouvinte e o humor que deveria entreter o ouvinte acaba por feri-lo. É o caso, por exemplo, de piadas que exploram minorias sociais: i) bichas, loiras, gordos; ii) grupos étnicos: afrodescendentes, judeus, portugueses; iii) grupos já discriminados pela natureza: anões, corcundas, aleijados; iv) pessoas marcadas por características dramáticas: capengas, caolhos, manetas; v) defeitos ridicularizáveis: gogos, fanhos, surdos. (cf. POSSENTI, 1998). Na última seção da segunda parte da tese abordamos com mais detalhes este assunto.

#### Comentário do capítulo

As teorias pragmáticas vistas até agora são hipóteses bem fundamentadas de descrições de como se processa a comunicação humana. Estes paradigmas permitem descrever com bastante profundidade e conhecimento os processos inferenciais vistos pela ótica semântico-conversacional e social. No entanto, nenhuma delas aborda formalmente o processamento dos enunciados desde a perspectiva inferencial, prevista anteriormente por Grice. Ainda que a teoria griceana seja tomada como o divisor de águas para os estudos pragmáticos da linguagem, ela guarda uma tradição semântica muito forte. É o caso, por exemplo, na noção de “relevância” que Grice deixa vago em seu estudo.

A teoria que vamos ver na sequência, a Teoria da Relevância, é uma aproximação descritiva do processamento cognitivo-inferencial. Porém, é uma tentativa que permite ir além dos dados conversacionais das outras teorias e entrar no processamento mesmo da cognição inferencial. Nossa esperança é que, com base nos pressupostos teóricos dessa teoria, consigamos explicar os princípios que norteiam a cognição humana no que tange à sua competência humorística, e com isso explicarmos como se dá a interpretação da piada.



## CAPÍTULO 3 – Teoria da Relevância: por uma resposta à comunicação inferencial humana

Três sujeitos discutiam quem tinha a profissão mais antiga.

– Não que eu queira contar vantagem – disse o marceneiro –, mas meus antepassados construíram a Arca de Noé.

– Isso não é nada! – respondeu o jardineiro. Foram meus antepassados que plantaram o Jardim do Éden.

– Tudo bem – disse o electricista –, mas quando Deus disse “Haja luz”, quem você acham que tinha puxado toda a fiação?

### Introdução

*Relevance: communication & cognition* (SPERBER e WILSON, 1995) é, talvez, a mais interessante, atrativa, poderosa e polêmica tentativa de explicar a comunicação humana. É uma proposta que se reveste de uma inevitável complexidade teórica, sobretudo por convergir uma tradição de estudos sintático-semânticos com os mais recentes estudos da psicologia cognitiva, principalmente sobre processamento de informações – processos inferenciais, representação, memória, etc. A teoria subverte a teoria da comunicação codificada, retifica a teoria das implicaturas conversacionais de Grice e ignora o ceticismo das teorias cognitivas sobre a abordagem dos sistemas centrais (SILVEIRA e FELTES, 1997).

Ainda que seja arrojada quanto à amplitude de seu objeto, trata-se de uma teoria que não possui um caráter estrito nem sequer predominantemente linguístico, já que o grau de incursão e validação das inferências se encontra no campo da psicologia. Talvez esta referida complexidade explique um pouco o fato da Teoria da Relevância ainda não ter sido devidamente sistematizada no meio acadêmico brasileiro. No contexto científico internacional, no entanto, ela tem grande repercussão nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo em pesquisas voltadas a investigações sobre a racionalidade humana, sobre o significado na linguagem na comunicação ou sobre o processamento computacional e

inferencial de informações. Neste capítulo apresentaremos resumidamente a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995).

### 3.1 – Comunicação humana

#### 3.1.1 – Da teoria de código à teoria computacional inferencial

A grande maioria dos livros de introdução à linguística apresenta em seus capítulos introdutórios a descrição da comunicação humana. Porém, em linhas gerais, os estudos pragmáticos sobre a comunicação se fundamentam em duas propostas:

- i) a teoria de códigos – que vincula uma forte ligação semântica à representação de uma pragmática formal;
- ii) a teoria inferencial – que se caracteriza como uma pragmática cognitiva por vincular a compreensão humana a raciocínios lógicos e cognitivos.

O tradicional modelo teórico de código proposto pelos engenheiros Shannon e Weaver, em 1949 (apud BORDERIA, 2004) e adaptado à comunicação humana por Jakobson, em 1961 (idem), sugere que em um contexto, um emissor, através de um canal, mesmo com algum nível de ruído, mediante um código, transmite uma mensagem a um receptor. O modelo da comunicação de código pode ser representado na figura abaixo.

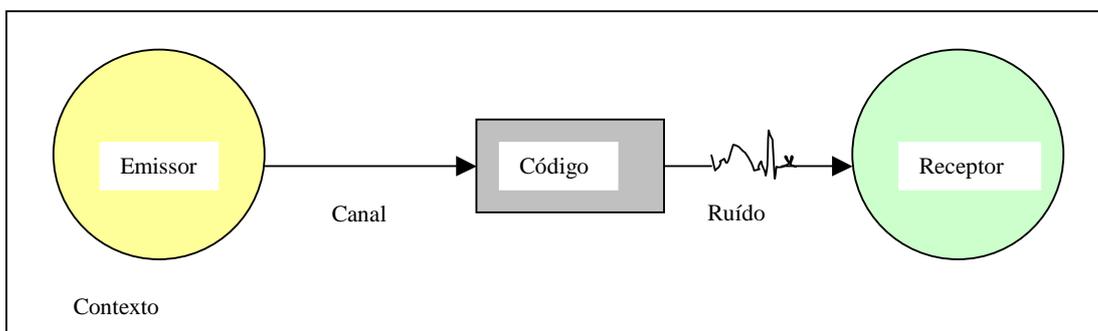


Figura 4: Modelo da comunicação segundo Jakobson/Shannon e Weaver (Adaptado de Bordería, 2004)

Neste modelo de comunicação, o emissor e o receptor mais que falar, discutir, insinuar, ironizar, interagir, contar piadas, trocam mensagens de forma asséptica porque, cada um a seu turno, não tem problemas com o conteúdo das mensagens: o emissor codifica a mensagem e o receptor a decodifica, de modo que a comunicação entre os dois consiste em um “empacotar” e “desempacotar” o mesmo significado, uma vez que ambos interlocutores compartilham o mesmo contexto. O único problema com este modelo surge quando emissor e receptor não utilizam o mesmo código ou quando há algum ruído muito forte no canal. Veja-se que este modelo está limitado apenas à comunicação linguística<sup>22</sup>.

Apesar dos inconvenientes teóricos, o modelo desperta muitas idéias interessantes, tais como o fato da comunicação,

- i) empregar um código (linguístico);
- ii) acontecer entre no mínimo dois indivíduos;
- iii) ocorrer mediante a transmissão e recepção de mensagens.

Porém, supor que compartilhar o mesmo contexto é o suficiente para falante e ouvinte terem as mesmas idéias e compartilharem o mesmo significado de um enunciado é uma visão muito otimista.

“Como será que os seres humanos se comunicam uns com os outros?” – questionam Sperber & Wilson, em *Relevance: communication & cognition* (1986/95). Para responder esta pergunta os autores sugerem que o que distingue o modelo de código do modelo inferencial proposto por Grice é estabelecimento de uma propriedade psico-cognitiva mínima que permite determinar que duas pessoas se comunicam: a **intenção**<sup>23</sup>. No entanto, para que haja comunicação é necessário estabelecer duas características à intenção:

- i) que a intenção seja explícita;
- ii) que seja reconhecida pelos interlocutores.

---

<sup>22</sup> Nesse sentido, Searle (1969, 1983) restringe a aplicação da intenção ao domínio do “significado literal”. Portanto, a teoria de Searle é de “decodificação linguística”.

<sup>23</sup> Uma das grandes contribuições de Grice à pragmática, talvez a mais importante, foi a de demonstrar que ela pode fornecer a base para uma alternativa à teoria semiótica da comunicação.

Como as intenções não podem ser decodificadas, mas sim inferidas, ficam assim lançadas as bases de *Relevance: communication & cognition*, ou simplesmente teoria da relevância (TR), como é conhecida a obra mais famosa de Sperber & Wilson.

Para Sperber & Wilson, a comunicação humana oral é um processo em que estão envolvidos dois mecanismos – falante e ouvinte – e que o falante modifica o ambiente acústico do ouvinte, levando-o, assim, a desenvolver pensamentos semelhantes às suas representações (do falante). Nesse processo, os pensamentos, são representações conceptuais opostos a representações sensoriais ou representações emocionais, e suposições são pensamentos que representam o mundo real dos indivíduos. A questão é: o que se comunica, ou como é que um estímulo físico pode efetuar a requerida semelhança de pensamentos quando não existe semelhança nenhuma entre a realidade do estímulo e os pensamentos que a ele correspondem?

Para a TR, a comunicação humana ocorre devido ao fato de que a cognição humana tende a dirigir-se à relevância ótima, conceito que Grice deixou vago em seus postulados conversacionais. Sperber e Wilson (op cit) conceituam a relevância como uma propriedade psicológica que faz com que uma entrada de dados valha a pena ser processada em termos de efeito e esforço cognitivo de processamento, porque modifica e reorganiza suposições disponíveis. O efeito cognitivo, por sua vez, pode fortalecer suposições existentes, contradizê-las ao fornecer evidências decisivas contrárias ou combinar suposições existentes para calcular implicações contextuais. Todo o trabalho de interpretação das representações ocorre pelo “Princípio Cognitivo de Relevância”, princípio pelo qual a atenção humana e seus recursos de processamento estão dirigidos para as informações que forem relevantes. Nesse sentido, numa comunicação espontânea a elocução mais relevante é aquela que causa maior efeito cognitivo e exige o menor esforço de processamento.

Na comunicação espontânea o locutor cria expectativas de relevância ótima enquanto que o objetivo do ouvinte é encontrar uma interpretação que satisfaça essa expectativa de relevância ótima. Uma elocução é otimamente relevante se, e apenas se:

- i) é relevante para valer a pena ser processada;
- ii) é a mais relevante compatível com as capacidades e as preferências do falante.

A compreensão inferencial ocorre do seguinte modo: o interlocutor, seguindo o caminho de esforço mínimo, de posse do significado linguisticamente codificado deverá enriquecê-lo ao nível explícito e completá-lo ao nível implícito até que a interpretação resultante se coadune com sua expectativa de relevância.

O principal problema nessa proposta consiste em saber quando começa e quando termina o processo inferencial. De acordo com a TR, a hipótese mais plausível é que o processo pára quando é alcançado o nível esperado de relevância, ou seja, quando há um “ajuste” mútuo do conteúdo explícito e de implicaturas ao enunciado (cf. BLAKEMORE, 1992). Entretanto, o significado codificado linguisticamente é apenas um ponto de partida para a compreensão inferencial, uma vez que o enriquecimento do interlocutor vai fornecer uma hipótese sobre o significado pretendido pelo locutor.

Na comunicação humana, cada indivíduo tende a ser altamente idiossincrático porque as diferenças que existem na história de vida de cada pessoa levam necessariamente a diferenças que existem nas informações armazenadas em suas memórias. O problema para qualquer teoria pragmática, portanto, consiste em descrever o modo como o ouvinte encontra um contexto para uma elocução do falante. Na comunicação inferencial, o interesse do ouvinte é pelo significado da elocução, desde que ela lhe forneça alguma prova daquilo que o falante quer lhe dizer. A comunicação é, então, bem sucedida, não quando o ouvinte reconhece o significado linguístico, mas quando infere o significado daquilo que o falante quer dizer com a elocução.

### 3.1.2. – Contexto e conhecimento mútuo

De acordo com a TR, as elocuições codificam suposições, ou seja, pensamentos do mundo real. A representação de uma elocução é uma espécie de núcleo comum de significado que é partilhado por todas as elocuições que se baseiam nela. As elocuições não são utilizadas somente para transmitir pensamentos, mas revelam a atitude do falante ou a sua relação com o pensamento expresso. A suposição que se encontra por trás destes argumentos é que os locutores estabelecem certos padrões de veracidade e de valor

informativo às elocuições de modo que só tentam comunicar a informação que vai ao encontro desses padrões.

No entanto, se considerarmos a base intencional do processo comunicativo relevantista veremos que se comunicar não implica necessariamente transmitir informação, senão “comunicar a intenção de comunicar”. Esta idéia tem como base duas hipóteses: a intenção comunicativa – decisão de estabelecer contato com outros seres humanos – e a intenção informativa – decisão de transmitir uma determinada informação. No processo inferencial, a possibilidade de interpretação se deriva de um conjunto de premissas, mais ou menos relevantes ao ouvinte, que num processo dedutivo complexo, aplica regras de inferências dedutivas para derivar uma conclusão. O conjunto de premissas usadas na interpretação constitui o contexto das premissas. Como veremos nos capítulos 3 e 4 da segunda parte da pesquisa, estes pressupostos é que subsidiarão os principais argumentos que usamos para defender a idéias da interpretação da piada na perspectiva da TR.

Segundo Sperber e Wilson (op cit), o ponto de partida para explicar a intenção, e por extensão a comunicação, advém do artigo *Meaning*, de Grice (1957)<sup>24</sup>, que Strawson (1964/1971, apud Sperber & Wilson, op cit) reformulou e que diz:

Para significar alguma coisa por  $x$ , um falante “F” dever ter a intenção de:

- i) produzir uma resposta  $r$  em um ouvinte “O”;
- ii) “O” reconhecer a intenção de “F”<sup>25</sup>;
- iii) o reconhecimento por “O” da intenção de “F” funcionar, pelo menos, como parte da razão de “O” dar a resposta  $r$ .

Do ponto de vista psicológico, a atribuição de intenção à comunicação é uma característica da cognição e das interações dos seres humanos, em um contexto. De acordo com os autores, o contexto é um construto psicológico formado por um subconjunto de suposições que o ouvinte tem do mundo, suposições que afetam a interpretação do enunciado, e não o estado real do mundo. Sendo assim, um contexto não se limita nem às

---

<sup>24</sup> A originalidade maior de Grice não foi a de sugerir que faz parte da comunicação humana o reconhecimento de intenções. Foi, sim, a de sugerir que esta caracterização é suficiente, ou seja, desde que exista algum modo de fazer o reconhecimento dessas intenções, haverá a comunicação.

<sup>25</sup> Para a TR, o reconhecimento das intenções do falante pelo ouvinte é um empenho cognitivo humano vulgar.

informações que se referem ao ambiente físico imediato nem às informações que se referem às elocuições imediatamente anteriores. Desse processo, também poderão fazer parte da interpretação todas as expectativas do futuro, as hipóteses científicas, crenças, piadas, suposições culturais gerais e a opinião sobre o estado mental do falante.

Cada nova experiência que se tenha, acrescenta algum conhecimento ao conjunto de contextos potenciais, visto que o contexto utilizado na interpretação de uma elocução contém, geralmente, informações derivadas de elocuições imediatamente anteriores. Cada nova elocução exige um contexto diferente, embora se alimente da mesma gramática e das mesmas capacidades inferenciais de que se alimentam as elocuições anteriores.

A única maneira de se poder ter certeza de que não vai ocorrer qualquer equívoco de interpretação seria garantir que o contexto utilizado pelo ouvinte fosse sempre idêntico ao visualizado pelo falante. No entanto, se questiona: como será possível ao falante e ao ouvinte fazerem a distinção entre as suposições que partilham entre si e aquelas que não partilham?

Para que o ouvinte tenha certeza de que vai fazer a recuperação da interpretação correta – aquela que o falante pretendia – cada pormenor de informação contextual utilizada na interpretação tem de ser não só conhecido pelo falante e pelo ouvinte, mas conhecido mutuamente. Se uma pessoa não sabe que tem o conhecimento mútuo com alguém, então não o tem. O conhecimento mútuo tem de ser sentido como certo, ou então não existe; e como nunca pode ser sentido com certo, o conhecimento mútuo nunca pode existir.

### 3.1.3.– Intenção comunicativa e intenção informativa

O que é um significado? O paradigma tradicionalmente aceito é que o significado é aquilo que se encontra explicitamente expresso por uma “elocução linguística”<sup>26</sup>. A comunicação verbal de um significado explícito é então tomada como modelo de comunicação geral. No entanto, essa espécie de comunicação explícita que se consegue através da utilização da linguagem não é um caso típico, mas um caso limitativo, porque se

---

<sup>26</sup> Sperber & Wilson (op cit) explicitam a comunicação não-verbal – respirar ostensivamente o ar em casa ou na praia torna manifesta uma e outra intenção informativa: pode ser o cheiro de vazamento de gás, de odor ou o cheiro bom e puro do ar marítimo.

for reduzido ao modelo linguístico, dá origem a distorções teóricas e percepções erradas de dados.

Para a pragmática cognitiva relevantista, aquilo que é comunicado por uma elocução é o significado de uma pessoa falante e o que, no caso de uma declaração, é um conjunto de suposições. Uma dessas suposições é expressa explicitamente; as outras, se houver, são transmitidas implicitamente, ou implicadas. A única diferença entre o conteúdo explícito e suas implicaturas supõe-se que seja o fato de o conteúdo explícito ser decodificado, ao passo que as implicaturas são inferidas.

Nessa perspectiva, a comunicação humana é sempre inferencial no sentido de que o ouvinte infere a intenção do falante a partir da evidência apresentada precisamente para esse fim. No modelo inferencial, portanto, a comunicação é feita pela pessoa que comunica, ao fornecer uma evidência de suas intenções, e pelo ouvinte, ao inferir as intenções do falante a partir dessa evidência.

A comunicação verbal é uma forma complexa de comunicação. Consideremos um código composto de um conjunto de convenções partilhado por todos os participantes no processo de comunicação. Estes participantes utilizam, por um lado, o conhecimento que têm dessas convenções e, por outro, o conhecimento que têm do sinal e do contexto para inferir a mensagem. Existe, sim, na comunicação uma codificação e uma decodificação linguística, mas o significado linguístico fica aquém da codificação daquilo que o falante pretende comunicar. É apenas uma parcela da evidência existente sobre as intenções do falante que ajuda o ouvinte a inferir o que ele quer dizer.

Portanto, a comunicação inferencial, do ponto de vista intencional, tem dois componentes:

- i) uma intenção informativa – intenção que o falante tem de informar;
- ii) e uma intenção comunicativa – intenção de ser reconhecida a intenção informativa<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Do ponto de vista psicológico, as intenções são representações mentais capazes de serem realizadas sob a forma de ações. Assim a intenção comunicativa é ela própria uma intenção informativa de segunda ordem, uma vez que a intenção comunicativa é satisfeita logo que a intenção informativa de primeira ordem é reconhecida.

Nesse sentido, a TR se apresenta como uma proposta que faz a identificação dos mecanismos subjacentes à psicologia humana, que explicam como os seres humanos se comunicam entre si. Um problema para a teoria não é formular hipóteses sobre aquilo que a pessoa que comunica possa ter tido a intenção de transmitir e sim sobre as infinitas possibilidades de escolhas de hipóteses do ouvinte. O primeiro passo é focar o comportamento comunicativo já que ele tem um efeito característico que é conseguido antes de ser reconhecida a intenção informativa: exige a atenção do ouvinte.

Aquilo que é transmitido implicitamente através de uma elocução é geralmente muito mais vago do que aquilo que é expresso explicitamente. Quando o significado implícito de uma elocução está por ser explicitado, tende a ser distorcido pela eliminação dessa falta de clareza muitas vezes intencional. É uma tendência na pragmática linguística focar exemplos cujo conteúdo implícito é razoavelmente preciso, como em,

A) Você quer café?

B) Café me tira o sono.

E menos precisa em casos como

A) O que você pretende fazer hoje?

B) Estou com uma terrível dor de cabeça.

Este último caso, além da implicação que foi expressa explicitamente, não existe nenhuma suposição precisa que se possa dizer ser a pretensão de A partilhar com B. Contudo existe mais do que o conteúdo explícito na elocução de B, que tenciona manifestamente que A tire algumas conclusões daquilo que disse, e não apenas umas conclusões quaisquer.

Há, portanto, uma idéia que tende a tomar como certo que um significado é uma proposição combinada com uma atitude proposicional; essa visão trata a intenção informativa do falante como uma intenção de induzir no ouvinte certas atitudes com certas proposições. É com as declarações, muitas vezes, que a intenção informativa é tratada como se tentasse induzir no ouvinte a idéia de que uma certa proposição é verdadeira. Qualquer

pessoa preocupada com o papel da inferência na comunicação terá uma boa razão para supor que é proposicional aquilo que é comunicado – há maior dificuldade em pensar na inferência sobre imagens, impressões ou emoções. Os conteúdos e as atitudes proposicionais parecem assim fornecer os únicos fundamentos relativamente sólidos em que é possível basear, em parte ou no todo, uma teoria inferencial da comunicação<sup>28</sup>.

Acontece que as descrições que se apresentam sobre a comunicação, ou não têm nada de psicológico, e evitam toda a referência que se relaciona com os pensamentos, as intenções, desejos, valores, etc., ou supõem que a intenção daquele que comunica é a de induzir num interlocutor certos pensamentos específicos. A intenção daquele que comunica é a de causar diretamente uma modificação, não nos pensamentos, mas no ambiente cognitivo do interlocutor. Os efeitos cognitivos reais de uma modificação no ambiente cognitivo são previsíveis apenas em parte.

Uma intenção informativa pode ser (re)pensada como um estímulo para tornar manifesto, ou mais manifesto, ao ouvinte um conjunto de suposições {I}. Como uma intenção informativa é um estado psicológico, é, portanto, uma suposição cujo conteúdo tem de estar representado mentalmente. A pessoa que comunica tem de ter em mente uma representação do conjunto de suposições {I} que tenciona tornar manifesto ou mais manifesto ao ouvinte. Desse modo, a intenção informativa que comunica uma suposição específica é usualmente a mais considerada.

Nas formas mais vagas da comunicação, a pessoa que comunica pode ter uma representação de {I} em que nenhuma das suposições em {I} está diretamente indicada. Essa idéia permite comunicar, ou descrever, impressões que temos sobre o mundo, sobre sentimentos ou emoções, conceitos que podem bem ser descritos como uma mudança perceptível no ambiente cognitivo de uma pessoa, uma mudança que resulta das alterações relativamente pequenas na manifestação de muitas suposições, e não no fato de uma única suposição ou de algumas suposições se tornarem repentinamente muito manifestas.

Muitas vezes, aquilo que a pessoa que comunica tenciona tornar manifesto é em parte muito precisa ou em parte vago. Poderá ter a intenção de uma caracterização de {I} baseada numa representação de algumas, mas não todas, as suposições de {I}. Em vez de tratar uma suposição como sendo comunicada ou não comunicada, a TR hipotetiza um

---

<sup>28</sup> A “proposição” ganha assim papel de destaque na TR – pena é se não couber no molde proposicional muito daquilo que é comunicado.

conjunto de suposições que, como resultado da comunicação, se torna manifesto ou mais manifesto em variados graus.

Segundo a TR, a comunicação humana é pensada como uma questão de grau. Quando a intenção informativa da pessoa que comunica envolve tornar fortemente manifesta uma suposição especial, então essa suposição é comunicada de um modo muito forte. Quando a intenção da pessoa que comunica é aumentar marginalmente a manifestação de um grande leque de suposições, então cada uma delas é comunicada levemente. No caso de uma comunicação forte, a pessoa que comunica poderá ter uma esperança bastante precisa sobre alguns pensamentos que o ouvinte irá realmente ter. Com as formas mais fracas, o comunicador poderá simplesmente pensar em conduzir num certa direção os pensamentos do ouvinte<sup>29</sup>. Muitas vezes, a comunicação fraca é considerada suficiente ou mesmo preferível às formas mais fortes.

Uma das vantagens da comunicação verbal é a de dar origem à forma mais forte possível da comunicação, uma vez que torna possível ao ouvinte acertar com mais precisão as intenções do falante sobre o conteúdo explícito da elocução, ao ponto de delimitá-lo a um único candidato fortemente manifesto, sem necessidade de considerar alguma outra alternativa que possa valer a pena<sup>30</sup>. Por outro lado, aquilo que está implícito na comunicação verbal está muito levemente comunicado. O ouvinte pode muitas vezes satisfazer parte da intenção informativa do falante através da formação de qualquer uma das várias suposições mais ou menos semelhantes, embora não idênticas.

### 3.1.4 – A manifestabilidade e o ambiente cognitivo

Para a TR, na maioria dos casos de implicatura, o contexto faz muito mais que extrair as interpretações não apropriadas, pois é ele que fornece premissas sem as quais a implicatura não pode ser inferida. Contudo, Sperber & Wilson argumentam que, apesar dos seres humanos viverem uma vida inteira no mesmo mundo físico, derivarem informações desse ambiente comum e construírem sobre ele as melhores representações possíveis, não

---

<sup>29</sup> A comunicação não verbal tende a ser relativamente fraca.

<sup>30</sup> Veja-se que estes argumentos nos fornecem evidências muito fortes de que a TR pode ser aplicada à interpretação da piada.

constroem as mesmas representações, uma vez que os ambientes físicos específicos em que vivem e as capacidades cognitivas individuais determinam suas representações de mundo.

Desse modo, as capacidades perceptuais variam em eficácia entre indivíduos, assim como as capacidades inferenciais de cada um, além de estes poderem falar línguas diferentes. Como resultado, os seres humanos acabam por dominar conceitos diferentes, a construir representações e teorias diferentes, que aplicam às suas experiências e expectativas também de maneiras diferentes. Por isso, mesmo que todos partilhassem o mesmo ambiente físico, os ambientes cognitivos individuais seriam (e são) distintos entre indivíduos. Assim, o interesse da TR está justamente nos fenômenos relativos às capacidades cognitivas perceptuais dos indivíduos, ou seja, nos fatos manifestos para a cognição conceitual.

Para a TR,

Um fato é **manifesto** a um indivíduo se, e apenas se, este indivíduo for capaz de representá-lo mentalmente e de aceitar a representação desse fato como verdadeira ou provavelmente verdadeira.

Ser manifesto é ser perceptível ou ter a possibilidade de vir a ser inferido. Para processar uma informação, os indivíduos recorrem a um conjunto de fatores que possuem, tais como conhecimento armazenado, informações contextuais e conceitos, e com estes devem ter a capacidade de inferir todos os significados que lhes são manifestos, ou seja, é necessário fazer uso de um ambiente cognitivo para processar significados. Um ambiente cognitivo é um conjunto de fatores que são manifestos aos indivíduos.

O ambiente cognitivo é uma função do ambiente físico dos indivíduos e de suas capacidades cognitivas; é constituído não só por todos os fatores que ele tem consciência, mas também por todos os fatores que ele tem a capacidade de vir a tornar consciente. A consciência real dos fatores, ou o conhecimento que o indivíduo adquiriu, contribui à sua capacidade de tornar consciente outros tantos fatores. Um ambiente cognitivo é simplesmente um conjunto de suposições que o indivíduo tem a capacidade de representar mentalmente e de aceitar como verdadeiro, ou provavelmente verdadeiro. Uma suposição é

então manifesta dentro de um ambiente cognitivo se esse ambiente cognitivo fornecer uma evidência suficiente para sua adoção. Nesse sentido, qualquer suposição que um indivíduo seja capaz de formular e de aceitar como verdadeira ou provavelmente verdadeira lhe é manifesta.

A organização cognitiva faz com que certos tipos de fenômenos sejam particularmente salientes. Quando um fenômeno é notado, algumas suposições sobre ele são normalmente mais acessíveis do que outras. Aquilo que é manifesto para um indivíduo é claramente mais fraco do que a noção daquilo que realmente é conhecido ou suposto. Um fato pode ser manifesto sem ser conhecido. Num sentido forte, no conhecer de algum fato existe o ter-se uma sua representação mental; num sentido fraco, dizer que um indivíduo conhece algum fato não é necessariamente implicar que ele alguma vez elaborou uma representação mental dela.

Geralmente se aceita que as pessoas não têm apenas o conhecimento que realmente elaboram, mas também o conhecimento com o qual são capazes de fazer deduções a partir do conhecimento que elaboram. Contudo, algo pode ser manifesto sem ser conhecido. As suposições são algo diferente do conhecimento no sentido de que não necessitam ser verdadeiras. Como acontece com o conhecimento, também se pode dizer que as pessoas supõem aquilo que têm capacidade de deduzir daquilo que supõem. Porém, não supõem aquilo que têm simplesmente a capacidade de inferir de uma forma não demonstrativa – a partir da formação e confirmação de hipóteses daquilo que supõem. Além disso, algo pode ser manifesto simplesmente por se encontrar perceptível e sem ser de modo algum inferível do conhecimento e das suposições tidas previamente.

Dois indivíduos nunca partilham o mesmo ambiente cognitivo porque as suposições não podem ser verdadeiramente conhecidas nem mutuamente supostas. Nesse sentido, o conhecimento nunca pode ser mútuo – para ser mútuo teria que ser simétrico (não existe um clone de mim mesmo). Um ambiente cognitivo mútuo é qualquer ambiente cognitivo em que estejam manifestas as pessoas que o partilham.

A manifestação de um fato, sim, pode ser mútua – porque é assimétrica, como é a comunicação. Nesse sentido, os seres humanos conseguem de algum modo comunicar em situações em que muito se pode supor acerca do que é mutuamente manifesto para os outros, onde muito se pode supor acerca do que é mutuamente manifesto para eles próprios

e para os outros, mas nada se pode supor ser verdadeiramente conhecido ou suposto mutuamente.

Dessa maneira, a TR reivindica a elaboração de uma heurística para a comunicação:

Dadas às falhas que ocorrem na comunicação, aquilo que é misterioso e que exige explicação não são as falhas, mas os êxitos.

É responsabilidade do falante fazer as suposições corretas sobre os códigos e as informações contextuais a que o receptor terá acesso e que provavelmente utilizará no processo de compreensão. O falante tem bons motivos para acreditar que sua elocução vá atuar como uma deixa, forçando o ouvinte a construir as suposições necessárias para interpretar aquilo que ele (falante) tenciona comunicar. O ouvinte, por sua vez, não precisa fazer suposições atrás de suposições para inferir o significado de uma elocução; ele precisa simplesmente ter uma razoável confiança na sua capacidade de identificar o fato (mais) manifesto como o significado pretendido pelo falante, ou seja, que uma suposição seja manifesta dentro de seu ambiente cognitivo, na medida certa.

Em suma, a comunicação pode ser assim explicitada: o falante faz suposições sobre as suposições que são ou serão manifestas ao ouvinte. O ouvinte tem a confiança necessária para supor que as suposições que faça espontaneamente o ajudem a entender as elocuições do falante e que sejam aquelas mesmas suposições que o falante esperava que ele fizesse.

No entanto, para comunicar com êxito, o falante tem que ter algum conhecimento sobre o ambiente cognitivo do ouvinte. A comunicação é bem sucedida quando há um alargamento do ambiente cognitivo mútuo dos interlocutores.

### 3.1.5 – Ostensão e relevância

O ambiente cognitivo de um indivíduo é um conjunto de suposições que ele tem disponível e ao qual recorre quando processa informações. Contudo, questiona-se: quais suposições ele mais provavelmente irá construir e processar? A “relevância” é uma propriedade que faz com que valha a pena ao ser humano fazer o processamento das

informações que obtém, ou seja, a seleção das suposições tem a ver com a eficiência do processamento.

No entanto, a eficiência no processamento de informações só pode ser definida em relação a uma meta, que pode ser absoluta – voltada à solução de um problema –, ou relativa – voltada à elevação do valor de uma variável. A eficiência do mecanismo de informação consiste em encontrar a solução do problema com o mínimo de custo possível. Nem todas as tarefas têm a pretensão de atingir uma meta absoluta, mas antes a de melhorar um estado de coisas existentes. A eficiência cognitiva terá que ser caracterizada de um modo diferente para cada mecanismo (indivíduo) diferente.

Mecanismos complexos exigem uma maior eficiência no processamento de informações, ou seja, podem definir e orientar novas variáveis ou formular e responder novas questões. A meta da cognição humana é o melhoramento do conhecimento que o indivíduo tem do mundo, uma vez que o processamento de informações é uma tarefa permanente de uma vida inteira. Os recursos totais dos indivíduos para processamento de informações são, se não praticamente fixos, pelo menos não muito flexíveis. Assim, a eficiência cognitiva de longo prazo é construída pelo melhoramento, tanto quanto possível, do conhecimento que uma pessoa tem do mundo, dados os recursos disponíveis. A eficiência cognitiva de curto prazo, por sua vez, é o modo como a mente passa os poucos segundos, ou milésimos de segundos, a processar uma informação.

Há no mínimo duas razões para se pensar no modo como as informações são processadas, já que em cada momento da cognição muitas e diversas tarefas cognitivas podem ser desempenhadas. A primeira razão diz respeito às capacidades sensoriais coordenarem mais informações do que as capacidades conceituais centrais podem processar. A segunda razão se alinha ao fato das capacidades centrais terem sempre uma grande quantidade de tarefas por acabar. Para os mecanismos complexos, como os dos seres humanos, podem existir a formulação e a tentativa de dar respostas a questões novas apesar dos custos extras de processamento de informações envolvidas.

O problema para o processamento eficiente das informações de curto prazo é, pois, o de conseguir a sua localização ótima nos recursos de processamento centrais. Os recursos têm de ser localizados no processamento das informações que com mais probabilidade

darão origem a uma maior contribuição para as metas cognitivas gerais da mente com um mínimo de custo de processamento. Para isso, uma informação tem de ser relevante.

Uma informação é relevante quando:

- i) existem informações antigas que eventualmente serão necessitadas no processamento;
- ii) existem outras informações que são desligadas do processo;
- iii) existem informações novas e que se encontram ligadas às informações antigas.

Quando esses itens interligados de informações novas e antigas são utilizados em conjunto, como premissas, num processo inferencial, podem ser derivadas mais informações novas, ou seja, informações que não podiam ter sido inferidas sem a combinação das premissas antigas com as novas. Quando o processamento de informações novas dá origem a um tal efeito de multiplicação, diz-se que esse efeito é relevante. Quanto maior for o efeito da multiplicação, maior é a relevância.

As pessoas, conscientemente ou não, processam aquelas suposições que são mais relevantes para elas, no momento da interação. Todos os seres humanos têm como objetivo adquirir o mais eficiente processamento possível de informações, haja vista que os próprios interesses conscientes diversificados e oscilantes dos indivíduos resultam da perseguição de tal objetivo permanente dentro das condições de processamento. A meta cognitiva, num dado momento, é sempre uma instância de uma meta mais geral – a da maximização da relevância de informação processada. Esse é um fator crucial na interação humana.

Existe, contudo, na comunicação humana, um comportamento que se move na direção da “busca de mostrar algo a alguém”, um comportamento que “torna manifesta uma intenção de tornar alguma coisa manifesta”. Esse comportamento é, para a TR, uma **ostensão**. Indissociável da ostensão é o esforço de processamento, que só será feito na expectativa de alguma recompensa. Não interessa chamar a atenção de alguém para algum fenômeno se esse fenômeno não parece suficientemente relevante a essa pessoa – valer a pena prestar atenção a esse fenômeno.

Chamando a atenção do ouvinte, o falante sugere que tem boas razões para pensar que se o ouvinte prestar atenção a ele, ganhará alguma informação relevante. O falante ao fazer uma afirmação poderá estar enganado ou mentir; mas na comunicação espontânea assim como a afirmação vem com uma garantia tácita de veracidade, assim a ostensão vem com uma garantia tácita de relevância. É essa garantia de relevância que torna possível ao ouvinte inferir quais das suposições manifestas pela primeira vez foram intencionalmente tornadas manifestas.

O comportamento ostensivo fornece evidências dos pensamentos de uma pessoa, porque implica uma certa garantia de relevância, ou seja, os seres humanos prestam automaticamente atenção naquilo que lhes parece relevante. Qualquer outra suposição relacionada com o comportamento ostensivo será incompatível com sua confiança na garantia de relevância que ela traz. Esta é a base do Princípio de Relevância e será a base da hipótese de interpretação da piada.

### 3.1.6 – O modelo ostensivo-inferencial da comunicação

Na ostensão, há dois níveis de informação:

- i ) geral: aquelas informações para as quais se chamou a atenção;
- ii) específicas: a informação de que se chamou a atenção intencionalmente para o primeiro nível de informação.

É necessário que haja, por parte do ouvinte, o reconhecimento da intenção ostensiva do falante para que haja um processamento eficiente de informações. Uma pessoa que falhe no reconhecimento dessa intenção poderá não notar as informações que são realmente relevantes. A ostensão é responsável, ou é capaz, de conseguir com que se torne muito mais manifesta uma informação que teria sido de qualquer modo manifesta, embora com uma intensidade muito menor. Algumas vezes, uma parte da informação básica não está de modo algum manifesta, a não ser que seja levada em conta a intenção que está por trás da ostensão.

O comportamento manifestamente ostensivo intencional “garante” a existência da obtenção de alguma informação relevante. Embora o comportamento ostensivo abra uma estratégia de processamento inteiramente nova, cabe ao ouvinte aceitar, ou não, esta “garantia” de relevância que, em caso afirmativo, lhe possibilita tornar uma suposição manifesta, verdadeira, provavelmente verdadeira ou falsa. O falante pode estar assim razoavelmente confiante de que o ouvinte avisado pelo seu comportamento ostensivo, não terá dificuldade nenhuma em decidir que é isso mesmo que o falante pensa ou acredita<sup>31</sup>.

No entanto, o resultado do cálculo do ouvinte é uma informação disponível, já que anteriormente ele não a tinha, ou seja, há uma probabilidade da manifestabilidade de algo se tornar mais manifesta – ou uma evidência forte. A pessoa que comunica ostensivamente torna uma evidência, de um conjunto de evidências, muito mais forte à medida que suas intenções se tornam manifestas.

A relação entre evidência produzida e a informação básica transmitida é arbitrária. A mesma porção de evidência, em ocasiões diferentes, pode ser utilizada para tornar manifestas suposições diferentes, até mesmo as suposições incompatíveis, desde que se torne manifesta a intenção que fica detrás da ostensão<sup>32</sup>. A intenção pode estar associada a um código – que será sempre arbitrário e convencional. No caso dos seres humanos, graças a uma capacidade biológica especializada inata, a linguagem, ou o seu uso, possibilita a codificação de informações.

No entanto, só uma parcela de comportamento informativo codificado pode ser utilizada ostensivamente para fornecer dois níveis de informação:

- i) um básico: constituído por qualquer coisa manifesta;
- ii) o segundo nível é constituído pela informação de que o primeiro nível de informação foi tomado manifesto intencionalmente (este atua como uma espécie de reconhecimento ou validação do primeiro).

Quando um sinal codificado, ou outro comportamento, é utilizado ostensivamente (na direção de uma meta), a evidência exibida recai diretamente sobre a intenção do

---

<sup>31</sup> Ver pressuposição pragmática no capítulo 1.

<sup>32</sup> É o caso em que a piada é usada pejorativamente para destacar/realçar um preconceito de uma categoria social, etnia, cor, profissão, sexo, etc.

indivíduo, e só indiretamente sobre o nível básico de informações que ele tencionava tornar manifesto. Em suma, a ostensão é sempre intencional no sentido de querer dizer alguma coisa a mais, uma vez que o falante deseja que o conhecimento da sua intenção informativa funcione como uma parte da razão para que o ouvinte proceda a satisfação dessa intenção.

Uma pessoa que se envolve de forma intencional em qualquer espécie de comportamento ostensivo atrai a atenção sobre si e torna intencionalmente manifesta algumas suposições sobre si (sobre suas intenções): de que ela tem consciência das informações básicas existentes e de que ela está tentando ser relevante.

A comunicação inferencial e a ostensão são exatamente um único e mesmo processo, mas visto de dois pontos de vista distintos: o do falante, que está envolvido na ostensão, e o do ouvinte, que está envolvido na inferência. A comunicação ostensivo-inferencial consiste em tornar manifesto a um ouvinte a intenção de se tornar manifesto um nível básico de informação.

Na comunicação direta, o fornecimento de evidência direta de informação transmitida não requer o trabalho inferencial, apesar da comunicação ser por ostensão. Na comunicação inferencial, comunicar por ostensão é produzir um certo estímulo com o objetivo de realizar uma intenção informativa. Ter uma intenção comunicativa é tornar mutuamente manifesto ao ouvinte e à pessoa que comunica que a pessoa que comunica tem essa intenção informativa, ou seja, tem a intenção de tornar mutuamente manifesto essa intenção informativa. A comunicação altera o ambiente cognitivo mútuo do ouvinte e do falante; a manifestação mútua pode ser de pouca importância cognitiva, mas é de uma importância social crucial. Uma mudança no ambiente cognitivo mútuo das pessoas envolvidas na comunicação é uma mudança no ambiente cognitivo da intenção (e em particular, nas suas possibilidades de uma comunicação mais prolongada).

Tornando a sua intenção informativa mutuamente manifesta, a pessoa que comunica cria a seguinte situação: torna-se mutuamente manifesto que a realização da sua intenção informativa está nas mãos do ouvinte. Se as suposições que o falante tenciona tornar manifestas ao ouvinte se tornarem manifestas, então a comunicação foi bem sucedida; se o ouvinte recusa aceitar essas suposições como verdadeiras ou provavelmente verdadeiras, então o falante falhou na sua intenção informativa. Suponhamos que o comportamento do ouvinte torna mutuamente manifesta que a intenção informativa foi realizada. Então, um

conjunto de suposições {I} que a pessoa que comunica tencionava tornar manifesto ao ouvinte torna-se, pelo menos aparentemente, mutuamente manifesta.

Uma pessoa que comunica está normalmente interessada em saber se foi bem sucedida ou não na realização da sua intenção informativa, e esse interesse é mutuamente manifesto a ela e ao seu ouvinte. Numa comunicação espontânea, espera-se que o ouvinte responda a esse interesse de maneira mais ou menos convencional. Muitas vezes, espera-se que o ouvinte faça a comunicação da sua recusa em aceitar a informação comunicada, ou então se torna mutuamente manifesto que foi realizada a intenção informativa da pessoa que comunica.

Na comunicação ostensiva-inferencial, a pessoa que comunica produz um estímulo que torna mutuamente manifesto a ela e aos ouvintes que a pessoa que comunica tenciona, por meio desse estímulo, tornar manifesto ou mais manifesto aos ouvintes um conjunto de suposições {I}.

### 3.2 – Como a mente processa uma informação

#### 3.2.1 – A inferência não-demonstrativa

De acordo com Sperber e Wilson (op cit), o sistema cognitivo do ser humano evoluiu com a espécie e se transformou num poderoso mecanismo computacional que processa estímulos comunicativos relevantes. Este mecanismo, para o processamento das informações, toma como referência um conjunto de suposições e sistematicamente deduz todas as conclusões que dele podem ser derivadas. As regras do mecanismo dedutivo, num determinado contexto, processam o conteúdo das suposições via um cálculo não-trivial, em que a verdade das premissas torna a verdade das conclusões apenas provável, através da formação e confirmação de hipóteses sobre essas premissas. Por isso, o processo de compreensão inferencial é não-demonstrativo, ou seja, não pode ser provado, apenas confirmado.

O processo inferencial não-demonstrativo se baseia nas hipóteses de que:

- i) a comunicação pode falhar mesmo nas melhores circunstâncias;
- ii) o ouvinte pode não deduzir a intenção comunicativa do falante;
- iii) o ouvinte pode formar uma suposição com base nas evidências fornecidas pelo comportamento ostensivo do falante;
- iv) poderá haver uma confirmação para uma tal suposição, mas nenhuma prova.

Da mesma maneira, uma segunda hipótese seria igualmente válida porque qualquer informação representada conceitualmente e que esteja disponível ao ouvinte poderá ser utilizada como premissa no passo seguinte da compreensão. Dessa forma, o processo de compreensão inferencial é global, ou seja, é um raciocínio científico empírico que tem acesso livre a todas as informações conceituais da memória, em oposição ao processo local, cujo raciocínio dedutivo se dá a partir de premissas fixas.

A TR assume uma visão modular da mente (FODOR, 1983) e, no que diz respeito ao processamento da linguagem verbal, interessam dois módulos em especial: os sistemas de entrada, que processam os *inputs* perceptuais ou periféricos, e os sistemas centrais, que processam as suposições oriundas desses sistemas de entrada como suposições já existentes na memória. Na psicologia cognitiva corrente, os processos de entrada são processos de decodificação relativamente especializados e os processos centrais são processos inferenciais relativamente não especializados.

A interpretação do indivíduo está, assim, invariavelmente condicionada à percepção e representação que ele tem ou faz do mundo em que vive, bem como dos outros indivíduos com quem convive. Nesse processo, os sentidos atuam como captadores de informações e as enviam aos sistemas de entrada. Os processos centrais, por sua vez, fazem a integração das informações derivadas dos sistemas perceptuais com as informações armazenadas na memória e desempenham uma variedade de tarefas inferenciais. Os sistemas centrais, portanto, efetuam uma transformação da informação captada pelos sistemas de entrada (*inputs*) em uma representação (uma linguagem mental) que será armazenada na memória, visto que não é a mesma coisa um estímulo sensorial e as idéias representadas por este estímulo. O que a mente armazena é, então, uma representação dos estímulos trazidos pelos sistemas de entrada. A essa representação mental sobre o estado de coisas do mundo, chamamos “conceito”. Para a TR, a representação de um conceito é uma “representação

conceitual (RC)”. Mas, como será que a mente processa a transformação de um *input* de entrada em uma representação conceitual (RC)?

A hipótese modular, proposta por Sperber e Wilson (1995) na Teoria da Relevância, da percepção sensorial e representação conceitual, pode ser sumariamente sistematizada conforme a figura abaixo:

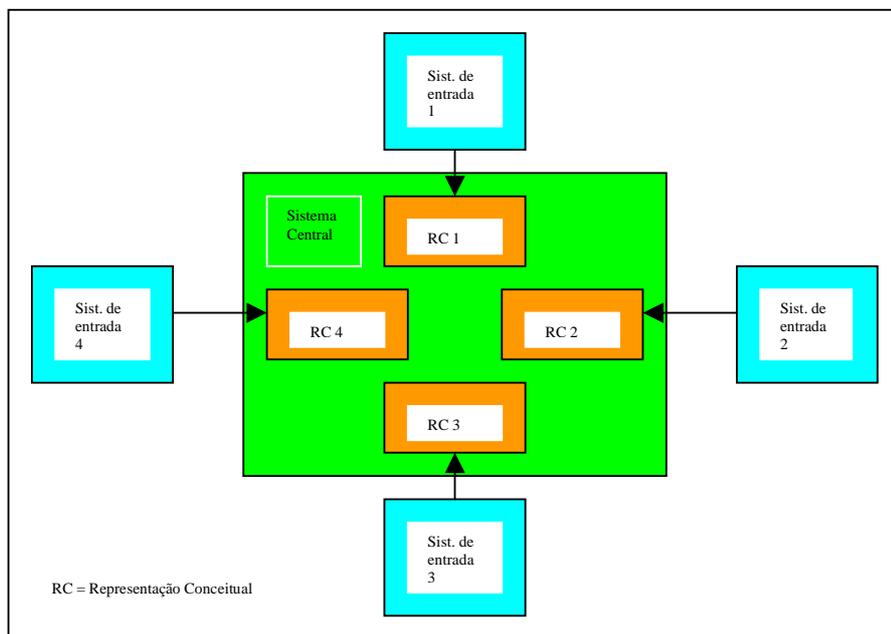


Figura 5: Sistemas de Entrada e Sistema Central

A compreensão de uma elocução é um fenômeno quase instantâneo e por mais evidências que se possam tomar, por mais hipóteses que se possam considerar, as únicas evidências e hipóteses consideradas na prática são aquelas imediatamente acessíveis ao ouvinte, pois o falante não comunicaria ostensivamente se não quisesse que suas intenções comunicativas não fossem reconhecidas. O fato de a compreensão oral ser quase instantânea e com o auxílio ativo da fonte de informação, isto é, do falante, torna a escolha do contexto pelo ouvinte muito mais fácil de analisar, a partir das informações de sua memória conceitual. Essa compreensão processual e se dá via inferências.

A inferência vista no capítulo 1 pode agora ser enriquecida para um processo mental de crença, no qual uma suposição sobre um fato do mundo é aceita como verdadeira, provavelmente verdadeira, possivelmente verdadeira ou falsa, pela força da verdade ou da verdade provável de outras suposições. A inferência é, então, uma forma processual de fixação daquilo que o indivíduo acredita.

No entanto, a grande variedade de informações acessíveis ao indivíduo se torna um problema para a investigação dos processos cognitivos centrais, assim como a natureza dos processos inferenciais por onde passam as informações também é um problema. Embora a lógica clássica tenha fornecido vários modelos de inferências demonstrativas, para a TR os processos inferenciais são não-demonstrativos. A inferência não-demonstrativa também não se baseia em regras da lógica indutiva, porque não existe um sistema de lógica indutiva suficientemente desenvolvido capaz de fornecer um modelo plausível dos processos cognitivos centrais.

Na comunicação humana formamos inferências espontâneas, instantâneas e inconscientes sobre a intenção comunicativa do falante, ou seja, a inferência não-demonstrativa advém de um significado psicológico mais geral. Como a inferência demonstrativa é constituída pela aplicação de regras dedutivas a um conjunto inicial de premissas, existe uma tentação de se pensar na inferência não-demonstrativa como sendo a aplicação de regras inferenciais não-dedutivas. Contudo, há razões para se duvidar que na inferência não-demonstrativa espontânea exista a utilização de regras inferenciais não-dedutivas. Assim, as únicas regras lógicas espontaneamente acessíveis à mente humana são, segundo a TR, as regras dedutivas não-demonstrativas, porque estas geram todas as conclusões interessantes implicadas logicamente por um conjunto de premissas.

O processo de chegada às conclusões não-demonstrativas válidas é, em geral, repartido em duas etapas:

- i) formação das hipóteses;
- ii) confirmação das hipóteses.

A formação das hipóteses é uma questão da imaginação criativa, ao passo que a confirmação das hipóteses pode ser vista como um processo puramente lógico regido por

regras inferenciais. A função das regras inferenciais é a de garantir a validade lógica das inferências que regem, ou seja, conectar o significado (conteúdo psicológico de um enunciado) ao estado das coisas do mundo. Numa inferência demonstrativa válida, a confirmação de hipóteses é vista como sendo regida por regras lógicas, as quais são aplicadas conjuntamente às premissas ou evidências, e às conclusões, ou suposições com base nas evidências.

Os seres humanos são muito eficientes no raciocínio não-demonstrativo – se assim não fosse, a espécie já estaria extinta. Isto se deve ao fato de possuírem regras lógicas que constroem (processam eficazmente) a confirmação das suposições da maneira como vimos nos parágrafos anteriores. No entanto, os êxitos inferenciais não são atribuídos aos constrangimentos lógicos impostos à confirmação, mas aos constrangimentos cognitivo-dedutivos impostos à formação das hipóteses. A inferência humana não-demonstrativa e espontânea não é totalmente um processo lógico, pois, na formação de hipóteses existe a utilização de regras dedutivas, mas a confirmação das hipóteses é um fenômeno cognitivo não-lógico que tem como parâmetro a relevância da informação.

A informação relevante é uma informação que modifica e aperfeiçoa uma representação total de mundo do indivíduo. Uma maneira de conseguir relevância é fornecer ao ouvinte evidências que tenham alguma influência sobre uma sua suposição qualquer. Uma suposição não prova nada sobre as coisas do mundo, mas confirma aquilo que o falante acredita conseguir: alguma relevância sobre ela. A confirmação feita sobre uma suposição por um processo inferencial não-demonstrativo é o objeto da TR. Uma descrição mais clara dos processos inferenciais não-demonstrativos apontam para o papel da relevância, ou seja, sobre aquilo que existe na formação e na confirmação de uma hipótese sobre as intenções do falante, sobre o que significa a modificação e o aperfeiçoamento de uma representação do mundo e sobre a relação entre os dois.

### 3.2.2 – Forma Lógica

De acordo com a teoria de Fodor (1993), os sistemas de entrada de dados processam as informações visuais, auditivas, linguísticas, e as outras informações perceptuais, e os sistemas centrais fazem a integração dos vários sistemas de entrada com a memória em

representações conceituais (RC), via inferências. Cada sistema de entrada tem seu próprio método de representação e computação de informações; a audição processa apenas informações acústicas que diferem das informações envolvidas na percepção olfativa, que diferem da visual, e assim por diante. Os sistemas de entrada transformam representações sensoriais de nível inferior em representações de nível superior, de maneira que todas elas se encontrem dentro do mesmo “formato conceitual”, ou seja, em uma linguagem mental comum que permita relacioná-las entre si. Os sistemas centrais operam sobre tais RCs, fazendo a integração e a comparação das informações derivadas com as informações armazenadas na memória.

Por serem inferenciais, os sistemas centrais impõem restrições às RCs: as RCs têm de ter propriedades lógicas que permitam fazer implicações, se contradizerem umas com as outras e se submeterem a regras de dedução. Mas, nem todas as propriedades de uma RC são propriedades lógicas – como o estado mental de estar feliz ou triste. As propriedades lógicas de uma RC são sua “forma lógica” (FL), seja, uma fórmula bem formada de constituintes.

É devido à sua forma lógica que uma RC se insere nos processos lógicos e entra em relação de contradição ou de implicação com outras RCs. Uma forma lógica é um conjunto estruturado de constituintes que passa pelas operações lógicas formais determinadas por sua estrutura. O que distingue uma forma lógica de outras operações formais é o fato das FLs serem preservadoras da verdade: uma dedução feita de uma representação verdadeira  $P$  origina uma representação verdadeira  $Q$ .

Para que uma representação seja logicamente processada é apenas necessário que ela esteja bem formada, e para que seja capaz de ser verdadeira ou falsa, deve estar semanticamente completa, ou seja, representar um estado de coisas cuja existência num mundo possível ou real a tornaria verdadeira<sup>33</sup>. Uma forma lógica é proposicional se for semanticamente completa e não-proposicional, se for incompleta<sup>34</sup>. As formas lógicas incompletas podem ser armazenadas na memória conceitual como esquemas de suposições, que podem ser completadas pelo ouvinte com informações contextuais, de modo que atinjam sua forma lógica proposicional total e o significado pleno.

---

<sup>33</sup> Esta informação será determinante para a análise da interpretação da piada.

<sup>34</sup> Um exemplo formal de uma forma lógica não proposicional é o cálculo de predicados que contém uma variável livre; um exemplo psicológico de uma forma lógica não proposicional é o sentido de uma de uma sentença.

Ainda que as formas não-proposicionais sejam importantes, são as formas lógicas proposicionais totais que representam o estado de coisas com a forma definitiva; são elas que constituem o conhecimento enciclopédico e sua representação total de mundo. A mente não só constrói formas lógicas, mas as trata de modos diferentes. Uma forma proposicional pode ser uma descrição de um estado de coisas real, uma descrição de um estado de coisas desejável ou a descrição de alguma outra representação (uma piada, por exemplo). Uma memória enciclopédica individual não se constitui apenas por um depósito de RCs, mas também de representações com formas lógicas proposicionais e não-proposicionais, tratadas de maneira diferentes, como objetos de atitudes diferentes, tais como as da crença e as do desejo.

A forma lógica é uma propriedade semântica e, portanto, psicológica. Por isso, qualquer representação armazenada na memória é tratada como uma descrição verdadeira de um fato no mundo. Isso significa que uma atitude fundamental de crença ou de suposição está, de alguma forma, pré-instalada na própria arquitetura da mente. Portanto, uma representação pode ser tratada como se fosse uma suposição sem o fato de ela ser uma suposição a ser expressa explicitamente. Essas suposições que são tratadas como descrições verdadeiras do mundo, mas que não se encontram explicitamente representadas como tais, são “suposições factuais”, um pensamento.

A linguagem do pensamento atua como sendo a sua própria metalinguagem, ou seja, os seres humanos têm a capacidade não só de criar suposições, mas também de raciocinar sobre elas e sobre outras formas de representação conceitual. Portanto, é possível não só considerar a crença que  $P$ , mas também representar o fato de que se acredita que  $P$ , ou de que alguém acredita que  $P$ , ou de que se acredita que alguém mais acredita que  $P$ , e assim por diante. A crença ou suposição que  $P$  pode ser processada de duas maneiras diferentes: como suposição factual básica que  $P$ , ou como suposição factual “Eu acredito que  $P$ ”.

Uma representação de mundo é um armazém de suposições factuais, algumas básicas, outras exprimindo atitudes sobre representações proposicionais ou não proposicionais encaixadas. As inferências não-demonstrativas e espontâneas atuam sobre suposições factuais. Cada suposição factual adquirida de novo é combinada com o armazém de suposições existentes na memória conceitual para passar pelos processos

inferenciais, que modificam e aperfeiçoam a representação total do mundo de um indivíduo.

### 3.2.3 – Como nasce um pensamento

As suposições factuais possuem certo grau de confiabilidade: podem ser consideradas mais ou menos provavelmente verdadeiras. Entre duas suposições contraditórias, a mais provavelmente verdadeira irá eliminar a outra. Quando nossas suposições inspiram maior confiança, as mais provavelmente verdadeiras, tendemos a fazer escolhas certas das suposições e dos caminhos de ação a seguir. A adequação de nossa representação de mundo depende não só de quais suposições temos em nosso poder, mas também do grau de confiança que temos nelas, ou seja, uma representação adequada é uma representação em que existe uma boa correspondência entre as suposições que consideramos bem confirmadas e as que são realmente bem confirmadas.

O aperfeiçoamento das representações de mundo é conseguido não só pelo acréscimo de novas suposições, mas também pelo aumento ou decréscimo do grau de confiança que temos nelas. Os valores de probabilidade subjetiva das suposições refletem o seu grau de confiança – termo pouco desenvolvido pela lógica e de muito interesse à pragmática. A capacidade de ajuizar uma suposição como mais ou menos provavelmente verdadeira expressa a “força” da suposição.

Do ponto de vista lógico, toda suposição factual é constituída por duas representações:

- i) uma representação de um estado de coisas;
- ii) uma representação do valor de confirmação da primeira representação.

A computação lógica humana toma como entrada de dados a suposição a ser confirmada e a submete a evidências disponíveis. Quando novas evidências se tornam disponíveis, pode haver nova computação lógica e o valor da confirmação da suposição pode ser aumentado ou diminuído.

Do ponto de vista funcional, uma suposição factual é constituída por uma única representação. A força dessa representação é o resultado da história do seu processamento e não pode ser descrita em termos do conceito lógico de confirmação. A força de uma suposição é, portanto, derivado da sua acessibilidade: quanto mais uma suposição for acessível à mente, tanto mais fácil será recordá-la.

A força de uma suposição pode depender do modo como foi adquirida. Suposições baseadas em experiências perceptuais claras tendem a ser muito fortes; suposições baseadas na aceitação de elocuições das pessoas têm uma força proporcional à confiança que se tem nessa pessoa. Num processo dedutivo, a força das suposições depende da força das premissas. As pessoas têm intuições sobre a força das suas suposições, ou seja, confiam nos seus mecanismos cognitivos no sentido de que estes podem fortalecer ou enfraquecer as suposições epistemologicamente.

Do ponto de vista lógico, a solidez das suposições depende da capacidade de verificação do sistema computacional sobre o valor da confirmação de cada suposição. Do ponto de vista funcional, a solidez das suposições depende da harmonia dos mecanismos cognitivos com o mundo, ou seja, da força das suposições serem provavelmente verdadeiras.

Nossas intuições conscientes sobre a força das suposições apenas fornecem espécies superficiais de juízo absoluto. Podemos pensar numa suposição como certa (verdadeira), muito forte (muito bem confirmada), forte (bem confirmada), fraca (mal confirmada), mas as fronteiras em que ficam essas categorias não são muito nítidas. Por isso, muitas vezes fazemos juízos comparativos mais sutis, ou seja, a força de uma suposição não pode ser avaliada pela quantidade ou classe e, sim, por um valor comparativo. É o que acontece quando avaliamos conceitos de quente e frio, sons, sabores de comida, e assim por diante. Não existe, portanto, nenhuma maneira óbvia de medirmos o sabor de uma comida em relação a uma outra ou de formarmos um juízo entre comidas e bebidas. Parece mais razoável chegar-se a suposições de que o que se utiliza é uma heurística baseada em processos de harmonização que se aplica a objetos semelhantes.

As suposições factuais são, portanto, do ponto de vista relevantista, adquiridas, por quatro fontes:

- i) percepção sensorial;
- ii) decodificação linguística;
- iii) memória conceitual;
- iv) processos dedutivos.

Podemos hipotetizar uma representação para essas fontes e esquematizá-la conforme a figura abaixo:

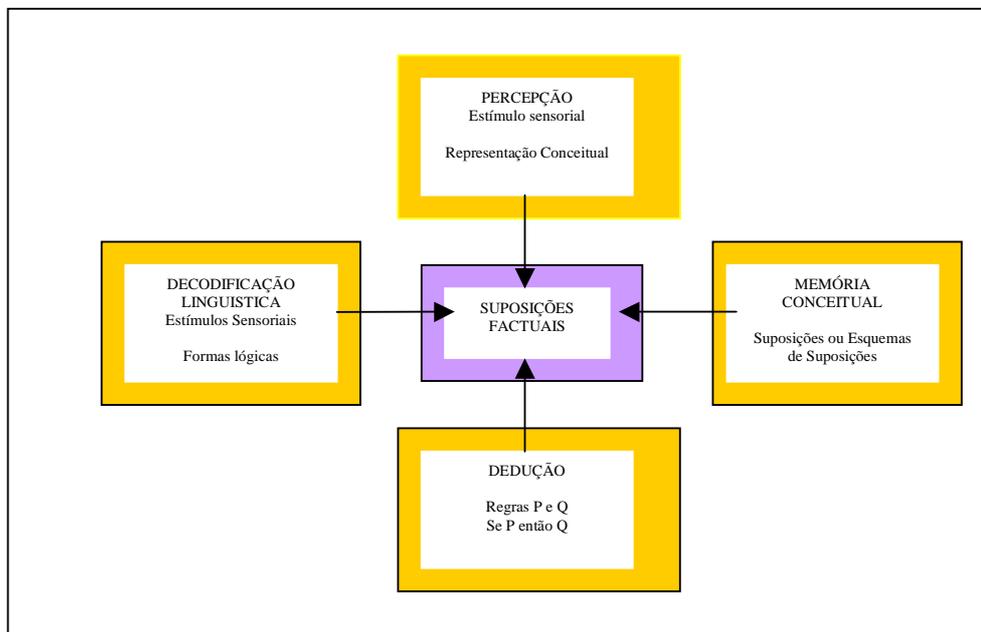


Figura 6: Fontes para aquisição de Suposições Factuais

Os mecanismos sensoriais (perceptuais) atribuem a um estímulo de entrada uma identificação conceitual desse estímulo, que, em condições normais, se tornam suposições fortes (RC), devido em grande parte ao fato desses mecanismos serem o resultado de um longo processo biológico evolutivo e estarem muito bem adaptados a essa tarefa.

Os mecanismos de decodificação linguísticos de entrada atribuem, não uma RC a um conjunto de estímulos auditivos ou visuais, mas uma forma lógica. Essa transformação

é automática e inconsciente: se ouvirmos uma elocução em nossa língua materna, ou numa segunda ou terceira língua que dominamos, não podemos deixar de processá-lo, ainda que não queiramos fazê-lo.

A memória conceitual é um grande armazém que contém suposições, e esquemas de suposições (formas lógicas) que, no processamento dedutivo-inferencial, vão se combinar com novos estímulos. Os processos dedutivos tomam suposições como premissas e dão como resultado conclusões que se incorporam como novas suposições a nossa concepção de mundo. Vejamos como se processam as suposições factuais.

### 3.2.4 – As regras de dedução

Grice (1967/75) destacou que o processamento de informações não depende da aplicação automática de certas regras, mas é derivado da aplicação do “Princípio de Cooperação” e das “máximas conversacionais”. No entanto, Grice não foi muito explícito em dizer “como” se aplicavam as máximas a uma premissa para produzir uma inferência; simplesmente exemplificou com o que chamou “raciocínio inferencial”. Sperber & Wilson (1986/95), a partir da idéia de raciocínio inferencial de Grice, explicam “como” se derivam conclusões a de premissas neste raciocínio inferencial.

O processo dedutivo de informações tem muito a ver com a qualidade inconsciente, automática e reflexiva da decodificação linguística, além dos outros processos de entrada de dados. O que diferencia o sistema dedutivo dos sistemas de entrada de dados é o fato dele se aplicar às RCs (representações conceituais com forma lógica ou proposicional) e não às perceptuais. O que o distingue dos outros processos centrais é o tipo de computação que desempenha. Uma regra de dedução é uma computação que se aplica às suposições em virtude de sua forma lógica, tanto a uma relação sintática de computação quanto a uma relação semântica.

Uma relação sintática é uma implicação lógica por existir puramente em virtude das propriedades formais das suposições e não por suas referências semânticas. Uma relação semântica de inferência se aplica a duas suposições *P* e *Q* se, e apenas se, todo o estado de coisas concebível que faria com que *P* fosse verdadeiro faria com *Q* fosse também verdadeiro, ou seja, se, e apenas se, não houver nenhum estado de coisas concebível em que

$P$  seja verdade e  $Q$  falsa. Portanto, as regras dedutivas são sensíveis aos arranjos estruturais dos constituintes das formas lógicas e das formas proposicionais das suposições.

Para a TR, a mente trabalha com regras dedutivas nas entradas lógicas para os conceitos do tipo “e”, “se... então” e “ou”, conforme representadas abaixo:

a) regras de eliminação do “e” para um conceito:

a) input:  $(P \text{ e } Q)$

b) output:  $P$

c) input:  $(P \text{ e } Q)$

d) output:  $Q$

Estas regras tomam como entrada de dados uma única premissa associada e dão como resultado uma de suas conjuntas constituintes. Este tipo de regra se aplica somente às premissas que contêm uma ocorrência **designada** do conceito “e”, e dão como resultado as conclusões das quais essa ocorrência foi retirada.

b) regras *modus ponens* para um conceito:

a) input: (i)  $P$

(ii)  $(\text{se } P \rightarrow Q)$

b) output  $Q$

Esta regra toma como entrada de dados um par de premissas, uma condicional e outra sendo sua antecedente, e dá como resultado a consequente da condicional. Aplica-se somente às premissas que contêm uma ocorrência designada do conceito “se... então” e dá como resultado as conclusões de que essa ocorrência foi retirada.

c) regras *modus tollens* para um conceito:

a) input: (i) (P ou Q)  
(ii) (não P)

b) output Q

a) input: (i) (P ou Q)  
(ii) (não Q)

b) output P

Esta regra toma como entrada de dados um par de premissas, uma sendo uma disjunta e a outra a negação da disjunta, e dá como resultado outra disjunta. Aplica-se somente às premissas que contêm uma ocorrência designada do conceito “ou” e dá como resultados as conclusões de que essa ocorrência foi eliminada.

Há uma ligação necessária entre a implicação lógica e a inferência. O que distingue uma regra de dedução das outras computações mentais é o fato de ela ser uma operação que faz a preservação da verdade, ou seja, quando se aplica a uma suposição, a conclusão a que dá origem fica numa relação semântica em relação à premissa que a originou. Desse modo, todas as implicações lógicas são também inferências.

As regras de dedução são sensíveis às formas lógicas, particularmente às formas proposicionais das suposições, compostas por unidades menores que são seus constituintes. Tais constituintes denominam-se “conceitos”. Tanto os conceitos como as formas lógicas são objetos psicológicos considerados a um nível abstrato<sup>35</sup>.

Cada conceito é, supostamente, constituído por uma etiqueta, um endereço de memória que desempenha duas funções complementares e diferentes: como endereço pode armazenar e recuperar vários tipos de informação e pode aparecer como constituinte de uma forma lógica, na presença da qual é sensível às regras de dedução. Desse modo, quando o endereço de um conceito aparece numa forma lógica que está sendo processada, imediatamente é dado acesso aos vários tipos de informações armazenadas na memória, nesse endereço.

---

<sup>35</sup> Por essa razão, não se pode equiparar “forma lógica” à oração, enunciado ou proposição, nem “conceito” com palavra. Forma lógica e conceito são propriedades da linguagem mental, enquanto oração e palavra são termos da linguagem natural. Existem muito mais conceitos em nossa mente que palavras.

As informações armazenadas na memória num endereço conceitual podem ser derivadas de entradas de três tipos:

- i) lógicas;
- ii) enciclopédicas;
- iii) lexicais.

O endereço conceitual é, portanto, um ponto de acesso às informações lógicas, enciclopédicas e linguísticas necessárias ao processamento das formas lógicas que contém esse endereço. Vejamos a cada uma delas.

Uma “entrada lógica” é constituída por um conjunto de regras de dedução (**e**, **se... então** e **ou**) que descrevem formalmente um conjunto de suposições de premissas e de conclusões. Estas regras se aplicam somente aos conjuntos de premissas em que existe uma ocorrência **especificada** desse conceito e originam somente conclusões das quais foi eliminada essa ocorrência. Aqui se aplicariam as relações de implicação que se estabelecem entre hiperônimos e hipônimos para um conceito.

Uma “entrada enciclopédia” contém informações sobre as extensões ou denotações – idéias associadas ao referente, o que inclui, por exemplo, informações sobre os *frames*, *scripts* ou “protótipos” de uma categoria conceitual. Isto demonstra que os seres humanos tendem a construir suposições estereotipadas sobre objetos e eventos do mundo. Por exemplo, tenho uma idéia sobre um animal de estimação típica que inclui cães e gatos domésticos e exclui elefantes e aranhas. Se o filho de meu vizinho me diz que ganhou um animal de estimação, jamais pensaria em elefantes e girafas, a não ser que sua elocução venha com mais algumas informações específicas sobre o animal.

As informações são armazenadas e processadas como sendo uma unidade ou porção de dados, altamente acessíveis e utilizáveis na falta de quaisquer informações adicionais. Segundo a TR, toda a estrutura da psicologia cognitiva atual se baseia numa distinção entre representação e computação. Se fizermos uma comparação entre entradas enciclopédicas e entradas lógicas, veríamos que as entradas enciclopédicas variam de falante para falante e de um tempo a outro e estão sempre abertas a informações novas. As entradas lógicas, por sua vez, são finitas, pequenas e relativamente constantes através dos falantes e dos tempos.

As informações das entradas enciclopédicas são de caráter representacional; as das entradas lógicas são de caráter computacional. Mais: o conteúdo de uma suposição é determinado pelas entradas lógicas dos conceitos que contém, enquanto que o contexto em que é processado é, pelo menos em parte, determinado pelas suas entradas enciclopédicas. Contudo, representação e computação são dois processos formalmente distintos e complementares, nenhum deles podendo existir sem o outro e sendo ambos necessários para a compreensão.

O terceiro tipo de entrada para um conceito, a “entrada lexical”, contém informações linguísticas sobre a contraparte correspondente ao conceito na linguagem natural (informação fonológica e morfossintática), ou seja, a palavra da linguagem natural que exprime o conceito.

Vejamos abaixo como se dão essas relações entre as entradas de informações para alguns conceitos:

a) conceito: **gato**

Conceito = gato
<u>Entrada lógica</u> : X-animal-Y → X-felino-Y → X-mamífero-Y → X-doméstico-Y → X-gato-Y (X e Y são constituintes vazios para o conceito)
<u>Entrada enciclopédica</u> : conhecimento sobre os <i>frames</i> , <i>scripts</i> ou protótipos (idéias) da categoria conceitual “gato” (se lavam com a língua, tomam leite, gostam de peixe, não se dão com os cães, ronronam, etc)
<u>Entrada lexical</u> : [gátu]; substantivo masculino singular

Nesse esquema tripartido, a entrada lógica dá instruções ao mecanismo cognitivo-dedutivo sobre como processar um conceito. A entrada enciclopédica descreve as idéias sobre o referente, que podem ser compostas por uma lista aberta de traços, muitos dos quais variam de indivíduo para indivíduo. Já a entrada léxica informa sobre os traços gramaticais da palavra que expressa tal conceito.

b) conceito: nome próprio **Maria**

Conceito = Maria
<u>Entrada lógica:</u> $\emptyset$
<u>Entrada enciclopédica:</u> idéias associadas ao nome
<u>Entrada lexical:</u> [Marja]; nome próprio.

Sob o ponto de vista clássico, o significado de uma palavra é fornecido por uma definição que exprime as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para que a palavra possa ser aplicada. No entanto, os nomes próprios, para os quais não podem ser atribuídas as condições necessárias e suficientes de aplicação, são radicalmente diferentes de outras palavras: têm referência mas nenhum significado<sup>36</sup>. Possuem, portanto, uma entrada lógica vazia.

c) conceito: conjunção *e*

Conceito = <i>e</i>
<u>Entrada lógica:</u> <i>e</i> Eliminação da conjunção
<u>Entrada enciclopédica:</u> $\emptyset$
<u>Entrada lexical:</u> [ <i>e</i> ]; conjunção

A mesma hipótese se aplica à conjunção *e*, que, por não ter extensão, tem sua entrada enciclopédia vazia, pois, descontextualizada, não remete a nada.

d) conceito: “tristeza por não passar no vestibular”

Conceito = “tristeza por não passar no vestibular”
<u>Entrada lógica:</u> relação de hipônimo e hiperônimo
<u>Entrada enciclopédica:</u> idéias, crenças e valores associados ao conceito
<u>Entrada lexical:</u> $\emptyset$

<sup>36</sup> Para maiores detalhes, confira Brito (2003) e Campos (2004).

Veja-se que neste último caso, o conceito “tristeza por não passar no vestibular” não está lexicalizado nem fonética nem gramaticalmente, ou seja, não existe nenhuma palavra da linguagem natural que corresponda ao conceito na sua totalidade. Logo, sua entrada léxica é vazia.

Resumidamente pode-se dizer que as entradas lógicas são conjuntos de regras de dedução – operações formais feitas sobre formas lógicas; as entradas enciclopédicas são conjuntos de suposições – representações com formas lógicas e as entradas lexicais são representações com formas linguísticas.

### 3.2.5 - O mecanismo dedutivo-computacional

A questão da possibilidade de o ser humano possuir regras de dedução como parte integrante do seu equipamento mental básico não é de interesse dos lógicos puros – os lógicos estão preocupados com a natureza dos sistemas de dedução concebíveis, quer sejam psicologicamente realizáveis ou não. No entanto, as regras de dedução são de considerável interesse para a psicologia cognitiva em geral e para a pragmática em particular. Segundo a TR, os seres humanos têm tais regras no sistema dedutivo, uma vez que,

- i) um sistema dedutivo realiza uma grande economia no armazenamento de RCs do mundo, as quais não precisariam ser estocadas separadamente;
- ii) um sistema dedutivo atua no refinamento das RCs, as quais serão tanto mais precisas quanto mais precisas forem as premissas do cálculo dedutivo, a partir das quais tais RCs seriam conclusões;
- iii) um sistema dedutivo seria uma valiosa ferramenta para revelar as incompatibilidades, inexatidões, inconsistências e imprecisões das e nas RCs.

Um sistema dedutivo formal, tal como o descrito pela TR, é constituído por um conjunto relativamente pequeno de regras de dedução que tratam das inferências que dependem dos conceitos **e**, **se... então** e **ou**. Na derivação lógica de um sistema dedutivo formal é necessário chegar-se a uma decisão sobre qual será a combinação de regras e de

premissas que poderiam levar a resultados interessantes. Neste tipo de sistema é decidido de antemão quais suposições irão ser utilizadas como premissas e é fornecido um conjunto de suposições que, para os fins de tal dedução, irão constituir os axiomas ou teses iniciais do sistema. Também ficam fortemente especificadas de antemão quais serão as operações que podem ou devem ser aplicadas à dedução. Nada sobra para ser resolvido pelas intuições dos indivíduos: todas as informações necessárias para o desempenho de uma dedução, todas as decisões nela envolvidos, tudo é totalmente especificado pelo sistema dedutivo-inferencial.

O modelo proposto por Sperber & Wilson, tenta reproduzir com exatidão o sistema utilizado pelos seres humanos no processamento das inferências espontâneas. Segundo os autores, o mecanismo dedutivo é um autômato com uma memória e a capacidade de ler, escrever e apagar as formas lógicas, de fazer a comparação das suas propriedades formais, de as armazenar na memória e de conseguir recolher as regras de dedução que se encontrem nas entradas lógicas dos conceitos.

As deduções são realizadas do seguinte modo: coloca-se na memória do mecanismo um conjunto de suposições que irão constituir os axiomas ou teses iniciais da dedução. Ele lê cada uma das suposições, recolhe as entradas lógicas de cada um dos seus conceitos constituintes, faz a aplicação de uma qualquer regra cuja descrição estrutural é satisfeita por essa e anota a suposição resultante dentro da memória como uma tese derivada. Quando uma regra fornece as descrições das entradas de duas suposições, o mecanismo faz a sua verificação para ver se existe na memória um par apropriado de suposições; se assim for, ele anota a suposição do resultado dentro da sua memória como tese derivada. Aplica-se este processo a todas as teses iniciais e derivadas até que não sejam mais possíveis nenhuma outras deduções.

A verificação da redundância e da contradição ocorre da seguinte maneira: antes de anotar uma suposição na memória, o mecanismo verifica se ali já se encontra essa suposição ou a negação dela. Se esta estiver ali, o mecanismo evita escrevê-la novamente e faz as marcações das teses e das regras de dedução utilizadas na sua derivação para que esta não seja repetida. Se a negação da suposição já se encontra ali, o mecanismo pára, e o processo dedutivo é suspenso até que seja resolvida a contradição. Sujeito a estes

constrangimentos, o mecanismo continua a operar até que não possam ser mais derivadas novas teses.

As regras de dedução são não-triviais no sentido de que são regras interpretativas, cujas suposições dos resultados explicam ou analisam o conteúdo das suposições da entrada de dados. São não-triviais também no sentido de que, pela formação de uma hipótese que envolve raciocínio criativo, analógico e associativo, a verdade das premissas torna a verdade das conclusões apenas provável. A hipótese pode ou não ser confirmada, ou seja, se ajusta ou não ao conhecimento de mundo do indivíduo.

De acordo com os autores, em uma implicação lógica não-trivial, um conjunto de suposições {P} implica logicamente e não-trivialmente uma suposição Q se, e apenas se, quando {P} for um conjunto das teses iniciais numa derivação em que existam apenas regras de eliminação, Q pertence ao conjunto das teses finais.

Desse modo, o mecanismo dedutivo humano é um sistema que permite explicar o conteúdo de qualquer conjunto de suposições que seja a ele submetido. Sua função é essencialmente a de analisar e a de manipular o conteúdo conceitual das suposições, sendo essa função desempenhada pelas regras de eliminação ligadas às entradas lógicas dos conceitos.

### 3.2.6 – Regras analíticas e regras sintéticas

Na TR, a partir de raciocínio inferencial de Grice, Sperber e Wilson explicam como se derivam conclusões de premissas. Para os autores, a relevância de uma informação será avaliada em função do melhoramento que ela trará à representação do mundo do indivíduo. Uma representação de mundo é composta por um armazém de suposições factuais que se encontram organizadas na mente do indivíduo e é avaliada e processada juntamente com outras informações pelo seu mecanismo dedutivo.

Quando um conjunto de suposições é colocado na memória do mecanismo dedutivo, são acionadas imediatamente todas as regras de dedução nos sistemas de entrada que se encontram ligadas aos seus conceitos constituintes. São estas regras dedutivas que vão

produzir conclusões a partir de um conjunto de premissas. As regras de dedução inferencial são de dois tipos: analíticas e sintéticas<sup>37</sup>.

A regra analítica toma uma única suposição como entrada de dados e deriva outra suposição como conclusão – a regra eliminação do **e**, vista anteriormente, é uma regra analítica. De um modo geral, na regra analítica a compreensão de uma palavra, ou elocução, implica uma referência a seus hiperônimos (gato = animal → felino → mamífero → doméstico). A regra analítica é a regra que permite acessar a este tipo de relação interna à estrutura semântica dos conceitos, que se analisa em termos de pressuposição e acarretamento (vide capítulo 1 anterior).

Um conjunto de suposições {P} implica analiticamente uma suposição Q se, e apenas se, Q é uma das teses finais numa dedução em que as teses iniciais são {Q}, e em que apenas foram aplicadas regras analíticas.

A regra sintética, por sua vez, opera em outro nível: combina duas suposições separadas como entrada de dados e deriva uma conclusão que não estava contida em nenhuma das duas suposições – a regra *modus ponens* é uma regra sintética. Esta regra dedutiva otimiza a informação de forma independente, de modo que esta entre em trabalho de processamento somente quando seja necessário.

Da mesma forma, um conjunto de suposições {P} implica sinteticamente uma suposição Q se, e apenas se, Q for uma das teses finais numa dedução em que as teses iniciais sejam {P}, e Q não for uma implicação analítica {P}. Na prática, significa que uma implicação sintética é o resultado de uma derivação em que foi aplicada pelo menos uma regra sintética. De acordo com a teoria da relevância, as implicações analíticas de um conjunto de suposições são as necessárias e suficientes para a compreensão de enunciados.

O ser humano possui centenas de milhares de suposições que se encontram armazenadas na memória, onde se podem computar centenas de milhares de implicações sintéticas, se fosse possível de algum modo reuni-las dentro da memória do mecanismo dedutivo. O fato de nunca terem sido reunidas não significa que não foram apropriadamente compreendidas.

---

<sup>37</sup> Estes termos foram baseados em Kant (1781) para quem uma proposição ou juízo consiste num sujeito lógico, do qual se diz algo, e um predicado, que é aquilo que se diz do sujeito. Um juízo **analítico**, portanto, é um juízo *a priori*, ou seja, o resultado de uma relação do sujeito com o predicado sem referência imediata à experiência. São sempre verdadeiros. Um juízo **sintético** é uma conclusão, uma síntese, do conceito expresso pelo predicado ao conceito do sujeito e que nos dá uma informação nova. É um juízo *a posteriori* porque depende da experiência.

O que faz uma implicação ser sintética não é a forma com que se apresentam suas premissas, mas a natureza das regras utilizadas na sua derivação – não existe nenhuma razão para se pensar que uma suposição complexa não deva ter implicações sintéticas. A única diferença existente no modo de derivação desta implicação é que a conclusão tem de passar antes pelo crivo da eliminação “e”.

As implicações analíticas de uma suposição são intrínsecas a essa suposição, ou seja, são recuperáveis desde que a própria suposição seja recuperável, pelo seu reprocessamento via mecanismo dedutivo. As implicações sintéticas não são intrínsecas a qualquer dos membros singulares do conjunto de suposições de que são derivadas. Uma implicação sintética baseia-se necessariamente na tese da derivação não ser apenas uma questão de posse das suposições elementares distintas, mas tem de ser reunidas na memória ativa do mecanismo dedutivo. Uma vez aí, não há nenhuma garantia de que elas sejam alguma vez de novo reunidas, e suas implicações sintéticas podem ser perdidas para sempre, se não forem computadas nesse mesmo instante.

A idéia proposta pela teoria é de que as informações a serem processadas são repartidas em unidades menores antes de serem armazenadas na memória conceitual, de tal maneira que uma suposição complexa não pode ser armazenada como unidade, mas repartida pelas suas conjuntas constituintes, que podem acabar nas diferentes entradas enciclopédicas. Qualquer individuo que esteja interessado em melhorar sua representação global de mundo tem de estar interessado na recuperação de tantas implicações sintéticas quantas forem possíveis realizar, a partir de um conjunto de suposições que ele encontre no momento do processamento.

As implicações analíticas só valem a pena serem recuperadas como meio de conseguirem uma finalidade: a recuperação de mais implicações sintéticas.

### 3.2.7 – Implicação contextual

Como visto, a memória do mecanismo dedutivo trabalha com quatro fontes possíveis de suposições: percepção, decodificação linguística, memória enciclopédica e o acréscimo de suposições resultantes do próprio processo dedutivo. As informações novas – informações oriundas da percepção sensorial e da decodificação linguística – são as únicas

que podem provocar um efeito cognitivo capaz de modificar uma representação de mundo do indivíduo, haja vista que as informações da memória enciclopédica são informações antigas. No entanto, o efeito das deduções ocorre em função das relações que as informações novas estabelecerão com as antigas. O efeito das deduções de um conjunto de suposições iniciais que estão na memória do mecanismo dedutivo pode ser dividido em dois subconjuntos: subconjunto {P} – informações novas; subconjunto {C} – informações antigas.

Dessa maneira, uma dedução resultante da união das premissas {P} e {C} é uma contextualização de {P} no contexto {C}, ou seja, a contextualização de {P} em {C} pode originar novas conclusões que não são deriváveis nem só de {P} nem só de {C}, mas de ambos. As conclusões de {P} em {C} são implicações contextuais de {P} em {C}.

Assim, um conjunto de suposições {P} implica contextualmente uma suposição Q no contexto {C} se, e apenas se,

- i) a união de {P} e {C} implica Q não trivialmente;
- ii) {P} não implica não trivialmente Q;
- iii) {C} não implica não trivialmente Q.

Uma implicação contextual é uma nova informação no sentido de que não podia ter sido derivada apenas de {C}; nem é “apenas” uma nova informação, uma vez que não é nem uma implicação analítica nem uma implicação sintética apenas de {P}. É uma síntese de uma informação antiga e uma nova, um resultado da interação das duas informações. Uma informação nova é um acrescentamento à informação retirada de uma representação do mundo existente.

Uma das funções do mecanismo dedutivo humano é, então, a de fazer a derivação espontânea, automática e inconsciente das implicações contextuais das informações novas dentro de um contexto de informações antigas. Portanto, quanto maior o número das implicações contextuais, tanto mais essa nova informação melhorará a representação de mundo do indivíduo.

### 3.2.8 – Efeito contextual

A contextualização de {P} em {C} pode ser caracterizada em função dos efeitos contextuais que promove no mundo cognitivo dos indivíduos. Um efeito contextual é derivado da seguinte maneira: a modificação e o aperfeiçoamento de um contexto é a produção de algum efeito sobre esse contexto (nem toda modificação interessa – a repetição de uma informação antiga ou daquela que não se relaciona com a antiga).

De acordo com a TR, há três tipos de efeitos contextuais:

- i) implicação contextual – o resultado de uma interação crucial entre informações novas e antigas são premissas numa implicação sintética;
- ii) uma informação nova fornece mais evidências que levam ao fortalecimento das suposições antigas;
- iii) uma informação nova pode levar ao fornecimento de evidências contra, o que provavelmente levará ao abandono das suposições antigas, ou seja, pode tornar-se uma contradição.

Os efeitos contextuais de uma conclusão podem, assim, ser caracterizados e função da força relativa das premissas e da probabilidade de contradizê-las (limites mínimos e máximos). Do ponto de vista lógico, o valor confirmativo de uma conclusão não pode ser menor do que o valor confirmativo da “conjunção” das premissas – a probabilidade das suposições conjuntas serem todas verdadeiras é menor do que a probabilidade de uma delas ser verdadeira. Do ponto de vista do limite superior, para o valor confirmativo da conjunção das premissas utilizadas na dedução, o valor confirmativo de uma conjunção é o valor confirmativo da sua conjunta mais fraca. Do ponto de vista cognitivo, numa única dedução podem ser derivadas conclusões diferentes com base em premissas diferentes, ou seja, somente premissas que efetivamente entram no processo dedutivo devem afetar seu valor confirmativo, de tal modo que a conclusão seja uma relação de dedução entre a força das premissas e a força das conclusões.

O efeito do mecanismo dedutivo, então, é operado do seguinte modo: quando se aplica uma regra analítica, a conclusão herda a força das próprias premissas constituintes.

Quando se aplica uma regra sintética, há três possibilidades de conclusões:

- i) se as premissas forem ambas certas, a conclusão é também certa;
- ii) se uma das premissas é certa e a outra não, a conclusão herda a força da premissa mais fraca;
- iii) quando nenhuma nem outra premissa é certa, a força da conclusão é mais baixa do que a da premissa mais fraca.

As conclusões derivadas de várias premissas fracas recebem como herança um valor que é muito fraco e vago, ou seja, as conclusões serão mais provavelmente verdadeiras do que a conjunção das premissas das quais são deduzidas.

Esses processos, no entanto, não determinam os valores confirmativos absolutos, mas tornam possíveis algumas comparações da força de uma suposição em relação à força das outras suposições. A incapacidade de o modelo dedutivo cognitivo determinar com precisão a força de uma conclusão derivada de várias suposições corresponde muito bem às evidências introspectivas.

Uma implicação contextual é um subtipo de implicação sintética. Esta, por sua vez, não pode ser implicada logicamente, via inferência, por qualquer uma das suas premissas. Desse modo, cada premissa é um argumento, ou uma evidência, para a conclusão, dentro do contexto das premissas, ou seja, cada uma das premissas utilizadas na derivação de uma implicação sintética reforça a conclusão que elas implicam em conjunto. A contribuição de cada premissa individual para a força da conclusão associada é uma função do seu próprio grau de força.

O mecanismo dedutivo tem o poder não só de ler e anotar as suposições na memória, mas também de apagá-las – é o caso das contradições: o mecanismo apaga a mais fraca. Os efeitos contextuais são conseguidos somente quando a suposição nova faz a substituição de uma suposição já presente no contexto, com um subsequente enfraquecimento ou apagamento de outras suposições contextuais ligadas a ela por relações de implicações analíticas e sintéticas.

### 3.3 – Relevância

A relevância é um termo pouco claro, tanto do ponto de vista da semântica como do ponto de vista da psicologia cognitiva. No entanto, há boas razões para se acreditar que, do ponto de vista psicológico, existe uma propriedade dos processos mentais que se aproxima mais ou menos imperfeitamente da noção vulgar de relevância. Para a TR, relevância é a propriedade psicológica que faz com que uma entrada de dados valha a pena ser processada em termos de efeito cognitivo e esforço de processamento, porque modifica e reorganiza suposições disponíveis.

#### 3.3.1 – Efeitos contextuais e esforço de processamento

Na comunicação verbal, o ouvinte é levado a aceitar uma suposição como verdadeira, provavelmente verdadeira, possivelmente verdadeira ou falsa, com base em uma garantia dada pelo falante. Parte da tarefa do ouvinte é procurar descobrir quais são as suposições que o falante está garantindo como verdadeiras. A hipótese de Sperber & Wilson (1986/95) é a de que o ouvinte é guiado pelo princípio da relevância no desempenho dessa tarefa: ele espera que a informação que o falante mencionava tornar manifesta seja relevante quando processada no contexto em que o falante contava que ela fosse contextualizada. Isto é, que tenha um efeito contextual substancial, a um custo baixo de processamento – o ouvinte que chega a uma interpretação relevante pode estar razoavelmente confiante de que é aquela informação que o falante mencionava tornar manifesta a ele.

O falante quer ser compreendido e está empenhado na tarefa de ajudar o ouvinte a entendê-lo. Muito do ambiente comunicativo é feito pelo falante e está cheio de dicas e pistas intencionais com o fim de auxiliar o ouvinte nessa tarefa, uma vez que as capacidades cognitivas humanas, como resultado da evolução natural, estão bem adaptadas para esse fim. Pode ser que das suposições que vêm mais espontaneamente à mente humana, as que são verdadeiras, sejam com mais probabilidade mais relevantes do que as que são falsas, de tal maneira que quando é atingida a relevância, esta fornece um fortalecimento retroativo válido.

Na interpretação da comunicação verbal existe mais do que uma simples identificação das suposições explicitamente expressas nela, uma vez que, no processamento está envolvida a resolução das consequências do acrescentamento dessa suposição a um conjunto de suposições que foram já elas próprias processadas. A noção de relevância pode ser caracterizada em função do efeito contextual, o qual auxilia na descrição do processamento simultâneo de um conjunto de suposições e do qual ficam mais salientes algumas das suposições por serem informações apresentadas pela primeira vez e serem processadas dentro do contexto de informações que foi também ele próprio, alguma vez, previamente processado. Quanto mais efeitos contextuais se obtiverem, maior será a relevância da informação.

A relevância é o produto da avaliação da produtividade: equilíbrio entre o rendimento (saída) e um investimento (entrada) de informações, ou seja, equilíbrio entre os efeitos contextuais e o esforço de processamento. É uma noção comparativa (relativizada). No entanto, se os benefícios de se conseguir um efeito contextual não forem suficientes para equilibrar o custo do esforço de processamento necessário para os implementar, então nunca se poderia conseguir um grau positivo de relevância, porque não valeria a pena o esforço do processamento.

As pessoas não têm só intuições retrospectivas sobre os efeitos conseguidos e sobre o esforço consumido, mas também intuições em perspectiva, ou seja, sobre o esforço que uma tarefa irá requerer e sobre os efeitos que se possam conseguir. Estas intuições se baseiam em fatores que modificam sistematicamente o valor desses parâmetros (por exemplo, em igualdade de condições, as suposições mais fortes têm maiores efeitos contextuais). Os efeitos contextuais e o esforço e processamento são dimensões não representacionais dos processos mentais – existem quer o indivíduo esteja conscientemente a avaliá-los ou não, quer estejam representados ou não. Quando se encontram representados, o estão na forma de juízos comparativos e juízos mais ou menos absolutos (muito relevante, pouco relevante, fracamente relevante, etc.), mas não em forma de juízo quantitativos – daí o princípio de relevância. No entanto, como será que é procurada e como é conseguida a relevância nos processos mentais a partir da noção de comparação?

### 3.3.2 – Seleção do contexto

A noção de contexto foi apresentada no sistema dedutivo como um subconjunto de suposições antigas que se combinam com suposições novas para resultarem uma variedade de efeitos contextuais. Tradicionalmente, o contexto apresenta-se singularmente determinado, ou seja, antecipadamente dado: a suposição expressa explicitamente por uma elocução é vista como se se combinasse com um contexto que, no início do ato da elocução, se encontra na mente em um conjunto de suposições explicitamente expressas pelas elocuções precedentes dentro do mesmo diálogo ou discurso<sup>38</sup>. A TR considera que o contexto não contém só o conjunto de suposições explicitamente expressas pelas elocuções precedentes dentro do mesmo diálogo ou discurso, mas também contém as implicaturas das elocuções derivadas das entradas enciclopédicas empenhadas em recuperar quaisquer conceitos utilizados nessas suposições. A relevância pode ser explicada pelo acrescentamento automático das informações das entradas enciclopédicas do conceito ao contexto em que uma elocução será interpretada.

Porém, quando um conceito é apresentado pela primeira vez, ele fica incompatível com a hipótese de que o contexto para a compreensão se constitua pelas suposições expressas ou implicadas pelas elocuções anteriores, juntamente com as entradas enciclopédicas ligadas a quaisquer conceitos utilizados nessas suposições. Uma nova hipótese teria de ser acrescentada ao processo – a de que uma entrada enciclopédica procuraria uma informação para o conceito. Se fossem apresentados dois novos conceitos, as entradas enciclopédicas existentes recuperariam as informações pertinentes aos conceitos armazenados para em seguida buscar informações para o segundo conceito e, em seguida, para o terceiro conceito, e assim, sucessivamente para cada novo conceito que entrasse no processo ter-se-ia que acrescentar camadas de especulação sobre as entradas enciclopédicas e o esforço de processamento se tornaria demasiadamente improdutivo e levaria a perda da relevância.

No entanto, o processamento de informações pode ser tomado de uma maneira mais econômica, a partir de dois subconjuntos de suposições:

---

<sup>38</sup> Ver item “O contexto como discurso na piada”.

- i) informação nova: que se encontra no primeiro plano da atenção;
- ii) informação antiga: que é tomada em consideração, mas que permanece como pano de fundo da atenção do indivíduo que está processando informações.

Há, portanto, no processamento de informações novas, uma combinação com um conjunto adequadamente selecionado de suposições de fundo. Para cada item das informações novas, poderão ser selecionados como contextos muitos subconjuntos diferentes de suposições que provêm de fontes diversas (percepção, memória de curto prazo, memória de longo prazo). A organização da memória enciclopédica do indivíduo e a atividade mental em que ele se encontra ocupado, limitam a classe dos contextos potenciais donde se pode escolher um contexto real num dado tempo.

As informações enciclopédicas na memória de longo prazo estão organizadas em porções do mesmo gênero, as quais são conhecidas nas várias teorias como *frames*, *scripts*, cenários e/ou protótipos. As entradas enciclopédicas são elas próprias porções de informações, na medida em que podem ser agrupadas em porções maiores e conter porções menores de suposições. As unidades menores que são transferidas da memória enciclopédica para a memória do mecanismo dedutivo – memória operacional ou de curto prazo – são porções menores de suposições e não suposições individuais (geralmente pensamos em um restaurante, e na especialidade de seu prato principal, e na bebida que servem, e na companhia que tivemos, e assim por diante).

Porém, nem todas as porções de informações enciclopédicas são igualmente acessíveis em qualquer dado momento. Uma entrada enciclopédica de um conceito só poderá se tornar acessível se esse conceito aparecer numa suposição que já tenha sido alguma vez, de alguma maneira, apreendida pela memória, afinal de contas as pessoas não processam informações de mente vazia.

O processamento de informações se dá do seguinte modo: no início do processo dedutivo, a memória do mecanismo contém um conjunto inicial de suposições – um conjunto de premissas, o qual derivará todas as implicações não-triviais possíveis desse conjunto de premissas e dão-se todos os fortalecimentos que se podem dar. Ao final do processo, se não ocorreu nenhuma contradição, a memória do mecanismo dedutivo contém

todas as premissas originais, possivelmente fortalecidas e todas as conclusões derivadas. Desse modo, todas as implicações sintéticas momentaneamente derivadas, todas as premissas que passaram por uma regra sintética e todas as premissas que foram fortalecidas, permanecem na memória do mecanismo dedutivo. As demais suposições ainda na memória do mecanismo dedutivo, as que não afetam a dedução nem foram afetadas por ela, serão apagadas da memória do mecanismo ou são transferidas temporariamente para uma memória geral.

As suposições que sobram do processo dedutivo imediatamente anterior constituem um contexto imediatamente dado e funcionam como premissas para que o item seguinte de informação nova possa ser processado. Esse contexto imediatamente dado pode, no entanto, ser estendido em diferentes direções, como o regresso no tempo, acrescentamento das suposições utilizadas ou derivadas das deduções anteriores – pode ocorrer de o ouvinte ter que incluir no contexto não só a interpretação da elocução ou da observação (contexto ambiental) imediatamente anterior, mas também as elocuções ou observações ocorridas muito antes da interação comunicativa. A escolha do contexto é, então, determinada, em parte, pelos conteúdos da memória do mecanismo dedutivo, pelo armazém geral das memórias de curto prazo, pelos conteúdos da memória enciclopédica e pelas informações extraídas do ambiente físico.

No processo comunicativo, os seres humanos tentam processar informações tão produtivamente quanto possível, ou seja, a obtenção de um efeito contextual dever ser tão grande quanto possível e um esforço de processamento tão pequeno quanto possível. A avaliação de relevância não é a meta do processo de compreensão, mas um meio para um fim, qual seja o de maximizar a relevância das informações que estão sendo processadas. No entanto, esta definição é vaga, haja vista que não explica nada sobre como se determina os graus de relevância ou sobre como se determina o contexto. A noção de graus de relevância, por sua vez, pode ser pensada em termos de produtividade ou produto alcançado, em que existe alguma forma de análise de custo e benefício. Nessa perspectiva, quanto maior for o custo, mais baixa é a produtividade do processo e quanto maior o esforço de processamento, menor será a relevância. Para Sperber e Wilson (op cit), a relevância é tratada como dada e o contexto é tido como variável.

### 3.3.3 – Relevância ótima

Ao final de cada processo dedutivo, se tem à disposição um conjunto especial de contextos acessíveis, que está em parte ordenado do seguinte modo: a partir do contexto inicial, cada contexto contém um ou mais contextos menores e cada contexto está contido em um ou mais contextos maiores. Esse conjunto de contextos é ordenado em parte pela relação formal de inclusão que corresponde à contraparte psicológica: a acessibilidade. O contexto inicial mínimo é dado e a partir dele se constroem as extensões contextuais necessárias, dependendo sempre da acessibilidade individual de cada contexto – quanto menos acessível for um contexto, maior será o esforço envolvido na sua apreensão e vice-versa. Uma suposição pode ser relevante se alguns, todos ou nenhum dos contextos acessíveis a um indivíduo, num dado momento, dependendo do fato de alguns, todos ou nenhum desses contextos, já conterem ou implicarem um testemunho da suposição e da força relativa dos testemunhos antigos e novos.

A relevância pode ser imediatamente manifesta ou conseguida pelo fortalecimento contextual e/ou pela implicação contextual que um indivíduo processa. A relevância para um indivíduo pode ser expressa do seguinte modo: uma suposição é relevante para um indivíduo num dado momento se, e apenas se, for relevante em um ou mais dos contextos acessíveis a esse indivíduo nesse momento.

A expectativa das pessoas que comunicam é sempre a obtenção da relevância máxima, ou seja, a seleção do melhor contexto em que se possa fazer o equilíbrio possível entre o esforço e o efeito a se conseguir. Quando se consegue tal equilíbrio, se atinge a “relevância ótima” para um indivíduo.

A relevância pode, então, ser agora caracterizada como segue:

#### Relevância

Condição de extensão 1 – uma suposição é relevante em um contexto na medida em que, após ser processada otimamente, seus efeitos contextuais sejam grandes.

Condição de extensão 2 – uma suposição é relevante em um contexto na medida em que o esforço requerido para processá-la nesse contexto é pequeno.

Um contexto inicial pode ser acrescido de porções de informações tantas quantas sejam requeridas ao processo, tais como informações enciclopédicas, informações sobre o ambiente físico em que estão sendo processadas as suposições, suposições processadas em fases anteriores ao início da conversação, etc., de tal modo que cada uma das extensões potenciais contextuais faz com que se tornem acessíveis mais informações, cada uma por vez.

A pessoa que comunica não pode apresentar diretamente uma suposição ao ouvinte; ela simplesmente apresenta um estímulo com a esperança de que a percepção desse estímulo conduza o ouvinte a uma modificação dos seus ambientes cognitivos e provoque alguns processos cognitivos. Um fenômeno é concebido como um estímulo quando puder ser reconhecido por conseguir efeitos cognitivos, ou seja, tornando certos fatores manifestos ou mais manifestos ao ouvinte.

Os mecanismos perceptuais dos seres humanos estão organizados de forma a permitir a entrada de certos tipos de fenômenos nos processos centrais do pensamento. Alguns desses fenômenos são determinados pela capacidade inata dos indivíduos por contribuírem à sobrevivência da espécie e que se presume seja o resultado da seleção natural. A mente, então, ao processar informações, filtra automaticamente alguns fenômenos, de maneira que aqueles fenômenos que têm menor probabilidade de serem relevantes sejam eliminados do processo e os que têm maior probabilidade de serem relevantes, chamem a atenção dos indivíduos. Dessa forma, os mecanismos perceptuais são orientados pela relevância.

Um fenômeno pode ser mais ou menos eficientemente processado dependendo de quais das suposições tornadas manifestas são realmente formadas. Muitos fenômenos serão filtrados ao nível perceptual enquanto que outros serão representados conceitualmente e processados em um contexto enciclopédico rico. Portanto, a relevância pode ser alargada de

modo que um fenômeno é relevante para um indivíduo se, e apenas se, uma ou mais das suposições que ele torna manifestas é relevante para este indivíduo.

Na formação e no processamento de diferentes suposições existem efeitos e esforços diferentes, que conduzem a graus de relevância diferentes. Desse modo, pode-se caracterizar a relevância de um fenômeno para um indivíduo, da seguinte maneira:

Relevância de um fenômeno:

Condição de extensão 1 – um fenômeno é relevante na medida em que os efeitos contextuais conseguidos otimamente sejam grandes.

Condição de extensão 2 – um fenômeno é relevante na medida em que o esforço requerido para processá-lo for otimamente pequeno.

Um estímulo é um fenômeno concebido para conseguir efeitos cognitivos e seu processamento ótimo é dirigido para a maximização da relevância, de tal modo que uma pessoa que queira atingir um efeito cognitivo específico tem de tentar produzir um estímulo que vá atingir esse efeito pretendido. Os estímulos utilizados para tornar uma intenção informativa mutuamente manifesta são “estímulos ostensivos” e devem necessariamente satisfazer duas condições: atrair a atenção do ouvinte e fazer incidir sobre as intenções do falante. O estímulo deve, portanto, vir com uma garantia da relevância – não pode haver nenhuma cadeia *a priori* de relevância para os fenômenos em geral.

#### 3.3.4 – O princípio de relevância

Uma pessoa que produz uma elocução requer a atenção do seu ouvinte porque sugere que sua elocução é suficientemente relevante para valer a pena sua atenção. Os estímulos ostensivos despertam as expectativas definidas de relevância atingível, uma vez que a intenção informativa do falante seja reconhecida. Na comunicação ostensiva-inferencial, a pessoa que comunica produz um estímulo que torna mutuamente manifesto à pessoa que comunica e aos ouvintes que a pessoa que comunica tenciona, através desse estímulo, tornar manifesto um conjunto de suposições {I}.

Para ser bem sucedido, um ato de comunicação ostensiva deve ser um ato de ostensão porque tem de atrair a atenção do ouvinte<sup>39</sup>. Uma pessoa que comunica ostensivamente pede tacitamente ao ouvinte para que se comporte física e cognitivamente de certo modo, porque acredita que tem boas razões para pensar que poderá ser de interesse do ouvinte obedecer ao seu pedido. No entanto, essa expectativa do ouvinte é dependente de uma variedade de fatores, a maior parte dos quais fora do controle do indivíduo – na maioria das vezes o ouvinte sequer tem consciência deles. O que torna razoável essa esperança do falante é o fato de os seres humanos possuírem um certo número de heurísticas, muitas delas inatas e outras desenvolvidas pela experiência, mas todas com o objetivo de escolher fenômenos relevantes.

É manifesto que as pessoas prestam atenção aos fenômenos que lhes são mais relevantes. Baseado nisso, o falante, ao produzir um estímulo relevante, tem de ter a intenção de fazer parecer este estímulo relevante ao ouvinte, ou seja, tem de ter a intenção de tornar o estímulo manifesto ao ouvinte. Se assim o for, diremos que há um estímulo mutuamente manifesto tanto ao falante quanto ao ouvinte. Desse modo, um ato de comunicação ostensiva de um indivíduo que comunica um conjunto de suposições {I}, comunica uma “presunção de relevância”. A relevância otimamente comunicada pode ser expressa da seguinte maneira:

#### Presunção de relevância ótima

- a) o conjunto de suposições {I} que o falante tenciona tornar manifesto ao ouvinte é suficientemente relevante para valer a pena ao ouvinte processar o estímulo ostensivo.
- b) o estímulo ostensivo é o mais relevante que o falante podia ter utilizado para comunicar {I}.

Todo ato comunicativo é, então, de certo modo guiado pelo “princípio de relevância”, porque a pessoa que comunica tem interesse que o ouvinte escolha, de um conjunto de suposições {I}, aquele estímulo que lhe seja mais relevante. O princípio de relevância pode ser expresso como segue:

---

<sup>39</sup> Não no sentido de um ato de fala, de Searle.

### Princípio de relevância

Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção da sua própria relevância ótima.

Na comunicação ostensiva, a pessoa que comunica tenta atingir o maior nível possível de relevância, haja vista sua intenção de fazer-se compreender, mesmo quando sua intenção falha, ou seja, não é reconhecida pelo ouvinte. Assim, aquilo que conta como relevantemente suficiente, varia de acordo com a acessibilidade ou a possibilidade de a informação se tornar acessível com o tempo; também varia com o grau de perspicácia intelectual do ouvinte.

O princípio de relevância, ao contrário do PC e das máximas de Grice, é uma generalização da comunicação ostensiva-inferencial, porque tanto falante quanto ouvinte não precisam conhecê-lo para se comunicar, como não precisam conhecer os princípios da genética para se reproduzirem. As pessoas que se comunicam não seguem o princípio de relevância, nem podem violá-lo mesmo se quisessem, porque ele se aplica sem exceções à comunicação inferencial humana. O princípio de relevância tem como finalidade a explicação da comunicação ostensiva como um todo, tanto a comunicação explícita como a implícita, porque é uma forma automática e inconsciente de receber as informações do mundo que nos rodeia.

Mas, o que o princípio de relevância comunica? Dadas as condições da comunicação ostensiva-inferencial, a presunção da relevância, no seu todo, deve, ou ser falseada ou confirmada, mas não verificada. Para algumas suposições de {I}, toda a evidência que o falante dá ao ouvinte é indireta e a única razão que o ouvinte tem para as aceitar é a intenção mutuamente manifesta do falante de que ele deve aceitá-las. Para outras suposições, o falante fornece evidências diretas, de modo que o *status* da presunção de relevância seja alterado pelo próprio processo de compreensão. Desse modo, as intenções são identificadas por meio da suposição de que o agente é racional e pela tentativa de procurar uma interpretação racional das suas ações.

Uma pessoa racional que comunica a sua intenção de tornar manifesta ao destinatário a presunção de relevância tem de contar com o fato dos conteúdos de {I}

verificarem a condição (a) da presunção da relevância ótima e não falsearem a condição (b). Para reconhecer a intenção informativa do falante, o ouvinte tem de descobrir de qual delas do conjunto de {I} o falante tinha razões para pensar que confirmaria a presunção de relevância. A tarefa do ouvinte é a de descobrir as hipóteses interpretativas possíveis sobre os conteúdos de {I} e de escolher a hipótese certa. Nas diferentes estratégias dedutivas, a listagem e a ordenação das hipóteses ou a procura das hipóteses e o teste delas ajustam-se a tipos diferentes de tarefas.

O princípio de relevância geralmente não garante a seleção de mais de uma interpretação para um único estímulo ostensivo. A interpretação cuja seleção ele garante é a primeira verificada e achada compatível com o princípio, uma vez que a plausibilidade de algumas hipóteses pode já ser manifesta no ambiente e o estímulo do falante também já ser ele próprio uma fonte de hipóteses interpretativas. Do ponto de vista da exequibilidade das estratégias de verificação, o ouvinte deseja maximizar sua eficiência cognitiva e fazer a verificação de hipóteses dentro da ordem de acessibilidade, ou seja, chegar a uma hipótese que é compatível com o princípio de relevância. O mais importante nisso tudo é o fato de uma vez dado o ambiente cognitivo, dado o contexto inicial, dado o estímulo, algumas hipóteses são mais acessíveis que outras, e isso significa que, como se verá nos capítulos 3 e 4 da parte II, requerem menos esforço de processamento.

### 3.3.5 – Explicatura e implicatura: a fronteira entre a semântica e a pragmática

Uma elocução é uma modificação perceptível do ambiente físico e com tal, manifesta uma variedade de suposições de um conjunto de suposições {I}. Nas condições apropriadas, um estímulo fonético na língua do ouvinte será automaticamente analisado como um sinal de uma estrutura linguística, que desde que sejam satisfeitos os níveis mínimos de clareza acústica e de saliência, o sinal fonético será analisado e atribuído uma representação semântica, tornando manifesta uma suposição. Neste caso, o resultado de uma suposição pode ser avaliado semanticamente pela recuperação de um conteúdo proposicional como verdadeiro ou falso, e constitui “o dito”. Por outro lado, para se interpretar um enunciado é necessário que se completem os aspectos não veritativos da informação adicional que não foi expressa explicitamente, ou seja, do “implicado”.

Para a TR, tudo começa com um estímulo linguístico, que uma vez processado pelas entradas léxicas e enciclopédicas produz uma forma lógica. A tradução do material linguístico em material representacional é automática e inconsciente, de maneira que a forma lógica que se obtém é apenas um esboço da mensagem final, pois não tem indicações de onde ou quando se produziu a mensagem, nem se especifica a modalidade da elocução, nem a força ilocutiva, nem os elementos dêiticos ou anafóricos estão especificados, nem as palavras ambíguas ou polissêmicas receberam um significado unívoco. Daí que nessa plataforma não se pode analisar nem ironias, nem metáforas, nem piadas.

Como o conteúdo de uma forma lógica não pode ser avaliado como verdadeiro ou falso, o componente semântico funciona como uma armação esquemática para a interpretação pragmática. Esta interpretação constitui o módulo do sistema central de maior responsabilidade porque sua missão consiste em completar inferencialmente a forma lógica inicial mediante informações de diversos tipos – a interpretação é produzida mediante várias operações e está guiada pelo princípio de relevância.

No entanto, para derivar significados implícitos é necessário antes, enriquecer semântica e contextualmente a elocução, ou seja, definir sua “explicitude”.

Para a TR, uma explicitude é:

Uma suposição comunicada por uma elocução é explícita se, e apenas se, for um desenvolvimento de uma forma lógica codificada pela elocução.

O resultado da ação de completar explicitamente a representação semântica de uma elocução é chamado, por analogia à implicatura de Grice, de “explicitura”. Para a TR, há três níveis representacionais no processo interpretativo inferencial:

- i) forma lógica;
- ii) explicitura
- iii) implicatura.

Grosso modo, a forma lógica é um conjunto de representações semânticas sem valor de verdade; a explicitura é a união do significado da forma lógica mais todo o

enriquecimento feito em fases posteriores do processo (fixação de dêiticos, substituição de pronomes por referentes concretos, seleção unívoca de uma palavra ambígua, etc.) e necessário para atribuir à elocução uma força ilocutiva concreta; e a implicatura é o resultado da combinação da explicatura com uma série de suposições contextuais, guiado pelo princípio de relevância, e que obteve uma série de informações.

A explicatura constitui, assim, um nível intermediário de conteúdo explícito entre o dito e o implicado, ou seja, é uma combinação de traços conceituais linguisticamente codificados e contextualmente inferidos. Os processos para a recuperação de explicaturas podem dar-se do seguinte modo:

- i) desambiguação: seleciona uma das acepções de um termo polissêmico;
- ii) seleção do referente: faz a seleção dêitica;
- iii) enriquecimento: conjunto de implicações contextuais acrescidas à elocução.

Após estes processos a forma lógica se converte em algo muito mais rico: passa a uma “forma proposicional”, na qual se desambiguam todos os elementos indefinidos e, agora, ao receber uma interpretação unívoca, pode ser avaliada como verdadeira ou falsa.

Na figura abaixo representamos um esquema de suposições de recuperação de explicaturas:

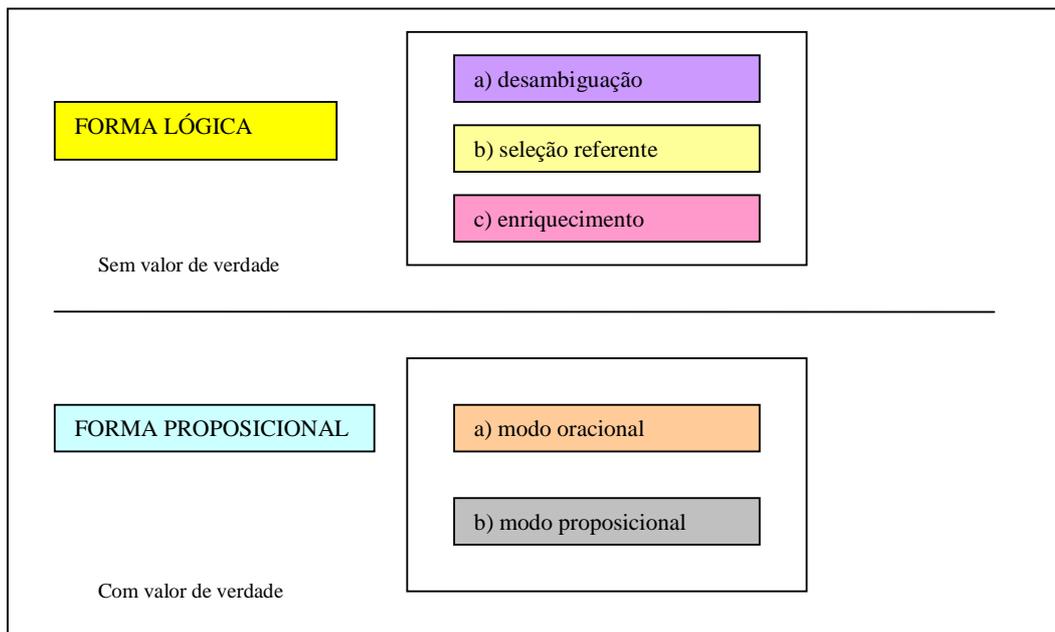


Figura 7: Processos para a recuperação da explicatura

Desse modo, o terreno que separaria a semântica da pragmática está delimitado por duas propriedades: o dito e o implicado<sup>40</sup>, sendo o dito uma propriedade semântica da elocução e o implicado, sua propriedade pragmática. Nessa relação, para se determinar o dito tem-se que decodificar um sinal linguisticamente codificado (sua forma lógica) e para se determinar o implícito, tem-se que inferi-lo (forma proposicional).

### Comentário do capítulo

Os estudos da linguagem pela perspectiva cognitivista são amplamente debatidos dentro da proposta da TR. Ainda que a teoria deixe muitas explicações a descoberto, por exemplo, não descreva com profundidade como se processa a avaliação psicológica da relevância, seu mérito maior está em fornecer evidências teóricas sólidas que possibilitam explicações relevantes sobre o processamento dedutivo-inferencial humano. Além disso,

<sup>40</sup> Para maiores detalhes, ver implicaturas conversacionais no capítulo 1.

sua proposta vai além dos paradigmas que centram seus estudos, ou só no falante ou só no ouvinte. A TR é uma tentativa amplamente convergente que congrega falante e ouvinte a partir de uma única hipótese: a comunicação ostensivo-inferencial humana. Para isso, falante e ouvinte perseguem a relevância ótima comunicacional.

A partir dessas reflexões todas, é possível ampliarmos o processamento dedutivo-inferencial proposto pela Teoria da Relevância e estendermos suas hipóteses conceituais à sistematização da interpretação de textos humorísticos. Nessa perspectiva, a TR é subsidiária de hipóteses consistentes que nos levam a pensar na aplicação do processamento dedutivo-inferencial humano à competência humorística da interpretação de piadas. É o que veremos nos próximos capítulos.

## CAPÍTULO 4 – Piada, humor e riso: uma relação problemática

A mulher chega por trás do marido quando ele estava tomando o café da manhã e lhe dá um tapa na cabeça.

\_ Encontrei no bolso da tua calça um papel com o nome Vanessa escrito – disse ela, furiosa. – É bom você se explicar.

\_ Calma, benzinho – responde o homem. – Lembra-se de que na semana passada fui às corridas? Vanessa era o nome da égua em que apostei.

Na manhã seguinte a mulher chega perto dele de novo e lhe dá outro tapa.

\_ E por que foi isso? – reclamou o marido.

\_ Tua égua telefonou ontem à noite.

### Introdução

No presente capítulo refletiremos sobre um tipo muito especial de comunicação humana. Trata-se, em linhas gerais, de uma forma de expressão comunicativa que, dada sua forma, caracteriza-se por apresentar uma estrutura aparentemente simples, mas que cognitivamente carrega um grau de informatividade bastante abrangente, uma vez que sua interpretação requer a ativação, o processamento e a operação de mecanismos inferenciais complexos. O modelo de comunicação a ser analisado retém invariavelmente, em larga medida devido à variedade de formas e conteúdos, a propriedade de provocar no interlocutor uma reação cômica. O escopo previsto para a análise, seja da modalidade oral ou escrita, é o de um texto verbalizado cuja narrativa centra suas bases em fatores estruturais, linguísticos e pragmáticos, que desembocam no campo humorístico. Este texto é a piada.

#### 4.1 – Variantes do humor

Os estudos linguísticos atuais sobre humor, em nível mundial, se revestem de um legado histórico que abrange os diversos campos do saber. A abundância de pesquisas sobre o tema humorístico revela o caráter interdisciplinar deste fenômeno polêmico, mas nem por isso menos interessante. A discussão sobre humor é rica e variada e a literatura especializada apresenta uma taxonomia também polêmica sobre as fronteiras e limites do humor.

Attardo (1994) apresenta uma versão simplificada do esquema de Schmidt-Hidding's (1963) sobre o campo semântico do humor, o qual adaptamos na figura abaixo.



Figura 8: Variantes do humor (Adaptado de Attardo, 1994, p. 7)

No esquema acima, os elementos **Wit** (veja-se o conceito mais adiante), **Brincadeira**, **Ridículo** e **Disposição** aparecem entremeados pelos conceitos de trocadilho, *bon mot* (tiradas inteligentes), sátira, ironia, besteirol, cômico, piada, deboche, sarcasmo, veneta, aborrecimento e brincadeira idiota ou de mau gosto. Como se pode perceber, são manifestações muito sutis de formas do humor e seria pretensioso demais querer restringi-los a um único termo – humor –, já que o mesmo serve a áreas tão variadas como a

filosofia, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a medicina<sup>41</sup>, as ciências da informação e da educação, a teoria literária e a linguística. Nesta última, mais especificamente na linguística cognitiva, o conceito de humor está relacionado ao de linguagem, o que de certa forma mantém fortes ligações com o conceito de cultura, na antropologia.

No entanto, a falta de consenso quanto à definição do humor entre as diversas ciências, e diferentes autores, radica na diversidade de formas que o fenômeno assume, fator que exprime uma tendência agnóstica que mostra o quão traiçoeiro e escorregadio é o estudo do humor. Para Ermida (2002, s/p), por exemplo, a variedade de manifestações do humor é decorrente da diversidade de abordagens, análises e interpretações que sujeitam o fenômeno. Segundo a autora,

O humor pode ser verbal ou não-verbal; pode constituir uma experiência subjectiva ou cumprir propósitos comunicativos; versar a realidade ou reportar-se ao imaginário; pode cativar ou agredir; surgir espontaneamente ou ser usado como uma técnica de interacção pessoal ou profissional; pode consistir numa simples piada trocada entre amigos ou elevar-se à sofisticação de uma peça de Shakespeare... Nos nossos dias, o humor encontra também inúmeros meios de expressão - que ultrapassam as formas literárias clássicas da comédia, da farsa e da canção de escárnio, ou ainda os panfletos satíricos ou as pantominas dos bobos e dos saltimbancos - e que vão desde as *sitcoms* televisivas aos filmes cómicos, aos *cartoons* na imprensa diária e semanal e aos *gags* que circulam na *Internet*. Por outro lado, o humor também varia, em grau e natureza, consoante a idade, o sexo, o grupo social, a situação, a época, a cultura e a civilização<sup>6</sup>, versando uma gama absolutamente infinita de objectos. Não parece existir, na verdade, um tipo específico de 'tema humorístico': tudo, em princípio, pode tornar-se objecto do humor. É um facto que nos rimos do fútil como do grave, do profano como do sagrado, da felicidade como da desdita; rimo-nos da ilusão, do engano, do amor, da política, da sociedade, dos outros e de nós mesmos; rimo-nos da vida e do sonho, mas também nos conseguimos rir da morte e de muitos outros medos (ERMIDA, 2002, s/p).

Essa discrepância conceitual também se deve, em grande medida, ao fato de que muitos dos motivos geradores do humor não lhe são exclusivos. De acordo com as teorias essencialistas (ATTARDO, 1994), o questionamento paradigmático prototípico “o que é humor?” evoca o que Ermida (op cit) conceitua de “matérias de teor circunstancial”, tais como 'quando', 'como' e 'onde' se manifesta o humor ou 'quem produz e recebe o humor' e

---

<sup>41</sup> Na medicina, a acepção ao humor remonta a Hipócrates para quem o temperamento humano se definia de acordo com a predominância do sangue, da linfa e da bÍlis amarela ou negra, resultando deste duo último o termo “humor negro”.

'através de que mecanismos', ou ainda 'opta-se por questões de natureza teleológica', como 'que objectivos visa' ou 'que funções – sociais, interpessoais, políticas – serve'<sup>42</sup>

Historicamente, o conceito de humor se deriva de *cômico*, conceito do campo da estética filosófica que designa a faculdade de fazer rir ou de divertir. Nessa perspectiva, o *humor*, em oposição ao *Wit* (espécie de agudeza do espírito ou espirotuosidade de um indivíduo), designa uma atitude bem-disposta e conciliadora, produto de um coração tolerante que se depara com as imperfeições da vida. Mais tarde, o conceito evolui e adquire um *status* mais abrangente e substitui o *cômico* por “humor compensatório” – o humor racional – e abre-se a qualificativos tais como humor “verbal” em substituição ao ‘Wit’ e “hostil”, substituindo a “sarcasmo”.

Segundo Ermida (op cit), na tradição humanística, o humor adquire um valor comportamental que, devido a um desequilíbrio dos fluidos fisiológicos, se desvia das normas e padrões sociais e é basicamente conotado com uma excentricidade que faz rir. Já na tradição anglo-saxã do século XIX o conceito se associa ao estilo de vida dos ingleses, designando uma virtude ou “sentido de humor”. Essa evolução lexical migrou para muitas áreas, como é o exemplo da literatura, que associa o humor à paródia, à sátira, à comédia ou à farsa. Na língua portuguesa, o problema do conceito de *humor* se agrava na medida em que esta língua possui uma única palavra derivada da raiz latina *umor* para designar as várias acepções a que o termo remete, conforme visto na figura 7.

Na tentativa de minimizar alguns dos problemas conceituais subjacentes à taxonomia do humor, apresentamos abaixo uma revisão sucinta de alguns dos termos elencados por Attardo e constantes na figura 7, centrando-nos principalmente naqueles que, de alguma maneira, se alinham à abordagem linguística-cognitiva-pragmática desta pesquisa. A sequência com que os termos aparecem elencados abaixo não reflete a ocorrência psico-cognitiva, uma vez que sua manifestação é originária de um processo mental dos interlocutores.

---

<sup>42</sup> Veja-se que esta tradição se alinha ao conceito de “jogo” de Wittgenstein (1953).

#### 4.1.1 – Humor e riso

Um dos temas amplamente discutido nos estudos do humor é a dicotomia humor *versus* riso, uma vez que o humor acarretaria explícita ou implicitamente, mas não necessariamente, o riso. Como bem observa Kraft (2004), “rir é componente tão sólido da existência humana que esquecemos como são curiosos esses acessos de alegria” (p. 34). Mas por que rimos quando alguém nos conta uma piada, quando observamos algo engraçado na rua ou quando nos tocam levemente a sola dos pés, se o riso não tem, aparentemente, nenhuma utilidade biológica?

De acordo com Attardo (1994), para Platão, o humor é um misto de sentimentos da alma, tais como prazer e dor; Aristóteles, por sua vez, postula que o humor é um caso particular de ridiculez, associado ao feio, não sendo uma deformidade da dor ou do mal – o filósofo considera que o humor serve à argumentação do orador, o que de certa forma antecipa a idéia de incongruência. O latino Cícero estabelece cinco tópicos que deverão ser levados em conta quando se alude ao humor: i) o que é humor; ii) de onde vem; iii) se é um recurso do orador; iv) qual seu alcance e v) quais os gêneros do humor.

Destes tópicos, o quinto é, talvez, o que representa uma primeira tentativa de elaboração uma taxonomia linguística do humor, já que faz referência sobre “o que é dito” e sobre “a coisa” de que se diz algo. O filósofo propõe, então, uma discussão baseada na dicotomia humor verbal – *de dicto* – e humor referencial, sendo que neste último se incluiria a anedota, a caricatura, a ambiguidade, a paranomásia, a falsa etimologia, o provérbio, a interpretação literal de expressões figurativas, a alegoria, a metáfora e a ironia. Em Quintiliano, o humor aparece em relação à arte da oratória, algo como uma espécie de relaxamento, e o riso derivaria de uma fonte tanto psicológica quanto física, ainda que não seja uma redução de um sintoma físico de um evento – o humor (cf Attardo, op cit).

Bergson (1901/2004), um dos filósofos mais respeitados e citados nos estudos sobre humor, defende a tese de que humor e riso são intercambiáveis e que este último nasce do contraste entre dois conceitos. Para explicar sua teoria do riso, o autor se vale dos conceitos “inversão” e “repetição” que, somados à noção de “surpresa” e “contraste” e “interferência de séries”, geram o “cômico de situação” e o “cômico de palavras”. De acordo com o filósofo, o que nos faz rir é a sensação final de superação de uma falsa ameaça de uma

dissociação entre duas séries coincidentes e a consciência de que tudo não passou de um jogo (pp. 74-78).

Na visão de Freud (1905), o *humor* é um tipo de emoção forte sendo dependente exclusivamente do fator brevidade de um evento único em um contexto *ad hoc*. Nesse sentido, o *humor* se associaria ao conceito *wit* – espírito brincalhão (como se verá na sequência). Nessa perspectiva, a fase preparatória do *humor* coincide com a fase da aprendizagem da linguagem, manifestando-se como experimentos linguísticos lúdicos, tais como associação e alteração de palavras sem sentido com o intuito de gerar um prazer de ritmo, de rima e transgressão da forma. Na fase adulta, muitos desses jogos verbais iniciados na infância comporão as particularidades de constelações possíveis de associações de idéias.

Para Attardo (1994), a suposição de que humorístico é o que faz rir e o que faz rir é humorístico, implica uma falsa correlação entre um fenômeno mental (intelectual) – o humor – e uma complexa manifestação neurofisiológica – o riso. De acordo com o autor, o riso denota um efeito sem especificação da causa e pode assumir as seguintes características: i) ser psíquico – provocado, por exemplo, por alucinógenos ii) ser intelectual; iii) exceder largamente o humor, iv) não ser diretamente proporcional à intensidade do humor, v) nem sempre ter o mesmo significado – enquanto para algumas comunidades africanas, por exemplo, o riso está associado à situação de embaraço, perplexidade, para os orientais, o riso significa cortesia, reverência; vi) pode ser atenuado para a forma do sorriso, apenas, e vii) tanto o riso como o sorriso nem sempre podem ser observado diretamente.

Pesquisadores e cientistas, médicos e psicólogos, de diversas universidades no mundo todo tentam entender e explicar como se processa a dicotomia humor versus riso<sup>43</sup>. O psicólogo Paul McGhee (apud Ermida, 2002), por exemplo, afirma que o humor derivado da incongruência deve exibir, tanto na criança quanto no adulto, um elemento duplo – de

---

<sup>43</sup> De acordo com Ulrich Kraft (2004) e Steve Ayan (2009a/b), pesquisa-se o riso nos Estados Unidos: Universidade da Califórnia (Norman Cousins, Itzak Fried, Sonja Lyubomirsky e Vilayanur Ramachandran), Universidade de Maryland-Baltimore (Robert Provine e Michael Miller), Universidade da Carolina do Norte (Nancy Yovetich), Faculdade William & Marry (Peter Derks); Canadá: Universidade de Toronto (Vinod Goel); Suíça: Universidade de Zurique (Willibald Ruch, Karen Zweyer e Barbara Velker), Universidad de Basileia (Marc Walker); Alemanha: Universidade de Wrzburg (Fritz Strack), Universidade de Tbingen (Bárbara Wild), Universidade de Aachen (Appletre Rodden e Irina Falkenberg), Universidade de Ruhr (Jennifer Ueckermann); País de Gales: Universidade Cardiff (Gregory Maio); Inglaterra: Cambridge (Adrian Owen); Bélgica: Universidade Católica de Louvain; Também se estuda o riso no Japão: Universidade de Osaka e em Oxford (Inglaterra).

fantasia e de lúdico –, sendo essencial que a criança possa sentir-se confiante de que o evento estranho e incongruente que experimenta é algo inapropriado (*wrong*), impossível, um engodo e, por isso, engraçado.

No entanto, como se verá ao longo desta investigação, a surpresa e a novidade da incongruência podem não derivar nem engendrar o humor, e não podem, portanto, serem consideradas como suficientes para definir nem o humor nem o riso. Pelo contrário, podem induzir a estados de ânimo tais como confusão, espanto, curiosidade medo, ou no caso extremo, não conduzir a nada.

#### 4.1.2 – O *wit*

Conforme Ermida (2002), dentre as taxonomias que costumam frequentar as teorias do humor, o termo inglês *wit*, próximo do alemão *Witz* e do francês *esprit*, é fugidio à tradução portuguesa, devendo vaguear em nossa língua entre as frustrantes alternativas de *espirituosidade*, *acultância* ou *finura*. Como visto anteriormente, a evolução do termo *humor* assegurou-lhe um status permanente entre os elementos considerados responsáveis pelo riso. Por um lado, é comum falar-se em “sentido de humor” e não “sentido de espírito”; por outro lado, é recorrente o uso da expressão “espírito da coisa” (como em “fulano não entendeu o espírito da coisa”) para fazer referência à interpretação de uma idéia, não se referindo ao humor.

No entanto, a diferença entre humor e *wit* reside no fato de que enquanto a concepção do humor envereda para a “disposição” do indivíduo, ressaltando o lado emocional, temperamental<sup>44</sup>, o *wit*, por sua vez, centra-se na criatividade *ad hoc* da linguagem, cuja ênfase humorística está na habilidade do uso das palavras para criar o risível. Nesse sentido, o *wit* já foi tomado como referência a um tipo de “jogo de palavras”, que objetiva o divertimento. Como podemos observar na figura 7, o *wit* se destaca por avizinhar-se com o termo francês *bon mot*, que pode ser entendido como “tiradas inteligentes”, obras de um indivíduo perspicaz que em situações específicas cria naturalmente o humor, sem nenhum agendamento prévio – distinto da piada que é um texto previamente elaborado.

---

<sup>44</sup> Nesse sentido, pode-se pensar no humor associado ao conceito moderno de bipolaridade.

Nesse sentido, embora a tradição aponte para uma oposição entre os termos humor e *wit*, apoiada principalmente na natureza eminentemente situacional, factual e natural do humor, o *wit* engendra uma relação cognitiva que, frente à imprevisibilidade da comunicação humana, destaca o lado inteligente, consciente e estético da linguagem, que cria o humor.

Bergson (1901/2004), ao diferenciar “comicidade de situação” de “comicidade de palavras” enfatiza que “é preciso distinguir a comicidade que a linguagem exprime de comicidade que a linguagem cria”, uma vez que é “a própria linguagem, aqui, que se torna cômica (pp. 76-77). E acrescenta:

É verdade que as frases não se fazem sozinhas, e que, se rimos delas, poderemos estar rindo de seu autor na mesma ocasião, mas esta última condição não será indispensável. A frase, a palavra terão aqui força cômica independente. E a prova disso é que na maioria dos casos teremos dificuldades para dizer do que rimos, mesmo sentindo confusamente, às vezes, que há alguém em causa.

A pessoa em causa, aliás, nem sempre é aquela que fala. Haveria aí uma importante distinção que fazer entre *espirituoso* e *cômico*. Talvez achemos que o que se diz é considerado cômico quando nos faz rir de quem o diz, e espirituoso quando nos faz rir de um terceiro ou de nós mesmos. Mas, na maioria das vezes, não poderíamos decidir se a frase é cômica ou espirituosa. É risível, simplesmente (p. 77).

Para Bergson (op cit), o ser espirituoso se liga, de certa forma, à arte dramática, cuja verve humorística se volta mais especificamente para a comédia. Nessa perspectiva, segue o autor, “em vez de manejar as idéias como símbolos indiferentes, a pessoa espirituosa as vê, ouve e, sobretudo, as faz dialogar como se fossem gente [...], transformando em paradoxo uma idéia corrente ou utilizando um modo de dizer aceito, parodiando uma citação ou um provérbio” (pp. 78-79). Desse modo, o interlocutor é levado, de algum modo, a cair na cilada da linguagem cômica. Bergson conclui que,

Tantas são as formas que o cômico pode assumir quantas são as variedades correspondentes do espirituoso. É, pois, a comicidade e suas diversas formas que cumpre definir em primeiro lugar, encontrando (o que já é bem difícil) o fio que conduz de uma forma à outra. Desse modo teremos analisado o espirituoso, que então se mostra tão-somente como cômico volatilizado. Mas seguir método inverso, procurar diretamente a fórmula do dito espirituoso, é certeza do fracasso (p. 81).

É interessante notar que a evolução do termo *humor* relegou o *wit* a um lugar sombrio na história. Coube aos humanistas a tarefa de enquadrar o *wit* em uma concepção moralista, revestindo-o de uma visão hostil maniqueísta que o torna moralmente condenável. O humor ganha, então, o status semântico de caráter tolerante frente a um espírito cruel do *wit* que, pela linguagem, está a serviço da agressão.

No entanto, as múltiplas facetas que o humor assumiu na atualidade, apropriando-se de boa parte do campo anteriormente dominado pelo *wit*, permitiu-lhe um afrouxamento semântico-positivista e o fez assumir, por vezes, seu lado agressivo. Esse fenômeno, como se verá no capítulo 3 da segunda parte da tese, se manifesta principalmente quando o humor é usado com a intenção de denegrir, humilhar e ofender indivíduos ou grupos, descaracterizando-os socialmente. Para tanto, são alvo desse humor negativo, os elementos estereotipizados, principalmente aqueles que ressaltam a raça, o sexo, a cultura, o topônimo, o credo, a classe social ou a política.

#### 4.1.3 – A ironia

Historicamente o conceito de ironia esteve, ao longo dos tempos, ligado à idéia do cômico, um comportamento, uma postura perante a vida em que a simulação de um estado de ignorância conduz os outros a se reconhecer nesse conceito (cf. Ermida, 2002). O cômico, no entanto, tem uma conotação bastante negativa, sendo considerado por Sócrates, por exemplo, como sinal de escapismo e desdém. Segundo Ermida (op cit) se deve a Aristóteles a atribuição do conceito de ironia associado ao *status* nobre e refinado, em que um desvio da verdade é uma estratégia para proteger os interlocutores do sentimento de inferioridade, tal qual na Retórica, a ironia figura como a arte do verdadeiro cavalheiro. Nesse sentido, a ironia seria uma atribuição dos homens de caráter refinado que evitam a vaidade e orgulho. De acordo com a autora,

O conceito branqueado de ironia transforma-se assim num mecanismo formal que obedece a estritas regras de funcionamento conducentes à verdade, e que constitui uma útil arma argumentativa, pois permite atacar indireta e subtilmente, disfarçando os pensamentos do locutor de modo a amesquinhar o interlocutor. Nada mais distante portanto, da original postura socrática, cuja assunção de ignorância garantia a isenção de qualquer tomada de posição valorativa (ERMIDA, 2002, s/p).

Conforme Brait (1996), atualmente a ironia pode ser caracterizada a partir de duas perspectivas: uma filosófica e outra retórica. A visão filosófica se fundamenta na idéia da ironia como um fim, sem objetivos ontológicos, em que figura um modelo socrático não-dalético. Para a Retórica moderna, no entanto, a ironia se associa ao conceito de tropo, um modelo indireto de discurso, cuja semântica representaria dizer o oposto do que é dito, ou algo diferente do que se quer dizer, à semelhança da metáfora, da alegoria, da metalepse e do hipérbato.

Por outro lado, a dicotomia que modernamente se toma para explicar o humor verbal e a ironia verbal remete à pertinência de uma tipologia específica que caracterizaria uma oposição entre as diferentes abordagens, tais como a perspectiva que permite atribuir à ironia uma bifurcação entre significante e significado e a noção polifônica de antítese “literal/figurado” ou redimensionamento de tropo.

A primeira abordagem se apoiaria nas possíveis interpretações camufladas no cruzamento entre intenção comunicativa de um registro tomado como não-sério (SPERBER e WILSON, 1995), ou não-*bona-fide* (RASKIN, 1985, cf ATTARDO, 1994), em que caberia ao ouvinte a responsabilidade do significado pretendido pelo locutor. Já a segunda abordagem prevê uma “pragmática da ironia” (cf. BRAIT, op cit, p. 48), cujo objetivo seria reiterar uma discussão sobre o conceito, tanto do ponto de vista filosófico quanto psicolinguístico, em que o papel da ironia verbal ganha destaque.

Ao modelo teórico da pragmática da ironia caberia discutir, então, a problematização do fenômeno, do ponto de vista empírico, principalmente no que diz respeito às perspectivas psicológicas, metodológicas, linguísticas e pragmáticas. Como componente formal cabe à teoria discutir a ironia a partir de elementos enunciativos, como o ato ilocutório, o linguístico e o actancial. Na perspectiva pragmática, a ironia é vista, primeiramente, como ato de fala (AUSTIN, 1962 e SEARLE, 1969), uma ação capaz de modificar o ambiente do interlocutor. Como antítese linguística, ela é vista como paradigma da mentira (GRICE, 1957/75), encobrendo dois significados para um mesmo objeto.

Na mentira, porém, ocorre um apagamento de todo traço de inversão de significado, na medida que há uma tentativa de fazer o interlocutor aceitar como verdade o que não é verdadeiro. Na ironia, por outro lado, o sujeito irônico tem que sinalizar, de alguma

maneira, a mensagem para que o interlocutor seja levado a participar da construção irônica, de modo que seja capaz de perceber a camuflagem do significado intencionalmente manifesto pelo locutor. Do ponto de vista actancial, numa situação irônica há uma parcela de agressão do locutor sobre o interlocutor, que se torna um ouvinte-alvo, vítima da ironia. Nessa perspectiva, a ironia é uma ferramenta de ataque, de agressão psico-socio-linguística.

O texto irônico, portanto, subordina um significado aparentemente superficial à elocução, em que o interlocutor deve desvelar a intenção do locutor. Nesse sentido, o humor irônico é uma propriedade da incerteza e da dúvida, já que a responsabilidade pela atribuição do componente cômico fica a cargo do locutor e este, conforme se verá no capítulo 3 da segunda parte da tese, não tem nenhuma garantia de que seu interlocutor processará o humor.

## 4.2 – Teorias do humor

Na presente seção abordaremos três das mais influentes e conhecidas teorias do humor da atualidade: a teoria da incongruência, a teoria de *script* semântico e a teoria do humor verbalizado. De modo geral, a proposta é uma “passagem de revista” à especialização e a sistematização das teorias modernas do humor aplicadas à piada. Como os objetivos desta pesquisa são analisar a piada e sua interpretação pela ótica da pragmática, faremos a seguir uma reflexão bastante breve destas teorias.

### 4.2.1 – A teoria da incongruência

Alinhando a proposta de estudo ao enfoque cognitivista sugerido acima, nesta investigação, ao aplicarmos o conceito de incongruência a uma das causas (sociais) do humor, a piada, tentaremos evidenciar que na relação entre a piada e o riso há, mas nem sempre, um caminho curto, e nem por isso, como veremos, menos complexo.

A reflexão a seguir é pertinente à idéia de como o conceito de incongruência se ajusta à piada, bem como o riso é ou não gerado a partir dela. No entanto, como alertamos anteriormente, não temos a pretensão de cobrir toda discussão sobre a piada neste espaço,

nem será nosso objetivo tentar resolver todos os problemas que aludem aos questionamentos desta manifestação comunicativa humorística que é, atualmente, ainda pouco estudada no Brasil.

Não obstante, a hipótese da incongruência tem dado suporte à interpretação e análise de muitos tipos de humor, o que faz dessa teoria uma das teorias mais respeitadas nas pesquisas da piada, pois mantém uma relação muito próxima com as teorias linguístico-cognitivas, como é o caso das teorias do humor verbal, entre as quais goza de excelente prestígio (cf. ATTARDO, 1994).

A teoria da incongruência, juntamente com a teoria da superioridade, tem como objetivo tentar explicar os mecanismos perceptivos e cognitivos que caracterizam o humor a partir do conceito de incongruência. No entanto, o problema com este tipo de estudo é que a alusão à incongruência não está claramente definida ou entendida, já que nem sempre os pesquisadores e teóricos têm o mesmo conceito em mente (RITCHIE, 1999).

A literatura especializada, numa tradição, digamos, mais moderna sobre o humor, tem comumente aceito a proposta de Victor Raskin (1985, apud ATTARDO, 1994) que classifica as teorias do humor em três diferentes famílias, as quais podem ser visualizadas na tabela abaixo:

Tabela 1 - Famílias de Teorias do Humor

<b>COGNITIVA</b>	<b>SOCIAL</b>	<b>PSICANALÍTICA</b>
Incongruência	Hostilidade	Liberdade
Contraste	Agressão	Sublimação
	Superioridade	Libertação
	Triunfo	Economia
	Escárnio	
	Desrespeito	

(Adaptada de Attardo, 1994, p. 47)

Embora a discussão sobre incongruência remonte a Aristóteles, se credita a Kant e sua “Crítica da faculdade de julgar” (1791) a hipótese do conceito de incongruência aplicada ao riso. Para Kant, o riso é uma afeição que surge da transformação repentina de

uma expectativa tensa em nada, ou seja, a atenção sobre um evento é geralmente atraída para uma expectativa de transformação desse evento que resulta na descoberta súbita (*suddenness*) de que a expectativa se tornou nada (ATTARDO, 1994; RITCHIE, 2004). O riso é, então, segundo Kant, um deleite de um jogo de idéias no qual a disposição para a clarividência do fato oscila temporariamente entre a dúvida e o engano. Na teoria kantiana, essa relação entre a expectativa do prazer não é só intelectual, mas também física – faria parte da indiossociabilidade entre corpo e espírito.

Por outro lado, Schopenhauer (1819), afirma que a causa do riso em todos os casos é simplesmente a “percepção repentina” da incongruência entre um conceito e os reais objetos que foram pensados através disso na mesma relação, e o riso por si é apenas a expressão dessa incongruência (ATTARDO, 1994). De acordo com Ermida (2002), essa hipótese da incongruência como causa, e riso como consequência, é retomada no capítulo “On the theory of the Ludicrous”, do 2º volume (1844), no qual o autor amplia a visão sobre incongruência e afirma que o riso é o “resultado” da incongruência repentinamente percebida entre um conceito e os reais objetos que foram pensados através disso na mesma relação.

Mas, o que é uma incongruência?

Note-se que os filósofos citados acima não a explicam nem tecem reflexões mais sólidas sobre o conceito de incongruência, referindo-se a ela apenas como principal atributo da responsabilidade do riso. Schopenhauer, por exemplo, fala da percepção repentina da incongruência entre objetos e seus conceitos, nada mais.

Psicológica e filosoficamente, contudo, o conceito de incongruência parte da idéia dualística da relação entre percepção e representação do estado das coisas no mundo, mais especificamente da relação entre objetos, conceitos e realidade. Essa postura de considerar o estado das coisas e sua logicidade frente à percepção do quão congruente ou incongruente se apresentam as coisas e idéias no mundo é a premissa básica da teoria da incongruência. E como a incongruência interage na interpretação da piada?

Ritchie (2004) faz uma boa reflexão sobre o conceito de incongruência aplicada à piada, a partir das diferentes perspectivas de alguns renomados autores que compõem a literatura do humor nos últimos tempos. Não vamos aqui elencar toda a relação de Ritchie, mas traremos à discussão os que, de uma maneira ou de outra, se somam aos objetivos

desta investigação. É o caso, por exemplo, de Schopenhauer (1819) – já visto acima –, Koestler (1970), Paul McGhee (1979), Shultz (1976), Gruner (1978) e outros apontados por Ritchie (op cit).

Para Koestler (apud RITCHIE, op cit), a incongruência pode ser pensada sob a hipótese da ‘bisassociação’ como “a percepção de uma situação ou idéia, *L*, em dois planos, mas incompatíveis aos *frames* ou referências, *M1* e *M2*” (p. 47).

Attardo (1994), por sua vez, ao conceituar incongruência, toma emprestado o conceito do psicólogo Paul McGhee (1972, apud ATTARDO, op cit, p. 48), para o qual a “noção de incongruência se refere à relação entre os componentes de um objeto, evento, ideia, expectativa social, etc. Quando o arranjo dos elementos constituintes de um evento é incompatível com o padrão normal de expectativa, o evento é percebido como incongruente”.

Enquanto para Shultz (1976), a incongruência “é geralmente definida como um conflito entre o que é esperado e o que atualmente ocorre”, para Gruner (1978), “*incongruência*, aceita geralmente duas associações incompatíveis; ela é a carência de uma relação racional entre objetos, pessoas ou idéias e o ambiente em que se desenvolvem” (cf. RITCHIE, 2004).

Do ponto de vista psico-sócio-cognitivo, a noção de incongruência faz referência à abordagem de um comportamento social frente uma realidade, já que, de acordo com Balzano (2001), “a teoria da incongruência se fundamenta na ideia de um mundo intrinsecamente ordenado. Sempre que experimentamos algo que não se enquadra dentro das normas pré-estabelecidas, rimos disso. Em outras palavras, existe uma violação das expectativas a respeito do mundo em que a realidade é construída” (p. 78).

Como a noção básica da incongruência tem como premissa a idéia do elemento surpresa, que obriga o ouvinte a refazer o processo de interpretação do fato narrado, na análise pragmática da piada a incongruência pode ser pensada como a percepção repentina do disparate de uma expectativa de interpretação. Nessa relação, a descoberta da diferença entre o conteúdo do fato narrado e a informação nova, embora aparentemente absurda e descabida, tem como efeito uma moção proveitosa ao ânimo do ouvinte que a interpreta como divertida<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Essa seria a idéia, por exemplo, do riso como terapia homeopática.

Esse efeito humorístico, que no caso da piada se converte (mas não necessariamente, como veremos) em riso, resulta, então, da percepção da disparidade da relação conceito-objeto. Nessa relação, o conceito de incongruência se ajusta à interpretação da piada na medida em que esta evidencia uma expectativa consistente, mas diferente do habitual, sobre um objeto, evento ou idéia do mundo, hipótese que ao final se revela em desacordo com a realidade do mundo objetivo.

A teoria da incongruência, diferentemente das demais teorias que estudam o humor, é a única que, segundo Attardo (1994, p. 49), adota uma abordagem essencialista do humor, hipótese que, como bem atesta o andamento desta pesquisa, nos leva a postular um modelo de análise da piada seguindo a corrente cognitivista.

De acordo com os objetivos desta pesquisa, interessa-nos basicamente as propostas dos modelos teóricos da chamada linguística cognitiva desenvolvida a partir da década de 1980, principalmente a corrente que se alinha à proposta pragmática (BROWN e LEVINSON, 1987; SPERBER e WILSON, 1995)<sup>46</sup>. Nessa perspectiva, dadas as bases gerais do pensamento cognitivista, passaremos aos fundamentos teórico-práticos desta pesquisa, principalmente aqueles que possibilitarão responder às seguintes questões:

- i) Textualmente, o que é uma piada?
- ii) Uma piada se constitui por seu tema, por sua forma ou por sua função?
- iii) Em que consiste o humor na piada?
- iv) Qual sua essência?
- v) Como se dá a passagem do lingístico para o humorístico na piada?

Ficam assim lançadas as bases para a análise de um tipo de interação verbalizada humana cuja formalização se estrutura em cima de um texto “modelo”, que tem como mote o humor. Feitas essas considerações a respeito do humor e incongruência, na próxima seção abordaremos uma das teorias contemporâneas do humor: a teoria de *script* semântico.

---

<sup>46</sup> Uma corrente igualmente interessante nessa linha cognitivista é a que tem como modelo a hipótese de que a mente convencionou os conceitos por meio de “metáforas conceituais” e “metáforas linguísticas”, de Lakoff & Johnson (1980). De acordo com os autores, palavras são idéias simples, sentenças são idéias complexas, memorizar é escrever na mente, compreender é ler, etc. e “os conceitos humanos são, *em um sentido qualitativamente importante*, relativos à época, à cultura, à história, a esquemas conceituais e mesmo a convicções e inclinações individuais” (cf. Martins, 2002).

#### 4.2.2 – A teoria de *script* semântico do humor

A *Semantic Script Theory of Humor* (SSTH) de Raskin (1985, apud ATTARDO, 1994) é tributária da Gramática Gerativa proposta por Chomsky (1965), para o qual o falante, a partir da competência linguística de sua gramática internalizada, distingue num conjunto infinito de frases, frases gramaticais de não-gramaticais. Do mesmo modo, para Raskin o falante dispõe de uma “competência humorística” que permite com que ele seja capaz de distinguir um texto humorístico de outro não-humorístico (cf. ATTARDO, 1994).

No entanto, Attardo (op cit) faz algumas considerações sobre a legitimidade e validade linguística do conceito de competência humorística em um texto de humor. De acordo com o autor, um texto humorístico legitima e valida a competência humorística pelo seu objetivo ilocutório ou por seu efeito perlocutório (AUSTIN, 1962) apenas linguisticamente. O autor adverte ainda que no modelo da SSTH o julgamento que o falante faz sobre a percepção da “gramaticalidade humorística” do ouvinte de uma piada pode falhar e, em consequência, nenhum estímulo humorístico risível seria produzido nesse ouvinte. Isso permitiria explicar, por exemplo, porque uma pessoa ouve uma piada e não ri.

É interessante notar que, similarmente ao modelo linguístico chomskiano, o modelo da SSTH privilegia apenas a competência humorística do texto/piada e vê sua performance como irrelevante. Nesse sentido, em uma piada, a competência humorística de um falante/ouvinte ideal de uma comunidade homogênea seria suficiente e necessária para gerar humor, independentemente se a piada versa sobre etnia, gênero, religião, ou qualquer outro elemento estereotipizado que faz com que uma piada seja uma piada.

De acordo com Attardo (op cit, p. 197) a hipótese de Raskin prevê que um texto pode ser caracterizado como piada se satisfizer duas condições básicas, a saber:

- i) que o texto seja compatível, inteiramente ou em parte, com dois *scripts* diferentes;
- ii) que estes dois *scripts*, presentes inteiramente ou parcialmente nesse texto, sejam opostos.

O ponto base da SSTH é a noção que Raskin atribui ao conceito de *script*. Para o autor (*apud* ATTARDO, 1994, p. 198), um *script* é, “em sentido amplo, uma porção organizada de informação sobre alguma coisa. É uma estrutura cognitiva internalizada que proporciona ao falante, informações sobre como as coisas são feitas, organizadas, etc”. Nessa perspectiva, um *script* se alinha ao conceito de *conhecimento*.

Vejam os abaixo como se apresentariam em uma piada as informações contidas em um *script* semântico segundo o conceito de Raskin.

A patroa diz à empregada:

\_ Maria, vá ver se o açougueiro tem pé de porco.

A empregada sai e volta cerca de meio hora depois, anunciando:

\_ Não pude ver, dona Zilda, o açougueiro estava calçado!

De acordo com Attardo (*op cit*), no modelo de SSTH o *script* de açougueiro da piada acima pode ser esquematizado da seguinte maneira:

Sujeito: [+ humano] [+ adulto] [+ masculino] [usa roupa/uniforme branco] [usa bota branca de borracha].

Atividade: manuseio de carne.  
separa as partes do boi, porco, cabrito ou frango em peças para a venda.  
corta a carne destes animais na máquina ou manualmente com a faca.  
organiza a exposição no balcão das carnes; as pesa e as empacota.  
atende o consumidor.

Local: açougue ou casa de carne.

Tempo: muitos anos, todos os dias.

Condição: contato com o consumidor de carne; regime de trabalho determinado por contrato ou regime particular.

De modo geral, a noção de *script* chega, muitas vezes, a ser confundida com o de *frame* (cf. ATTARDO, 1994 e RITCHIE, 2004), dependendo da área de estudo e de interesse (tal como a Inteligência Artificial ou a psicologia cognitiva). No entanto,

diferentemente da Inteligência Artificial ou da psicologia cognitiva, que consideram o conceito de *script* como objeto cognitivo ou experimental, Raskin insiste no conceito de *script* a partir de itens lexicais. Assim, o famoso modelo do restaurante – mesas, cliente, garçom, cardápio, pratos, bebidas, etc, – ou o da guerra – armas, inimigo, batalha, defesa, ataque, vitória, etc. – são exemplos de *script*.

No modelo da SSTH as informações contidas no *script* de açougueiro da piada/texto acima produzirão humor se o ouvinte/leitor opuser ou combinar as informações do *script* do açougueiro, total ou parcialmente, com as informações de outro *script* nesse mesmo texto/piada<sup>47</sup>. Pelas informações presentes nesta piada, o conhecimento enciclopédico tanto do narrador (da piada) quanto do ouvinte é responsável pelo agendamento do *script* opositor que será sobreposto ao do açougueiro. Dadas as convenções linguísticas (sintáticas, semânticas, fonológicas, lexicais, etc) que permitem ativar esse conhecimento enciclopédico, qualquer falante brasileiro que domine a língua portuguesa, e que ouça ou leia a piada acima terá condições de inferir (o que nem sempre ocorre de fato) que o *script* que está em oposição nesta piada é o do porco. Vejamos, então, como é o *script* do porco:

- Sujeito: [+ animal quadrúpede] [+ fuçador] [+ tem pelo] [+ casco bipartido]  
Atividade: criado pelo homem em áreas rurais ou periferia das cidades;  
fuça e revira tudo o que encontra pela frente, inclusive seu próprio cocho em que come;  
come milho ou ração;  
dorme no lodo ou na lama.  
Local: chiqueiro ou pocilga.  
Tempo: poucos anos; o tempo de engorda ou de reprodução.  
Condição: animal que o homem aproveita como fornecedor de carne e derivados ou como reprodutor.

Na SSTH, a competência humorística do ouvinte/leitor é ativada, no desfecho da piada, pela sobreposição (via inferências) da oposição dos conjuntos de informações desses dois *scripts*, o do homem e o do porco. Neste caso, a piada do açougueiro é inteiramente

---

<sup>47</sup> Note-se que a oposição de dois *scripts* pelo ouvinte é uma operação mental, portanto, inferencial.

compatível com os dois *scripts* acima, o que permite evidenciar mais de uma possibilidade de interpretação (pensemos na idéia de “o açougueiro ter os pés de porco”). O efeito humorístico se dá, portanto, com a mudança do *script* do açougueiro (que tem, obviamente, pé de homem) para o *script* do porco (que tem pé com casco bipartido). A oposição de “pé de homem” com “pé de porco”, explícita na elocução da empregada no desfecho da piada dispara, conforme Raskin, no ouvinte/leitor o gatilho, ou chave de disparo do *script* (*script-switch-trigger*) que faz a passagem do primeiro para o segundo *script*, ativada pela competência humorística do ouvinte (ATTARDO, 1994, p 203).

Vale ressaltar que, para a SSTH, a possibilidade de interpretação, e, em consequência, um significado humorístico, ocorre pelo conhecimento que contador e ouvinte da piada têm dos elementos textuais envolvidos no processo, tais como personagens, elementos dêiticos, se o texto é coerente e bem estruturado, se as sentenças são bem formadas, etc<sup>48</sup>.

Ritchie (2004), no entanto, considera como um *script* uma estrutura em que algumas partes das informações podem estar em evidência ou em foco. Dois *scripts* se opõem quando alguma parte de um dos *scripts* difere do outro. Nesse sentido, para o autor, *script* é uma estrutura extremamente complexa de conhecimento sobre uma situação familiar ou um evento<sup>49</sup>.

Ainda que a noção de sobreposição e oposição de dois *scripts* na piada acima, ou em qualquer piada, seja linguisticamente válida, essa noção não pode ser tomada como condição única para o humor. De acordo com a teoria SSTH, pode ocasionalmente ocorrer de – durante o processo de combinação de dois *scripts* – as regras e mecanismos inferências do ouvinte conduzirem-no a mais de um significado, porque o texto compartilha parcialmente dois *scripts* ou, no caso extremo, o texto não é compatível com nenhum *script* chistoso. É o caso em que a piada ativa um *script* que pode não necessariamente ser humorístico, mesmo que a intenção do locutor tenha sido a humorística<sup>50</sup>.

Um importante aspecto, porém, da teoria SSTH é, segundo Attardo (1994), o componente pragmático previsto por Raskin. De acordo com Raskin, o discurso

---

<sup>48</sup> Ressalta-se o caráter puramente sintático-semântico da teoria SSTH.

<sup>49</sup> Para Ritchie, *script* é sinônimo de *frame*.

<sup>50</sup> De acordo com Attardo (op cit), isso ocorre com textos metafóricos, figurativos, místicos, alegóricos, ambíguos, alusivos e obscuros, que não são necessariamente textos divertidos (*funny*).

humorístico não é uma simples negação da comunicação séria, pois, no caso da piada, sua função não é trazer nenhuma informação nova, mas transgredir, subverter, jogar, brincar com uma norma estabelecida.

Raskin, a exemplo de Grice (1967/75), postulou um princípio cooperativo peculiar do modo de contar piada, ao qual chamou “modo de comunicação do humor”, ou modo de comunicação *non-bona-fide* (modo não-fidedigno de comunicação) – NBF. Segundo o autor, o modo de comunicação NBF da piada não viola o Princípio de Cooperação de Grice porque possui seu próprio contrato de comunicação. Para Raskin (apud ATTARDO, op cit, pp. 205-206), o modo NBF de comunicação do humor é constituído por quatro máximas:

- 1) Máxima da quantidade: dê exatamente a quantidade de informação necessária à piada;
- 2) Máxima da qualidade: diga apenas o que é compatível com o mundo da piada;
- 3) Máxima da relação: diga apenas o que é relevante para a piada;
- 4) Máxima da maneira: conte a piada eficientemente.

Conforme Attardo (op cit), é importante notar que todas as piadas, sem exceção, seguem o modo de comunicação NBF, mesmo que algumas possam carregar o modo *bona-fide* (BF) de informação (ou não prever um efeito chistoso porque um dos *scripts* não foi sobreposto a outro, ou não compartilhar o mesmo texto). Outro detalhe importante, segundo o autor, é que o contador da piada não se compromete com a verdade do que ele diz no modo NBF.

Do ponto de vista pragmático, as máximas propostas por Raskin são componentes que fazem parte do discurso do contador de piada. Sobre o processo inferencial de interpretação, que é uma atividade cognitiva do ouvinte e que interessa a esta pesquisa, a teoria fica sobrepastada pelo conceito da oposição combinatória de compatibilidade ou incompatibilidade dos *scripts* ativados pelo texto e pelo conceito de competência humorística do ouvinte.

Para demonstrar a aplicabilidade da teoria de *script* semântico (SSTH), Attardo (op cit) recorre à famosa piada de Raskin:

- \_ O doutor está em casa? – pergunta o paciente com a voz rouca e sussurrada.
- \_ Não! – sussurra a jovem e bela esposa do médico – Pode entrar.

Para a teoria SSTH, para começar, a análise da piada deve-se levar em consideração todos os sentidos e significados das palavras do texto. O segundo passo é a ativação das regras que vão combinar os vários *scripts*, de acordo com a compatibilidade, critérios sintáticos e subcategorização dos mesmos. Por exemplo: o verbo “está” do enunciado do paciente evoca um *script* espacial, da mesma forma que a preposição “em” do mesmo enunciado também evoca um *script* de espaço. O texto tem, assim, dois *scripts* espaciais em comum e cabe às “regras combinatórias” escolherem/preterirem estes *scripts* para a interpretação. O terceiro passo ocorre pelo disparo das regras inferenciais gerados pela combinação de *scripts*, ou seja, o ouvinte/leitor infere que o segundo foco dado pela resposta da esposa do médico é uma questão prévia e que o paciente não conhece a resposta em questão, mas que está interessado em conhecê-la. Então, segundo o autor, pela aplicação recursiva de regras combinatórias e mecanismos de inferências, uma interpretação inteira do texto é alcançada<sup>51</sup>.

Do ponto de vista interpretativo, o ouvinte/leitor da piada inicialmente se depara com um quebra-cabeça. A avaliação que ele faz da “história” do texto da piada é: se o doutor não está em casa, que motivos teria o paciente para entrar? A avaliação primeira é, portanto, *bona-fide*. Como a conclusão da interpretação *bona-fide* parece não ter lógica, o ouvinte/leitor, então, retrocede no texto, faz uma reavaliação da comunicação *bona-fide* para o modo de comunicação *não-bona-fide*, encontra o *script* de “amante”, sobrepõe este *script* ao do “médico” e, pelas pistas textuais (jovem e bela esposa, voz rouca, sussurros, etc.), infere que o paciente é, na realidade, amante da esposa do médico. Esta deve ser a interpretação feita pelo ouvinte/leitor da piada.

Os dois *scripts* ficam muito salientes na seguinte piada:

---

<sup>51</sup> O autor não explica como e quais são essas regras e mecanismos inferenciais.

Dois peixes estão em um tanque. Um deles vira-se para o outro e diz:  
\_ Você sabe dirigir esse negócio?

Observe-se que a expectativa criativa pelo ouvinte se dirige para o *script* de dois peixes num grande aquário, para logo em seguida admitir a hipótese do *script* em que os peixes, numa realidade virtual, estão dirigindo um “tanque” de guerra. Temos, então, o *script* do aquário sobreposto ao *script* do tanque de guerra.

O modelo SSTH, porém, foi alvo de muitas críticas (cf. ATTARDO, 1994) uma vez que seu caráter limitado de análise previa apenas as piadas como material humorístico. O fato da piada não ser o único tipo de texto a veicular humor – existem outros tipos de texto igualmente humorísticos –, levou Raskin e Attardo (1991) a reverem o modelo da SSTH. O modelo proposto pelos autores é conhecido como teoria geral do humor verbal (GTVH), a qual veremos a seguir.

#### 4.2.3 – A teoria geral do humor verbal

Como dissemos no parágrafo anterior, a teoria geral do humor verbal (GTVH) é uma expansão do modelo de dois *scripts*, de Raskin (1985). Embora a ideia seja apresentar uma proposta de revisão à teoria SSTH, a GTVH apenas amplia o modelo anterior com a inclusão de cinco ferramentas, ou recursos (*knowledge resources*), que vão funcionar como parâmetros de avaliação para a análise de qualquer tipo de texto humorístico verbalizado, além das piadas.

Uma das principais diferenças entre as teorias é que a SSTH se apresentava como uma teoria semântica, enquanto a GTVH pretende ser uma teoria linguística do humor, uma vez que adiciona ao conceito de oposição de *script*, aspectos da linguística textual, da teoria da narrativa e da pragmática (cf. ATTARDO, 1994). Nesse sentido, a oposição de *script* (SO) seria o primeiro recurso da teoria; os demais seriam: mecanismo lógico (LM), alvo (TA), estratégia narrativa (NS), linguagem (LA) e situação (SI). Apresentamos abaixo, sucintamente, os cinco recursos da teoria geral do humor verbalizado (GTVH), que vão somar-se à oposição de *script*. Embora a proposta da teoria GTVH seja dirigida a todo tipo

de texto humorístico, as considerações que faremos nesta pesquisa têm como foco somente as piadas, já que são estas o objeto de estudo da pesquisa.

i) linguagem (LA): a linguagem é responsável pela exatidão das informações necessárias à verbalização do texto da piada, ou seja, diz respeito ao uso que o narrador faz da língua para a verbalização do pensamento na hora de contar a piada, principalmente sobre seu desfecho. Nesse sentido, a paráfrase tem grande aceitação desta ferramenta, já que uma mesma piada pode ser contada inúmeras vezes e de maneira diferente, sem prejuízo do significado.

ii) estratégia narrativa (NS): este conceito diz respeito à organização das várias manifestações humorísticas narrativas, tais como pegadinhas, adivinhas, diálogos, trocadilhos, etc. e, claro, a piada.

iii) alvo (TA): este recurso é responsável pela seleção do alvo (*target*) da piada, ou seja, pelas informações individuais ou em grupo dos “estereótipos” que serão evidenciados, ridicularizados ou não, pela piada.

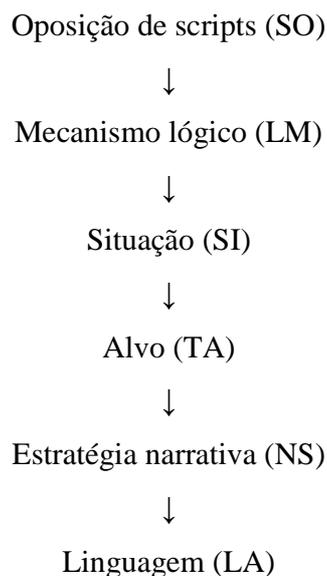
iv) situação (SD): este recurso serve de suporte às informações sobre os participantes, objetos, instrumentos, atividades etc. de uma situação real ou imaginária da piada, haja vista que nenhuma piada “fala sobre nada”.

v) mecanismo lógico (LM): este parâmetro é responsável pela maneira como os dois sentidos dos dois *scripts* presentes numa piada são interpretados, ou seja, é o LM que faz a conexão entre uma comunicação *bona-fide* para uma *não-bona-fide* na piada.

A análise de piada na proposta da GTVH pode ser observada no exemplo seguinte:

O garoto chega no meio da aula:  
\_ Desculpe o atraso, professora!  
\_ Atrasado novamente? É sempre assim: se não chega atrasado às aulas, falta. O que pretende ser se comportando desse jeito?  
\_ Deputado, professora!

De acordo com a teoria GTVH, toda piada apresenta uma organização hierárquica dos recursos propostos anteriormente. A determinação dessa hierarquia pode ser entendida como a limitação ou redução das opções de avaliação no contexto. Tal hierarquia se apresentaria da seguinte maneira:



A oposição de *scripts* (SO) se dá na piada acima entre a projeção do futuro do garoto: entre o *script* de “ser” alguém que um dia necessitará do conhecimento adquirido em sala de aula e o *script* de “ser” deputado (o estereótipo de alguém que não tem compromisso com atividades ou eventos que exijam responsabilidade ao cumprimento de hora marcada, sujeição às normas das instituições – como a escola –, nem com a aquisição de conhecimentos, etc).

O mecanismo lógico (LM) é ativado sobre os *scripts* na medida em que a história vai sendo narrada, como parâmetro de sentido entre a situação *bona-fide* e a situação *não-bona-fide*.

A situação (SI) determina as condições das informações em que a piada se insere, tais como a sala de aula e a projeção sobre o futuro do garoto “ser” alguém quando atingir a fase/idade adulta.

O alvo (*target*) recai sobre a estereotipização da figura do deputado, seja estadual ou federal, ridicularizando-o como faltoso ou que chega atrasado às sessões plenárias. A estratégia da narração (NS) é, de acordo com nossa proposta, a estrutura de uma “piada prototípica”, tal qual veremos mais adiante.

O último recurso, a linguagem (LA), contém exatamente as informações necessárias à execução e interpretação da piada, na medida em que o narrador faz uso da língua portuguesa para a verbalização de um pensamento de uma cultura (a brasileira), que desemboca no desfecho da piada. Provavelmente esta piada já é uma paráfrase de outra piada, uma vez que uma piada pode ser contada infinitas vezes e de maneira diferente, sem prejuízo do conteúdo.

Embora as teorias SSTH e TGVH se apresentem como os dois modelos completos de análise de piada, suas propostas ficam limitadas pela pouca abrangência que dão aos aspectos cognitivos e pragmáticos da piada. Nesse sentido, parece que fica aberta uma lacuna na proposta apresentada pelas teorias semânticas de análise e interpretação de piadas. Ainda que Raskin construa o modelo de *script* tendo por base a oposição de alguns estereótipos culturais (“Quantos polacos são necessários para trocar uma lâmpada?”), e Attardo ratifique isso, pouca relevância dão à forma como a piada é contada (as máximas propostas por Raskin não conseguem abarcar tal perspectiva), às estratégias comunicativas do narrador, aos aspectos linguísticos e pragmáticos do texto, aos mecanismos inferenciais de interpretação, aos valores sociais e culturais dos indivíduos envolvidos no contexto situacional em que se conta a piada, aos estereótipos (individuais e coletivos), aos atos de fala, etc.

Esta pesquisa não vai, contudo, neste pequeno espaço destinado a ela dar conta de resolver e explicar os problemas que aludem à análise e interpretação de piadas nessas teorias, mas pode, por exemplo, tecer alguns comentários sobre – ou rever o conceito de – *script*, proposto por essas teorias. Por isso, propomos uma análise e interpretação de piadas pelo viés pragmático.

Primeiramente é necessário observar que há uma diferença muito sutil entre os conceitos de *frame* e *script*. Embora linguisticamente muitos estudiosos já tenham abordado esse tema (GOFFMAN, 1974, FILLMORE, 1975/85, MINSKY, 1975, e outros,

apud ATTARDO, 1994), a proposta deste comentário é revisar estes conceitos a partir da ótica da pragmática cognitiva, tal como ficará patente ao longo do texto.

Do ponto de vista pragmático, podemos assumir que os indivíduos escolhem as interpretações e os significados dos enunciados com base nas expectativas que são criadas tanto pelos conhecimentos e experiências individuais quanto pelo conhecimento cultural “compartilhado” com os membros da comunidade a qual pertencem<sup>52</sup>. É o que convencionamos de “senso comum” – alguma idéia chega a fazer parte do senso comum e é incluída, e assumida, em um *frame* quando é aceita como uma verdade pela maioria dos membros desta comunidade; nesse sentido, essa verdade se torna um paradigma resistente a mudanças.

Essas idéias, que formam um *frame*, podem ser, e geralmente são, convertidas em estereótipos – que não são obrigatoriamente negativos, embora alguns possam sê-lo. Alguns dos estereótipos sobre o que somos e são os outros, são explicitamente reconhecidos, outros são implícitos e dificilmente nos damos conta de sua existência, como é o caso de que “todo francês sabe cozinhar bem”.

Contudo, ambos os conceitos de *frame* e *script* são construtos mentais, conhecimentos que os indivíduos de uma sociedade/comunidade possuem sobre as coisas, pessoas e eventos do mundo que os rodeia, bem como o conhecimento das diferentes maneiras de agir/atuar “sobre” e “com” essas coisas, pessoas e eventos dessa sociedade. Como toda e qualquer interação verbalizada pressupõe uma ameaça à face dos ouvintes (cf. BROWN e LEVINSON, 1987), a maneira como cada indivíduo vai agir numa determinada situação gera no ouvinte algumas expectativas sobre tal situação.

Podemos dizer que *frame* é um conjunto de conhecimentos enciclopédicos, armazenado, que o indivíduo tem do mundo, ou sobre a maneira como ele vai agir no mundo; *script*, por outro lado, é um conjunto de conhecimentos situacionais, de roteiros comportamentais, sobre as pessoas, coisas e eventos dessa sociedade; mais, *script* é a maneira como o indivíduo realmente age numa determinada situação. Enquanto um *frame* diz respeito a um fato (conhecimento) universal do mundo, um *script* remete a um conhecimento social e cultural sobre esse fato e ao qual o indivíduo recorre todas as vezes

---

<sup>52</sup> Vamos, inicialmente, assumir que os membros de uma comunidade de fala compartilham, de alguma maneira, um nível de conhecimento sobre o estado de coisas do mundo. No entanto, no capítulo 3 da parte II da tese revisaremos essa posição.

que interage com outro indivíduo dessa comunidade. Assim, diferentes culturas produzem *scripts* diferentes para um mesmo *frame*.

Talvez o exemplo que pode explicar, ainda que superficialmente, essa diferença seja a atividade de “comer”. Todas as pessoas do mundo, de alguma maneira, comem, se alimentam: o conhecimento sobre o “comer” é um *frame*; a maneira como cada pessoa, ou grupo de pessoas, come é um *script*.

Desse modo, se o indivíduo não tiver o conhecimento enciclopédico, o *frame*, sobre uma situação qualquer, ele não conseguirá interpretar e entender o *script* dessa situação. Isso permite explicar, por exemplo, na interação verbalizada, os mal-entendidos, as situações ambíguas, as falhas de interpretação e, claro, as piadas.

A título de exemplo, citamos o que ocorreu com um mineiro que, recém chegado a Curitiba, foi com uma amiga a um restaurante *à la carte*. A comida servida, o mineiro, após saborear rapidamente uma ou outra iguaria, resolveu fazer uma pausa. Neste instante, o garçom se aproxima e pergunta: “O senhor está servido?” Ao que o mineiro respondeu: “Sim, estou servido, obrigado”. Imediatamente o garçom começa a retirar os pratos da mesa, inclusive o prato em que o mineiro estava comendo. O mineiro protesta: “Ainda não terminei!” Silêncio. Entreolhares. Após alguns segundos, e caras de espanto, o garçom pediu desculpas e se retirou.

Embora o fato acima não seja uma piada, tem todas as características de um texto humorístico. Por quê? Porque o garçom e o mineiro, ainda que tivessem o mesmo *frame* (conhecimento sobre o comer em um restaurante) não compartilhavam o mesmo *script*, ou seja, cada um tinha um *script* particular, individual, que fez com que gerasse o mal entendido. “Estar servido” em um restaurante de Curitiba não significa a mesma coisa que “estar servido” em um restaurante de Minas Gerais.

Se admitirmos a hipótese do *script* como uma convenção social e, portanto, cultural, a piada, como todo texto narrativo, possui um *frame* que permite a ativação de um (ou alguns) *script(s)*, haja vista que sua análise e interpretação requerem, tanto do narrador quanto do ouvinte/leitor, algum tipo de conexão entre um *frame* (universal) e um *script* (particular).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, podemos ampliar a idéia de *frame* e *script* à tradução da piada (SILVA, 2006). Traduzir uma piada para qualquer idioma significa

colocar um *frame* (um fato do mundo universal) em um *script* (particular) da língua de tradução. Mas isso já é assunto de outra pesquisa.

## PARTE II – O PARADIGMA HUMORÍSTICO DA COMUNICAÇÃO HUMANA

### CAPÍTULO 1 – Elementos narrativos essenciais da piada

#### Introdução

A segunda parte da pesquisa está voltada para a descrição dos processos inferenciais que o ouvinte, a partir dos componentes linguístico-textuais, recorre para a interpretação, ou não, da piada. Seguindo a linha cognitivista abordada pela Teoria da Relevância, a interpretação de enunciados tem como fundamento a articulação da linguagem como meio de representação de conceitos sobre um estado de coisas do mundo. No entanto, antes de ser processada pelo mecanismo cognitivo a piada tem que ser sistematizada dentro de uma linguagem lógica numa plataforma mental do pensamento. A questão que cabe refletir é: como se dá a relação entre a linguagem da piada e a interpretação pelo ouvinte? É sobre isso que vamos refletir nos próximos capítulos.

#### 1.1 – Variantes e invariantes da piada

Tradicionalmente, a corrente linguística cognitivista se alinha a duas vertentes: a da hipótese do “mentalês” de Fodor (1975) e a visão relativista de Whorf (1956.). A primeira se apóia na versão de que o pensamento se articula como linguagem a partir de representações e regras, de entidades mentais autônomas e de princípios de combinação que sistematizam os fundamentos universais das línguas do mundo. Segundo Martins (2002), este modelo procura preservar-se dos problemas de versões anteriores por recursos a diferentes expedientes: “pelo apelo a uma teoria computacional do pensamento, por uma considerável parcimônia na quantidade de informação semântica que se supõe associada às estruturas, e pela hipótese geral de que os conceitos humanos são inatos”<sup>53</sup>.

Já a linha cognitivista whorfoniana tem como base a hipótese de que “toda língua cristaliza em si os princípios de uma filosofia não formulada, traz no seu léxico e na sua gramática uma espécie de metafísica culturalmente determinada” (idem, op cit). Vale a

---

<sup>53</sup> A autora apresenta uma proposta híbrida de análise da linguagem, entre o raciocínio fundacionalista e o relativista, tomando por base a teoria de Lakoff & Johnson (1980, 1999, 2002).

pena ressaltar que para o raciocínio relativista mais radical, embora aceite a linguagem como um repertório dinâmico cultural e historicamente determinado, a linguagem não poderia captar o pensamento porque não haveria conceitos fixos.

Para Martelotta & Palomanes (2008), o cognitivismo – em oposição ao gerativismo, que tem na autonomia racionalista da sintaxe a essência da descrição linguística – considera os processos de utilização de estruturas linguísticas e sua adequação aos contextos reais nos quais essas estruturas são construídas, para tratar do significado. Nas palavras das autoras, “a proposta cognitivista leva em conta aspectos relacionados a restrições cognitivas que incluem a captação de dados, sua compreensão e seu armazenamento na memória, assim como a capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão adequada de dados” (p. 179).

É importante ressaltar que tais aspectos não isentam a reflexão do funcionamento da mente, mas possibilitam a inserção do indivíduo no espaço social e cultural. Assim, a proposta cognitivista serve-se do termo “sócio” para agregar-se a interação social, termo que, segundo as autoras, “ênfatiza a importância do contexto nos processos de significação e o aspecto social da cognição humana”, uma vez que focaliza a linguagem como uma forma de ação: “através da linguagem comentamos, oramos, ensinamos, discursamos, informamos, enfim, enquadramo-nos nos milhares de papéis sociais que compõem nossa vida diária” (idem).

Desse modo, tomando como referência o caráter socializante do texto – como parte integralizador da vida das pessoas – podemos conceituar a piada a partir da ação sociocomunicativa da sua linguagem, que privilegia claramente a dimensão pragmática circunscrita à vida e à comunicação humana. Nesse contexto, cabe-nos uma pergunta: do ponto de vista sócio-interacional, haveria uma função social para a piada?

Nesta pesquisa nos interessa a piada cuja estrutura, independente de tema, função ou abordagem, como veremos, contempla alguns elementos narrativos mais ou menos fixos, uma vez que, atualmente, a grande maioria dos estudos textuais não conceitua claramente o que é uma piada, nem entre os analistas do humor não existe consenso sobre o que é linguisticamente uma piada. Em geral, “o que há é uma extensão da definição do que é humor sendo aplicado às piadas” (cf. MUNIZ, 2004).

Nas próximas seções passaremos a descrição da piada, tanto do ponto de vista textual como processual.

## 1.2 – A piada como gênero textual<sup>54</sup>

O estudo da piada na perspectiva pragmática é uma empresa por demais desafiadora e ao mesmo tempo instigante porque, por intermédio de abordagens teóricas consistentes e hipóteses abrangentes, possibilita a análise, explicação e interpretação de uma expressão comunicativa tão popular, não só da cultura brasileira, mas universal. No entanto, esta prática de abordagem pragmática da piada nos coloca diante de um problema de ordem teórico-prático e metodológico, já que pragmaticamente a piada apresenta características intrínsecas singulares, devidas, em parte, como dissemos anteriormente, à grande convergência interdisciplinar do humor, e em parte, à dinamicidade da linguagem verbal.

De acordo com a proposta inicial, esta pesquisa se propõe a caracterizar a piada, além de sua função sócio-comunicativa, por sua composição estrutural. Neste caso não se deve, nem se pode, ignorar que – distintamente de outras abordagens comunicativas verbais, como a conversa séria, que vincula sua concreção à vagueza e imprevisibilidade da sequência e intenções contextuais – a piada, oral ou escrita, é um complexo textual, tanto do ponto de vista de sua organização interna – estrutura, coesão, coerência, textualidade, tema, intenção, personagens, etc. – quanto do ponto de vista de sua regularidade discursiva.

Não temos a pretensão de, neste curto espaço, fazermos um tratado sobre gênero e texto, até porque não é nosso objetivo. No entanto, nas próximas páginas faremos uma reflexão sucinta sobre “gênero” e “texto” com o intuito de caracterizarmos a piada, à luz destes conceitos e perspectivas.

Dentro dos estudos linguísticos, o conceito de texto é, tradicionalmente, visto a partir de dois outros conceitos mais antigos, conhecidos na linguística textual, como *coesão* e *coerência*. Nas décadas de 70 e 80, e início dos anos 90, alguns autores se destacaram nos estudos textuais ao hipotetizarem que tais conceitos formariam uma espécie de par

---

<sup>54</sup> Diferentemente da tradição literária, que distingue três gêneros literários, a saber: o lírico, o narrativo e o dramático, o conceito de gênero que abordaremos nesta pesquisa é o gênero lingüístico, relativo às características lingüísticas do texto “piada”. Na tradição literária, também, o gênero narrativo contempla o romance, a novela e o conto, sendo características principais da narrativa literária: narrador, narratário, ação, personagens, espaço e tempo.

distintivo/opositivo entre si<sup>55</sup>. Nessa tradição, a coesão é vista a partir dos indicadores estruturais da sequência superficial e linguística do texto, os quais revelariam o caráter linear da organização sequencial. A coesão seria, portanto, um componente nitidamente sintático e gramatical, pois “refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos, estão ligadas entre si dentro de uma sequência” (FÁVERO, 2006, p. 10).

A coerência, por sua parte, “refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações subjacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante” (idem, p. 10). A coerência seria, então, um componente da semântica, capaz de fazer com que uma sequência linguística qualquer seja vista como “um texto”, pois seria ela que permitiria estabelecer relações entre os elementos constitutivos desta sequência e a constituição da unidade significativa global. Portanto, a coerência converteria qualquer sequência linguística em textualidade (KOCH e TRAVAGLIA, 1995).

Para a proposta de análise da presente investigação, os conceitos de coesão e de coerência, tais como descritos acima, se mostram ineficazes e insuficientes para a análise da piada, porque não dão conta de sua textualidade. Observe-se que do ponto de vista pragmático, dado o caráter social da piada, faltam para sua análise, outros elementos reguladores das ações sociocomunicativas, tais como intencionalidade, informatividade, eficácia, dialogação, entre outros, elementos que vão costurar a textualidade da piada à da novidade da narração e, conseqüentemente, ao cômico (ou não).

Do ponto de vista pragmático, a coesão e a coerência são entendidas como constituintes do processo mesmo de interação. Nesta perspectiva, a coesão deixa de ser uma lista finita de recursos linguísticos – mecanismos gramaticais, tais como pronomes anafóricos, artigos, elipses, concordâncias, correlações entre os tempos verbais, conjunções, etc. – e passa a ser pensada como um recurso sinalizador, mas não garantidor, de conexões entre elementos textuais, recurso que leva em conta “as ambigüidades potenciais nas inter-relações de superfície para concluir que a coesão não é decisiva por si mesma e que uma

---

<sup>55</sup> Costa Val (2000) destaca algumas obras e seus autores: o livro de M. A. K. Halliday & Ruqaiya Hansan, *Cohesion in English* (1976), o de Maria-Elizabeth Conte, *La linugística testuale* (1977), o de Beaugrande & Dressler, *Introduction to Text Linguistics* (1981), os de Ingedore G. V. Koch, *A coesão textual* (1989) e *O texto e a criação dos sentidos* (1997), os de Ingedore G. V. Koch & Luis Carlos Travaglia, *A coerência textual* (1990) e *Texto e coerência* (1995), entre outros.

comunicação eficiente depende da interação entre este e os outros fatores da textualidade” (COSTA VAL, 2000, p. 38).

A coerência, por sua vez, “*não é um mero traço dos textos, mas sim o resultado de processos cognitivos entre os usuários do texto*, ou seja, ela é construída por operações de inferência; um texto não tem sentido em si mesmo, mas faz sentido pela interação entre os conhecimentos que apresenta e o conhecimento de mundo de seus usuários”<sup>56</sup> (idem, p. 38). Veja-se que, nessa perspectiva, é a coerência que dá sentido ao texto e remete a piada a um significado, engendrando princípios lógicos a processos cognitivos, pois sua interpretação depende do nível de “aproximação” de conhecimentos linguístico-sócio-culturais entre interlocutores.

Uma piada é coerente, então, quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do(s) interlocutor(es). Em outras palavras, podemos dizer que no contexto de interpretação da piada o ouvinte é co-responsável pela textualidade produzida pelo narrador. Dessa forma, a coerência da piada resulta das relações dos significados que sua rede de conceitos põe em jogo no ato comunicativo, ou seja, das relações de compatibilidade do conhecimento de mundo, tanto de quem conta a piada quanto de quem a interpreta.

Quanto à questão do gênero textual, tomamos seu conceito como um fenômeno pragmático que, debatido nos diferentes campos da linguagem, se situa entre a língua, a linguagem/discurso e as estruturas sociais. Em consequência, há uma busca incessante em abordar e explicar, da melhor maneira possível, o uso da linguagem em função das práticas sociais, nas modernas abordagens textuais. O resultado é um embate que reúne, de um lado, teorias unificadoras e, de outro, teorias dispersantes, que fazem com que não seja nada fácil se chegar a um consenso taxonômico que abarque todos os campos e abordagens, dado o fato de as terminologias nessas teorias serem bastante flutuantes.

Embora o conceito de gênero tenha nas diversas abordagens uma noção muito próxima, o termo corrente na literatura especializada é o de “gênero textual”, mesmo que haja certa predileção pelo termo “gênero discursivo” e não raramente “sequência textual”, “tipo textual” e “modalidade discursiva” (cf. MEURER et alli, 2005)<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Grifo da autora.

<sup>57</sup> Um estudo interessante sobre gênero como categoria do discurso é o de Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), que apresenta um panorama atualizado sobre este tema na medida em que reúne para o debate e puxa para a reflexão, os vários

Muniz (2004), ao classificar a piada como “gênero”, concorda com o fato da polêmica abrangente em torno do que vem a ser gênero, haja vista as distintas abordagens e discussões. Segundo a autora,

Quando falamos ou escrevemos, sabemos que nosso texto “tem” que se adequar ao nosso interlocutor, à situação sócio-interativa e à prática social em que nos encontramos e é justamente aí que entram os gêneros. Os textos que produzimos encontram-se, de alguma forma, relacionados com outros, partilhando conteúdos, semelhanças composicionais e, até mesmo, coerções sociais afins. Isso acontece porque, dependendo da prática social em que estamos envolvidos, não utilizaremos indiferentemente uma receita ou um artigo científico para interagir com o outro, isto é, a posição discursiva-enunciativa em que nos encontramos vai determinar e vai ser determinada pelo gênero (MUNIZ, 2004, p. 29).

Nesse estudo, Muniz se pauta em duas perspectivas: a anglo-americana, que privilegia a análise do gênero a partir do conceito de texto, e a francesa, que adota o termo discurso, em suas análises<sup>58</sup>. Embora a autora não faça análises detalhadas dos componentes semânticos e pragmáticos que subjazem à piada – nem é esse seu objetivo – ela elabora, a partir dessas perspectivas textuais, um mapeamento das principais correntes linguísticas do estudo de gênero<sup>59</sup>.

Ainda que o trabalho de Muniz seja uma ótima tentativa de encontrar uma interface entre texto e discurso, para conceituar a piada como um “gênero” a autora se fixa em dois termos – um relativo à Linguística Textual e outro à Análise do Discurso – e adota os termos “texto/discurso” e “gênero textual/gênero discursivo”. Essa opção é para justificar a análise da relação da piada com suas práticas, que são os locais de circulação, bem como a função que exerce nesses espaços. O estudo de Muniz é uma reflexão acerca da discussão da questão da terminologia que envolve o termo gênero, uma vez que muitos autores, por

---

campos da linguagem que têm tentado da conta do gênero textual/discursivo. Diferentemente de Muniz, os autores, ainda que com caráter meramente didático, mas com bastante clareza e seriedade, traçam um panorama dos aspectos complementares e opositivos que permeiam as três principais abordagens teóricas gerais sobre gênero, a saber: as abordagens sociosemióticas, sociorretóricas e sociodiscursivas.

<sup>58</sup> De acordo com a autora, para os analistas do discurso, a diferença entre texto e discurso está atrelada à relação de “sentido” do primeiro, já que, nessa teoria, um texto é um texto se fizer sentido para alguém. Note-se que nesta concepção, o texto é visto como a materialização linguística do discurso, uma vez que este estaria no nível semântico.

<sup>59</sup> Segundo Muniz, as principais vertentes teóricas de estudo de gênero são:

- i) escola norte-americana (Carolyn Miller, 1984/94)
- ii) perspectiva sistêmico-funcionalista (M. A. Halliday, 1978, Ruqaiya Hasan, 1989 e Eija Ventola, 1989)
- iii) perspectiva anglo-americana “swalesiana” de análise de gêneros (John Swals e Vijai Bhatia, 1993)
- iv) visão enunciativa (Michail Bahktin, 1990)
- v) visão da escola de Genebra (Jean Paul Bronckart, 1999)

suporem uma noção tranquila para o termo, não se dão ao trabalho de esmiuçar a concepção de texto que subsidia a questão do gênero.

Marcuschi (2002, p. 22), por sua vez, ao conceituar texto e gênero se refere às expressões “tipo textual” e “gênero textual”, entendendo o primeiro como uma sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição – aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Nesse caso, o “tipo” abrangeria as categorias narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Já o “gênero” designaria, segundo o autor, os textos materializados no dia-a-dia e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição. Alguns exemplos de gênero seriam:

*telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação, espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-bapo por computador, aulas virtuais e assim por diante (p. 23).<sup>60</sup>*

Vale notar que, para o autor, a relação entre os termos “tipo” e “gênero” ocorre no nível operacional: enquanto no primeiro há predominância de sequências linguísticas, no segundo há predominância de elementos da comunicação, uma vez que quando nos comunicamos, dominamos uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações particulares. Para Meurer (2002), além de “criar e recriar representações, formas de conhecimentos e crenças, os textos refletem, constituem e podem desafiar e transformar tipos de relações entre indivíduos” (p. 24).

Etimologicamente, o nome “texto” deriva do latim *textum*, que significa tecido, textura, entrelaçamento. Esse entrelaçamento que tece o todo do texto é conhecido na literatura como “tessitura” ou “textualidade”. Daí a idéia de que a interpretação da “piada” resulte de um trabalho linguístico-cognitivo (muito mais pragmático que semântico) de “tecer” suas várias partes, a fim de se obter um todo inter-relacionado que transforma, de alguma maneira, as relações do mundo mental dos indivíduos. Nesse sentido, é a tessitura do texto, ou sua textualidade, sua rede de relações internas, que garante a unidade da piada e que conduz, ou não, o ouvinte ao riso.

---

<sup>60</sup> Grifo do autor e destaque nosso.

Neste capítulo vamos analisar o gênero textual “piada” e explorar algumas de suas características formais que permitirão distingui-lo de outros gêneros pelo seu caráter humorístico. Mas, como se estrutura o texto “piada” e como este se relaciona com o humor? E ainda: piada é a mesma coisa que chiste?

Conde (2005), tomando uma abordagem discursiva da linguagem, conceitua a piada como “um texto essencialmente curto, de teor narrativo, aparentemente ficcional (que joga inclusive com ambiguidades enunciativas de “verdadeiro e falso”), sujeito a variações de estilo, cenário e personagens (mas dentro de uma certa coerência estrutural, fazendo uso de uma semântica específica) e, por isso mesmo, passível de uma certa “repetibilidade”” (sic). Já o chiste, segundo o autor, estaria relacionado à categoria do evento único, “o ser espirituoso que transita pela heterogeneidade da fala e subverte concessões pragmáticas num constante exercício de inteligência, sagacidade, no quadro quase obsessivo do desejo do risível. Seria a palavra de espírito, o *witz* freudiano, a fúria constante da descoberta ordenando ao sujeito que não cesse de se intrometer no equívoco inevitável da língua” (p. 22). A propriedade distintiva entre piada e chiste seria, portanto, o fator repetibilidade da primeira e a irrepetibilidade do segundo<sup>61</sup>.

De acordo com a definição de Conde, é possível se inferir que a piada apresenta algumas características textuais – tais como texto curto, narração, ficção, com variação de estilo e que pode repetir-se em diferentes cenários e personagens – que permitem caracterizá-la com tal. Raskin e Attardo (apud ATTARDO, 1994), ao proporem a teoria geral do humor verbal (GTVH) assumem o caráter narrativo da piada como sendo um dos seis recursos paramétricos de reconhecimento (*knowledge resource*) que possibilita a análise de qualquer tipo de texto humorístico verbalizado.

Não obstante, diferentemente da comunicação improvisada, que, no instante da interação verbal, vai jogando novos elementos não só narrativos, mas também argumentativos, expositivos, descritivos e injuntivos<sup>62</sup> à medida que a conversa flui e por isso remodelando-se e, ao mesmo tempo, remodelando o(s) contexto(s) a cada troca de turno comunicativo dos interlocutores, a narração da piada requer dos participantes do

---

<sup>61</sup> Sobre essa dicotomia, Muniz (2004), com base nas leituras de Almeida (1998), traça um quadro panorâmico sobre algumas características que distinguem o chiste, o cômico e o humor, a partir dos textos de Eco (1994), Freud (1905) e Bergson (1987). No entanto, a autora não chega a desenvolver uma reflexão mais profunda sobre o tema.

<sup>62</sup> Textos de comando, tais como recibo, manual de instrução, etc.

evento o domínio de alguns elementos estruturais, arquétipos que compõem o tipo narrativo. Estes elementos são os responsáveis pelo fornecimento, manutenção e processamento das informações – linguísticas e não-linguísticas – necessárias para a interação do narrador e ouvinte.

Com efeito, a piada pode ser pensada como um gênero narrativo que desempenha uma função comunicativa com um valor de entretenimento humorístico crítico, irônico, de sátira social ou política, sobre o comportamento de uma comunidade, uma vez que aborda e resalta temas que envolvem crenças, convenções, tabus, status, poder, moral, comportamentos, e demais valores identitários que fazem parte de uma cultura<sup>63</sup>.

Como a piada detém a função social de entretenimento humorístico (cf. MOREALL, 1989, apud YUS RAMOS, 1995/96), do ponto de vista discursivo ela resalta o quanto de ridículo existe em um evento, um objeto, uma pessoa, uma idéia ou um comportamento do mundo real, e sua realização ou representação em um mundo discursivo provável ou possível, enfatizando sempre, e apenas, um deles.

Diferentemente da conversa séria que por ser improvisada se remodela cognitiva, espacial e temporalmente à medida que a conversa evolui, a piada é uma narração de cunho ficcional, escrita ou oralmente verbalizada, caracterizada pela elaboração prévia e pela dimensão comunicativa de entretenimento crítico, que prevê a participação efetiva do(s) interlocutor(es) que, engajado(s) no processo comunicativo, e baseados em conhecimentos, comportamentos, crenças, convenções e valores sociais e culturais, e fazendo uso de processos cognitivos eficazes, constrói(em) significados pragmáticos de cunho humorístico.

Para Balzano (2001), a piada pode ser de dois tipos: o primeiro é o “situacional” – aquela que surge de uma situação específica, espontânea, e está relacionada com processos interpessoais em curso (seria o chiste). Já o segundo tipo é a piada “estereotípica”, que é a piada que já foi contada em alguma ocasião e seu conteúdo é independente do contexto em que se a narra (p. 80).

Diante do exposto, e com alguma boa base de argumentação e fundamentação, podemos, a partir de alguns elementos estruturantes, postular uma “morfologia-arquétipo”, uma forma, para a piada, a qual permitirá pensar na (e hipotetizar uma) universalidade do texto piada. Se estivermos certos nessa hipótese, a de que a piada teria uma armação-

---

<sup>63</sup> Sobre os tipos sociais de piada, veja-se Possenti (1998).

arquétipo peculiar, é possível estabelecermos critérios de avaliação e critérios metodológicos de análise para este gênero e, em consequência, entender como se processa a relação piada/humor.

Não temos a mínima pretensão de esgotar os estudos do humor a partir destas propriedades que vamos abordar, nem acabar com outras variantes textuais que induzem ao humor. Nosso objetivo nesta pesquisa é explorar a possibilidade de explicação, análise e interpretação da piada a partir da proposição de uma base formulaica e uma boa teoria pragmática.

É o que veremos nas próximas seções.

### 1.3 – Elementos narrativos da piada

No que diz respeito à narração, Emediato (2004, p. 150), a conceitua como “um relato de acontecimentos, reais ou fictícios, no interior do qual se desenvolve uma intriga, ou seja, um enredo”. Segundo o autor, a narração se caracteriza pela ação dos personagens, cuja presença desempenha uma ou mais funções narrativas, que podem ser agente, vítima, benfeitor ou beneficiário. Na narração, o tempo e o espaço definem, situam e localizam o interlocutor, a fim de que este faça um reconhecimento daquilo que a história narrada propõe evidenciar. Portanto, “se a narrativa se passa no campo, cria-se uma expectativa para o enredo e para os personagens; se ela se passa em uma grande cidade, mudam-se as expectativas sobre o enredo e sobre os personagens. Se ela se passa na idade média, outras expectativas se formam” (idem, p. 150).

Para o autor,

A narração está necessariamente ligada a uma ampla estrutura que percorre todo um texto, desenvolvendo a sua intriga, ou seu enredo. Ela parte da apresentação de personagens, situando-os no tempo e no espaço, qualificando-os (através de descrições) para, em seguida, inseri-los numa sequência lógica de ações e envolvê-los em um plano de intrigas e de relações. Obstáculos surgem, confrontos se revelam e caminham todos para um desfecho, cuja natureza proporá uma moral para a história, geralmente dentro de uma estrutura *arquetípica* [...]. Portanto, a estrutura narrativa deve ser analisada tendo em vista uma complexidade de relações e não apenas uma sequência de ações (EMEDIATO, 2004, p. 151).

Na narração da piada, além dos pré-requisitos semânticos sugeridos pelas teorias de *script* de Raskin e Attardo vistos anteriormente, a piada se assenta numa linha comunicativa criada com a intenção de ressaltar a discrepância, o paradoxo, a incongruência, entre duas realidades: a do mundo (ontológico) exterior e a de um mundo hipotético (ficcional) interior – deslocando sempre uma delas.

O modelo de piada que analisaremos nesta pesquisa é a de um texto relativamente curto em que os personagens/actantes, num jogo de contraste linguístico-cognitivo-pragmático, desempenham um papel vinculado à ação intersubjetiva cuja força engendra o caráter humorístico de um ato de fala<sup>64</sup>. De acordo com Gil<sup>65</sup> (1998), citando Theodor Lipps (1898, apud FREUD, 1905), uma piada “diz o que tem a dizer, nem sempre em poucas palavras, mas sempre em palavras poucas demais, isto é, em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pensamento e de expressão. Pode-se mesmo dizer tudo o que se tem a dizer nada dizendo” (p. 299).

No entanto, a piada como gênero narrativo não pode ser pensada como uma simples sequência de enunciados ou uma soma de significados localizados, mas como uma tessitura, uma textualidade, uma rede de relações, internas e externas, cuja compreensão e interpretação se produz pela (e na) relação de significação com os contextos linguístico, físico, mental e sócio-cultural do falante e do ouvinte. Com efeito, para interpretar a piada, e em consequência rir dela, cabe ao ouvinte recorrer a sua “competência humorística” (cf. RASKIN, 1985, apud ATTARDO, 1994).

O conceito de “competência humorística” que reivindicamos nesta pesquisa é o de uma capacidade que os indivíduos têm de atuar com eficácia e eficiência em situações sociais de comunicação humorística. Diferentemente do modelo proposto por Raskin, nessa relação fica evidente a visão da piada na dimensão pragmática, posto que sua significação não se limita a esclarecer o que o texto diz, ou a identificar a informação que ele possa veicular, mas, pelo contrário, nesta perspectiva a piada causa uma remodelação no estado

---

<sup>64</sup> Vale observar que na da piada também se apresentam elementos de outros tipos textuais, como discurso descritivo. Nesse sentido, a *descrição*, embora não seja o foco da piada, atua como elemento de complementação da realidade exterior, a qual serve de material identitário para seres e objetos, nomeando-os e atribuindo-lhes certas características.

<sup>65</sup> Para ressaltar a brevidade textual da piada, Gil (op cit) analisa um *corpus* de 2.215 piadas retiradas das *As anedotas do Pasquim* e as classifica em três grupos, de acordo com o número de palavras contidas em cada piada. No primeiro grupo figuraram piadas com até 100 palavras (41,85 %); o segundo grupo foi formado por piadas que continham entre 101 e 300 palavras (47, 09 %) e o terceiro grupo, piadas com mais de 301 palavras (11,06%). O primeiro e segundo grupo totalizam 88,93%, seja, a piada prototípica tem em média entre 100 e 300 palavras. Segundo a autora, as piadas longas se caracterizam por conceder grande espaço para participação do narrador.

do mundo mental do ouvinte, porque prevê a realização de um ato perlocutório humorístico que o locutor intencionalmente pretende tornar manifesto.

Se a piada é uma narração breve, o que caracterizaria nela, diferentemente de outros textos narrativos, o humor? Analisemos as seguintes piadas:

#### Piada 1:

A professora escorrega e leva o maior tombo na sala de aula. Na queda, o seu vestido sobe até a cabeça. Silêncio sepulcral. Levanta-se rapidamente e interroga os alunos:

- \_ O que você viu quando eu caí? – pergunta ela ao Pedrinho.
  - \_ Ah, eu vi seu joelho professora.
  - \_ Você está uma semana suspenso! Pode sair.
  - \_ E você Juquinha, o que foi que viu quando eu caí?
  - \_ Ah professora, eu vi suas coxas.
  - \_ Um mês de suspensão para você.
  - \_ E você, Joãozinho, o que foi que viu quando eu caí?
- O menino recolhe seu material, põe todo na mala e diz:
- \_ Bom turma, até o ano que vem!!!

#### Piada 2

O casal de velhinhos assiste ao programa de tv de um famoso pregador milagreiro.

\_ Agora, meus irmãos, podeis voltar a ser inteiros! Rezai comigo, pois a fé remove montanhas. Peço aos que estão doentes que ponham uma mão sobre minha imagem no vídeo e a outra sobre a parte doente do corpo que necessita de cura.

A velhinha toca o vídeo e o estômago; e o velhinho toca a virilha. A velhinha estrila:

- \_ Alfredo, não seja bobo. O reverendo falou em curar os doentes, não ressuscitar os mortos.

#### Piada 3

O cara chega todo arranhado e sujo ao trabalho.

- Que houve? – pergunta um amigo.
- Fui ao enterro da sogra.
- E por que está assim, todo arranhado e sujo?
- A velha não queria entrar no buraco de jeito nenhum.

#### Piada 4

Há uma aglomeração de pessoas no meio da rua em torno de um acidente. O bêbado tenta a todo custo ver o acidentado e não consegue. De tanto importunar, alguém lhe diz:

- \_ Foi batida!
- \_ Ta vendo só – responde ele – é por isso que eu só bebo pura.

#### Piada 5

O caboclo chegou à cidade e queria ir à zona. Só que não sabia onde era a zona. Nisso, encontrou o padre e perguntou:

- \_ Bom dia, padre, onde é que fica a igreja?
- \_ Fica a duas quadras daqui meu filho.
- \_ Nossa, padre! Bem perto da zona!!!
- \_ Não, meu filho. A zona é do outro lado.

#### O que há de comum entre estas piadas?

Veja-se que circundante aos personagens, ao tema, ao tempo e ao espaço da narrativa, nas piadas acima há sempre um conflito, um obstáculo envolvendo seus personagens. Ademais, a narração destas piadas, ou quaisquer outras, se dá pela presença de um narrador em terceira pessoa, um narrador onisciente e onipresente, que é quem conta a história, quem guia, quem orienta o ouvinte, quem brinca com sua imaginação, quem dá pistas e dicas sobre o desenrolar da história, exaltando, em maior ou menor grau, as qualidades e defeitos dos personagens, gerando, assim, no ouvinte/leitor, algumas (muitas) expectativas de interpretação (cf. MUNIZ, 2004). Aqui se mostra o caráter ostensivo do narrador da piada (cf. SPERBER e WILSON, 1995)

Na piada, o narrador, de posse do tema e dos personagens, e com base nos seus próprios conhecimentos prévios, crenças, convenções, valores, comportamento, etc. e nos de sus interlocutores/ouvintes, repete um enredo previamente determinado e o coloca em sintonia com a trama a ser desenvolvida pela narração (cf. YUS RAMOS, 1995-96). O narrador em terceira pessoa é autônomo, independente e não assume nenhuma responsabilidade nem com a narrativa da piada, nem com os personagens, nem com seu(s) interlocutor(es), nem com a verdade ou crença dos fatos narrados.

Entretanto, em uma narração humorística qualquer, pode ocorrer do narrador participar como personagem da história e a narração ganhar profundos contornos de subjetividade, como no seguinte exemplo:

Nos meus tempos de estudante eu gostava muito de passar as férias de fim de ano na casa de um tio que mora no interior. Não era de minha prática, mas frequentemente eu saía caçar perdiz pelos tiguerras, com uma espingarda pica-pau – aquela de carregar pelo cano – que meu tio tinha. Um dia, arrumei os apetrechos de caça – embornal, chumbo, pólvora, papel – calcei bota, pequei chapéu e espingarda e ia saindo, quando meu tio disse:

\_ Por que não leva o Campeão junto?

O Campeão era um cachorro de estimação do meu tio e que tinha a fama de ser perdigueiro (caçador de perdiz).

\_ Tá certo – eu disse.

E chamei o cachorro.

\_ Vamos, Campeão!

Mais que depressa o animal saiu abanando o rabo à minha frente.

Quando cheguei no tiguerra já armei a pica-pau, pois sabia que a qualquer instante podia ser surpreendido por uma ave. O cachorro a poucos passos diante de mim. E fui assim, pé por pé, com o dedo no gatilho e o cachorro na minha frente que entrei no descampado. De repente, “vrrrruuuuuuuu”, levantou um bando de perdiz a poucos metros e eu meti fogo, sem ter tido tempo de mirar. Só vi, num relance, que o cachorro entrou na linha de tiro. Foi aquela fumaceira para todo lado. Aí eu comecei a abanar a fumaça para ver o que tinha acontecido, mais preocupado agora para ver onde estava o cachorro. Chamo daqui e chamo dali e nada do Campeão. Procurei o cachorro pra mais de quarenta minutos. Nada do bicho. Desisti. Voltei para casa pensando como é que ia dar a notícia para meu tio.

Cheguei em casa e me deparei com o tio sentado na varada.

\_ Tio do céu, acho que matei o Campeão!

\_ Matou o Campeão? Mas como?

\_ Ah eu tava lá caçando, levantou um bando de perdiz, eu atirei nelas e o cachorro entrou na frente. Não pude fazer nada.

Eu estava ainda nessa tentativa convencer meu tio que não tive culpa da morte do cão, quando vi que ele olhou sobre meus ombros, esboçou um sorriso e me disse:

\_ Não matou não, só feriu. Olha lá ele.

Quando olhei para trás vi ao longe o cachorro que se aproximava manquiteando de uma pata dianteira. Saímos correndo em sua direção e ao nos aproximarmos dele é que pude ver:

O cachorro trazia uma codorna na boca e vinha chutando outra.

(Adaptado do anedotário popular)

A narração humorística em primeira pessoa, como o texto acima, foge, em princípio, do conceito de narração da piada a que nos propomos a analisar nesta investigação, porque nessa narrativa, embora textualmente contenha os elementos pertinentes ao tipo textual, pragmaticamente mudam-se as expectativas do ouvinte sobre o narrador. A narração em primeira pessoa é um caso típico de polidez positiva (BROWN e LEVINSON, 1987), ou seja, neste tipo de narração a subjetividade é muito grande, pois o narrador-personagem, ao participar do evento, assume para si as responsabilidades sobre a narração – e sobre seu ouvinte. A narração humorística em primeira pessoa, como a deste exemplo, pode ser entendida numa base conceitual muito próxima a do chamado *causo*.

Além disso, de acordo com a teoria da incongruência vista anteriormente, na piada, o humor se caracterizaria pela percepção de um paradoxo, de uma disparidade do estado das coisas do mundo. Quando a narração ocorre em primeira pessoa é bem provável que narrador e ouvinte mantenham entre si uma relação afetiva muito próxima, o que deixa o narrador bastante vulnerável à validação (aceitabilidade do ouvinte) ou não sobre o que diz. Para o ouvinte, essa proximidade com o narrador, dissimula o abandono dos construtos mentais – *frames* e *scripts* – que separam a realidade do mundo de ambos e a realidade ficcional da piada e possibilita sua interpretação. Desse modo, quanto mais íntimos forem narrador e ouvinte, menores serão as possibilidades de o ouvinte atribuir caráter humorístico à narrativa em primeira pessoa, já que ele sabe que muito daquilo que ouve na narração corresponde, ou não, à realidade do narrador, ou seja, muito daquilo que ouve na piada não é, para ele, incongruente nem paradoxal.

Como dito acima, é interessante ressaltar que na narração em primeira pessoa, o narrador coloca sua face em jogo. De acordo com Brown & Levinson (1987), na interação comunicativa, há um embate de ameaça de face entre os interlocutores. As estratégias da chamada polidez positiva são baseadas na “aproximação” do falante ao ouvinte, enquanto as da polidez negativa no “evitamento” de conflitos, em uma espécie de “fuga”.

Desse modo, na narração em primeira pessoa, o narrador coloca-se na posição amigável, porque quer encurtar a distância, manter a mesma hierarquia com o ouvinte. Neste caso, esta ameaça de face, ou atenuação desta, é mais forte, em maior ou menor grau, dependendo da situação e da relação entre ambos participantes do ato comunicativo. Ao usar a polidez positiva, a ‘polidez de solidariedade’, o narrador que conta a piada procura, ou busca, um acordo com seu ouvinte. Isso pode ser feito, em demonstração de interesse pelas coisas do ouvinte, de simpatia por ele, manifestando proximidade entre os interesses e conhecimentos por pertencer ao mesmo grupo.

Vejamos outro tipo de narração:

Porque demiti minha secretária.

Era meu aniversário e meu humor não estava lá essas coisas. Naquela manhã, ao acordar, dirigi-me à copa para tomar café na expectativa de que minha mulher me dissesse: “Feliz aniversário, querido”. Mas ela não me disse nem bom dia. Aí pensei: “Essa é a mulher que eu mereço”. Mas continuei e imaginei: “As crianças certamente lembrarão”. Quando elas chegaram para o café, não disseram nenhuma palavra. Saí bastante desanimado, mas me senti um pouco melhor

quando entrei no escritório e Janete, minha secretária, disse: “Bom dia, chefe. Feliz aniversário”. Finalmente alguém havia lembrado. Trabalhei até meio dia, quando Janete entrou na minha sala dizendo: “Sabe, chefe, está um dia lindo lá fora e já que hoje é seu aniversário, podemos almoçar juntos, só o senhor e eu”. Fomos a um lugar bastante reservado. Nos divertimos muito e no caminho de volta ela sugeriu: “Chefe, com esse dia tão lindo, acho que não devemos voltar ao escritório. Vamos até meu apartamento e lá tomaremos um drinque”. Fomos, então, para o apartamento dela, e enquanto eu saboreava um Martini, ela disse: “Se não se importa, vou até meu quarto vestir uma roupa mais confortável. “Tudo bem”, respondi. “Fique à vontade”. Decorridos mais ou menos cinco minutos, ela saiu do quarto carregando um bolo enorme, seguida de minha mulher, meus filhos e amigos e todo o pessoal do escritório, todos cantando *Parabéns a você*. E lá estava eu, nu, só de meias, sentado no sofá da sala...

Ainda que o texto acima contenha características de uma narrativa humorística haja vista que, do ponto de vista funcional, também provoca o riso (embora seja em primeira pessoa), Muniz (2004) não o classifica como piada e sim como depoimento ou um relato de uma situação. O tema, cujo final é constrangedor ao personagem, retrataria a situação de assédio de patrão/empregada, é, ainda que dissimulada, uma crítica a essa prática social, e não serviria como característica principal para classificar o texto como piada.

Vejamos mais um exemplo de narração:

Subi numa árvore para ver meu amor passar.  
Meu amor não passou.  
Eu desci da árvore.

Neste caso, a sequência e linearidade do texto geram, no ouvinte/leitor, algumas expectativas sobre o final da história. É o caso em que a narração em primeira pessoa não tem, de imediato, o tom humorístico da piada prototípica, narrada em terceira pessoa. Como as expectativas sobre a interpretação humorística da suposta “piada” são violadas, ou frustradas, por não haver, aparentemente, nenhuma quebra brusca nestas expectativas, como ocorre na piada prototípica/tradicional, o caráter humorístico do texto está justamente nessa frustração gerada pelo final “lógico” da história. É a congruência da história, portanto, que dá à narração o tom humorístico, fato que evidencia uma ruptura do paradigma ‘texto humorístico *versus* riso’. Neste caso, o riso advém, ou não, do fato de a

narração orientar para um final lógico, quando a expectativa humorística era a de um final orientado para uma incongruência.

Podemos resumidamente afirmar que, neste caso, é a “coerência” do texto que faz a conexão, ou não, entre o texto e o humor, ou seja, o significado humorístico não está na incongruência do texto, porque este texto não é incongruente. A coerência de um texto/piada não é uma propriedade identificável em marcas morfo-sintático-fonológicas superficiais, mas é uma propriedade psico-cognitiva que depende de variáveis (conhecimentos) históricas e culturais, que permitem alocar um significado ao estado das coisas do mundo.

Pragmaticamente, a textualidade de uma piada resulta da relação conjunta de elementos linguísticos e não linguísticos que subjazem ao texto narrativo, tais como personagens, tema, história, crenças, convenções, valores, comportamento, etc. Desse ponto de vista, a sequencialidade, a linearidade e o desfecho da piada (sua “guinada” linguístico-cognitiva) evoluem sob a ordem de alguns elementos internos à narração, elementos que são responsáveis pelo concatenamento do material linguístico com as representações pragmáticas de conceitos culturalmente construídos, ou seja, as representações resultantes das inferências e implicaturas do ouvinte (SPERBER e WILSON, 1995). Mas, como questionado anteriormente, quais seriam estes elementos? E como se daria, na piada, essa relação do linguístico com o cognitivo?

De acordo com Emediato (2004), a narrativa clássica – o modelo narrativo tradicionalmente conhecido na linguística textual – apresenta uma estrutura composta por quatro estágios, a saber: a **exposição**, a **complicação**, o **clímax** e o **desfecho**. Formalmente seriam estes os elementos que dariam suporte à narração na sua versão mais tradicional, pois tal formatação possibilita a progressão das ações conforme a evolução linear da trama. Vejamos abaixo a descrição de cada um destes elementos:

- A **exposição**, que desempenha um papel de introdução da narrativa, apresentando os personagens, caracterizando-os, envolvendo-os em uma ou outra ação, construindo relações entre eles.
- A **complicação**, que desenvolve as ações, envolvendo-as em conflitos, criando obstáculos para os personagens, estabelecendo contrastes e confrontos entre os diversos personagens.
- O **clímax**, que constitui essencialmente o ponto limite do conflito e da complicação, ponto que requer finalização e conclusão, ponto gerador de angústia e expectativa de desfecho.

- O **desfecho**, que justamente sinaliza o alívio para os personagens e para o leitor, momento de conclusão e finalização, propondo a moral da história sem a qual todo conjunto de ações narrativas perde fundamento e razão de ser (EMEDIATO, 2004, p. 153).

Nesse modelo estrutural da narrativa, a **exposição** é responsável pela apresentação dos personagens/referentes envolvidos na história narrada; a **complicação**, por sua vez, está vinculada à geração de conflitos que envolvem os personagens e à confrontação das ações destes personagens no interior da narração; o **clímax** constitui o ponto desencadeador de expectativas de resolução dos conflitos entre personagens e, ao mesmo tempo, a preparação para o arremate do evento denotado pelos conflitos; e, por último, o **desfecho** da narração sintetiza o alívio das tensões geradas entre personagens e suas ações.

Nessa perspectiva composicional, é interessante notar que nos modelos de piada elencados anteriormente (piadas 1–5), é possível relacionar os elementos constitutivos da narrativa tradicional, ou seja, a narração das piadas acima, invariavelmente, se estrutura com os mesmos componentes da narrativa clássica, ainda que o aparecimento de tais elementos não se dê na mesma sequência elencada por Emediato (op cit). Para comprovarmos essa hipótese, observemos o seguinte exemplo:

O empregado diz ao patrão, que acaba de chegar da rua:  
\_ E aí, seu velho babaca e idiota, chegando da zona agora?  
\_ Não. Estou voltando do médico, que me curou da surdez!

Veja-se que nesta armação esquemática, independente da extensão da narrativa, estão presentes os quatro componentes da narrativa, que podem ser descritos como elementos essenciais ao texto “piada”, tanto linguística quanto pragmaticamente.

Nesta piada, a “exposição” se evidencia nas duas orações introdutórias, as quais, por meio do narrador onisciente e onipresente, apresentam os personagens bem como a relação social que há entre ambos – a de empregado e de patrão. A partir destas informações iniciais, com base no conhecimento enciclopédico do ouvinte, criam-se expectativas sobre o desenrolar e o fim da história, pois do ponto de vista hierárquico-trabalhista nenhum empregado fala assim com o patrão. A “complicação” constitui-se pelos modificadores

linguísticos que qualificam o patrão de “velho”, “babaca” e “idiota” pelo empregado – afinal, na nossa cultura, nenhum empregado trataria seu patrão desta maneira. Nesse instante, aumentam as expectativas do ouvinte/leitor sobre a história, porque, em princípio, há um contraste, uma violação na conduta do empregado em relação ao patrão, ou seja, gerou-se um conflito entre patrão e empregado. O “clímax” decorre da informação dada pelo patrão ao questionamento do empregado, marcado pelo advérbio espaço-temporal “voltando do médico”, que serve de preparação para o desfecho da piada. O “desfecho”, enfim, surge repentinamente através da oração subordinada “que me curou da surdez”, da resposta do patrão, a qual traz a informação que sinaliza o alívio das tensões e expectativas geradas pela sequência e linearidade da narração. É, portanto, o fim da história da narração que faz a conexão do linguístico com o humorístico.

Devemos esclarecer que este processo é apenas o início da história que pretendemos descrever nesta pesquisa. Nos capítulos 3 e 4, mais adiante, apresentamos com mais detalhes o processamento inferencial-dedutivo de interpretação da piada.

Mas, será que toda piada se estruturaria sobre tais componentes narrativos? Observemos este outro exemplo:

O marido chega em casa e fica surpreso ao encontrar a mulher, sempre muito conservadora, deitada na cama, completamente sem roupa.

\_ O que aconteceu, Gorete?

\_ Nada, é que nenhum dos meus vestidos é confortável e estão todos velhos.

\_ Como? – diz o marido abrindo o guarda-roupa. – Na semana você ainda comprou três modelos. E olha este vermelho, o azul, o estampado, o cinza-claro, o Alberto, o verde...

Neste caso, fica evidente que a “exposição” aparece na introdução da narração, quando são apresentados os personagens e a relação que existe entre eles, ou seja, marido e mulher. A “complicação” resulta do fato da mulher “conservadora”, apesar de ter muitos vestidos, estar nua na cama e dizer que não tem nenhum vestido presta. O “clímax” surge da inspeção do marido ao guarda-roupa, elencando a cor dos vestidos recém adquiridos, o que sinaliza o aumento da tensão psicológica da narração. E o “desfecho” se dá justamente

nessa sequência(ação) elocutiva do marido quando, entre as cores citadas, cita o nome do Alberto.

No entanto, neste caso, a piada só gera efeitos humorísticos se o ouvinte/leitor estabelecer uma implicação inferencial entre o Alberto e alguma relação de amizade com o marido, ou seja, pelas inferências não-triviais e cálculos dedutivos não-demonstrativos a partir de um conjunto de suposições geradas pelo desfecho da piada, o ouvinte inferir que o Alberto se escondia entre os vestidos e o marido conhecia o Alberto. Caso contrário, a piada perde a função humorística.

O mesmo esquema-arquétipo proposto para as piadas apresentadas nas páginas anteriores pode ser observado na piada seguinte:

Aquele português nunca havia ido ao médico. Um dia caiu do cavalo e machucou a perna esquerda. Levado para a cidade, logo viu numa porta uma placa com o seguinte letreiro: “Dr. Eloi”, e já foi entrando.

\_ Bom dia, portuga! Em que posso servi-lo? Meu nome é Eloi, especialista em Direito.

\_ O senhor não poderá resolver meu problema, então!

\_ Mas, por que não?

\_ Porque o meu problema é do lado esquerdo.

Nesta piada, a “exposição”, faz a apresentação dos personagens “português” e “Dr. Eloi”, ao mesmo tempo em que os caracteriza em seus respectivos *scripts*. É na exposição que se prepara a ação que se estabelecerá no decorrer da história, bem como a relação entre os personagens.

A “complicação” representa o desenvolvimento da ação geradora de conflito que se estabelece entre o fato do português haver quebrado a perna esquerda e, ao ler o letreiro “Dr. Eloi”, entre na sala, pois supõe que este “doutor” pode resolver seu problema<sup>66</sup>.

O “clímax” constitui o ponto limite de confronto entre os personagens, pois prepara o espectador para o desfecho. O clímax constitui o ponto desencadeador de expectativas de resolução dos conflitos e confrontos entre os personagens. Neste ponto, aparece o fator complicador que prepara a narração para o desfecho, já que o “doutor” é especialista em “Direito”.

---

<sup>66</sup> Este caso é um problema de ambiguidade lexical registrado comumente nas classes mais populares.

Finalmente o “desfecho” realiza o alívio das tensões, tanto entre personagens quanto para o espectador da piada. É o momento de conclusão das ações e atitudes dos personagens e sintetiza a razão da existência da narração. O desfecho faz o arremate entre o desenrolar da narrativa, das ações e explicações do fato do português pressupor que o “doutor” não pode resolver o problema da perna quebrada, porque ele só atende pacientes que tenham problemas “de perna direita”.

Compulsoriamente, o mesmo esquema estrutural pode ser pensado às piadas 1 a 5 nas páginas anteriores. Vejamos como se evidencia em cada uma delas o que afirmamos neste parágrafo:

- Na piada 1     exposição: a narração que caracteriza a sala de aula, a professora e pressupõe os alunos.  
                  complicação: conflito gerado pela posição que a professora cai.  
                  clímax: interrogatório sequencial dos alunos Pedrinho, Juquinha e, claro, do Joãozinho, sobre a visão que tiveram da professora.  
                  desfecho: enunciado de despedida do Joãozinho que sintetiza que o que ele viu é motivo de reprovação de ano.
- Na piada 2     exposição: apresentação do casal de velinhos que assiste na tv o programa de um pregador milagreiro.  
                  complicação: possibilidade de cura de alguma parte enferma do corpo, pelo pregador.  
                  clímax: o velinho ao ouvir o pregador põe a mão na virilha.  
                  desfecho: a reprovação da velhinha pelo fato do velinho querer curar o que ela acredita “estar morto” e nem o reverendo é capaz de fazê-lo ressuscitar.
- Na piada 3     exposição: caracteriza o modo como o personagem chega ao trabalho  
                  complicação: ir ao enterro da sogra.  
                  clímax: o estado físico como ele se apresenta: arranhado e sujo.  
                  desfecho: a pressuposição de que ele enterrou a sogra a contragosto

dela, pois estava viva.

- Na piada 4 exposição: o acidente e a aglomeração de pessoas.  
complicação: o bêbado que não consegue ver o acidentado.  
clímax: a informação do desconhecido.  
desfecho: o enunciado do bêbado que, precavido contra acidentes, só bebe “pura”.
- Na piada 5 exposição: o caboclo na cidade e a busca pela localização da zona.  
complicação: o encontro com o padre.  
clímax: a estratégia conversacional do caboclo.  
desfecho: o enunciado do padre que fornece a informação que o caboclo desejava.

Entretanto, pode ocorrer, como ocorre com frequência, de nem todos os quatro elementos aparecerem explícitos numa piada, haja vista o fato de que muitas piadas virem compostas basicamente por um diálogo, como se observa no seguinte exemplo:

- \_ Casada? – pergunta o médico.
- \_ Não.
- \_ Noiva?
- \_ Não.
- \_ Tem namorado?
- \_ Não.
- \_ Está grávida?
- \_ É isto que quero saber do senhor, doutor.

Esta piada se assenta quase exclusivamente no diálogo entre os personagens. Estruturalmente, conforme nossa proposta, parece que a piada é um texto incompleto, pois estaria aparentemente faltando o componente “exposição”, que, como vimos anteriormente, faria a introdução da narrativa, apresentando os personagens, caracterizando-os textualmente, envolvendo-os em uma rede de ações e construindo relações entre eles.

Com base na Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995) é possível admitir que a “exposição”, ainda que não apareça explícita, está subjacente ao texto e que, baseado nesta pressuposição, o narrador joga com a idéia de que o ouvinte/leitor é dotado de um poderoso dispositivo cognitivo suficientemente capaz de identificar e categorizar com precisão os componentes das proposições, de modo que, cognitivamente, a piada seja “sentida” como estruturalmente completa.

É possível depreender que essa piada apresenta “implicitamente” as duas propriedades da narrativa tradicional, a exposição e a complicação, conforme a explicação abaixo:

- i) exposição implícita: a primeira linha do texto fornece pistas introdutórias de que a cena acontece em um consultório médico, mais especificamente um ginecologista, onde uma garota solteira deseja saber se está grávida. A pergunta do médico permite ao ouvinte/leitor “criar” o cenário entre os personagens. Pelo conhecimento de mundo, armazenado no componente cognitivo, o ouvinte é induzido a crer que se trata de uma garota e não uma senhora, haja vista que garotas são sexualmente mais ativas e atiradas que senhoras;
- ii) complicação implícita: diz respeito ao desenvolvimento das ações que envolvem o conflito entre médico-paciente, criando obstáculos e estabelecendo contrastes e confrontos entre eles.

Já o clímax e o desfecho estão explícitos ao texto. O clímax é construído em cima da exposição e da complicação e culmina com a pergunta do médico: “Está grávida?”. O desfecho é efetivado com a resposta da garota: “É isto que quero saber do senhor, doutor”. Portanto, ainda que a piada esteja estruturada quase que exclusivamente no diálogo, implicitamente sua estrutura retém os quatro elementos da narrativa clássica, tal qual propomos nas páginas anteriores.

De acordo com Muniz (2004),

tanto os personagens quanto os diálogos nas piadas são mínimos, muito raramente os personagens excedem o número de dois, o mesmo se dando com os diálogos; estes, geralmente, possuem duas linhas ou até mesmo uma. É frequente, também, precedendo o diálogo, virem algumas linhas contextualizando a narrativa, dando ao leitor alguma referência de lugar, tempo e, principalmente dando alguma informação sobre a identidade social/cultural dos personagens (p. 108).

Gil (1998), tomando por base o modelo de semântica estrutural de Greimas (1973), diz que a dialogação “possui funções muito semelhantes as da narrativa-apresentação”<sup>67</sup>, e acrescenta:

Esta tem a finalidade de dar pistas ao receptor de ativar os seus conhecimentos de mundo. Ora, as funções da dialogação – a colocação de um problema a ser resolvido e o questionamento – se integram e não se separam das pistas que devem ser dadas ao receptor e nem do seu conhecimento de mundo que deve ser ativado. Não é possível colocar problemas e questionar sem ao mesmo tempo fornecer pistas e ativar conhecimento de mundo. Frequentemente, o momento da dialogação, ao mesmo tempo em que propõe problemas, dá pistas e ativa conhecimento de mundo (idem, p. 302).

A autora defende ainda que a piada se apresenta na forma de um silogismo, cujos argumentos se compõem por duas partes: o antecedente e o conseqüente<sup>68</sup>.

Em uma primeira parte, que estamos chamando de antecedente, o emissor apresenta as personagens, situa-as no espaço e no tempo, dá pistas para o receptor, ativa seus conhecimentos de mundo e, principalmente, opera a comparação entre os termos componentes da piada. Na segunda parte, a que denominamos conseqüente e que não se encontra explicitamente no texto, acontece a conclusão, ou a intelecção do argumento (ibidem, p, 302).

Nessa perspectiva, segundo Gil (op cit), o antecedente prepara o conseqüente de modo que um não existe sem o outro, apesar de diversamente do que acontece no silogismo, o conseqüente, embora se faça presente no antecedente e seja provocado por ele, nunca aparece expresso em palavras ou frases. Nesse modelo, a passagem do antecedente

---

<sup>67</sup> Os termos “dialogação” e “narrativa-apresentação” são de Greimas (cf. Gil, op cit).

<sup>68</sup> Gil (op cit), com base na composição do silogismo para a piada, ainda divide o antecedente em três subpartes: o campo da primeira proposição, o campo da segunda proposição e o elemento mediador.

para o conseqüente é feita pelo elemento mediador, que nesse caso é a pergunta do médico “Está grávida?”<sup>69</sup>.

Diante dessa reflexão, é possível reivindicarmos para a piada um modelo arquétipo de narrativa. Nessa configuração, a piada apresenta invariavelmente os quatro elementos da narrativa clássica: a exposição, a complicação, o clímax e o desfecho. À piada configurada por este modelo arquétipo de narração, chamaremos “piada prototípica” ou “piada tipo”<sup>70</sup>.

Assumir, porém, uma padronização para a piada não significa admitir que o humor, na piada, advenha somente destes elementos narrativos conceituais. A co-responsabilidade pelo humor na piada dos elementos narrativos descritos acima se relaciona com muitos outros fatores, alguns linguísticos outros sócio-culturais, como crenças e convenções, tanto do locutor quanto do(s) ouvinte(s) da piada, fatores que interagem uns com os outros no instante mesmo do processo de interpretação. A interpretação da piada, mesmo que não culmine no riso, é o efeito psicológico resultante da complementaridade desses quatro elementos narrativos com outros fatores não-linguísticos que, como se verá mais adiante, viabilizam o processamento cognitivo inferencial.

Admitir um padrão textual-narrativo para a piada implica admitir também que independentemente da extensão da narrativa, da quantidade de personagens envolvidos, do número das ações e eventos, da trama, do tema abordado, do tempo e espaço internos, toda a piada, narrada ou escrita, se apresenta segundo a estrutura acima descrita. Nessa perspectiva, este modelo arquétipo de narração se aplica invariavelmente para toda piada, sem exceção.

Portanto, nesta pesquisa, uma piada somente será considerada piada se, e somente se, apresentar uma arquitetura, uma armação esquemática, tal que seu texto contemple os elementos formulaicos propostos pelo esquema acima.

A proposta de uma formatação de narração para a piada não significa reduzir os estudos de todos os textos humorísticos a esse esquema, uma vez que, diferentemente da piada prototípica, existem vários outros textos humorísticos que não se encaixam no

---

<sup>69</sup> Segundo a autora (op cit), e de acordo com Attardo (1994), o elemento mediador é o que Raskin (1985) chama de “gatilho”, Greimas (1966) de “conector” e Morin (1966) de “disjuntor”.

<sup>70</sup> Alguns estudos, como a teoria da resolução da incongruência (Suls, 1972), reivindicam duas partes estruturais para a piada, quais sejam o *set-up* e o *punchline*. Concomitantemente, Greimas (1966, apud Attardo, 1994) prevê duas isotopias, Raskin (1985, apud Attardo, 1994) prevê dois *scripts*, Morin prevê três funções (F1, F2 e F3), Gil (1998) prevê um antecedente, um elemento mediador e um conseqüente. Muniz (2004) trabalha a *contextualização*, *personagens*, *complicação* e *resolução*.

modelo proposto. Ao se propor um recorte na tipologia do que geralmente se entende na literatura especializada por piada, se estabelece a possibilidade de uma metodologia de estudo mais objetiva do gênero. Além disso, a adoção de uma fórmula para os estudos da piada permite, como se verá no capítulo 2 da segunda parte da tese, uma clara distinção entre piada, pegadinha, adivinha, trocadilhos e demais textos humorísticos que permeiam a literatura especializada e os estudos de textos considerados “piadas”, quando de acordo com nossa proposta, não o são.

Nesse sentido, a piada pode, sim, ser explorada a partir de elementos sintáticos, semânticos, lexicais, etc. (cf. POSSENTI, 1986), mas não pode ser pensada dentro de uma estrutura da narrativa pós-moderna, porque neste paradigma textual interessa muito mais a elaboração cognitiva-emotiva da ação subjetiva inerente ao texto, ao *non sense*, do que a dinamicidade, a linearidade e progressão sequencial da narração tradicional. Seria difícil, portanto, a análise piadística sob a ótica de um texto contemporâneo que explore a “anarquia formal” – estilhaçamento da sintaxe – em que não aparecem os elementos coesivos do texto tradicional.

Podemos concluir que a piada é, então, necessariamente, uma narração tipicamente popular, modelada e sustentada sobre os pilares do gênero clássico, privilegiada por uma estrutura típica da narração tradicional. A piada, como texto, é, portanto, um gênero linguístico muito antigo que não permite experimentações em sua estruturação. Talvez o fato de a piada ter grande facilidade de penetração, extensão, abrangência e sobrevivência em todas as camadas sociais explique o porquê dela gozar tanto prestígio entre todas as culturas, não negligenciando nem sexo, nem idade, nem cor, nem crença, nem raça ou classe social. A piada é uma narrativa popular por excelência, mas um enigma a ser explorado<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> Quanto à tipologia textual, podemos afirmar que essa armação esquemática da piada distancia-se em muitos aspectos do texto de vanguarda (surrealista, cubista, futurista, etc.), um vez que nestes paradigmas, o (des)encadeamento dos fatos, apresentação dos personagens, clímax, desfecho e ações, nunca, ou quase nunca, progridem ou evoluem nem linearmente nem psicologicamente sob a regência dos elementos da narrativa clássica, tais como os propostos nesta pesquisa. O texto vanguardista geralmente parte do desfecho, ou do clímax, ou não parte de nada, e deixa a cargo do ouvinte a tarefa de criar, recriar e deduzir (ou não) significados pragmáticos. Não obstante, muito mais que no texto piadístico clássico, tal como visto acima, o processo de significação no texto de vanguarda depende muito de fatores não só lingüísticos, mas, e principalmente, cognitivos e socioculturais, já que os elementos clássicos da narração são opacos à tessitura desse tipo de texto. Se a piada, tal qual o modelo que investigamos, pudesse ser encaixada nos textos vanguardistas, faltaria a ela informação, coerência, estrutura, etc., faltaria, transparência textual, tessitura, enfim.

#### 1.4 – A piada na perspectiva pragmática

Um estudo interessante sobre texto pode ser observado no trabalho de Adam (2001), que tem como fundamentação teórica uma proposta baseada na noção de sequência composicional. Nessa perspectiva, as sequências seriam unidades estruturais – modelos mentais prototípicos – relativamente autônomas que integram a organização linear do texto, ou seja, “são modelos abstratos de que os produtores e receptores disporiam, definíveis, ao mesmo tempo, pela natureza das macroproposições que comportam e pelas modalidades de articulação dessas macroproposições em uma estrutura autônoma” (cf. BRONCKART, 2003, p. 218). Adam (op cit) concebe a organização linear do texto como o produto da combinação e da articulação de diferentes tipos de sequências, que podem ser do tipo narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. A sequência textual é, para Adam, um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizam como recursos dos vários gêneros que compõem o texto.

O conceito de texto na perspectiva pragmática está motivado por razões discursivas. Trask (2004), numa perspectiva limitada por elementos puramente linguísticos, define o texto como sendo uma porção contínua de língua falada ou escrita, especialmente quando tem um começo e um fim reconhecíveis. No entanto, ao considerarmos o significado do falante (GRICE, 1976/75, SPERBER e WILSON, 1995) como norteando os estudos pragmáticos da piada, somos impelidos a questionar-nos: que unidade pragmática corresponderia a este significado do falante?

Para respondermos a essa pergunta será necessário que entendamos primeiramente como se dá a relação entre sentença, enunciado e significado. Tomemos emprestada de Portolés (2004), a seguinte sentença: “Eu tenho dois filhos”. Suponhamos agora que alguém solteiro acaba de rejeitar um trabalho sujo e enfadonho e alguém casado, que também quer o posto de trabalho, replica para o suposto empregador: *Eu tenho dois filhos*. O significado contido no enunciado dito por esse alguém casado significa muito mais um pedido de emprego do que uma asserção sobre o estado de coisas do mundo. Por outro lado, se se solicita a esse mesmo alguém casado para uma situação em que ele teria que arriscar sua vida e ele retruca *Eu tenho dois filhos*, se interpretará que ele não quer ir para a missão.

Do mesmo modo, se Maria diz *Eu tenho duas filhas* e Pedro responde *Eu tenho dois filhos*, significa que Pedro tem dois filhos homens e não um casal. E ainda: se um representante do IBGE, em uma pesquisa, diz para você que para ser considerada uma família numerosa são necessários três filhos e você diz a ele *Eu tenho dois filhos*, significa que certamente você ficará de fora das estatísticas de família numerosa, não importando se seus filhos são um casal ou duas meninas.

Estes exemplos permitem explicar a relação entre sentença, enunciado e proposição. A sentença *Eu tenho dois filhos*, será um enunciado se, e somente se, num contexto, for dita por um falante para um ouvinte, de modo que o significado comunicado pelo falante modifique, de alguma maneira, o ambiente cognitivo desse ouvinte. Em todos os casos acima, a sentença é a mesma, mas os significados dos enunciados são distintos em cada um deles. A proposição é o conteúdo dos enunciados acima, seu significado.

Este fato de dizer uma coisa e significar outra, nos leva a distinguir duas unidades de análise dos estudos da linguagem<sup>72</sup>: uma puramente linguística – a proposição *Eu tenho dois filhos*, sua composição estrutural e seu significado<sup>73</sup> – e outra pragmática – o enunciado e seus significados particulares a cada caso.

É necessário enfatizar que, como expusemos nas páginas anteriores, se queremos analisar a piada na perspectiva pragmática cognitivista, temos que nos posicionar com uma proposta teórica que dê conta de explicá-la, primeiramente, a partir de sua textualidade, para em seguida abordar fatores não-linguísticos. Sendo assim, o conceito de texto será requerido nesta investigação por sua possibilidade de ser um sistema aberto (MORIN, 2005), não reduzido apenas a questões puramente linguísticas, mas, e principalmente, composto por fatores pragmáticos – cognitivos, psicológicos e sócio-culturais – inerentes aos saberes e conhecimentos dos ouvintes.

Se os significados anteriormente analisados de *Eu tenho dois filhos* ocorrem nos contextos em que se deram, a análise dos enunciados ficará relativizada à prática da linguagem dos interlocutores envolvidos em cada ato comunicativo, em cada contexto situacional. Como a pragmática se interessa não só pela análise da linguagem em uso, mas,

---

<sup>72</sup> O que para Grice é o dito e o implicado corresponde à explicatura e implicatura, para Sperber & Wilson.

<sup>73</sup> Não só sentenças podem ser enunciadas, mas outros segmentos não-oracionais, tais como *bom dia!* ou *olá, muito obrigado, ao lado da casa verde, depois do posto de gasolina, na próxima esquina*, etc. quando fazem parte de uma conversação natural, uma enunciação, complementando-a em sua totalidade pragmática.

e principalmente, pelas condições em que ocorrem os significados e pelos motivos e objetivos em que estes se realizam, os enunciados são objetos de estudo da pragmática<sup>74</sup>.

Na perspectiva pragmática, portanto, cada enunciado acima é um texto pragmático, pois em uma situação comunicativa, oral ou escrita, dois ou mais indivíduos, engajados no processo de interação, constroem significados pragmáticos<sup>75</sup>. Com base nessas reflexões, adotaremos para a análise da interpretação da piada os conceitos textuais, linguísticos e pragmáticos, acima, haja vista que a tessitura da piada converge para as avaliações traçadas pelos intérpretes do texto, ou seja, pelo locutor e ouvinte (s) da piada<sup>76</sup>. Ao adotarmos essa postura polissêmica para o texto não significa, contudo, que assumimos que ele esteja escancarado a qualquer interpretação. Como se verá no capítulo 3 mais adiante, a ostensão do narrador está direcionada a conduzir a interpretação do ouvinte à relevância ótima da piada.

### 1.5 – O discurso na piada

Temos boas razões para acreditarmos que o exposto anteriormente sobre o conceito de narração, gênero e texto atendem aos propósitos explicativos desta pesquisa, uma vez que dão conta de analisarmos a interpretação da piada a partir de componentes linguísticos e pragmáticos da Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995). Porém, a literatura especializada que tradicionalmente estuda piadas – teorias cognitivas, sociais ou psicanalíticas (cf. tabela 1) – ao se referir aos termos gênero, texto e narração, geralmente recorre a uma terminologia um pouco difusa quanto ao conceito de discurso.

Talvez seja porque as diferentes abordagens teóricas, nos diversos campos de estudos da linguagem, tentem se emancipar uma das outras ao invés de buscar o estabelecimento de uma análise convergente dos temas. O discurso é normalmente visto,

---

<sup>74</sup> Ainda que não tenhamos por objetivo a análise de enunciados pela ótica da teoria da Enunciação, seria interessante observarmos que, para Ducrot (1984), a enunciação “es la actividad lingüística ejercida por aquel que habla en el momento en que habla, como sucede con su resultado – los enunciados – la enunciación es única y no se da dos veces de un modo idéntico (cf. PORTOLÉS, 2004, p. 55).

<sup>75</sup> Essa posição de análise de textos orais e escritos, como a piada, não restringe a pragmática a essa modalidade apenas. A pragmática se aplica também a outras áreas do conhecimento, como a literatura, a antropologia, a psicologia cognitiva, a filosofia, inteligência artificial e demais ciências da linguagem.

<sup>76</sup> Como a piada não possibilita a mudança de turno entre o que conta e o(s) o(s) que ouve(m) a piada, como a conversa espontânea, não adotamos o termo “interlocutores” para estes elementos discursivos. Sendo assim, nesta pesquisa, a piada terá somente o “narrador”, que também pode aparecer o como “locutor”, e o(s) “ouvinte”(s). Muniz (2004) sugere o termo “enunciador”, já que quem conta a piada tem um “ponto de vista” sobre ela.

nessas teorias, como o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos ou o texto é tomado como a materialização linguística do discurso (cf. BRANDÃO, 2002). Nessa acepção, qualquer que seja a perspectiva de análise, o material linguístico é sempre mais saliente que outros fatores não-linguísticos.

A bipartição texto/discurso, tal como aborda a tradição, se deve, na maioria das vezes, ao caráter sinonímico que muitos teóricos atribuem aos termos, adotando-os em muitos casos como equivalentes. Desse ponto de vista, o texto é tomado como referência para se analisar o discurso e *vice versa*. Porém, o método de explorar o discurso a partir somente dos elementos linguísticos do texto é uma tentativa de esvaziar, ou de apagar do processo, a relação do texto com as condições discursivas dos interlocutores, ou melhor, com o contexto. Se a piada, de maneira geral, pode ser interpretada, analisada e explicada a partir dos elementos linguísticos (cf. POSSENTI, 1998, RITCHIE, 2004), nos falta analisar a interpretação da piada a partir das suas condições discursivas – conhecimentos sócio-histórico-culturais.

Quando falamos em interpretação da piada temos em mente a noção de interpretação da “produção” da comunicação humorística das pessoas envolvidas no intercâmbio verbal, no momento mesmo do pronunciamento/enunciação da piada. Então, para se analisar o discurso na piada, nossa hipótese é de que as pessoas que participam do ato comunicativo humorístico o fazem sob certas condições contextuais situacionais, tanto de produção quanto de interpretação. Nosso objetivo, portanto, neste tópico é construir uma reflexão que dê conta da análise, interpretação e explicação da piada a partir de suas propriedades discursivas. Para tanto, nos propomos a refletir sobre o conceito de discurso da piada pelo viés da pragmática.

O primeiro ponto que nos cabe enfatizar diz respeito à análise das condições produção e interpretação da piada a partir do conceito de texto pragmático, uma vez que é quase impossível se falar de discurso isoladamente. De acordo com Bronckart (2003), o discurso pode ser tomado como um construto do texto e *vice versa*. Por essa perspectiva, a noção é de que ambos os termos estão atrelados à condição de produção textual. Nessa acepção, a tradicional fórmula,

DISCURSO = Texto + Condições de produção TEXTO = Discurso – Condições de produção.
---

representa muito bem essa relação. Mas, o que e quais seriam essas “condições de produção” que ambos os conceitos têm?

Um segundo ponto que nos interessa abordar se relaciona ao fato de que, tradicionalmente também, a diferença entre texto e discurso é vista a partir da premissa de que “os textos podem se repetir por distintas pessoas e em diferentes lugares, mas os discursos, como sucede com os enunciados, se compreendem como únicos e irrepetíveis” (Portolés, 2004, p. 107). Compreendido assim, para a análise da piada, teremos o discurso como a realização do ato comunicativo, ou mais especificamente, como comunicação efetiva tomada no instante mesmo de sua concreção. Se for assim, o discurso que nos interessa nesta investigação é aquele produzido por indivíduos racionais, que no instante do ato comunicativo humorístico, para preservar sua face e a de seu interlocutor (o que nem sempre acontece), constroem estratégias discursivas sobre a narração de um texto previamente conhecido, a partir da relação de poder e distância que norteia a interação entre ambos (BROWN e LEVINSON, 1987)<sup>77</sup>.

O discurso que nos interessa nesta investigação, portanto, não é o discurso entendido na perspectiva da Análise do Discurso (AD). Conforme Mussalim (2001), nesse paradigma, o sujeito não pode escapar das teias e redes da ideologia que integra sua formação discursiva, ou seja, o sujeito da AD está inevitavelmente preso à sua ideologia, que é invariavelmente também a dos “outros”.

Nos estudos pragmáticos o indivíduo constitui um sistema complexo (MORIN, 2005), sistema esse que caracteriza a prática social da linguagem verbal, haja vista ser esta modalidade uma das formas, dentre algumas, que possibilita o indivíduo subsistir no mundo, real ou imaginário, e por meio dela interagir com outros indivíduos, segundo seus desejos, intenções, crenças, saberes, conhecimentos, valores, ambições, angústias, frustrações, temores, alegrias, tristezas... elementos pragmáticos intrínsecos a cada indivíduo, que antes de ser coletivo, é individual.

---

<sup>77</sup> Veja-se que nessa perspectiva, os indivíduos são agentes discursivos que estão constantemente tentando se impor uns aos outros pela linguagem.

É, portanto, por meio da linguagem em ação, da pragmática, que os indivíduos percebem, elaboram, re-elaboram e representam estados de coisas do mundo, real ou imaginário. Nessa representação, a linguagem verbal é um recurso que diferencia os seres humanos dos outros seres porque possibilita interações sociais e, como consequência, proporciona o remodelamento da maneira como estes indivíduos percebem e representam o mundo, ou um mundo (ECHEVERRIA, 2003). A esse processo de ação e resultado que a linguagem causa na vida dos indivíduos, chamaremos, nesta investigação, “discurso”.

O discurso é, portanto, a (e não uma) característica não apenas da linguagem em ação, mas de evidências pragmáticas – linguísticas, sociais e culturais – que influenciam direta e indiretamente na percepção, elaboração, re-elaboração e representação da realidade, ou de uma realidade, dos indivíduos. Em outras palavras, o discurso é a realização efetiva da linguagem para representar, criar, recriar e modificar a percepção de estado de coisas reais ou imaginárias, como a piada. É por meio do discurso pragmático, portanto, que os indivíduos interagem verbalmente uns com os outros, uma vez que este discurso possibilita, não só representar verbalmente a percepção de acontecimentos, reais ou fictícios, que os indivíduos fazem do mundo, ou de um mundo, mas, e mais importante, possibilita agir sobre estes acontecimentos.

Neste sentido, o discurso atua como elemento realizador, criador, transformador plural e diverso da realidade de falantes e ouvintes vivos, que usam a linguagem para expressar desejos e intenções porque, pela linguagem, se emocionam, riem, choram, falam bem, falam mal, vibram, felicitam, ofendem, elogiam, pedem perdão, amam, odeiam, se desculpam, oram, mentem, duvidam, fingem, dissimulam, acreditam, enganam, se enganam... Mais: pelo uso da linguagem é possível nomear, destituir, condenar, absolver, prometer, ensinar, ordenar, instruir, conceder, humilhar, elogiar, declarar, e muito mais. Enfim, é pelo discurso que as pessoas realizam eventos no mundo, de acordo com suas crenças, convenções, desejos, conceitos, educação, valores e comportamentos, individuais e coletivos, elementos que extrapolam o campo linguístico e se inserem no campo pragmático – cognitivo, social e cultural dos indivíduos.

Veja-se que esta idéia do discurso como modelador da realidade, ou de uma possível realidade, dos indivíduos envolvidos no processo comunicativo, dadas as circunstâncias de usos da linguagem, remetem a um conceito muito debatido e ainda pouco

entendido nas teorias semântico-pragmáticas, que é o “contexto”. É o que veremos na próxima seção.

## 1.6 – O contexto como discurso

O conceito de contexto, tanto na filosofia da linguagem quanto na linguística tradicional, não recebeu, ao longo da história, muita atenção por parte destes estudiosos, que concentravam seus estudos na análise dos elementos pertinentes à morfossintaxe, à fonologia e/ou à semântica. Contudo, com a evolução dos estudos da pragmática, este conceito ganhou destaque e se mostrou bastante relevante para os estudos da linguagem. O contexto, tradicionalmente, é tido como um fenômeno variável que está vinculado a uma situação <eu – aqui – agora> e é visto a partir de uma relação entre a enunciação e o encadeamento das idéias envolvidas na interpretação de um enunciado.

O contexto já foi considerado, por muitos teóricos e algumas teorias, a fronteira final que separaria a semântica da pragmática: semântica = significado menos contexto *versus* pragmática = significado mais contexto, tal qual uma velha noção que predica a semântica como “significado mais valor de verdade” e pragmática como “significado menos valor de verdade”. O contexto, numa visão holística, constituiria, assim, uma totalidade. As perguntas que fazemos, no entanto, são: o que é que compõe este todo? O contexto é linguístico ou não?

Para Dascal (2006), uma versão ampliada do contexto consiste em fornecer valores para o preenchimento de espaços em branco, ou variáveis livres, contidas no significado da sentença. Esta visão permite restringir um número limitado de tipos de dados que correspondem aos tipos de variáveis livres representadas pelo repertório semântico e sintático de uma língua. Envolve, além das expressões dêiticas, inúmeros conjuntos de objetos contextuais necessários para o processamento do significado da oração ao significado da elocução. Esta função fornece pistas e dicas para a geração de uma hipótese interpretativa alternativa, cuja aceitabilidade seria avaliada à luz da informação contextual.

O autor distingue dois tipos de contexto: o *metalinguístico* e o *extralinguístico*. O contexto metalinguístico inclui, além do texto ou discurso no qual a elocução está inserida, informações linguísticas, tais como a língua e o dialeto do falante, o gênero discursivo, o

registro que o falante emprega nessa elocução, as normas comunicativas pertinentes à situação específica, entre outros. O contexto extralinguístico inclui informação sobre o universo de referência, o conhecimento de fundo (*background*) e de crenças “compartilhadas” entre falante e destinatário, as circunstâncias específicas da situação da enunciação, os hábitos e idiossincrasias do falante e do ouvinte, etc.

Já para Reyes (2003), não é fácil delimitar o excesso de significado de um enunciado, o que leva cada teoria linguística a dar ao contexto um significado diferente. De acordo com a autora, existem três tipos de contexto: o *lingístico*, o *situacional* e o *sociocultural*. O contexto *lingístico* é formado pelo material lingístico que precede e segue ao enunciado. O contexto *situacional* é o conjunto de dados que se encontram no contorno físico imediato e que são acessíveis aos interlocutores. Por exemplo, se digo a um aluno *Pegue o livro que está em cima da mesa e traga-o para mim*, para que a ação se concretize é necessário que exista um aluno, que exista uma mesa e que sobre a mesa haja um livro. O contexto *sociocultural* trata dos dados sociais e culturais que configuram o comportamento verbal e sua adequação a diferentes circunstâncias. É o caso, por exemplo, dos marcos de referência *frames* e *scripts* – roteiros meta-comunicativos de escolhas significativas que auxiliam a interpretação do significado, filtrando a situação de fala e o papel de cada participante do ato comunicativo<sup>78</sup>.

É interessante ressaltar que os marcos de referência geram expectativas de pressuposições e acarretamentos, o que leva Yule (1996) a referenciar o contexto a uma convenção sociocultural local como base para inferências<sup>79</sup>. De acordo com Munck (2000) e Portolés (2004), porém, o contexto “é sempre mental” e é formado por um conjunto de suposições (pensamentos) já existentes – de alguma maneira – na mente dos interlocutores e que são ativadas no momento da enunciação. Esta concepção sobre o contexto mental é a hipótese que servirá de base para a fundamentação sobre a interpretação da piada, conforme veremos nos capítulos 3 e 4 finais.

No caso da piada, como nós temos que nos posicionar (assumir papéis sociais) no evento de comunicação, os contextos físico e linguístico ficam relativizados pelas circunstâncias do acontecimento piadístico, uma vez que o contexto mental prevalece sobre

---

<sup>78</sup> Para maiores detalhes, veja-se item 4.2.2 – A teoria de *script* semântico do humor.

<sup>79</sup> Veja-se os conceitos de pressuposição, acarretamento e inferência, no capítulo 1.

eles. Em outras palavras, durante um ato comunicativo humorístico, os contextos físico e lingüístico ficam subordinados ao mental, que subscreve a comunicação humana aos *frames* e *scripts* socioculturais.

No entanto, a maioria dos textos sobre pragmática tem uma noção um pouco reduzida sobre contexto e o definem como o estado de uso da linguagem por meio do qual um falante transmite suas intenções comunicativas e um ouvinte as reconhece. É como se a intenção do falante pudesse ser clonada de sua mente e transferida – numa espécie de etiquetagem – à mente do ouvinte (que bom que fosse assim!). Como a comunicação humana não se comporta dessa maneira, Sperber & Wilson (1986/95) postulam que a comunicação obedece dois princípios básicos: como os indivíduos tendem a prestar atenção somente naquilo que lhes interessa (aquilo que lhes é mais relevante), a comunicação dever conter o máximo de informação e exigir o mínimo de esforço mental em processá-la, ou seja, a comunicação deve ocorrer numa relação custo-benefício.

Sendo assim, o processo de interpretação decorre da operacionalidade da memória a curto prazo e da memória a longo prazo<sup>80</sup>. A memória a curto prazo elabora, retém e integra temporalmente porções ativas de informação com outras e a memória a longo prazo, por sua vez, é responsável pelo armazenamento das informações processadas.

Como visto no início desta seção, o discurso não é apenas uma característica da linguagem em ação, mas é decorrente de evidências pragmáticas que atuam direta e indiretamente na percepção, elaboração, re-elaboração e representação da realidade, ou de uma realidade, dos indivíduos no mundo. Prevemos também o discurso como a realização efetiva da linguagem para representar a percepção de estado de coisas reais ou imaginárias. Nesse sentido, dizemos que é por meio do discurso que os indivíduos interagem, negociando significados, uma vez que este discurso possibilita representar verbalmente a percepção de acontecimentos, fatos, eventos e idéias, reais ou fictícios, que os indivíduos fazem e constroem do mundo, ou de um mundo.

## 1.7 – O contexto aplicado à análise da piada

Para entendermos melhor o conceito de contexto, analisemos a seguinte piada:

---

<sup>80</sup> Estes conceitos fazem parte do contexto mental dos interlocutores.

Um casal sai de férias para um hotel-fazenda. O homem gosta de pescar de madrugada e a mulher gosta de ler.

Uma manhã, o marido volta da pescaria e resolve tirar uma soneca. Apesar de não conhecer bem o lago, a mulher decide pegar o barco do marido e ler no lago. Ela navega um pouco, ancora e continua lendo seu livro. Chega um guarda florestal em seu barco, pára ao lado da mulher e diz:

\_ Bom dia, madame. O que a senhora está fazendo?

\_ Lendo um livro – responde a mulher.

\_ A senhora está em uma área restrita em que a pesca é proibida – ele informa.

\_ Sinto muito tenente, mas não estou pescando, estou lendo – responde ela.

\_ Sim, mas com todo o equipamento de pesca? Pelo que sei, a senhora pode começar a pescar a qualquer momento. Se não sair daqui imediatamente, terei que multá-la e processá-la.

\_ Se o senhor fizer isso, terei que acusá-lo de assédio sexual – diz a mulher.

\_ Mas eu nem a toquei – diz o guarda.

\_ É verdade, mas o senhor tem todo o equipamento. Pelo que sei, pode começar a usá-lo a qualquer momento.

\_ Tenha um bom dia madame – diz o guarda, enquanto retira-se de mansinho.

Veja-se que o discurso do guarda florestal é construído todo em cima de suposições presumíveis (LEVINSON, 2000), uma vez que sua mente ao receber estímulos sensoriais sobre um fato do mundo – um barco com equipamentos de pesca – imediatamente dispara informações que vão dar início ao processo inferencial de interpretação deste fato do mundo (SPERBER e WILSON, 1995).

Para o ouvinte da piada acima podemos, grosso modo, dizer que entram em jogo a memória de curto prazo e a memória de longo prazo. A memória de curto prazo ativa a conexão inferencial que vai analisar, processar e interpretar os possíveis significados dos eventos perceptíveis e comunicativos dos personagens dessa história. A memória de curto prazo é, portanto, responsável pelo processamento, elaboração, retenção e integração temporal de porções ativas de informação novas com outras já existentes. No entanto, é a memória de longo prazo que busca informações armazenadas, tais como o fato de que “apetrechos de pesca no barco significam que alguém vai (ou foi) pescar”, para contribuir no processo de significação.

De acordo com seu conhecimento enciclopédico de mundo (informações de *background*), o guarda florestal cria expectativas de que se a mulher está em um barco de pesca, com todos os apetrechos de pesca, a implicatura mais plausível das inferências que ele faz sobre a percepção desse estado de coisas é que a mulher vai pescar. Portanto, é baseado nestes procedimentos dedutivos inferenciais que, de maneira geral, se interpreta a realidade a partir dos dados expostos pela linguagem em consonância com outros *inputs* sensoriais. São essas informações contextuais que afixam o processamento dedutivo inferencial do significado.

Sperber & Wilson (1986/1995) consideram o contexto não como algo restrito ao ambiente físico do mundo real ou ao co-texto, mas às expectativas que se tornam acessíveis no processamento das informações, tais como hipóteses científicas, crenças culturais, valores e saberes dos interlocutores, ou seja, o contexto é um construto psicológico, um subconjunto de suposições do ouvinte sobre o mundo. Os autores propõem o termo “entorno cognitivo” cujo conceito é um paralelo ao entorno espaço-temporal que acessamos pelos sentidos, ou seja, com o qual percebemos o mundo. O entorno cognitivo, então, é um conjunto de “representações” mentais aceitas como verdadeiras, ou como provavelmente verdadeiras, e ao qual os indivíduos recorrem no instante do processamento de uma informação nova. No entanto, os próprios autores contestam essa hipótese, pois cada nova informação determina um novo contexto. Neste caso, o discurso anterior serve de contexto para o enunciado que se está produzindo em determinado momento, já que a implicação contextual “é, pois, uma síntese da velha e da nova informação, que constituem premissas numa implicação sintética” (cf. SILVEIRA, 2002).

Como a interpretação dos indivíduos presume o cancelamento ou a revogação da implicatura conversacional, que pode ser re-interpretada a partir do acréscimo de novas informações, o contexto agrega novos significados aos enunciados, significados estes que vão sendo negociados pelos interlocutores à medida que a comunicação verbal evolui. Durante um evento comunicativo verbal, como a piada anterior, os contextos dos personagens da piada, e por extensão dos ouvintes/leitores, se adequam, se ajustam, se reintegram, se remodelam e se adaptam às circunstâncias conversacionais, ou seja, o contexto se constrói em função da variabilidade, da negociabilidade e da adaptabilidade da

linguagem e ocorre em função de três níveis: do mundo físico, do mundo social e do mundo mental dos interlocutores (VERSCHUEREN, 2002).

Na geração do significado, portanto, o contexto se negocia, se aceita, se repele, se replaneja, se revoga, se confirma, se retrocede e se volta a negociar. A esse processo dinâmico de negociação do contexto, Sprber e Wilson (op cit) chamam “contextualização”. É nesse âmbito que a piada, como processo de significação discursiva, se contextualiza e, por meio do contexto, provoca o remodelamento da realidade mental do(s) interlocutor(es).

No entanto, é preciso salientar que mesmo que o contexto verbal seja acessível à mente dos indivíduos de um modo distinto das suposições existentes na memória de longo prazo, as palavras que se escutam em um intercâmbio comunicativo verbal se conservam poucos segundos na memória de curto prazo<sup>81</sup> e o que subsiste na mente é o que se compreende do enunciado (seu conteúdo) e não o enunciado (cf. PORTOLÉS, 2004).

Se é assim, na análise de piadas, como a que nos propomos a fazê-lo nesta pesquisa, a contextualização é responsável pela conexão do discurso à interpretação, haja vista o caráter pragmático que, na interação discursiva, a piada evidencia sobre o remodelamento do estado de coisas de mundo (mental) dos interlocutores/ouvintes. Não obstante, como veremos no capítulo 3 mais a frente, a interpretação bem sucedida da piada é que vai disparar o “gatilho” do processo<sup>82</sup> cognitivo que vai resultar no riso, ou não.

Contudo, e apesar de tudo, cremos oportuno e necessário advertir que quando nos referimos à anexação do contexto ao discurso queremos dizer com isso que a piada, como texto, não tem apenas um, mas ao menos um significado pragmático, um significado que é mais privilegiado pelo(s) ouvintes/interlocutor(es) que os outros tantos significados possíveis.

Essa postura de relacionar o significado aos conhecimentos, saberes, crenças, valores, intenções e comportamentos dos ouvintes, nos permite rejeitar o paradigma do significado literal (cf. RICANATTI, 2004), pois consideramos que o significado nunca é igual para todos os participantes do ato comunicativo. No caso da piada, nosso argumento se fortalece e se justifica pelo fato de o desfecho da piada conduzir a tantos significados

---

<sup>81</sup> Em geral, no processamento humano da informação só conseguimos manter simultaneamente na memória de curto prazo sete mais/menos dois elementos. Estes elementos, no entanto, desvanecem e são rapidamente substituídos por outros novos, que repetem o processo (Pinker, 1994, p. 253).

<sup>82</sup> Ver teoria semântica de *script*, de Raskin (apud Attardo, 1994).

possíveis quantos forem seus interlocutores e seus conhecimentos de mundo. Portanto, é a contextualização discursiva que dita as normas de significação, fato que retira da análise pragmática a hipótese do significado literal.

Entretanto, mesmo que o significado não seja igual para todos os participantes de um ato comunicativo, de acordo com Grice (1967/75), deve existir um significado que seja mais utilizado, ou mais aceito por todos os membros da comunidade de fala e que, de certa forma, componha uma espécie de consenso entre os membros dessa comunidade e que subscreva a harmonia do Princípio de Cooperação.

### 1.8 – Linearidade e seqencialidade

Attardo (1994), ao abordar a organização da piada o faz a partir dos estudos semânticos da teoria da narrativa, que tem como base o conceito estruturalista de *isotopia*, de Julien Greimas (1966, apud ATTARDO, op cit), e de *função*, de Violet Morin (1966)<sup>83</sup>. Para Greimas, a piada pode ser analisada em um modelo de disjunção isotópica (IDM), modelo que prevê a isotopia como o conjunto redundante de categorias semânticas que tornam possíveis a leitura uniforme de um texto, ou seja, é a interpretação semântica do texto.

Nessa perspectiva, a piada apresentaria duas partes: a primeira composta por uma narrativa, ou apresentação, e a segunda composta por um diálogo. A função da primeira parte, a narrativa/apresentação, é estabelecer a primeira isotopia. A parte dialogada da piada quebraria essa isotopia repentinamente, opondo-a a uma segunda isotopia. A segunda parte da piada contém uma oposição, ou variação, de uma isotopia e ao mesmo tempo uma camuflagem da oposição realizada pela conexão dos termos. A conexão das duas isotopias seria feita por um elemento “conector”.

De acordo com Attardo (op cit), a principal crítica ao modelo proposto por Greimas diz respeito à recorrência que o autor faz de neologismos e definições técnicas dos termos, o que torna o acesso à teoria, se não difícil, quase impossível.

---

<sup>83</sup> O livro intitulado “Análise estrutural da narrativa” é uma publicação da década de 1980 e traz uma coletânea dos textos de Roland Barthes, A. J. Greimas, Claud Brémond, Umberto Eco, Jules Gritti, Violet Morin, Christian Metz, Tzvetan Todorov e Gerard Genette.

Numa outra perspectiva, Morin (op cit), propõe um modelo tripartito para a narração de um texto cômico. Segundo a autora, um texto cômico pode ser esquematizado por três funções: F1 – função de normalização, F2 – função locutora de deflagração e F3 – função interlocutora de disjunção. F1 situa os personagens na história, F2 coloca ou questiona um problema aos personagens e F3 resolve “comicamente” esse problema ou responde comicamente à questão.

Para Attardo (op cit), F1 caracteriza a sequência textual, geralmente narrativa, que introduz e determina a situação e, em geral, estabelece o contexto dos eventos narrados pelo texto. F2, por meio de diálogos, cria expectativas ao colocar a necessidade de resolução da história, pois forma um questionamento que obviamente precisa de uma resposta a um problema. F2 é, portanto, responsável pelo disparo do gatilho que faz a conexão entre os dois sentidos na piada. F3, por sua vez, ocorre no final do texto e, ao fazer a “disjunção” da narração, provoca a passagem do sentido sério para o cômico; é responsável pelo efeito humorístico. F3 se caracteriza, principalmente, por sua brevidade e imediatez. A piada é, então, definida nessa teoria pela sequência das três funções F1 + F2 + F3, ou seja, a piada é o resultado da concatenação das três funções narrativas.

Uma das principais críticas ao modelo de Morin é a falta de definição do termo “função”. Conforme Attardo (1994), uma referência implícita ao termo pode ser colhida de Propp (1928), para quem uma função é um ato de caráter definido do ponto de vista de seu significado para o curso da ação. Outra crítica ao modelo é que ele se aplica somente a narrativas humorísticas.

Quando ouvimos ou lemos uma piada, e rimos dela, significa que a expectativa de interpretação oscila entre a tensão de pelo menos uma hipótese de conhecimento sobre o fato narrado e a súbita descoberta da inconsistência real desse fato. A percepção da disparidade de uma expectativa, tomando-a em desacordo com um mundo originalmente ordenado (cf Balzano, 2001), obriga a mente do(s) ouvinte(s) da piada a refazer a interpretação inicialmente prevista e buscar um significado que satisfaça algumas condições (psico)contextuais, a fim de realocar uma idéia-conceito que não fora previsto ao início da narração da piada.

Como visto, em geral a narração da piada enfoca um conflito entre personagens e está sistematizada pela sequência da(s) ação(ões) internas e intrínsecas à sua trama. Nesse

sentido, o enredo da piada constitui-se pelos fatos e idéias que permeiam sua narração, de maneira seqüencial e progressiva, mas não necessariamente linear, formando incidentes, enfrentamentos, episódios, oposições e conjuntos de ações encadeadas numa relação causa-consequência, em que os personagens, reais ou fictícios, motivados por conflitos, interesses e paixões, se opõem mutuamente de forma a produzir no ouvinte um remodelamento mental que provoca o riso.

É, portanto, a progressão seqüencial dos fatos, eventos e ações que enfrentam os personagens da piada, em sintonia com certa linearidade, que permite ao ouvinte fazer inferências semânticas e pragmáticas, interpretar a piada e, se possível, rir dela.

Para explicarmos melhor a relação entre linearidade, seqüencialidade e progressão, observemos a seguinte piada.

Um homem está tentando entreter seu cliente em um clube. Então lhe diz:

\_ O senhor gostaria de beber uísque?

\_ Não, obrigado. Provei uma vez e não gostei. Desde então nunca mais bebi.

\_ Aceita uma cerveja?

\_ Não, obrigado. Uma vez eu provei e não gostei. Desde então nunca mais bebi.

\_ Então, jogamos uma partida de bilhar?

\_ Não, obrigado. Uma vez eu provei e não gostei. Desde então nunca mais joguei.

\_ Uma partida de xadrez?

\_ Não, obrigado. Uma vez eu provei e não gostei. Mas, o meu filho que está ali é um bom jogador de xadrez.

\_ Seu filho único, suponho!

Nesta piada, o enredo vai se desenvolvendo a medida em que a narração avança seqüencialmente. A progressão da narrativa em conformidade com uma certa linearidade dos elementos característicos da piada prototípica propõe nexos de causa e efeito, desfechos e consequências dentro de um confronto entre os interlocutores (cf. EMEDIATO, 2007, pp. 152-153). Daí que a seqüencialidade e a linearidade da narração da piada vai gerando no ouvinte expectativas de interpretação sobre “como é que essa história vai acabar?”.

A piada prototípica, por tratar-se de um texto pré-formatado, com uma estrutura narrativa mais ou menos fixa, possibilita ao narrador a liberdade de manipulá-la de acordo com que situação exija, de modo a produzir no ouvinte mais expectativas ou menos

expectativas sobre o desfecho da narração. No entanto, a sequência da trama, a evolução dos personagens, a ordem em que os fatos vão sendo narrados, a estruturação dos principais elementos da narrativa, ao progredirem linearmente, exigem que as ações inerentes à complicação dos confrontos e conflitos se repitam um certo número de vezes, de forma a conduzir o ouvinte a desempenhar um papel de co-autor no processamento das informações.

De acordo com Gil (1998), a piada se caracteriza pela brevidade das ações e pela exigência de um refinado sentimento de economia de palavras, pois sendo longa concederia um maior espaço ao narrador, o que demandaria um gasto maior de tempo para descrever as ações e para contar o enredo, desviando, assim, a atenção do ouvinte. As piadas, contudo, segue a autora, “raramente dispensam o diálogo”.

Geralmente, mas não é regra, o procedimento mais tradicional é a sequência se repetir por três vezes (na piada acima a elocução geradora do mote da piada ocorre quatro vezes), condição que permite ao ouvinte estabelecer inferências indutivas que servirão de premissas ao sistema dedutivo-inferencial que, conforme se verá no capítulo 3 da segunda parte da tese, trabalha com regras pragmáticas simples e complexas. Porém, o número de vezes que a sequência se repete, ainda que não seja obrigatório fixar-se em três, deve ser tal que não comprometa o processamento das regras dedutivas-inferenciais.

Vejamos um outro exemplo em que o número de repetições é maior que três.

Famoso por suas façanhas sexuais, o mineirinho saiu pelo mundo. Chegou a Buenos Aires e foi direto para a Boca. Entrou num “randevu” e pediu a mais escolada de todas as mulheres da casa. A portenha subiu com ele e, poucos segundos depois, desceu, indignada, berrando:

\_ Jamás! No hay hipótesis!!! Ni pensar! Qué loco!

O mineirinho saiu decepcionado da Argentina e foi tentar Paris. Informou-se onde era o randevu mais profissional da França e lá foi buscar a mais escrachada de todas as prostitutas francesas. Os dois subiram e os repórteres que acompanhavam o mineirinho já ficaram embaixo, excitados, aguardando os acontecimentos. A fama do mineirinho já tinha corrido o mundo.

Pois não se passaram dois minutos e a francesa desceu correndo, puta da vida. Ou melhor, mais puta da vida.

\_ Jamais de la vie! Ni penser! Quelé! Cette non, mon fils!

O mineirinho tocou para a Alemanha, mais precisamente Hamburgo. Chamou a alemã nos peitos, subiram e, pouco depois, a bitela desceu lá do quarto berrando:

\_ Achtung! Nien! Niet! Kein mol nit!

Depois foi a italiana:

\_ Fa catzo in culo, figliole de una putana! Mai! Sei mato!!!

E a inglesa:

\_ Fuck yourself! Got to take in the but, bastard! Never! Never!

Aí, o pessoal que acompanhava o mineirinho não aguentou mais de curiosidade:

\_ Mineirinho, o que é que você está propondo às moças?

E ele:

\_ Pagar em reais!

Na piada, para comprovar a suposta “verdade” sexual do mineirinho é utilizado o mecanismo de repetição por cinco vezes, em cinco cidades diferentes, mundialmente conhecidas por seus bairros de prostituição. Esse mecanismo de repetição, amparado pela pista linguística fornecida pelo texto a respeito das façanhas sexuais do mineirinho, leva o ouvinte a criar expectativas de crenças nessa “verdade” anormal do personagem<sup>84</sup>. Todo o desenvolvimento seqüencial da trama leva à confirmação dessa crença. No entanto, o desfecho da piada revela uma ruptura, um desvio, do conceito “façanha sexual do mineirinho” para outro referente, qual seja, a indecente proposta de pagamento em “reais”, a moeda corrente do Brasil.

#### Comentário do capítulo

Ficou patente neste capítulo que a questão da polêmica texto *versus* gênero e texto *versus* discurso é algo que ainda suscita discussões acaloradas sobre os termos. Embora nosso objetivo não preveja entrar fundo na questão, a reflexão feita se deve à necessidade de aprofundarmos o estudo sobre a estruturação da piada. Diante da proposta de uma piada padrão, prototípica, nosso foco se centra sobre a caracterização e descrição dos elementos narrativos essenciais da piada. Se estivermos certos em nossas hipóteses, como acreditamos que estamos, talvez seja esta uma das principais contribuições que trazemos ao debate sobre o estudo da piada. A proposta da piada prototípica resolve um dos problemas abordados em muitas dissertações e teses: como caracterizar uma piada? O capítulo fornece a resposta.

---

<sup>84</sup> Sobre crenças, veja o capítulo 3 da parte II da tese.

## CAPÍTULO 2 – Procedimentos de pesquisa

Dona Carmem, a nova-rica, resolve fazer uma reforma geral na casa de campo. Depois de mudar muito de idéia não sei quantas vezes, chama novamente o decorador e recomenda:

\_ Não esqueça, João... Eu quero o banheiro em estilo colonial! Olha que estou pagando... Estilo colonial, entendeu bem?

E o cara de saco cheio:

\_ Muito bem madame, como a senhora quiser... A que distância da casa a senhora quer que mande cavar o buraco?

### Introdução

As reflexões feitas nos capítulos anteriores sobre o humor e piada revelam que, de certa forma, as teorias semântico-pragmáticas da piada ainda permanecem “opacas” aos olhares e interesses dos pesquisadores, nas diversas áreas e perspectivas. Quando Possenti (1998) diz que não existe uma teoria linguística da piada, nos faz despertar para a hipótese da construção de um arcabouço teórico de trabalho que seja relevante e abrangente e capaz de, à luz dos conceitos pragmáticos da Teoria da Relevância, dar conta da descrição da interpretação da piada. Neste capítulo, como acreditamos estar certos em nossas hipóteses iniciais, pretendemos estabelecer alguns procedimentos de trabalho que nos permitam chegar a uma abordagem plausível daquilo que pensamos ser a descrição dos processos inferenciais humanos que intervêm na interpretação da piada.

#### 2.1 – Por uma teoria de análise da interpretação da piada

Para a realização desta pesquisa foi necessário atuarmos em quatro etapas distintas. O primeiro passo foi buscar em teorias consistentes elementos que subsidiassem a elaboração de um embasamento teórico de fundamentação do objeto de estudo. Nesta etapa

conceituamos as principais teorias filosóficas, semânticas e pragmáticas que descrevem os pressupostos teóricos dos estudos da linguagem, tais como a proposta semântica de Frege sobre significado, verdade e referência e a lógica de Russel e Wittgenstein. Em seguida, passamos revista à teoria dos atos de fala de Austin e Searle, conceituamos a teoria de Grice do Princípio de Cooperação, as máximas e implicaturas conversacionais, as teorias de polidez de Lakoff e Leech, bem como a teoria da polidez linguística, de Brown e Levinson e chegamos na teoria da relevância, de Sperber e Wilson (1995).

Na etapa seguinte, a partir do texto de Attardo (1994), abordamos as variantes do humor, enfocando principalmente as discussões que pesam sobre a tese de se haveria ou não uma conexão entre humor e riso e, por conseguinte, entre piada e riso. Nessa reflexão recorreremos às teorias textuais que levaram-nos a descrever a piada sob o prisma do gênero, texto e discurso, trazendo para o debate alguns referentes da linguística textual, tais como Adam (2001), Marcuschi (2002), Bronckart (2003), entre outros. Para dar cabo da empresa da interpretação da piada, nos embasamos na teoria da incongruência, conceito que norteia a maioria das teorias do humor na piada, tais como a teoria dos dois *scripts* (RASKIN, 1985) e a teoria do humor verbal de Raskin e Attardo (cf. ATTARDO, 1994).

Tais reflexões nos permitiram conceituar a piada como um gênero narrativo ficcional que tem a função comunicativa de um entretenimento humorístico crítico, irônico, de sátira social ou política sobre o comportamento de uma comunidade, uma vez que ressalta temas que envolvem crenças, convenções, tabus, status, poder, moral e valores identitários culturais. Nessa perspectiva, a piada se caracteriza pela intenção de ridicularizar um evento, um objeto, um indivíduo, uma idéia ou um comportamento dos indivíduos do mundo real, e sua realização ou representação em um mundo provável ou possível, enfatizando sempre e apenas um desses mundos.

Diferentemente da conversa séria, que, por ser improvisada, se remodela cognitiva, espacial e temporalmente à medida que a conversa evolui, a piada é uma narração que se manifesta principalmente pela elaboração textual prévia que prevê a participação efetiva do(s) interlocutor(es) que, engajado(s) no processo de compreensão, com base nos conhecimentos, comportamentos e convenções sociais e culturais e pelo uso de processos cognitivos eficazes, constrói(em) significados pragmáticos de cunho humorístico.

Tomando esse conceito como referência propusemos um modelo arquetipo de narração da piada, hipótese que permite caracterizar a piada como piada “prototípica”. Na piada prototípica, os elementos “exposição”, “complicação”, “clímax” e “desfecho” aparecem subjacentes   própria narração, aos diálogos,   linearidade e seqencialidade discursiva, ao tempo, ao espaço,   extensão do texto, e jogam com a brevidade das a oes e com a exigência de uma refinada economia de palavras, num contexto interno e externo   repetição das a oes geradoras do mote humorístico.

Como princípios norteadores dos procedimentos de trabalho desta pesquisa, tais componentes discursivos podem ser, uma vez mais, explorados na seguinte piada:

Um louco pinta a figura de um portão no muro do hospício e conclama os internos a saírem por ele. Os loucos fazem fila para passar pelo portão e, um a um, todos tentam, mas se esborracham contra o muro, evidentemente. Um dos internos, no entanto, se mantém fora da fila, morrendo de rir e repetindo sem parar:

\_ Loucos! Esses caras são loucos.

Um dos enfermeiros comenta com um colega que esse paciente já está a ponto de receber alta, tal a sua lucidez.

E o interno continua a rolar de rir, se vangloriando:

\_ Loucos! Eles não sabem que o portão está fechado e que a chave está comigo...

Como vimos nos capítulo 1, da segunda parte da tese, nesta piada fica transparente a presença dos quatro principais elementos da narrativa:

- i) a exposição: que introduz a piada e apresenta os personagens, caracterizando-os e envolvendo-os na a o e construindo relações entre eles;
- ii) a complicação: que se manifesta no desenvolvimento das a oes, na geração do conflito e criação dos obstáculos para os personagens, contrastando loucos e enfermeiros;
- iii) o clímax: como ponto gerador de angústia e expectativa sobre o desfecho constitui essencialmente o ponto limite do conflito e da complicação entre os personagens;
- iv) o desfecho: que torna manifesto para o ouvinte/leitor a finalização das tensões geradas nas a oes da narrativa.

A partir dessa noção arquitetônica de piada, que conceituamos como “prototípica”, estabelecemos os procedimentos de trabalho sobre um *corpus* específico. Metodologicamente a análise pragmática de um modelo-arquétipo de piada é interessante porque permite maior segurança na descrição dos complexos mecanismos inferenciais da interpretação humorística. Diante disso, o escopo requerido nesta pesquisa para a análise pragmática privilegia a modalidade de piada verbal, oral ou escrita, que tem como base textual o modelo descrito acima. Essa é a piada que interessa a esta pesquisa.

A terceira etapa da pesquisa sumariza a Teoria da Relevância, teoria radicalmente descritiva dos processos cognitivos-inferenciais que subjazem à comunicação humana. A opção por essa teoria se deve ao fato de ela nos parecer uma das poucas, senão a única, substancialmente capaz de derramar alguma luz sobre a interpretação da piada, uma vez que, tanto do ponto de vista linguístico quanto do ponto de vista cognitivo, permite uma sistematização exata e convincente dos processos inferenciais.

A quarta e última parte da pesquisa é a etapa que trata da descrição e análise do processamento de interpretação humorística, segundo a perspectiva relevantista. Nesta etapa, são descritas com bastante precisão as regras dedutivo-inferenciais que fazem parte do processamento cognitivo humano. Neste sentido, tais regras inferenciais são a base para a elaboração dos argumentos da análise da interpretação da piada. A Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995) é, portanto, a teoria que norteia a pesquisa e é sob a luz de seus conceitos e pressupostos teóricos que estabelecemos os procedimentos de trabalho para a pesquisa.

## 2.2 – Fontes de consulta

Tradicionalmente, uma pesquisa quantitativa sobre piadas se caracterizaria pela amostragem de um número “x” de exemplos nos quais se verificaria ou não a presença do objeto de estudo. Nesse sentido, a adoção da piada prototípica conforme proposta nesta pesquisa serviria cabalmente a tal propósito. No entanto, contrariamente ao método quantitativo, na abordagem pragmática que fazemos nesta pesquisa importa muito mais o conteúdo do que a forma da piada, uma vez que o significado pragmático produzido no

*punchline* será o fio condutor da qualidade do produto que embasará a pesquisa. A hipótese que fundamenta nossos argumentos é a de que o *punchline*, obrigatoriamente, remete a interpretação do ouvinte à aplicabilidade de regras inferenciais disponíveis. Sendo assim, a adoção de um modelo de piada típica foi em detrimento de uma seletividade textual-narrativa mais apurada, sendo que não é nosso objetivo, nesta pesquisa, proceder a um exaustivo estudo sobre texto, gênero e narração da piada.

Trabalhar com piadas é instigante porque, como bem enfatiza Possenti (1998, pp. 25-26), a piada, além de focar temas controversos, tais como valores e crenças culturais, instituições sociais (igreja, escola, casamento, governo), sexo, política, racismo, regionalismo, loucura, morte, desgraças, sofrimento, defeitos físicos, etc., trabalha com estereótipos. O estereótipo consiste basicamente na representação que uma sociedade faz de si mesma, e de outras, ao estabelecer convenções como valores de verdade presumíveis. Na perspectiva humorística baseada em estereótipos o homem brasileiro, por exemplo, quando flagra a mulher com outro na cama seria descrito, por região, conforme o texto abaixo:

Mineiro: Encontra a mulher com o outro na cama, mata o homem e continua casado com a mulher, exatamente como manda a TFM (Tradicional Família Mineira).

Gaúcho: Encontra a mulher com outro na cama e, ao contrário do mineiro, mata a mulher e fica com o marmanjo só pra ele.

Paulista: encontra a mulher com o outro na cama e vai fazer terapia.

Carioca: encontra a mulher com o outro na cama, junta-se aos dois e se diverte.

Brasiliense: sempre que pega a mulher com outro na cama, da raiva vai para o Congresso e inventa mais um imposto.

Paraibano: encontra a mulher com o outro na cama e, sendo o cabra da peste que é, mata os dois e arruma outra no dia seguinte.

Goiano: encontra a mulher com o outro na cama, entra em depressão, pega a viola e vai para rua a procura de outro corno para montar mais uma dupla sertaneja.

Cearense: quando pega a mulher com outro na cama, agradece a Deus, pois vê que não é só ele que pega mulher feia.

Baiano: é tão lento que nem consegue descobrir que os filhos são de outros.

Curitibano: quando pega a mulher com outro na cama, não faz nada, pois curitibano não fala com estranhos.

Observe-se que este texto, embora humorístico não é, segundo nossa proposta, uma piada, pois não se estrutura conforme o modelo estrutural que reivindicamos nesta pesquisa.

Se os estereótipos da cultura brasileira, como os acima, podem fornecer material humorístico para as piadas, o *corpus* com o qual trabalhamos nesta investigação consiste essencialmente de piadas estereotipizadas. A seleção foi feita de coleções, revistas, livros especializados e em trabalhos acadêmicos, tais como artigos, dissertações, teses e publicações do gênero. Excluímos, no entanto, dessa seleção os textos da Internet pelo fato de que na maioria das vezes que consultamos os *sites* especializados em humor nos deparamos com os mesmos textos já compilados, de alguma maneira, nos textos acima<sup>85</sup>. Do mesmo modo, muitos dos textos catalogados em uma revista, por exemplo, aparece em outra, ou em um livro ou em uma dissertação, com pequenas variantes textuais, mas com o mesmo conteúdo.

A opção pelas piadas catalogadas nesses textos tem por objetivo o trabalho apenas com textos escritos que, de uma forma ou outra, se acham publicados no que convencionamos chamar “meios sérios” – muito embora a própria piada seja uma contradição ao que acabamos de afirmar. A justificativa da opção pelo material impresso se dá em função da mobilidade, disponibilidade e acessibilidade física que o texto escrito disponibiliza, o que permite, por exemplo, a leitura em situações e contextos que a Internet não permite, além do que o material catalogado fica salvaguardado por sua perenidade.

As fontes que subsidiaram a pesquisa são basicamente as seguintes:

a) Livros: Achados chistosos da psicanálise na escrita de José Simão (J. de Almeida, 1998); Los mejores chistes (Julio César Parissi, 2006); Os humores da língua: análise linguística de piadas (Sírio Possenti, 1998); Mil chistes elegantes (Eliécer Sálesman, s/d); Mil piadas do Brasil (Laert Sarrumor, 1998);

---

<sup>85</sup> Uma ressalva deve ser feita: embora tenhamos recebido por *email* muitos textos piadísticos, raramente os utilizamos como material nesta pesquisa, pelos motivos descritos acima.

b) Revistas: O melhor de Hagar, o horrível (Dik Browne, 1996); Chico Bento (Maurício de Sousa (2008); As melhores piadas da Playboy (1999); Seleção de piadas (Nº 24 s/d); Almanaque de adivinhas (2002); As melhores piadas: de sogra, bêbado, pescador, português, bicha e muito mais... (Nº 01, s/d); Piadas de médicos (1984); Chistes (1987, vol. 4 e 1990, vol. 20); Rir é o melhor remédio: uma compilação das melhores piadas publicadas na revista Seleções (s/d, s/ano).

c) Teses: Humor, linguagem e narrativa: para uma análise do discurso literário humorístico (Isabel Cristina da Costa Ermida, 2002) e Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor (Paulo Eduardo Ramos, 2007).

d) Dissertações: Piadas regionais: o caso dos gaúchos (Gustavo Conde, 2005); A interpretação de piadas por afásicos: aspectos lingüísticos e sócio-discursivos (Camila Polon Donzeli, 2008); Piadas: conceituação, constituição e práticas: um estudo de um gênero (Kassandra da Silva Muniz, 2004); Influência do título na interpretação de charge: estudo de caso com base na teoria da relevância (Maria de Fátima Silveira Pavei, 2005); Um estudo sobre a recepção do humor traduzido (Nilson Roberto Barros da Silva, 2006).

e) Artigos: Rir é o melhor remédio e O tombo do cérebro (Steve Ayan, 2009); El chiste y su relación con las formas de socialización (Silvia Balzano, 2001); Elementos essenciais da piada (Célia Maria Carcagnolo Gil, 1998); Riso, um instinto vital (Ulrich Kraft, 2004); A piada mais engraçada do mundo (Richard Wiseman 2009).

Como salientamos nos parágrafos anteriores sobre a pesquisa quantitativa, para a execução da pesquisa não nos preocupamos em quantificar as amostras consultadas, mas sim nos servir das piadas que preenchiam os requisitos estipulados pelo modelo proposto. Nesse sentido, as teses e dissertações acima serviram, além de fonte de leitura, ao mesmo tempo, de fonte de piadas. No entanto, ainda que não tenhamos a intenção de fazer uma quantificação do *corpus*, podemos afirmar, muito grosseiramente, que as piadas consultadas, considerando as variações de impressão, rondam a fronteira das 2000.

### 2.3 – O *corpus*

Inicialmente nosso propósito era estudar as piadas de quatro idiomas diferentes, a saber: do português, espanhol, inglês e russo, para observarmos se o modelo de piada prototípica que adotamos (ver capítulo 1, parte II) se aplicaria às piadas dessas línguas. No entanto, verificamos que isso, além de demandar um trabalho muito extenso, nos levaria para outros campos investigativos, haja vista que para darmos conta dessa empreitada necessitaríamos recorrer a teorias e metodologias diferentes dos propósitos que tínhamos em mente para a pesquisa, qual seja, analisar os processos inferências de interpretação da piada. Assim sendo, abandonamos essa idéia e centramos os esforços somente sobre as piadas brasileiras, com raras recorrências a piadas estrangeiras.

Pudemos verificar das fontes consultadas que as piadas se categorizam por temas, tais como (em ordem alfabética): advogados, animais, argentinos, azarados, baianos, bêbados, bichas, caipiras, chefes, cornos, crianças, frutas e legumes, gogos, gaúchos, japonês, Joãozinho, jogadores de futebol, jogadores de truco, professores, loiras, loucos, marido e mulher, mineiros, papagaios, políticos, portugueses, santos, sexo, sogras, velhinhas, e outros. Nesta pesquisa, no entanto, não cuidamos de exemplificar cada um dos estereótipos acima, pois não era esse nosso objetivo.

Para a delimitação do *corpus* selecionamos as piadas por seu modelo estrutural padrão, ou seja, nos interessou a piada “tipo”, a que congrega os elementos essencialmente narrativos, tais quais os descritos no capítulo 2 da parte II. No entanto, reiteramos nosso enfoque inicial quando afirmamos que as piadas selecionadas para esta investigação estão longe de esgotar o repertório humorístico piadístico brasileiro, já que em nenhum momento do estudo pretendemos dar conta disso. Esta pesquisa não se presta para tal empresa. As piadas selecionadas servem apenas como material didático à luz desta investigação, uma vez que são uma clara mostra, algumas mais conhecidas outras nem tanto, das piadas que povoam o imaginário brasileiro.

Sendo assim, excluimos deste estudo a análise de textos humorísticos tais como:

a charge,



Fonte: Gazeta do Povo, 15/09/08

a tira



Fonte: Dik Browne (1996)

a adivinha,

Qual a diferença que existe entre a mulher e o leão?  
Resposta: a mulher usa batom e o leão, ruge.

a pegadinha

Responda rápido: Qual é a cor do S da Perdigão?

o quadrinho<sup>86</sup>,



Mauricio de Sousa (nº 463, 2008)

o trocadilho,

Não confunda bistequinha boa de porco  
com biscatinha boa de corpo

ditos populares,

Quem entra na chuva é para se queimar

<sup>86</sup> Sobre a diferença entre “tira” e “quadrinho” veja-se Ramos (2007).

O provérbio,

O homem é um animal que pensa. A mulher, um animal que pensa o contrário.

a “poesia de banheiro”

Neste lugar solitário  
A solidão é profunda  
A merda bate na água  
E a água bate na bunda.

frase de pára-choque de caminhão

É no silêncio da noite que a população aumenta.

a fotografia



e todo tipo de humor, verbal e não-verbal, tais como a pintura, a caricatura, o desenho, a mímica, o vídeo, o pastelão, etc., textos que têm outros enfoques humorístico-cognitivos e, portanto, necessitariam outros enfoque teóricos e metodologias diferentes das propostas estabelecidas nesta pesquisa. Nesse sentido, a formalização do que se convencionou “arquitetura” da piada é que servirá de subsídio para uma abordagem pragmática, tal qual nos propusemos a fazê-lo nesta pesquisa.

#### 2.4 – A análise da piada

A metodologia qualitativa prevista pela adoção de um modelo arquétipo de piada, tal qual proposto aqui, nos permite trabalhar com um tipo mais refinado e seletivo de texto que comumente se conhece como piada, porque sua aplicação metodológica possibilita a estratificação de outros textos que, ainda que sejam humorísticos, definitivamente não são piadas (é uma piada, se o forem). É, portanto, com base nesse modelo prototípico de piada que estabelecemos uma proposta de trabalho para a pesquisa e com a qual pretendemos explicar como o ouvinte interpreta a piada.

Portanto, do ponto de vista da interpretação que o ouvinte deve fazer da piada, a Teoria da Relevância é subsidiária da descrição de como as regras dedutivo-inferenciais “resolvem” a incongruência do *punchline*. No entanto, cabe uma nota para o fato de esta pesquisa não ter uma seção ou um capítulo reservado à análise de um *corpus* específico de piadas, haja vista que nosso objetivo maior diz respeito à teorização sobre a complexidade dos processos inferenciais de interpretação. Portanto, focamos a análise no processo pragmático-cognitivo de interpretação da piada, visto que em nenhum momento nos preocupamos, por exemplo, em fazer uma análise linguística nos níveis fonológicos, morfológicos ou sintáticos da piada.

Para darmos conta da explicação da interpretação da piada na perspectiva relevantista é necessário que descrevamos as regras com as quais o ouvinte joga para resolver a incongruência do *punchline* (desfecho) da piada. Segundo Sperber e Wilson (1995), os seres humanos devem sua existência à capacidade que têm de tomar decisões rápidas, quase instantâneas e de certa forma automáticas sobre um fato, um evento ou uma

elocução linguística. Não fosse assim o homem já estaria instinto. É, portanto, essa capacidade racional que permite a ele interpretar a piada, ou pelo menos tentar, e se possível rir dela. Isso é possível graças a sua capacidade inferencial de dedução que processa as informações captadas do meio que o rodeia.

Na Teoria da Relevância, Sperber e Wilson defendem a hipótese de que o ser humano dispõe de um autômato, ou seja, um sistema dedutivo altamente especializado em processamento dedutivo-inferencial sobre as coisas do mundo. Esse sistema é responsável pela computação dos processos inferenciais que levam os indivíduos a interpretar espontaneamente as elocuições do mundo que o rodeia. Segundo os autores (op cit, p. 72), “o fato de o processamento dedutivo ser inferencial impõe um constrangimento importante sobre o sistema de representação conceitual: as RCs (representações conceituais) têm de ter propriedades lógicas – capazes de realizar implicações, se contradizerem umas às outras e de sofrerem regras de dedução”.

Para que uma forma lógica seja processada inferencialmente, sua RC deve necessariamente ser uma estrutura bem formada, ou seja, uma forma lógica é “um conjunto estruturado de constituintes que passa pelas operações lógicas formais determinadas pela sua estrutura” (idem). A forma lógica deve ser processada no nível da linguagem mental, uma vez que, neste nível, ela atua como sendo sua própria metalinguagem. Portanto, assim como nas inferências dedutivas não-triviais de uma conversa improvisada não há como provar a verdade das conclusões derivadas de um conjunto de premissas válidas, na piada também não há como provar a conclusão derivada da incongruência do *punchline*.

Segundo Sperber e Wilson (op cit), as regras que o ouvinte usa para processar a incongruência são as regras de eliminação : i) “e” e ii) “*modus ponens*” (Se P então Q). Abaixo transcrevemos essas regras dedutivas inferenciais:

i) regras de eliminação “e”:

entrada de dado (input):  $(X - e - Y)^{87}$

resultado (output):  $(X - \text{conceito de } e - Y)$

e

ii) Regra *modus ponens*:

---

<sup>87</sup> Veja-se capítulo 3 da parte I.

a) entrada de dado (input): (i) Se  $P \rightarrow Q$   
(ii) P

resultado (output): Q

b) entrada de dado (input): (i) Se  $P \rightarrow Q$   
(ii) Q

resultado (output): P

Portanto, na análise da piada servimo-nos basicamente dessas regras cognitivas para avaliar o significado revelado pelo *punchline*. Ressalve-se neste parágrafo que não são só a recorrência e uso destas regras dedutivas que realizam a interpretação da piada. No processamento dedutivo-inferencial restringido às premissas dessas regras, intervêm fatores lingüístico-cognitivos tais como o referente, a RC desse referente, a forma lógica proposicional e atitudinal das elocuições, etc, além de fatores não lingüísticos tais como crenças, convenções, valores, comportamentos sociais e culturais do falante e ouvinte da piada.

Vejamos como esta metodologia se aplica à análise interpretativa de uma piada.

São Pedro precisa sair um pouco e pede a Jesus Cristo que o substitua na porta do Céu por algum tempo. Dali a pouco aparece um velhinho.

\_ Quem é você? – pergunta Jesus.

\_ Pois, meu filho, eu sou tão velho que nem me lembro.

\_ Mas não se lembra nem do seu nome?

\_ Não, infelizmente não me lembro.

O velho faz então um enorme esforço para se lembrar de alguma coisa e então diz:

\_ Só estou conseguindo me lembrar de que eu era marceneiro e que meu filho se tornou muito famoso.

\_ Papai! – exclama Jesus Cristo abrindo os braços.

\_ Oh! É você, Pinóquio?!

Segundo a Teoria da Relevância, no primeiro nível de interpretação se dá a explicatura, ou seja, a desambiguação do conceito semântico dos principais referentes, que são: São Pedro, Jesus Cristo, porta do Céu, velhinho, marceneiro, filho de marceneiro, José, Gepeto, papai e Pinóquio. A regra de eliminação é responsável por esse processo.

Tomemos por exemplo os referentes “São Pedro”, que tem o conceito “guardião da porta do Céu”, e “Jesus Cristo”, que tem o conceito “filho do carpinteiro José, da Galiléia, cidade de Nazaré na Judéia” e os apliquemos ao constrangimento dessa regra de eliminação “e”.

i) regras de eliminação para o conceito “São Pedro”:

entrada de dado (input): (X – São Pedro – Y)

resultado (output): (X – guardião da porta do Céu – Y)

ii) regras de eliminação para o conceito “Jesus Cristo”:

entrada de dado (input): (X – Jesus Cristo – Y)

resultado (output): (X – filho do carpinteiro José, da Galiléia,  
cidade de Nazaré na Judéia – Y)

Veja-se que os conceitos referentes a São Pedro e a Jesus Cristo, assim como os demais conceitos, não estão explícitos no texto; devem ser “resgatados”, de alguma maneira, dos “endereços” da memória conceitual tanto do ouvinte quanto do narrador da piada para fazerem parte das informações que comporão as premissas da regra *modus ponens*. Senão vejamos como se aplica a regra.

i) entrada de dado (input): (i) Se  $P \rightarrow Q$

(ii) P

resultado (output): Q

Tomemos o referente São Pedro, porta do Céu, Jesus Cristo, velhinho, marceneiro, filho de marceneiro e Pinóquio, além dos referentes José, papai e Gepeto, para os conceitos associados a eles.

1) São Pedro para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se São Pedro  $\rightarrow$  porteiro do Céu

(ii) São Pedro

resultado (output): Porteiro do Céu

2) Porta do Céu para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se Porta do Céu → Céu  
(ii) Porta do Céu

resultado (output): Céu

3) Jesus Cristo para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se Jesus Cristo → filho de José  
(ii) Jesus Cristo

resultado (output): Filho de José

4) Velhinho para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se velhinho → esquece as coisas  
(ii) velhinho

resultado (output): Esquece as coisas

5) Marceneiro para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se Marceneiro → trabalha com madeira  
(ii) Marceneiro

resultado (output): Trabalha com madeira

6) Filho de marceneiro para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se filho → tem um pai  
(ii) Filho

resultado (output): Tem um pai

7) José para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se José → marceneiro  
(ii) José

resultado (output): Marceneiro

8) Gepeto para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se Gepeto → marceneiro  
(ii) Gepeto  
resultado (output): Marceneiro

9) Papai para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se Papai → filho  
(ii) Papai  
resultado (output): Filho

10) Pinóquio para o conceito:

entrada de dado (input): (i) Se Pinóquio → Filho de Gepeto  
(ii) Pinóquio  
resultado (output): Filho de Gepeto

Para que se efetive a interpretação desta piada, as regras 7 e 8 devem ser enriquecidas com mais informação sobre os conceitos. Acrescentemos à regra 7 a informação de que José era o pai de Jesus e à regra 8 a informação de que Gepeto era o pai de Pinóquio (pelo menos está convencionado assim, em ambos os casos). Observe-se que para que o ouvinte interprete a piada, ele deve realizar os processos mentais nos quais aplicará as regras inferenciais acima. Para tanto, ele deve de alguma forma, usando o mesmo procedimento desta regra, estabelecer alguma relação de implicação contextual entre o “pai José” com o filho “Jesus Cristo” e o “pai Gepeto” com o filho “Pinóquio”. Uma regra dedutiva simples, na lógica aristotélica não dá conta desse processo. É, portanto, via uma inferência não-trivial, tal qual a regra *modus ponens*, que o ouvinte “inferirá” que o conceito “Papai” proferido por Jesus Cristo ao referente “velhinho” não tem o mesmo conceito “filho” evocado por Gepeto ao referente “Pinóquio”.

É justamente nessa inversão entre os conceitos e referentes que reside a idéia da incongruência, ou dissonância cognitiva, da piada. No entanto, segundo o que defendemos nesta pesquisa, a aplicação das regras dedutivo-inferenciais, como as acima, “ajustam” cognitiva e psicologicamente as expectativas de significado dos conceitos que o ouvinte veio construindo, aos novos referentes revelados pelo *punchline* da piada. Essa descoberta de que houve um engano quanto à relação conceito-referente que o ouvinte fez previamente sobre a história narrada, se reflete no alívio dos esforços que sua mente fez para processar a dissonância cognitiva e converter o significado do *punchline* em “entretenimento humorístico” que ele interpreta como humor.

Segundo Sperber e Wilson, as regras inferenciais podem ser de implicações analíticas e sintéticas. As implicações analíticas de um conjunto de suposições são necessárias e suficientes para sua compreensão, para a apreensão do seu conteúdo (a regra de eliminação “e” é uma implicação analítica). Uma implicação sintética, por sua vez, é a que está envolvida pelo menos uma regra sintética de compreensão (a regra *modus ponens* é uma regra sintética). Portanto, uma pessoa, para compreender uma suposição, tem que, de algum modo, implicá-la logicamente, tanto do ponto de vista analítico quanto sintético, ou seja, uma falha no processamento lógico-dedutivo acarreta problemas de compreensão.

É justamente com base nessa hipótese processual, tal qual descrita pela Teoria da Relevância que elaboramos nossa proposta de pesquisa sobre a interpretação da piada e que ora apresentamos.

#### Comentário do capítulo

A adoção de um modelo estrutural de piada e a descrição dos procedimentos inferenciais da interpretação humana, à luz da Teoria da Relevância, nos levaram a uma reflexão metodológica daquilo que pensamos ser a interpretação humorística da piada. Se os estudos do humor na piada estabelecem como plano de trabalho a análise de características linguísticas, é de se supor que haja muita coisa a ser explorada sobre o tema, principalmente quanto à interpretação da piada. Neste capítulo buscamos mostrar como a

Teoria da Relevância, a partir da piada prototípica, fornece elementos que possibilitam a análise pragmática dos processos inferenciais de interpretação da piada.

Ressalte-se, contudo, que os procedimentos de pesquisa que ora descrevemos representam a síntese de um trabalho maior e mais abrangente que envolveu, além dos processos aqui descritos, muito da ação criativa e exploratória que não pode ser explicitada por meio de códigos verbais, pois à tipologia investigativa interessa o conteúdo e não forma, ou quantidade de piadas. Por isso, temos a esperança de que, por meio desta proposta de trabalho, a partir das informações acima explicitadas, as hipóteses e objetivos traçados ao início da pesquisa sejam, dessa forma e por esses meios, respectivamente confirmados e contemplados.

## CAPÍTULO 3 – A interpretação da piada na perspectiva da Teoria da Relevância

O Joaquim está lendo um livro. Chega o Manuel e, curioso, pergunta:

\_ Que livro é este que estais a leire?

\_ É o livro da lógica.

\_ Lógica? E que raios é isto, ó Joaquim?

\_ Já lhe explico. Por exemplo, tu tens algum animal em casa?

\_ Sim, crio peixes.

\_ Logo, possuis um aquário, certo?

\_ Certo.

\_ Isto já é uma lógica. E se tens um aquário de peixes, quem os alimenta?

\_ Eu e meus filhos.

\_ Então, se tens filhos, és casado e tens uma esposa. Logo, não es homossexual, certo?

\_ Ora, mas é claro.

\_ Viste? Isto é a lógica!

Entusiasmado o Manuel também compra o tal livro. Põe-se a ler, quando chega um outro amigo e lhe pergunta que livro é aquele. O Manuel explica.

\_ É o livro da lógica, ó gajo.

\_ Lógica? Que raios é isto, ó Manuel?

\_ Já lhe explico. Por exemplo, tu tens algum animal em casa?

\_ Não.

\_ Então, tu és um *viado*!

### Introdução

No capítulo 3, da parte I, vimos que a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995) rechaça o modelo de codificação da comunicação em favor de um modelo de comunicação ostensivo-inferencial, em que os ouvintes submetem a interpretação dos enunciados a valorações proposicionais, nas quais a verdade das premissas torna as conclusões apenas prováveis. A Teoria da Relevância explica a comunicação humana a partir do pressuposto de um princípio universal minimalista – o princípio de relevância – responsável pelo processamento de enunciados relevantes. Nessa perspectiva, a comunicação ocorre devido a que o princípio de relevância minimiza o esforço de interpretação e maximiza os efeitos da informação comunicada. Do ponto de vista

cognitivo, a inferência não-demonstrativa é responsável pela mudança no entorno cognitivo dos interlocutores de um intercâmbio verbal.

Neste capítulo, tomando por base os conceitos e pressupostos da teoria da relevância, faremos uma reflexão sobre como o princípio de relevância possibilita a interpretação da piada, uma vez que esta se assenta numa hipótese de minimização dos esforços e maximização dos efeitos cognitivos.

### 3.1 – O contrato comunicativo humorístico

Wittgenstein (1921), herdeiro da Lógica de Frege e de Russell, no *Tractatus-Logico-Philosophicus* (TLP), tem a linguagem como um conjunto de elementos que combinados entre si de uma determinada maneira, significam algo no mundo, ou seja, evocam as mais variadas situações de significados que compõem o mundo. Dessa forma, tanto na linguagem natural quanto na artificial, é preciso que haja um caráter lógico entre o representante e o representado. Portanto, no TLP, é a forma lógica que garante a superposição do mundo, da linguagem e do pensamento. Já nas *Investigações Filosóficas* (IF) – publicação póstuma datada de 1953 –, a linguagem ganha o status de “jogo” e assume diferentes formas, tais como andar, comer, beber, jogar (IF §§ 23 a 35). Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein atribui à linguagem a propriedade da *práxis*, ou mais especificamente, da multiplicidade do uso da linguagem como uma “forma de vida”, uma vez que, nessa concepção, tudo é vago e inexato, porque não há regras fixas.

Similarmente ao “jogo” wittgensteniano, no caso da piada o uso da linguagem não se dá aleatoriamente, uma vez que no contexto piadístico tudo flui graças às formas de vida das convenções e das regras que narrador e ouvinte detém entre si – nem sempre normativas nem absolutamente exatas. Na piada, para que o jogo realmente seja jogado, é necessário que se estabeleçam “regras” para tal e que haja pessoas predispostas que, por uma razão humorística, aceitem essas regras, aceitem jogar o jogo humorístico e realmente o joguem, segundo as regras estabelecidas.

De acordo com Gil (1998), diferentemente da conversa séria, que tem um dito socialmente grave, circunspecto e maior compromisso com a verdade, na piada ocorre um

dito jocoso, alegre, que apresenta a verdade sob nova roupagem, por vezes bem mais eficaz. Segundo a autora,

Essa substituição, sendo antecipada ao receptor, por meio de contextualizadores, acaba por contar com sua adesão para o entendimento e para o riso. No modo sério de comunicação, o emissor está comprometido com a verdade dos pronunciamentos. No modo jocoso de contar piada, o emissor abandona o comprometimento com a verdade, sem se tornar, por causa disso, um mentiroso ou um desequilibrado. A comunicação se opera com a cooperação dos receptores, que se previnem para entenderem o discurso que se segue como uma piada, e não como um pronunciamento sério, ativam em sua memória o modelo do que seja uma piada (Gil, op cit, pp. 297-298).

A autora adverte ainda que a comutação de um modo pelo outro “se realiza por meios explícitos e implícitos. Acontece com mais frequência que os falantes explicitamente dão a conhecer que se encontram no modo jocoso de contar piadas” (idem, p. 298). Para Yus Ramos (1995/96), a piada é um texto previamente elaborado, não improvisado, em que a intenção do narrador é ressaltar, ou tornar manifesto, uma “incongruência intencionada” – informação dissimulada ou solapada –, e provocar no ouvinte “uma dissonância cognitiva” que se efetiva na forma de um entretenimento cômico.

Dessa forma, no caso da piada ser oral, quando alguém diz “vou te contar uma piada” ou “sabe aquela piada do português/do mineirinho/do gaúcho?, etc.”, esse narrador, nesse instante, está propondo ao ouvinte um “jogo” de entretenimento humorístico. Se o ouvinte, pelo Princípio de Cooperação (GRICE, 1975) e de Princípio de Relevância (SPERBER e WILSON, 1995), direciona o olhar para o narrador e fica em silêncio, significa que o ouvinte aceita jogar o jogo proposto pelo contador da piada, sejam quais sejam as regras que a piada exigirá<sup>88</sup>. Neste exato momento se estabelece, entre narrador e ouvinte, um “contrato comunicativo humorístico” – um pacto de harmonia humorística – que vai comandar o jogo piadístico entre ambos até o desfecho da piada.

Entretanto, este contrato piadístico comunicativo deverá ser assinado pelo narrador e pelo ouvinte sob a premissa de uma pressuposição pragmática: o narrador tem a intenção de tornar manifesto ao ouvinte a informação de um texto piadístico e espera que o ouvinte reconheça essa sua intenção, e que o desfecho da piada provoque no ouvinte um efeito

---

<sup>88</sup> No caso da piada escrita, o contrato comunicativo se estabelece pela intenção do leitor em lê-la. De acordo com o Princípio de Relevância, se a piada não fosse relevante, não valeria a pena lê-la.

humorístico; o ouvinte, mesmo sabendo de antemão que será levado a um labirinto de interpretações no qual se justapõem expectativas de incongruências com possibilidades humorísticas, aceita jogar o jogo proposto pelo narrador.

Nesse jogo, os elementos formulaicos introdutórios tais como “vou te contar uma piada”, “você conhece aquela do português” ou “isso me fez lembrar a piada do...”, atuam como “fórmulas de verdade” do contrato comunicativo e ao mesmo tempo, como regras do jogo piadístico, ainda que, conforme Conde (2005), a piada seja “uma mentira, uma invenção. Cria seu próprio mundo, cujas leis pragmáticas internas se enlaçam com as do exterior, numa circularidade constitutiva” (p.63).

Segundo Gil,

A entonação da voz, a expressão facial, os gestos e a situação extralinguística podem indicar implicitamente que o emissor não está falando dentro do modo sério de comunicação. A própria coerência, que se estabelece na interlocução, ou seja, na interação entre os falantes numa situação comunicativa, oferece aos usuários a possibilidade de criar um mundo textual que caracteriza a “verdade” da piada. A mudança do modo sério de comunicação para o modo jocoso “avança expectativas” no leitor/ouvinte que se predispõe a aceitar como “verdade” qualquer tipo de piada, como as chamadas piadas de “non sense”, por exemplo. O modo jocoso estabelece um mundo “fantasioso”, no qual as coisas possuem um modo diferente de existir. Não fosse o modo “fantasioso” criado pela situação comunicativa entre os falantes, o contador dessas piadas seria certamente tomado por um mentiroso ou encarado como louco (Gil, op cit. p 298).

Portanto, no mundo fantasioso da piada os fatos mais paradoxais, incoerentes e inimagináveis podem acontecer, tais como animais falar, mortos dialogar com vivos ou com outros mortos, pessoas reais do mundo real se envolver em situações as mais absurdas, santos e demônios se misturar com garotos espertos, com gaúchos machos, com mineirinhos matreiros. Nesse mundo transitam livremente japoneses pouco dotados, portugueses néscios, russos beberrões, judeus e turcos mesquinhos, argentinos arrogantes, sogras incômodas, loiras burras, adúlteros incoerentes, negros pobretões, caipiras inteligentes, bichas inoportunas, pescadores mentirosos, bêbados inveterados, e outros tantos estereótipos baseados em profissões ou temas tabus, como o sexo e religião, que habitam e dão vida a esse mundo.

Do ponto de vista cognitivo, esse pacto comunicativo firmado entre narrador e ouvinte prevê, de algum modo, a expectativa de um fator surpresa com cunho humorístico,

já que, nesse jogo, o ouvinte é consciente que será subitamente surpreendido por um desfecho inusitado da história que ouvirá – ele espera por isso quando aceita o contrato comunicativo – e que este final inusitado revelará uma informação absurda, paradoxal, que violará a harmonia de suas expectativas sobre o estado de coisas do mundo conhecido por ele. Nesse jogo cabe, portanto, ao ouvinte estabelecer a conexão entre o estado de coisas de seu mundo conhecido, seja este conhecimento *a priori* ou *a posteriori*, e o *script* (RASKIN, 1995, apud ATTARDO, 1994) revelado pelo desfecho da piada. Nessa perspectiva, a piada como manifestação sócio-cultural encontra-se perfeitamente justificada por seu caráter essencialmente lúdico (HUIZINGA, 2005), uma vez que narrador e ouvinte se dispõem a competir cognitivamente num jogo cujo objetivo é promover um efeito de entretenimento cômico no ouvinte.

De acordo com a TR, na interpretação da piada, por meio de regras dedutivas-inferenciais que mobilizarão atitudes sobre suas crenças, conhecimentos e convenções, o ouvinte assume esse sentido absurdo revelado pelo desfecho da piada como a revelação de um significado “provável”, “possível” ou “falso”, jamais como “verdadeiro”. É devido justamente à impossibilidade da realidade da piada ser verdadeira que o ouvinte a interpreta como humorística implicando, por sua vez (mas não necessariamente), o riso.

Vejamos a seguir como isso se manifesta numa piada.

Um rato corre desesperadamente pela casa, com um gato em seu encalço. De repente, o pequeno roedor encontra um buraco no rodapé da cozinha e se esconde lá dentro. Depois de algum tempo de silêncio absoluto, o rato ouve latidos do lado de fora e pensa: “Deve ter aparecido um cachorro, que espantou o gato. Como cachorro não liga para rato, estou salvo”. E saiu do buraco. Imediatamente é apanhado pelo gato. Assustado, o rato pergunta:

- \_ Mas como você pode estar aqui ainda, se eu ouvi um latido de cachorro?
- \_ Ah, meu caro, hoje em dia quem não falar duas línguas morre de fome.

Neste exemplo fica claro que, do ponto de vista do mundo real, tal qual o conhecemos, percebemos e representamos, vários são os “absurdos” e “paradoxos” evidenciados pela piada: o primeiro “absurdo” está na exteriorização do pensamento do rato ao ouvir os latidos do lado de fora do buraco; em seguida, no estado emotivo-psicológico “assustado” do rato, posto que este estado é essencialmente uma propriedade de seres

humanos apenas. Em terceiro lugar, no diálogo entre o rato e o gato; e em quarto, no desfecho da narração colocada em forma de “moral da história”.

É justamente a “moral da história” revelada pelo desfecho da piada que, neste caso, desvela o humor do texto. Então, o absurdo das idéias desse modo jocoso de comunicação, em que gato e rato pensam e dialogam como seres humanos e sobre assuntos humanos, cede vez à graça, porque, do ponto de vista humano, se essa elocução fosse dita por um humano, isso não teria nada de absurdo, e em consequência, nada de humorístico. Porém, piadisticamente dito por um gato nas circunstâncias em que foi dito, isso sim, é motivo de humor. Nesse modo jocoso de comunicação, o contador da piada está isento da verdade, o que lhe credencia a trazer à baila na narração piadística elementos reais ou fictícios e criar com eles as situações mais absurdas, paradoxais ou improváveis, pois o objetivo principal da piada é levar o ouvinte ao riso, sob quaisquer condições.

Contudo, uma propriedade decisiva que condiciona o ouvinte à “assumir e a cumprir” o contrato comunicativo humorístico diz respeito à expectativa que ele tem sobre a “extensão” da narração, já que as piadas, de maneira geral, abrigam uma tendência à economia das palavras. Segundo Gil (op cit), “tanto o contador de piadas como o leitor/ouvinte percebem (sic) essa tendência e se comprometem (sic) com ela. Reagem (sic) desfavoravelmente a qualquer tentativa de estender um pouco mais o limite do desenlace do relato. As piadas exigem um refinado sentimento de economia” (idem, p. 301).

É justamente essa brevidade aparentemente incoerente, mas pragmaticamente picante e divertida, circunscrita à piada, que torna a narrativa tão interessante e atraente ao ouvinte<sup>89</sup>. No entanto, conforme vimos no capítulo 1, parte II, quando reivindicamos uma armação esquemática para a piada, cabe à “competência humorística” do ouvinte (cf. RASKIN, 1985, apud ATTARDO, 1994), sua predisposição a atuar com eficiência e eficácia em situações humorísticas, a responsabilidade de desvelar o significado evidenciado pelo desfecho da piada. Nesse sentido, a competência humorística internalizada do ouvinte deve ser suficientemente eficaz para identificar e reconhecer o gênero lingüístico-discursivo da narração com o qual se depara, como piada. Segundo Gil (op cit),

---

<sup>89</sup> No nosso caso, a piada mais longa (a do “novo padre”) tem 423 palavras e a mais curta 24 (a das duas secretárias conversando a respeito do novo executivo).

Na medida em que se sabe quais são os elementos que conduzem para o desfecho, as derivações retóricas têm como efeito atenuar as tensões e distensões que essa expectativa possibilita. Dentro do texto, a redução se dá também pelo pouco espaço que se destina para a narrativa-apresentação. Já que o leitor/ouvinte conhece o tempo breve da piada – um tempo que podemos chamar de vertiginoso – qualquer alteração nesse tempo provoca nele um sentimento insuportável de rejeição, pois quanto mais informação menor será o grau de tensão e de surpresa. Daí o fato de a narratividade estar basicamente no diálogo” (p. 301).

Portanto, a breve extensão da piada, independentemente de tema ou personagens abordados, é pré-requisito incondicional para a aceitação do contrato comunicativo. Porém, pode ocorrer de o ouvinte, por vários motivos, não aceitar o jogo proposto pelo narrador e se negar a assinar o contrato humorístico da piada. Se isso acontecer, haverá conflito entre as faces do narrador e do ouvinte (BROWN e LEVINSON, 1987), o que pode, em última instância, provocar a “morte da piada”, já que as expectativas humorísticas intencionadas pelo narrador são, de alguma forma, “bloqueadas”, abortadas pelo ouvinte. Voltaremos a este tema ao final do trabalho.

### 3.2 – Teorias da resolução da incongruência

Quando abordamos a questão do humor na piada vimos que o mesmo se deriva de uma incongruência. Vimos também que o primitivo da incongruência na piada é a revelação súbita de um elemento surpresa que obriga o ouvinte à reprocessar a interpretação que vinha fazendo da história narrada e a buscar um significado para o referente revelado pelo desfecho aparentemente absurdo. Mas, do ponto de vista cognitivo, como acontece esse reprocessamento do significado?

Inicialmente temos que a piada, ao progredir psicológica, espacial e temporalmente gera no ouvinte uma expectativa de interpretação que aumenta na mesma proporção em que se desenvolve a narrativa e se desfaz no momento em que se evidencia um descompasso entre o conceito atribuído aos referentes destacados pela narração e apenas um desses referentes destacados pelo desfecho<sup>90</sup>. Esse descompasso aparentemente absurdo e irrelevante é explicado pela maioria das teorias do humor que estudam a piada, como a “percepção de uma incongruência”, a qual seria responsável pelo riso. O disparate revelado

---

<sup>90</sup> Conforme Yus Ramos (1995/96), estes seriam os dois estágios da teoria de Suls (1972).

pela piada, embora aparentemente descabido porque a incongruência revela a descoberta da diferença entre a expectativa formada e a informação abrupta de um novo significado, é pragmaticamente ou psicologicamente interpretado como divertido.

Porém, a idéia de incongruência como única possibilidade geradora do riso na piada nos parece equivocada, uma vez que a incongruência por si só não dá conta de explicar, por exemplo, por que após ouvir uma piada algumas pessoas não riem e/ou por que as pessoas riem de uma piada que já conhecem. Ritchie (2004, p. 54), nos dá algumas pistas sobre isso ao afirmar que a incongruência seria apenas uma propriedade necessária, mas não suficiente, para o entretenimento humorístico na piada.

De acordo com Suls (1972, apud YUS RAMOS, 1995/96 e RITCHIE 1999 e 2004), não é a incongruência em si, esse absurdo repentino sinalizado pelo desfecho da piada, que leva o ouvinte ao riso, mas a “resolução congruente” que o ouvinte faz do disparate gerado pela incongruência. Ou seja, após ouvir/ler uma piada não basta o ouvinte perceber a incongruência, ele tem que resolvê-la para poder rir da piada. Aos possíveis procedimentos que possibilitariam explicar a resolução da incongruência, a resolução congruente do disparate revelado ao final da piada, Suls chamou de “teoria da incongruência-resolução” ou “teoria da resolução da incongruência”<sup>91</sup>.

Para Ritchie (1999), o que torna certa situação engraçada na piada é o fato da resolução da incongruência representar a nitidez daquilo que ficou subitamente invisível ao ouvinte. Daí que o humor na piada pode ser pensado como o resultado da percepção da diferença entre o conceito e sua aplicação à apenas um dos referentes evidenciados na piada. Nesse sentido, a resolução congruente representa a sensibilidade de interpretação revelada que o ouvinte faz da incongruência.

Segundo Ritchie (1999/2004), a teoria de da incongruência-resolução apresenta dois modelos de análise para a piada: i) o modelo “duplo de estágio” e ii) o modelo de “desambiguação da surpresa” ou reinterpretação forçada. O primeiro modelo se refere à teoria de Suls (1972) e o segundo se fundamenta nas idéias de Shultz (1976), de Minsky (1980) e de Paulos (1980).

---

<sup>91</sup> De acordo com Yus Ramos (1995/96, p. 502), a incongruência depende de três (sic) fatores inter-relacionados: i) uma competência sónica do ouvinte, ii) o grau de aparente incompatibilidade dos elementos incongruentes, iii) pistas suficientes para solucionar a contradição e iv) os mecanismos metatextuais (cognitivos) que estabelecem uma série de expectativas.

Ambos os modelos partem da premissa de que a piada se estrutura de duas partes: i) o *set-up* – a configuração textual ou corpo da piada, e ii) o *punchline*, o desfecho da piada. Para Ritchie (op cit), ainda que o *set-up* crie no ouvinte uma expectativa de incongruência humorística sobre a história, é o *punchline*, ao menos inicialmente, que não faz sentido. Imediatamente, um caminho alternativo é estruturado para permitir que o *punchline* faça sentido e se torne congruente.

No modelo de duplo estágio de Suls (1972, apud ATTARDO, 1994 e RITCHIE, 2004), o *punchline* revela uma situação de incongruência tal que somente o recurso a uma regra cognitiva pode resolver esse disparate, de maneira que o torne congruente. Nessa perspectiva, é a recorrência a essa regra cognitiva que faz com que o conteúdo do *punchline* siga naturalmente as informações estabelecidas pelo *set-up* e se torne congruente.

Já no modelo de reinterpretação forçada, o *set-up* possui duas interpretações diferentes, sendo que, para o ouvinte, uma delas é muito mais óbvia que a outra, uma vez que o narrador parte do pressuposto que ouvinte não desviará sua atenção para outro significado. Nessa perspectiva, o significado do *punchline*, o absurdo, o incongruente, entra em conflito com a interpretação óbvia, mas é compatível com outra interpretação não prevista inicialmente. Então, o significado do *punchline* revela uma interpretação consistente que difere da primeira interpretação óbvia. Esta é a idéia central da teoria da resolução da incongruência.

Então, a hipótese inicial das teorias que tinham a incongruência como responsável pelo humor na piada pode ser re-elaborada da seguinte maneira: na interpretação da piada não é a incongruência em si a responsável pelo humor, mas o reconhecimento da resolução congruente que permite diferenciar um conceito e um, apenas um, referente dentre os possíveis referentes evidenciados pelo *punchline*. A incongruência é, nessa perspectiva, o início do processo interpretativo.

Vejamos a seguir, segundo as teorias acima, como o *set-up* e o *punchline* se estruturam numa piada:

Joaquim, filho do Manuel, é um gajo bem bonito. As meninas vivem dizendo que ele é um gato. E Joaquim, que sempre gostou muito de desenhar, se tornou pintor famoso. Um dia, uma perua rica e boazuda o procura no seu ateliê e pede:

\_ Que tal me pintar sem roupa, Quim?  
E ele todo vermelho:

\_ Não... tenho vergonha!  
\_ Eu pago mil dólares!  
\_ Não... é contra meus princípios!  
\_ Que tal dois mil dólares?  
\_ Nem assim!  
\_ Minha última oferta é dez mil dólares! E então, topa?  
E o Joaquim:  
\_ Tá... mas será que posso ficar pelo menos com as meias? Preciso botar os pincéis em algum lugar!

Do ponto de vista estrutural, a narrativa do *set-up* contém a evolução psicológica e informativa da piada e faz com que o ouvinte crie expectativas sobre a incongruência revelada pelo *punchline*. Similar à proposta que apresentamos no capítulo 1 (parte II), na qual abordamos as propriedades essenciais da piada, em ambos os modelos acima podemos perceber que o *set-up* contempla os 4 elementos da piada, tal qual reivindicamos naquele capítulo. São eles: i) a exposição – apresentação do pintor Joaquim e da perua rica e boazuda; ii) a complicação – a proposta da perua para que Quim a pintasse sem roupa; e iii) o clímax – caracterizado pela insistência da perua-boazuda que leva o ouvinte ao limite de criação de expectativas sobre até que ponto o pintor resistirá ao preço do trabalho que aumenta paulatinamente a cada negação dele. Porém, o ouvinte não sabe “como” se dará a ruptura entre a oferta da perua e a negação do pintor, porque suas expectativas rumam a um desfecho óbvio (segundo o modelo de interpretação forçada), ou mais provável, que seria o do português deixando-se vencer pela oferta irrecusável para pintar “a perua sem roupa”. Mas não é este o final revelado pelo desfecho, pelo *punchline* (a quarta propriedade, segundo nossa proposta de estrutura da piada).

O tom humorístico da piada se assenta basicamente sobre a ambiguidade léxico-sintática da pergunta da perua boazuda, que dispara todo o processo inferencial preliminar à interpretação do *punchline*.

A incongruência é derivada de uma inversão dos papéis dos referentes sobre os quais o ouvinte vinha construindo suas expectativas de interpretação. As expectativas do ouvinte são construídas tomando por base um conhecimento enciclopédico, qual seja o de que são “modelos” que posam desnudas para os pintores. O *punchline*, no entanto, revela que o aceite do Joaquim tem como conceito um outro referente, diferente daquele evocado pela proposta da perua-boazuda, quando inicialmente inquiriu o Joaquim que a pintasse

sem roupa. O ouvinte descobre que o conceito “pintar sem roupa” do azeite do português quando diz: “Tá... mas será que posso ficar pelo menos com as meias?”, não corresponde ao referente “pintar sem roupa” que ele esperava que fosse – o da peruca-boazuda. A incongruência é justamente essa inconsistência entre o conceito “pintar sem roupa” revelado pelo *punchline* referente ao “portuga” frente ao referente “peruca-boazuda”, esperado pelo ouvinte.

Em termos de resolução da incongruência, o modelo de reinterpretação forçada nos parece bastante limitado, já que não dá conta de esclarecer, por exemplo, que tipo de incongruência é divertida? Segundo Ritchie (2004), o que o modelo faz é apontar alguns aspectos de como o gênero “piada” opera a incongruência. Nesse sentido, o modelo reduz o problema da incongruência a um conjunto de subproblemas residuais, tais como “obviosidade” (o que faz uma interpretação potencial mais óbvia que outra?), “conflito” (de que maneira o sentido de uma parte do texto estimula outra interpretação?), “compatibilidade” (por que o significado do *punchline* é compatível com outra interpretação?) e “inapropriado” (que fatores contribuem para que uma interpretação seja inerentemente divertida?).

Por outro lado, o modelo de duplo estágio, ainda que pareça bastante simples, merece uma atenção mais apurada, haja vista a idéia de configurar a necessidade do uso de uma regra cognitiva para resolver o problema criado pela incongruência. Nesse sentido, como essa possibilidade de explicação da incongruência vai ao encontro do modelo inferencial evocado pela Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995), na qual nos apoiamos para analisar o processamento de interpretação da piada, teceremos a seguir uma breve reflexão sobre como a teoria da relevância viabiliza a resolução da incongruência na piada<sup>92</sup>.

De acordo com Ritchie (2004, p. 65), no modelo de duplo estágio, para resolver a incongruência o ouvinte tem que necessariamente executar as seguintes rotinas<sup>93</sup>:

---

<sup>92</sup> Não descartamos a idéia de que muitos dos conceitos do modelo de reinterpretação forçada estão subjacentes à teoria de Suls.

<sup>93</sup> Em função da análise de Suls estar modelada no formato algorítmico – uma das representações dos procedimentos computacionais da Inteligência Artificial de Minsky (1974) – o termo “rotina” que usamos se refere aos procedimentos cognitivos do ouvinte para processar a piada.

Rotinas:

- i) com base na recepção do texto, faça previsões;
- ii) enquanto não houver conflito com as previsões feitas, siga adiante;
- iii) se o *input* entrar em conflito com as previsões:
  - a) se não for o final: gera perplexidade (*puzzlement*);
  - b) se for o final, tente resolver:
    - b.1) nenhuma regra cognitiva encontrada: perplexidade (*puzzlement*);
    - b.2) uma regra cognitiva encontrada: humor.

A partir desta exposição sobre a representação algorítmica, o modelo proposto por Suls (1972, apud RITCHIE, 1999) pode ser sumarizado conforme a figura abaixo, segundo as rotinas de processamento que o ouvinte deve fazer para interpretar uma piada:

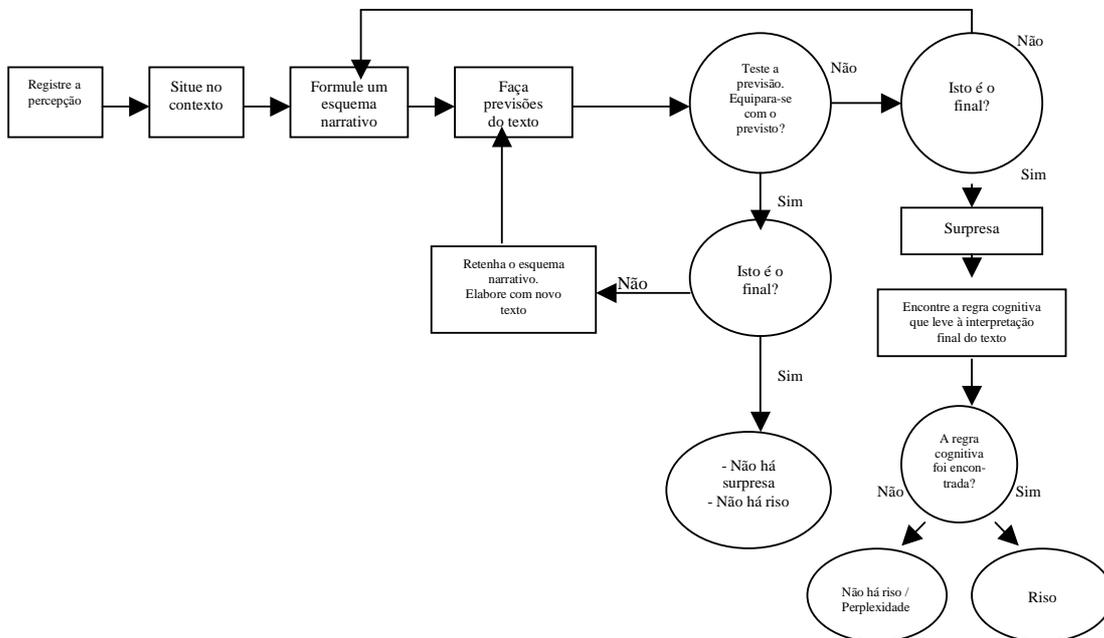


Figura 9: Modelo duplo estágio de Suls (adaptado de Ritchie, 1999)

Como se pode notar, o esquema proposto por Suls tem uma base algorítmica seqüencial, nos mesmos moldes dos procedimentos computacionais requeridos pela Inteligência Artificial (MINSKY, 1974), representação que permite ao ouvinte determinar as “rotinas” que pode ou não seguir para resolver a incongruência de uma piada, e rir dela, ou não. Para Ritchie (2004, p. 67), pelo fato de não ter muito preciso a noção de incongruência, Suls deixa impreciso o que é uma regra cognitiva, bem como que tipo de regra cognitiva se aplica à resolução da incongruência ou como uma expectativa de interpretação é violada.

No entanto, ainda que Suls não tenha bem claro o conceito de “regra cognitiva”, ele a define como um construto mental muito geral, que pode estar representado em uma proposição lógica, uma definição ou um fato da experiência. Ritchie ainda adverte que Suls também não explora como a natureza da resolução, ou o conteúdo da regra cognitiva, contribui para o humor, embora Suls afirme que a regra cognitiva é suficiente e necessária para gerar humor, se houver um *punchline* incongruente que possa fazer sentido via essa regra.

Do nosso ponto de vista, o modelo de duplo estágio apresenta dois problemas básicos: o primeiro problema diz respeito à falta de clareza dos procedimentos requeridos para “testar” as previsões feitas do texto, visto que esse modelo não fornece maiores explicações sobre que tipo de teste se aplica às previsões, nem como testar essas previsões; o segundo problema é o já evidenciado por Ritchie, e outros autores, sobre a regra cognitiva aplicada ao *punchline*.

No entanto, na reflexão que fazemos nesta pesquisa temos boas razões para acreditar que a Teoria da Relevância fornece um embasamento teórico suficiente resolver esses dois problemas. O do “teste” das previsões será perfeitamente resolvido, submetendo-as ao processo de formulação e confirmação das hipóteses; e o problema da regra cognitiva pode ser solucionado com a aplicação das regras dedutivas inferenciais não-triviais *modus ponens*. Portanto, nos sentimos confortáveis e seguros para afirmar que a Teoria da Relevância reúne suficientes condições teóricas para explicar como a incongruência gerada pelo *punchline* é cognitivamente resolvida pelo ouvinte.

Assim sendo, e feitas algumas considerações sobre os dois modelos mais conhecidos de resolução da incongruência, vejamos nas próximas páginas como a Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995) viabiliza algumas regras cognitivas para resolver a incongruência gerada pelo *punchline*.

### 3.3 – A resolução da incongruência pela perspectiva da Teoria da Relevância

Como mencionamos no capítulo 1, desta segunda parte, há uma enorme diferença entre a representação semântica de uma frase – que contém uma espécie de núcleo do significado – e a representação de uma elocução – que tem uma variedade de propriedades, tanto linguísticas quanto não-linguísticas, tais como: a hora e local em que foi proferida, quem a proferiu, qual a intenção do falante, etc. O significado de uma locução, portanto, pode variar no que se refere a sua representação, porque revela a atitude do falante ou sua relação com o pensamento expresso. E é o que geralmente acontece.

É, portanto, esse significado “não fixo” em sentenças e frases que a pragmática estuda e que reivindicamos para a interpretação da piada. Nesse sentido, a narração de uma piada não revela o significado “literal” das elocuições que contém, mas o ouvinte só vai rir dela se conseguir interpretar o significado implicado pela incongruência do *punchline*. A principal característica pragmática da piada é, portanto, que ela deixa encoberto, implícito, o significado que o narrador tenciona transmitir e espera que o ouvinte o identifique.

Nesse sentido, ao fundamentarmos nossa tese nos princípios advogados pela Teoria da Relevância como inerentes ao ser humano, acreditamos que o estudo da da interpretação da piada nessa perspectiva se justifica pelo fato da teoria prever o processamento dedutivo-inferencial para a interpretação verbalizada como um princípio universal. Nossos principais fundamentos para aplicar a teoria de Sperber e Wilson (1995) à piada são:

- i ) – os seres humanos possuem um mecanismo cognitivo inconsciente de atribuição de sentido e significado;
- ii) – o sistema humano de processamento de informações se baseia em arquétipos;

iii) – o fato de o ouvinte eleger a primeira interpretação que se ajusta ao princípio de relevância e deixar de lado outras possíveis interpretações menos relevantes.

Com base nesses fundamentos, e em outros conceitos previstos pela Teoria da Relevância, veremos nas próximas páginas como a noção de relevância joga com o *punchline* para resolver a incongruência. Alertamos, porém, que embora a análise que fazemos nesta investigação seja criteriosa e suficientemente clara, mas não por isso menos complexa, não temos a pretensão de resolver todos os problemas de todas as piadas conhecidas na cultura brasileira, ou das piadas mais conhecidas. Estamos conscientes também de que muitas das explicações e análises feitas nesta pesquisa não se aplicam a muitos textos tradicionalmente conhecidos como “piadas”, como as pegadinhas, por exemplo, ou textos do tipo “o que é que é?”, cuja análise exigiria seguramente outra metodologia e, talvez, outra teoria. Esse tipo de texto ficará de fora desta proposta, uma vez que não dispõem das propriedades textuais, linguísticas e não linguísticas, relevantes para compor qualitativamente nosso corpus.

Yus Ramos (19958/96, p. 503), chama a atenção para o fato de, com exceção de casos isolados, a Teoria da Relevância não ter sido muito aplicada ao discurso humorístico, apesar de sua utilidade para explicar estratégias, tais como a resolução da incongruência. Com base nessa constatação, o que faremos a seguir é, além de expor e testar um bom modelo de interpretação da piada a partir da noção de relevância, chamar para o debate as atuais teorias e teórico que analisam e interpretam a piada, para contribuir para o conhecimento científico de um gênero ainda pouco estudado.

### 3.3.1 – A seleção dos referentes

Dentre os requisitos preconizados pela Teoria da Relevância para a interpretação de significados verbalizados, figura a hipótese da contextualização. A contextualização é a propriedade cognitiva que realiza a ocorrência dos efeitos contextuais decorrentes das

elocuições verbalizadas, ou seja, um efeito contextual se produz quando um contexto mental existente é modificado, de algum modo, pela nova informação que foi processada pelo sistema cognitivo. Esta modificação desemboca no fortalecimento ou abandono de suposições prévias do ouvinte. Em geral, quanto maior for o número de efeitos criados por uma suposição, maior é a relevância da informação processada.

Porém, na piada o ouvinte não processa todas as informações de mesma forma, haja vista que algumas piadas requerem mais esforço de processamento que outras. A Teoria da Relevância tem como premissa a idéia de que o ouvinte é dotado de um único critério geral para avaliar as informações recebidas, critério esse suficientemente poderoso para excluir todas as interpretações exceto uma, que é a que finalmente será aceita como relevante. Portanto, no caso da piada, um processamento efetivo é aquele que não exige um esforço excessivo do ouvinte e causa maior efeito cognitivo, pois todo indivíduo aspira à economia de seus esforços mentais, já que deseja conseguir metas cognitivas importantes.

Para Yus Ramos (1995/96), em geral, um efeito contextual se relaciona com o contexto prévio de três formas:

- i) reforçando uma suposição prévia;
- ii) contradizendo e eliminando uma suposição prévia;
- iii) combinando-se com uma suposição prévia para gerar novos efeitos contextuais, os quais serão armazenados na memória conceitual na forma de conhecimento.

Neste último caso, as implicações contextuais geradas não são derivadas nem da informação nova por si só, nem unicamente do contexto prévio, mas da combinação de ambos.

Um dos níveis cognitivos de processamento de informações, segundo Sperber e Wilson (1995), é o que descreve a seleção dos referentes que acompanham os enunciados, desambiguando-os linguisticamente, de modo que estes passem a fazer parte da suposição

factual que entra na mente do ouvinte. Este nível se enquadra entre a decodificação linguística e a implicação contextual. A este conceito os autores chamam “explicatura”<sup>94</sup>.

No nível da explicatura, se os referentes não estiverem bem claros, ou seja, se o ouvinte não perceber uma relação de implicação semântico-pragmática entre o referente e seu conceito, o ouvinte pode atribuir ambiguidade à relação e o significado (se for de alguma maneira processado) pode não corresponder ao referente previsto pelo falante.

No caso de uma conversação séria, devido à improvisação da fala e o “turneo” dos falantes e ouvintes, se isto ocorrer, teremos um caso típico de mal entendido. No entanto, no caso da piada, é essa dissonância entre o conceito e o referente que interessa à interpretação, haja vista que na perspectiva pragmática não está descartada a hipótese e o risco da ambiguidade.

Conforme vimos no capítulo 1, o referente é um termo muito interessante e bastante discutido na semântica, na qual é entendido como a “identificação” de uma forma linguística com alguma coisa/objeto ou uma classe de coisas/objetos do mundo real, tal como o conhecemos, ou de algum mundo que talvez não conheçamos, mas que poderia existir (cf. FREGE, 1978 e TARSKI, 1944/2007). Como a representação ocorre na mente, a palavra ou o enunciado “não é” a idéia/coisa do mundo, mas sua representação mental, ou o seu *conceito*.

Vejam na piada abaixo como se dá (ou não) a relação entre o conceito e o referente.

A vizinha diz à menina que passeia com sua cadelinha:

- Não deixe sua cadela entrar na minha casa de novo. Ela está cheia de pulgas.
- Diana, não entre nessa casa de novo. Ela está cheia de pulgas.

Neste exemplo, devido à questão da anáfora, verifica-se claramente que há uma relação ambígua entre os referentes “casa”, “cadela” e “pulga”, uma vez que a vizinha estabelece uma relação de implicação entre os referentes “cadela” e “pulga”, ao passo que a menina, ao contrário, estabelece a relação entre os referentes “casa” e “pulga”,

---

<sup>94</sup> Segundo Silveira e Feltes (1997b), o termo “explicatura” é uma analogia ao termo griceano “implicatura”. A explicatura é o nível pragmático que envolve a atribuição do referente, desambiguação linguística, resolução de indeterminâncias, interpretação de linguagem metafórica, etc.

explicitando, dessa forma, a ambiguidade entre esses referentes. Neste caso, é justamente esse jogo de ambiguidade entre os referentes e o conceito que atribui comicidade à piada, já que a ambiguidade redonda um processo de (in)coerência textual (cf. POSSENTI, 1998).

Do ponto de vista da Teoria da Relevância, em uma conversação não improvisada, a noção do referente tem uma implicação muito grande na contextualização de significados quando falante e ouvinte precisam negociar interpretações “voláteis”, que se dissolvem e se reconstróem tão logo os enunciados sejam pronunciados. Retomando a idéia de Sperber (1997), a qual prevê que a mente humana trabalha com material mental que representa o conteúdo de uma crença sobre um referente e não propriamente o referente, na interpretação da piada é de se pressupor que tanto narrador quanto ouvinte acessem pelo menos um dos referentes evidenciados pela piada, seja ele do mundo real, provável ou possível, para o ouvinte seguir com a interpretação.

Portanto, a identificação do referente deve ser processada na “exposição” da piada, conforme abordamos na seção que trata de seus elementos essenciais, pois é a partir da identificação, desambiguação e processamento da forma lógica da proposição que o ouvinte dará passo à compreensão e a interpretação da piada. Caso contrário a piada fica sem sentido, o que inevitavelmente provocará o abandono do processamento pelo ouvinte.

Vejamos a seguir como se dá o processamento dos referentes na seletividade das hipóteses.

### 3.3.2 – A seletividade das hipóteses e a hipótese da relevância

Ao contar uma piada, o narrador, com base nas expectativas de relevância sua e do ouvinte, tem um plano em mente: burlar-se do ouvinte. Para isso, ele produz uma estratégia de *dissonância cognitiva* (SULS, 1972, apud YUS RAMOS 1995-96) ao introduzir no final da narração um elemento incongruente que surpreende o ouvinte, que até aquele momento estava, cognitiva e psicologicamente, ocupado em dar um sentido e atribuir um significado às informações recebidas, adequando a progressão da história ao estado congruente das coisas do mundo, real, provável ou possível, tendo como suporte seu conhecimento enciclopédico – *frames* do mundo conhecido. Ao término da piada, o ouvinte será

conduzido, através de dicas e pistas, linguísticas e não linguísticas dadas pelo texto através da ostensão do narrador, a criar hipóteses de significado humorístico sobre um *script*.

Para o autor (op cit), o locutor intui que seu ouvinte não buscará outras interpretações além da que ele (locutor) tem em mente, uma vez que o ouvinte detém sua atividade de processamento interpretativo em uma primeira hipótese válida – mesmo sabendo que devem existir alternativas de interpretação, mas que ele não se deu conta. Diante da surpresa de perceber que seu processamento cognitivo sobre a harmonia do estado de coisas do mundo não chegou a bom término, porque foi interrompido subitamente por uma incongruência, o ouvinte busca uma alternativa que satisfaça o dilema e a encontra no reconhecimento de que outra interpretação, que favorece a nova informação percebida, também é possível. Além disso, mesmo sabendo que a alternativa encontrada é pouco provável em termos de relevância, o ouvinte reconhece que foi enganado, que seguiu por caminhos interpretativos que desejava o locutor e isto, somado à satisfação de descobrir que finalmente a informação nova possui sentido, provoca um “entretenimento humorístico” (YUS RAMOS, op cit , p. 505).

Para Sperber e Wilson (op cit), no entanto, as regras inferenciais dedutivas geram todas as conclusões interessantes implicadas logicamente por um conjunto de premissas. Segundo os autores, o processo de validação das regras inferenciais espontâneas não-demonstrativas se divide em duas etapas distintas: a da formação das hipóteses e a da confirmação das hipóteses. Enquanto a formação de hipóteses é produto da imaginação criativa, a confirmação de hipóteses pode ser vista como um processo lógico regido por regras inferenciais.

Mas na piada, sob que parâmetros se dá a seleção de relevância para uma suposição válida? Para responder a pergunta, analisemos a seguinte piada:

Um homem está no hospital gemendo em sua cama. Um outro paciente chama a enfermeira.

\_ Ele vai morrer? Pergunta ele. – Não se pode ajudá-lo?

\_ Infelizmente, não – disse a enfermeira. – Para ele isto é só uma questão de horas...

\_ Então, por que não o levam para o quarto mortuário?

\_ Meu senhor – disse a enfermeira – este é o quarto mortuário...

Para podermos explicar como o ouvinte interpreta a piada acima vamos analisar primeiramente como se dá a validação lógica das inferências não-demonstrativas, uma vez que numa inferência não-demonstrativa válida, a aplicação de regras dedutivas a premissas verdadeiras não garante a verdade das conclusões.

Como a inferência é uma forma de fixação daquilo que se acredita, baseado na evidência das premissas fornecidas pelo conhecimento enciclopédico (*frames*) que o ouvinte/leitor tem de hospital, de pessoas hospitalizadas, de médico, de enfermeira, de ajuda, de morte etc., e do *script* da narração da história, seu mecanismo cognitivo de processamento gera hipóteses de interpretação que vão validar, ou não, o significado de algumas suposições a serem atribuídas à interpretação da piada. Ainda que inicialmente a formação de hipóteses utilize regras lógicas dedutivas, nem todas as hipóteses são regidas por elas, posto que a confirmação dessas hipóteses, e, por conseguinte, os êxitos inferenciais do ouvinte, são atributos tanto lógicos como cognitivos.

Diante do exposto, na interpretação da piada acima podemos especular sobre o(s) significado(s) a partir de um conjunto de suposições {I} válidas, fornecidas pelo mecanismo processual do ouvinte. Nesse processo, a formação inicial de hipóteses será submetida às regras de dedução, as quais vão confirmar ou fortalecer, dentre as suposições relevantes, a mais relevante, ou seja, aquela que mais se ajusta cognitiva e psicologicamente ao desfecho da piada. Contudo, pode ocorrer de o mecanismo dedutivo contradizer ou refutar essa hipótese e o ouvinte, por razões diversas, como veremos mais adiante, não conseguir interpretar a piada.

Para esta piada, o conjunto {I} de hipóteses iniciais seria intuitivamente formado pelas seguintes suposições válidas, geradas a partir do último enunciado da enfermeira:

- i) o paciente descobre que também vai morrer logo, e é por isso que já está no quarto mortuário;
- ii) o paciente não sabe que também vai morrer logo e que por isso mesmo já está no quarto mortuário;
- iii) o paciente sabe que vai morrer porque está no quarto mortuário;
- iv) o paciente também vai morrer um dia porque está no quarto mortuário;
- v) o paciente não vai morrer porque não está gemendo;

- vi) o moribundo está gemendo na cama ao lado em função de sua estância no quarto mortuário;
- vii) o moribundo que está gemendo vai morrer porque a enfermeira se nega a ajudá-lo;
- viii) hoje a enfermeira de plantão é a que conversa com o paciente;
- ix) a raiz quadrada de 144 é 12.

Embora todas as suposições acima tenham validade lógica, “viii” e “ix”, no entanto, não são contextualmente relevantes para a interpretação da piada. As colocamos intencionalmente para explicar como se processa a seleção das suposições relevantes a partir das premissas fornecidas. Por conseguinte, ainda que o mecanismo processual humano reconheça muitas suposições lógicas sintática e semanticamente válidas, estas duas últimas suposições serão automaticamente excluídas do processo de interpretação porque não têm validade pragmática, ou seja, não têm nenhuma implicação de adequação que seja relevante ao contexto da piada. A adequação ao contexto é, então, parte da seleção das suposições válidas que formam as hipóteses.

### 3.3.3 – A confirmação das hipóteses

A partir das sete suposições restantes, como será que o mecanismo dedutivo seleciona a suposição mais relevante?

Do mesmo modo que o descrito no parágrafo acima, as suposições “iv”, “v”, “vi” e “vii” serão excluídas do processo porque, ainda que se enquadrem ao contexto, não contém a força ilocutória de um ato de fala cômico. Por tratar-se de uma piada, o sistema inferencial do ouvinte valida somente as suposições que se ajustem contextualmente a um significado cômico. Sendo assim, em “iii”, “ii” e “i” há evidências de comicidade, posto que as três suposições válidas, além de estarem conectadas ao contexto, apresentam, ao que parece, alguma relação de implicação relacionada às características da incongruência, o que pode conduzir o mecanismo dedutivo do ouvinte na direção de uma interpretação humorística.

Contudo, com menor probabilidade de seleção, e, por conseguinte, com menos chance de ter sua hipótese confirmada pelo sistema cognitivo do ouvinte/leitor, a suposição “iii” destoa da finalização da piada, no sentido de que o ouvinte parte do pressuposto que o paciente “sabe” que vai morrer e que por isso está no quarto mortuário. A hipótese desta suposição não será confirmada pelo sistema cognitivo do ouvinte porque ela não fornece evidências de comicidade. Esta posição de “consciência” sobre a morte do paciente não é, de nenhuma maneira, cômica, uma vez que não quebra a “normalidade” do estado de coisas do mundo do ouvinte, ou seja, não é incongruente.

Quanto à suposição “ii”, embora contextualmente relevante, não faz sentido, pois as duas evidências fornecidas pela suposição se opõem internamente, rompendo a lógica da suposição. Ela não produz o significado cômico esperado porque remete à idéia de que o paciente, apesar de estar no quarto reservado aos pacientes terminais, não tem consciência, e nunca terá, de que também “logo” vai morrer. Essa aparente inconsciência do paciente sobre a probabilidade de sua morte converge na mesma direção da inconsciência generalizada que move todo ser humano, pelo menos a grande maioria, quando é submetido a tratamento médico e precisa ser internado: o desejo de recuperação e o de voltar rapidamente para casa, afinal ninguém, em são consciência, gosta de ficar hospitalizado. A hipótese de confirmação dessa suposição também será descartada pelo sistema cognitivo do ouvinte porque ela não é incongruente.

A suposição “i”, no entanto, complementa a suposição “ii”, e reúne todas as possibilidades de ser a selecionada, haja vista que, do ponto de vista cômico, é a que mais se ajusta à (in)congruência do mundo dos enfermos e pacientes terminais. É a suposição “i” que faz a ligação entre o estado de inconsciência do paciente da suposição “ii” e a tomada de consciência de sua condição terminal. É esta suposição que revela ao ouvinte/leitor da piada que o paciente, apesar de estar no hospital devido a uma enfermidade – o texto não fornece maiores informações sobre a doença do paciente –, não tinha consciência da gravidade do seu caso, nem de que também iria morrer logo e nem de que estava no quarto mortuário.

É a suposição “i” a que, de acordo com o princípio de relevância, causa maior efeito cognitivo “humorístico” no ouvinte e exige menor esforço de processamento. De acordo com Ayan (2009 b), “é esse aspecto mnemônico que se mantém mais ativo do início da

piada até seu clímax” (p. 55). A suposição “i” é, portanto, a mais relevante, nessa piada, e, por conseguinte, a que terá sua hipótese de relevância confirmada pelo mecanismo dedutivo do ouvinte. A enfermeira, no entanto, não diz diretamente ao paciente em nenhum momento da narração, que ele vai morrer logo. Mas, embora ela simplesmente tenha feito uma asserção sobre o fato de que o quarto em que ele está é o quarto mortuário, ela indiretamente comunica isso. Cabe ao ouvinte/leitor da piada fazer as inferências necessárias para encontrar o significado relevante comunicado pela enfermeira no desfecho da piada.

Na piada, o narrador é consciente de que, a partir de sua ação ostensiva, o esforço cognitivo do ouvinte será tal que valerá a pena processar a história. Para Sperber e Wilson, porém, a validação de uma suposição poderia exigir muito tempo e esforço se o ouvinte empreendesse a tarefa de provar todas e cada uma das hipóteses para decidir a que melhor se adequaria ao princípio de relevância, o que inviabilizaria o processo, pois o tornaria muito moroso. Pela teoria, na piada acima, se o ouvinte assume que o narrador intenciona que a hipótese “i” lhe seja relevante, ele (ouvinte) a processará inferencialmente e vendo que esta hipótese se assenta ao princípio de relevância, porque nela há um equilíbrio entre esforço de processamento e o efeito que o satisfaz humoristicamente, ele interrompe imediatamente o processamento mental neste ponto, sem necessitar provar nenhuma das outras hipóteses.

Dessa forma, em qualquer piada, ou bem o narrador comunica a primeira suposição que se adequa ao princípio de relevância humorístico do ouvinte ou não conseguirá comunicar nada em absoluto. Logo, se o narrador desejasse comunicar “v”, por exemplo, esta piada não serviria; o narrador deveria recorrer à outra estratégia mais explícita tal que o ouvinte acessasse “v” e não “i”, como o fez. Para tal, haveria a necessidade de se estruturar todo o texto e, em consequência, sua narração.

Nesse sentido, podemos afirmar com segurança que toda piada comunica a presunção de sua relevância ótima. É esta a idéia básica que permeia nossa reflexão nesta pesquisa.

Vejamos outro exemplo:

O caipira pagou a última prestação de uma dívida a uma agiota e exigiu recibo.  
\_ O senhor pensa que eu vou cobrar de novo? Não confia em mim?

\_ Não, é que quando eu chegar na porta do céu, São Pedro pode querer ver o recibo e eu num vô andá o inferno todo pra achá o sinhô não.

Nessa piada, poderíamos igualmente especular sobre um outro conjunto {I} de suposições derivadas das premissas iniciais dadas pelo texto e selecionar as mais relevantes para o processamento do humor. No entanto, como nos parágrafos anteriores descrevemos detalhadamente um processo semelhante de explicação que poderia muito bem ser aplicado a esta piada, não o faremos novamente. Contudo, achamos relevante analisarmos a piada a partir da hipótese de relevância do ouvinte/leitor.

A suposição (mais) relevante nesta piada e que provavelmente será confirmada pelo mecanismo cognitivo do ouvinte, porque atende ao princípio de relevância, é a que possibilita reconhecer que, diferentemente do caipira que quando morrer acredita que vai para o céu, o agiota quando morrer “vai para o inferno”. Esta é a suposição que terá sua hipótese confirmada pelo sistema de processamento de informações do ouvinte. No entanto, essa suposição deverá ser inferida pelo ouvinte, uma vez que não está explícita no texto.

Veja-se, contudo, que esse mecanismo dedutivo do ouvinte vai formulando as hipóteses à medida que a história progride, para, no desfecho da piada, sintetizar e confirmar a hipótese que contém a suposição mais relevante. Mas, sob que condições se dá na piada o processamento de informações, se na piada existe uma codificação e uma decodificação de um significado lingüístico que fica aquém daquilo que o narrador pretende comunicar? De acordo com Sperber e Wilson (op cit), o significado linguístico é apenas uma parcela da intenção informativa e da intenção comunicativa do narrador e auxilia o ouvinte a inferir o significado que o final da piada fornece implicitamente, ou não fornece. É sobre isso que discorreremos nas próximas páginas.

#### 3.3.4 – A intenção humorística como *input* pragmático

Quando alguém ouve (ou lê) uma piada e, após interpretá-la, ri, nem todas as suposições geradas pela sua mente alcançam o mesmo grau de relevância, posto que, de acordo com a Teoria da Relevância, cognitivamente as suposições se organizam em um *continuum* de maior a menor probabilidade. Como o princípio de relevância reivindica a

hipótese de que o ouvinte tende a prestar mais atenção naquilo que lhe interessa – naturalmente não se pode prestar atenção ao mesmo tempo a todas as informações que bombardeiam a mente – muita informação na piada é só tratada num primeiro nível de processamento. Outras informações, porém, por serem (mais) relevantes, porque modificam de alguma maneira uma crença do ouvinte, passam a um segundo nível de processamento.

Nesse sentido, na interpretação de uma piada, a atenção humana, bem como seus recursos de processamento, volta-se para as informações com predisposição de maior relevância – as que causam maior efeito cognitivo e requerem menor esforço de processamento. Por isso, se o indivíduo que ouve/lê uma piada prestar mais atenção às suposições nas quais mais confia, a probabilidade dele ter êxito na interpretação é tanto maior quanto o grau de confiança que ele tem de julgar essas suposições geradas, como provável ou possivelmente verdadeiras. Mas, cognitivamente, o que diferencia uma piada de uma conversa espontânea?

De acordo com Muniz (2004), uma das características da piada é ludibriar o ouvinte, despistá-lo, brincar com os possíveis efeitos de sentido que ela pode conotar, levando o ouvinte a construir várias interpretações possíveis, “para em seguida impedir-lhe algumas, até que, ao final do texto, apenas um sentido deve ser levado em conta para que a piada produza “graça” que esse gênero requer” (p. 26). Para Conde (2005), que opõe a piada ao chiste, enquanto este é efêmero e momentâneo, a piada se caracteriza pela propriedade de poder se repetir várias vezes.

No entanto, cognitivamente, conforme vimos nas páginas anteriores, o que diferencia uma piada de uma conversa espontânea é o grau de imprevisibilidade do(s) significado(s) da conversa improvisada em oposição ao grau de previsibilidade da piada. A oposição ao conceito “conversa improvisada” tem o caráter de reforçar a intenção comunicativa e informativa do narrador da piada sobre um texto elaborado com anterioridade – o narrador já conhece de antemão a sequência narrativa da história, o comportamento psicológico dos personagens, a ação inerente a cada um deles, o deslocamento espaço-temporal da narração e o desfecho da história<sup>95</sup> (YUS RAMOS, 1995-96).

---

<sup>95</sup> Como na “contação” da piada não há uma mudança de turno entre o narrador e o(s) ouvinte(s), tal qual ocorre em uma interação comunicativa normal, cotidiana, convencionamos que não há interlocutores, somente ouvintes.

Já na conversa improvisada, espontânea, há um intercâmbio de informações novas e velhas entre os interlocutores, os quais, movidos por intenções comunicativas distintas (SPERBER e WILSON, 1995), se alternam entre turnos conversacionais, na busca de uma harmonização do Princípio de Cooperação (Grice, 1975) e de preservação de face muitas vezes conflituosa (BROWN e LEVINSON, 1986).

Contudo, tanto na conversa espontânea quanto na piada, como o intercâmbio verbal ocorre sob muitos princípios, alguns lingüísticos, outros cognitivos, outros sócio-culturais, narrador e ouvinte criam, reforçam ou recriam expectativas de significados que decorrem de processos de interpretação que podem ser, ou estar, mais ou menos salientes e/ou mais ou menos explícitos no texto e no contexto da interação. Enquanto na conversa espontânea a intenção, tanto do locutor quanto do interlocutor, depende da negociabilidade contextual do contrato comunicativo, na piada o contrato comunicativo é intencionalmente orientado, pela ostensão do narrador, para a criação de um efeito humorístico.

Partindo dessa premissa, se recorrermos ao esquema que Sperber e Wilson (1995, p. 28) fazem sobre a atribuição da intenção à comunicação, podemos aplicá-lo à interpretação da piada<sup>96</sup>.

Esquema de interpretação do significado “x” da piada, baseado na teoria da relevância:

- i) o narrador “F” tem a intenção “i” de tornar manifesto “x”;
- ii) ao tornar manifesto “x”, “F” tenciona causar um efeito “h” no ambiente cognitivo do ouvinte “O”;
- iii) “O” reconhece a intenção “i” de “F”;
- iv) o reconhecimento por “O” da intenção “i” de “F” funciona, pelo menos, como parte da razão de “O” interpretar “x”.

---

<sup>96</sup> Conforme Sperber e Wilson (op cit. p. 21), esta proposta é de Grice (1957) e previa o seguinte postulado: “[F] queria dizer algo por meio de *x*” é (mais ou menos) equivalente a “[F] tenciona que o enunciado de *x* produza algum efeito significativo num ouvinte através do reconhecimento dessa intenção”. Segundo os autores, Strawson (1964) reformula esta análise de Grice, separando-a em três subintenções, a saber: a) o enunciado *x* produzido por F produzir uma certa resposta *r* num certo ouvinte O; b) O reconhecer a intenção (a) de F; c) o reconhecimento de O da intenção (a) de F funcionar como, pelo menos, parte da razão de O dar a resposta *r* de O.

À semelhança de uma conversa espontânea, na piada a intenção do narrador é de causar diretamente uma modificação, não nos pensamentos do interlocutor, mas no seu ambiente cognitivo, mais especificamente sobre seu conhecimento enciclopédico. Como a intenção do contador da piada é fazer o ouvinte rir dela, o narrador cria expectativas de que o ouvinte “entenda” a piada.

No entanto, os efeitos cognitivos reais de uma modificação no ambiente cognitivo do ouvinte – o entendimento e a interpretação da piada – são previsíveis apenas em parte, haja vista o grande número de variáveis linguísticas e não-linguísticas – cognitivas e sócio-culturais – que atuam cognitivamente no processo de interpretação humano. A precisão ou imprecisão da interpretação da piada decorre, além de fatores lingüísticos e sócio-culturais, da capacidade cognitiva-dedutiva tanto do narrador quanto do ouvinte.

Vejamos como isso se aplica ao esquema acima:

Duas secretárias falam do executivo que acaba de entrar em sua sala:  
\_ Como ele se veste bem, não acha?  
\_ Sim... e rápido.

Quanto à análise e explicação da piada do ponto de vista dos elementos lingüísticos-estruturais, o capítulo 1, parte II, fornece bons argumentos sobre todos os detalhes e possibilidades de interpretação. Quanto à intenção pragmática, tanto do narrador quanto do ouvinte, a análise da piada acima pode ser descrita basicamente como segue:

O narrador “F” tem a intenção “i” de tornar manifesto “x”. Com isso o narrador “F” tenciona causar um efeito “h” no ambiente cognitivo do ouvinte/leitor “O” de maneira que “O” interprete “x”. Para tanto “F” cria expectativas de que “O” reconheça “i” e que ao reconhecer “i”, “O” interprete “x”. Por sua vez, “O” cria expectativas sobre a manifestabilidade da intenção “i” de “F” sobre “x”. “O” espera reconhecer/interpretar “x”.

De acordo com a Teoria da Relevância, o reconhecimento de “x” por “O” implica que dentre um conjunto de suposições possíveis geradas pelo final da narração, o sistema

dedutivo do ouvinte/leitor “O” elegeu a suposição que lhe pareceu mais relevante produzida pelo final da piada, ou seja, após ouvir/ler a piada “O” interpretou que a segunda secretária, além de concordar com opinião da primeira sobre o vestuário do executivo, também já transou com ele. Todavia, ter transado como o executivo não é o significado “x” que “F” tenciona tornar manifesto a “O”; ter transado com o executivo é parte de “x”.

A réplica da segunda secretária fornece ao ouvinte/leitor as informações de que, além dela ter transado com o executivo, a transa se deu ou no próprio escritório (talvez no banheiro) ou em um lugar próximo ao escritório, e que a transa fora bem rápida e que, quiçá devido à urgência dos afazeres laborais dos dois ou o receio de serem surpreendidos, ele teve que se vestir depressa. A segunda secretária fornece, portanto, evidências, tanto linguísticas quanto pragmáticas, de que, além de concordar com sua colega, ela admira a rapidez com que o executivo se veste após uma “rapidinha”. Isso tudo é “x”. “O” deve reconhecer esse “x” porque, em tese, essa é a suposição mais relevante: a que causa maior efeito e exige menor esforço de processamento.

Vejamos outro exemplo:

- O guarda faz sinal para o motorista parar, na rua. O motorista abaixa o vidro:
- \_ O que houve seu guarda?
  - \_ Não sei se o senhor soube. Sequestraram nosso prefeito. Os sequestradores dizem que se não pagarmos o resgate, jogarão gasolina e o queimarão vivo. Estamos pedindo ajuda. O senhor contribuiria?
  - \_ Quanto estão dando em média?
  - \_ Ah, entre 5 e 10 litros.

Feitas as devidas considerações iniciais sobre as intenções humorísticas de “F”, ao término da piada o mecanismo cognitivo de processamento do ouvinte/leitor “O” busca uma solução para resolver a aparente incongruência gerada no final da história, afinal de contas, do ponto de psico-cognitivo, há uma “incoerência” entre a pergunta do motorista – que carrega a força de um ato ilocutório de predisposição em contribuir com a campanha – e a resposta “entre 5 e 10 litros” do guarda de trânsito. De acordo com o princípio de relevância, o mecanismo dedutivo do ouvinte “O” seleciona, dentre algumas suposições evidentes, a mais relevante ao caso, que resolva o problema de incoerência psicológica. Nesse plano, a interpretação da piada, e em consequência o riso, se caracteriza pelo reconhecimento “x” que o ouvinte “O” faz do desfecho.

A implicação contextual gerada pelo desfecho da piada, e à qual o ouvinte “O” deve chegar, é que, se depender do guarda e dos outros motoristas que já colaboraram com a campanha, o prefeito será queimado vivo. Tudo isso é “x”. Mais: de acordo com Balzano (2001), cada vez que nos deparamos com uma situação incongruente ou experimentamos algo que não se enquadra às normas pré-estabelecidas do mundo, rimos dele. Neste caso, é bem provável que essa situação incongruente provoque o riso, pois viola as expectativas de um mundo intrinsecamente ordenado em que não se queimam políticos (ainda que alguns mereçam isso).

Enfim, a interpretação de “x” é produto, além das informações contextuais internas à piada, da capacidade do ouvinte/leitor “O” agregar ao processo outras tantas informações que estão fora da narração da piada, tais como crenças, tabus, valores, atitudes, etc. que fazem parte do conhecimento sócio-cultural do indivíduo “O”.

Na próxima seção teceremos algumas reflexões sobre a importância da formação e confirmação das hipóteses geradas pela piada.

### 3.3.5 – O módulo psicológico e o processamento dedutivo-inferencial

Para que expliquemos como se dá o processo de interpretação da piada, a partir dos pressupostos da Teoria da Relevância, temos que antes retomar uma concepção básica da teoria da modularidade da mente proposta por Fodor (1983) e sobre a qual a Teoria da Relevância se desenvolve.

Segundo Sperber e Wilson (1995), a interpretação humana se dá via “sistemas de entradas” e “sistema central”. Nessa concepção, os sistemas de entrada dizem respeito ao processamento das informações e, como o próprio termo denota, são responsáveis pelas entradas na mente dos estímulos sensoriais que serão processados pelo sistema central – neste nível atuam os elementos potenciais que vão servir de *inputs* ao processamento da piada. É nesse estágio, portanto, que são contabilizadas, além dos dados lingüísticos morfo-sintático-fonológicos das elocuições ostensivas proferidas pelo narrador, as informações contextuais situacionais, tais como, tempo, espaço, características, gestos, comportamentos e atitudes do narrador no momento em que conta a piada.

Como os sistemas de entrada são sistemas especializados responsáveis pela percepção de mundo, tanto do locutor quanto do ouvinte, eles atuam como massa de estímulos sensoriais na formação das hipóteses de suposições relevantes. Portanto, os sistemas de entrada transformam as informações sensoriais de nível inferior em representações conceituais (RCs) de nível superior, de maneira que estas se encontrem todas dentro de um mesmo formato mental de processamento, qualquer que seja a modalidade sensorial de que derivem.

De acordo com os autores, uma “suposição factual” é uma propriedade mental que permite aos indivíduos avaliar, qualificar, confirmar, descrever ou modificar uma representação conceitual do mundo real como verdadeira, provavelmente verdadeira, possivelmente verdadeira ou falsa (p. 74). Sendo assim, a piada, ou mais especificamente a interpretação da piada, pode ser pensada como uma “suposição factual” no sentido de que, como suposição gerada no ato do processamento inferencial, permite confirmar, fortalecer, contradizer, rever ou transformar o mundo mental do indivíduo.

Na piada, como seu acesso se dá via percepção sensorial, seja ele oral ou visual, os sistemas centrais do ouvinte têm que fazer a integração das informações derivadas dos sistemas perceptuais com as informações armazenadas na memória conceitual. No entanto, as representações conceituais captadas pelos sistemas de entrada deverão ser transformadas em uma forma lógica – uma linguagem mental –, visto que não é a mesma coisa a mente processar um estímulo proveniente das entradas e uma representação do estímulo, ou seja, a memória conceitual armazenará a representação dos estímulos trazidos pelos sistemas de entrada, e não os estímulos. Nesse sentido, estes sistemas são responsáveis pela ostensão do falante e pelas inferências do ouvinte (cf. SPERBER e WILSON, *op cit*, pp. 137-138).

A Teoria da Relevância prevê ainda que o mecanismo dedutivo-inferencial humano é composto por quatro fontes de processamento de informações:

- i) percepção sensorial;
- ii) decodificação linguística;
- iii) memória conceitual;
- iv) processos dedutivos.

A teoria prevê também que a interpretação de enunciados é realizada em função da avaliação psicológica da relevância da informação. Para Sperber e Wilson, a relevância é uma propriedade psicológica inerente aos seres humanos que faz com que um enunciado valha a pena ser processado por seus efeitos cognitivos e esforços de processamento: uma informação relevante é aquela que causa maior efeito cognitivo e exige menor esforço de processamento.

No entanto, ainda que os autores façam uma boa reflexão sobre o desejo e a intenção comunicativa e informativa do falante, deixam pouco clara a explicação sobre as condições de processamento das crenças, tabus e convenções, haja vista que estes elementos, que são representações atitudinais culturais tanto do falante quanto do ouvinte e que estão armazenadas na memória conceitual na forma de suposições factuais e esquemas de suposições, se combinam com outras suposições factuais e esquemas de suposições e vão rever, confirmar, fortalecer, contradizer ou refutar uma hipótese formulada sobre um estímulo sensorial.

Em efeito, para que a interpretação da piada seja processada como uma suposição factual, e temos boas razões para acreditar nisso, reivindicamos uma revisão no paradigma dedutivo-inferencial sugerido por Sperber e Wilson (op cit), acrescentado ao sistema de processamento, um mecanismo de avaliação psicológica, ao qual chamamos “módulo psicológico”.

Podemos considerar que esse mecanismo psicológico opera em dois níveis:

- i) é responsável pela seletividade das expectativas de relevância dos *inputs*, lingísticos e não lingísticos, que entraram no sistema cognitivo;
- ii) é responsável pela avaliação (validação ou não) das suposições factuais processadas pelo mecanismo dedutivo-inferencial de informações, tanto do narrador quanto do ouvinte da piada.

Dessa forma, o módulo psicológico surge como principal elemento mental responsável pela interpretação da piada, uma vez que é ele que estabelece a conexão cognitiva entre a ficção e a realidade da piada, além de “captar” o alívio da excitação

psicológica provocada pela aplicação das regras de dedução e que o ouvinte explicita no riso.

Além dessa reorganização procedimental inicial para o sistema de processamento de interpretação da piada, entendemos que o processo dedutivo-inferencial ocorre no que chamaremos nesta pesquisa “memória operacional”, sistema responsável pela computação das regras dedutivas inferenciais. A opção pelo termo “operacional” é justamente para contrapor-la à memória “conceitual”, já que do ponto de vista das teorias cognitivistas, estas memórias são chamadas memória de “longo prazo” e memória de “curto prazo”, respectivamente.

Diante disso, temos que o mecanismo cognitivo humano responsável pelo processamento das informações contempla as seguintes fontes ou níveis de processamento:

- i) percepção sensorial;
- ii) decodificação linguística;
- iii) memória conceitual;
- iv) módulo psicológico
- v) memória operacional.

Ademais, entendemos que o mecanismo de dedução-inferencial proposto por Sperber e Wilson (op cit), abrange todos os mecanismos processuais de interpretação, ou seja, o mecanismo dedutivo-inferencial é o sistema que integra, tanto as informações derivadas dos vários sistemas de entrada, quanto as informações derivadas das inferências. Dessa forma, nesta pesquisa, quando fizermos menção ao termo “mecanismo dedutivo-inferencial”, estamos nos referindo a todos os mecanismos acima; já o termo “memória operacional” se refere somente ao estágio de operações dedutivas-inferenciais lógicas desse sistema.

Esta proposta se justifica pela necessidade que temos de explicar como atuam na interpretação da piada os componentes pragmáticos, tais como relevância, desejos, intenções comunicativas, pensamentos, crenças, convenções, etc., tanto do narrador quanto

do ouvinte da piada<sup>97</sup>. Alertamos, no entanto, que a ordem em que os níveis de processamento aparecem elencados no parágrafo anterior não necessariamente reflete a sequência de processamento da piada, haja vista que a sistematização da interpretação do ser humano não é metodicamente seqüencial, mas, integrada, como se verá a seguir.

Diante dessas considerações, é possível pensar que, na ótica da Teoria da Relevância, os processos mentais de interpretação de uma piada ocorrem da seguinte maneira:

- No tempo “t”, os sistemas de entrada (sentidos) captam um estímulo sensorial oral (via um narrador) ou visual (via leitura) e enviam-no ao mecanismo de percepção sensorial;
- O mecanismo cognitivo de percepção sensorial transforma o conteúdo do estímulo em uma representação conceitual (uma representação do estímulo).
- A representação conceitual do estímulo passa ao mecanismo de decodificação linguística, que pelas propriedades da explicatura, converte essa representação conceitual em uma forma lógica – uma linguagem mental para o estímulo.
- A forma lógica é enviada à memória conceitual onde se combina com outras formas lógicas completas (suposições) ou incompletas (esquemas de suposições) armazenadas como conhecimento enciclopédico. Nesse estágio, a memória conceitual parametriza, seleciona e categoriza os termos referentes de modo que a forma lógica, enriquecida pelos conceitos, se converte em uma forma proposicional.
- Nesse ínterim, entra em jogo o módulo psicológico que, orientado pelo princípio de relevância, gera expectativas de significado sobre uma base de hipóteses para a forma proposicional.
- Se as expectativas de relevância forem favoráveis a uma, e apenas uma, hipótese contextual, a forma proposicional dessa hipótese é encaminhada à memória operacional, que a submete ao constrangimento de regras dedutivas-inferenciais.

---

<sup>97</sup> Entendemos que nesse sistema, embora as crenças e convenções estejam armazenadas na memória conceitual na forma de conceitos, são processadas pelo módulo psicológico, uma vez que as informações disponíveis de conhecimento armazenadas nessa memória são de natureza cultural.

- Por meio de inferências dedutivas não-triviais, a forma proposicional se combina com massas de conhecimento enciclopédico de suposições e esquemas de suposições armazenadas na memória conceitual, além dos conceitos que o ouvinte tem das crenças, convenções e valores sociais, e gera uma implicação contextual.
- A forma proposicional resultante dessa implicação contextual é, então, submetida ao crivo do módulo psicológico que, pela sujeição dos interesses, crenças e convenções do ouvinte, gera expectativas de uma plausível força de verdade para a proposição.
- A força da forma proposicional é avaliada pelo módulo psicológico em termos de efeito cognitivo que provoca no ouvinte, da seguinte forma: i) se o efeito cognitivo da forma proposicional for nulo – o estímulo não for relevante – o módulo psicológico invalida a hipótese inicial e interrompe o processo; ii) se o efeito for pequeno, mas o estímulo for relevante, a plausibilidade de verdade da proposição – sua força proposicional – poderá ser enriquecida com informações novas de modo que essas informações, se submetidas às regras de dedução, aumentem ou reduzam o efeito cognitivo; e iii) se o efeito cognitivo for grande, o módulo psicológico confirma a hipótese inicial relevante como sendo a suposição válida para o estímulo e atribui à forma proposicional uma forma atitudinal plena.
- Essa suposição no formato proposicional atitudinal ganha dois segmentos: i) se integra à memória conceitual e é armazenada como representação de informação nova, no formato de conhecimento enciclopédico, e ii) promove a contextualização mental do estímulo, ou seja: interpreta o significado.
- Enquanto isso, o módulo psicológico sinaliza um alívio da excitação gerada pela computação da regras dedutivas-inferenciais e converte o efeito cognitivo da forma proposicional plena em “entretenimento humorístico” que o ouvinte o explicita no riso.

Nessa hipótese, de acordo com Sperber e Wilson (op cit), todo o processo ocorre no nível de uma linguagem mental e nesta, a forma proposicional das suposições, sua forma

lógica, é composta por constituintes menores (os conceitos) cujas presenças e arranjos estruturais são sensíveis às regras de dedução. Portanto, uma piada (uma suposição factual) nada mais é do que um conjunto estruturado de conceitos representados numa linguagem mental, ou seja, na piada os conceitos são objetos psicológicos abstratos armazenados em um endereço na memória conceitual (uma espécie de ficha catalográfica que contém as representações do mundo)<sup>98</sup>.

Deve ficar claro que a relevância sensorial de uma piada só será avaliada pelo módulo psicológico em termos do melhoramento, ou modificação, que ela traz à representação do mundo do indivíduo, uma vez que uma representação do mundo é composta por um armazém de suposições factuais que se encontram dentro de uma organização interna na mente.

Para que uma representação conceitual entre no processamento lógico é necessário que ela esteja bem formada, possua uma forma lógica, enquanto que para que seja verdadeira ou falsa, tem que estar semanticamente “completa”, ou seja, representar um estado de coisas cuja existência num mundo real ou possível a torna verdadeira. No entanto, a mente não só constrói e armazena formas lógicas: ela as trata de maneira diferente, como objetos de atitudes diferentes, tais como as das crenças, das convenções e dos desejos. O que o módulo psicológico inter-relaciona, portanto, é a relevância de um *input* sensorial de entrada com o efeito humorístico desse estímulo.

Conforme Yus Ramos (1995/96), essa concepção se alinha à idéia de Freud de que o prazer associado ao humor é derivado da satisfação de impulsos inibidos, principalmente sexuais, ou agressivos, cuja expressão se permite mediante a piada. Conforme vimos quando abordamos a questão do contrato comunicativo humorístico, o descobrimento de ter sido intencionalmente enganado e a resolução da incongruência produz no ouvinte um aumento da atividade cognitiva e um aumento da excitação de prazer que se converte humor. Portanto, segundo Yus Ramos (op cit), a chave do efeito humorístico parece residir no “alívio psicológico” ou “entretenimento humorístico” que sente o ouvinte depois de ouvir a piada e ter resolvido a incongruência que esta contém.

---

<sup>98</sup> O endereço pode armazenar várias informações para um conceito, informações essas que podem ser recuperadas como constituintes de uma forma lógica para as regras dedutivas.

Esperamos que, com essa reflexão, os processos e procedimentos de interpretação da piada pelo ouvinte estejam explicados. Contudo, isso não significa que esta hipótese seja o único e verdadeiro meio de explicar a interpretação da piada. Reforçamos a idéia de que devem existir outros processos de interpretação e explicação, não só da piada, mas de outras tantas manifestações cômicas.

É evidente que a interpretação da piada, além de ativar os processos inferenciais, simples e complexos, está sujeita às variantes cognitivas e psicológicas do ouvinte. Por exemplo, na interpretação de uma piada deve-se considerar o “momento psicológico” em que se encontra o ouvinte, pois o efeito piadístico, o “entretenimento cômico”, depende muito desse estado psicológico, haja vista que é esse estado emotivo-afetivo o responsável por externar o entretenimento cômico da piada, ou seja, o riso. Contudo, por agora nos basta esta reflexão explicativa, já que nosso objetivo nesta parte do capítulo é refletir sobre a interpretação da piada e não sobre sua não-interpretção. Mais adiante voltaremos a esse assunto.

### 3.3.6 – O papel das crenças e da cultura na interpretação da piada

Diferentemente do modelo de *script* proposto por Raskin e Attardo (apud Attardo, 1994) o conceito de piada que reivindicamos nesta pesquisa pode ser pensado como a narração de um fato que põe em evidência dois referentes – um real e um possível – numa relação em que ambos os referentes são representados por um único conceito. Este conceito, ao aplicar-se a ambos os referentes, os torna unilateralmente similares. O que diferencia os dois referentes na piada é que esta, ao romper repentinamente a expectativa sobre o conceito, deixa claro que este conceito se ajusta a apenas um dos referentes, com exclusão do outro.

Como a interpretação da piada está relacionada à revelação súbita de um paradoxo sobre o conhecimento internalizado do ouvinte, que choca com suas crenças e convenções armazenadas, porque estas vão além do explicitado pelo evento narrado, a ocorrência do novo, do inesperado, do anormal, do absurdo, em relação a uma suposta ordenação harmônica do mundo real, deve ocorrer num contexto seguro que neutralize a hipótese da ambigüidade e da dupla interpretação, causada pela surpresa do *punchline*. No entanto, essa

revelação súbita sobre uma hipótese que, aparentemente, destoa das expectativas previstas ao início da narração só ocorrerá se a piada puder ser contextualizada na forma de representação conceitual de uma suposição factual. O paradigma que adotamos nesta pesquisa para o conceito “contextualização” é o de um fenômeno mental que situa a suposição factual derivada pelo desfecho da piada a apenas uma hipótese (a mais) relevante (cf. SPERBER e WILSON, 1995).

No caso da piada, como é que o ouvinte seleciona a suposição factual mais relevante, se este gênero narrativo ficcional não necessariamente interpreta a realidade do mundo tal qual o percebermos, concebemos e representamos? Segundo Sperber e Wilson (op cit, p. 74), a suposição mais relevante é aquela que o indivíduo “acredita” ser a mais provavelmente ou possivelmente verdadeira, de acordo como o conhecimento que ele tem do mundo.

No entanto, como será que as regras computacionais humanas requeridas pelos esquemas de suposições factuais processam a “verdade” na piada? Pelas crenças, pelas convenções ou pelo conhecimento enciclopédico que os indivíduos tem de uma cultura? Para responder essas perguntas é necessário tecermos algumas considerações entre conhecimento, crença, convenção, verdade e validade de um sistema de premissas. Não vamos elaborar um tratado sobre estes temas, haja vista que a bibliografia especializada sobre isso é extensa e variada: nossa intenção é apenas fazer uma breve revisão das leituras que fizemos sobre estes conceitos e a apresentarmos como subsídios à análise da interpretação das piadas que faremos na sequência.

Na interpretação da piada é necessário levar-se em conta que, de acordo com a concepção relevantista de Sperber e Wilson, não há significados prontos, mas, sim, diferentes processos complexos de domínios do conhecimento que categorizam a representação da realidade, ou de uma realidade. Nessa perspectiva, conhecimento, crença e cultura são conceitos que estão em uma relação lógica de complementaridade inferencial. Desse ponto de vista, como vimos anteriormente, todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala possuem certos esquemas conceituais arquivados na memória (*frames*) que permitem que esses indivíduos transitem e interajam com certa facilidade pelo meio interpretativo do mundo que os rodeia, sem a necessidade de refazê-los cada vez que uma interação contextual (*script*) o exija.

Segundo os autores (op cit, p. 139-140), o mecanismo cognitivo-dedutivo humano contém esquemas de suposições, no formato de formas lógicas incompletas, que podem ser completados por material contextual para dar origem a formas proposicionais apropriadas às suposições factuais. Esses esquemas de suposições podem se encaixar a suposições ou a outros esquemas de suposições já armazenados na memória ou derivar novos esquemas, de forma que o resultado desses processos confirme, valide ou refute suposições factuais que são empiricamente muito fracas, mas que, quando fortalecidas pelo acréscimo de novos constituintes, podem alcançar relevância.

O processamento de informações novas e velhas se dá pela aplicação de regras analíticas e sintéticas. Para Kant (1781), um juízo analítico é um juízo *a priori*, ou seja, o resultado de uma relação do sujeito sintático com o predicado, sem referência imediata à experiência. Um juízo sintético, por sua vez, é uma conclusão, uma síntese, do conceito expresso pelo predicado ao conceito e implica sempre uma informação nova. É um juízo *a posteriori* porque diz respeito à experiência. De acordo com Haack (2002, p 231), mais recentemente as verdades analíticas foram caracterizadas como verdadeiras em virtude apenas de seu significado e as verdades sintéticas, como verdadeiras em virtude dos fatos.

A capacidade mental de um indivíduo de processar um número razoavelmente grande de informações se deve, segundo Kant (1791/1996), em grande parte, à habilidade que a mente humana tem de sintetizar conceitos simples e complexos, expressos, principalmente, pela abstração das idéias e coisas do mundo. Esses esquemas sintetizadores se adquirem, na grande maioria, mas não exclusivamente, por meio da experiência<sup>99</sup>. Para Kant, o conhecimento é o resultado de um raciocínio transcendental que diz: todo objeto deve existir num espaço tridimensional. Portanto, no modelo kantiano, o conhecimento se produz pela habilidade que a mente tem de “sintetizar” os impulsos sensoriais em significados racionais (princípios sintéticos *a priori*). A mente propicia os conceitos básicos de espaço, tempo, número, identidade, etc. responsáveis pela organização das experiências sensoriais em pensamentos significativos<sup>100</sup> (cf. TURNBULL, 1999, pp. 124-125).

---

<sup>99</sup> Assim, toda informação armazenada na mente é teoricamente um *frame* de conhecimento, um esquema mental ao qual o ouvinte recorre toda vez que se depara com uma informação nova e que para interpretá-la não tenha que (re)construir novamente todos os passos já percorridos pela mente e armazenados nas memórias de curto e de longo prazo.

<sup>100</sup> Observe que os termos *conceito* e *juízo* de Kant são tomados pelos estudos pragmáticos como *significados*.

Contudo, para Sperber e Wilson, a interpretação humana tem uma base processual cognitiva-dedutiva que é responsável pelas operações inferenciais das informações novas e velhas. Nessas operações, segundo os autores, as regras inferenciais dedutivas são não-triviais, ou seja, são regras interpretativas cujas suposições explicam ou analisam o conteúdo dos resultados das suposições das entradas de informações; são não-triviais também porque na formação de uma hipótese que envolve raciocínio criativo, dedutivo, analógico e associativo, a verdade das premissas torna a verdade das conclusões apenas provável.

Na opinião de Silveira e Feltes (1997), não há um conjunto de regras que gere somente conclusões válidas a partir de um conjunto de premissas fixadas, o que significa afirmar que na lógica dedutiva não-trivial as premissas se constroem à medida que a comunicação avança. Nesse sentido, distinguiremos a seguir dois conceitos que são, neste trabalho, os quais exigem uma clarividência conceitual profunda. Tais conceitos são “verdade” e “validade” para um sistema de premissas<sup>101</sup>.

De maneira geral, do ponto de vista da lógica dedutiva, que é a parte teórica que nos interessa nesta pesquisa, a verdade é vista como “uma propriedade de proposições, e não de argumentos. [...] uma proposição é verdadeira se há um estado de coisas na realidade que corresponde a ela. [...] A validade, entretanto, é propriedade de argumentos. Um argumento é válido se ele satisfaz os critérios que são estabelecidos para considerá-lo como tal” (SARTORI, 2004. p. 42).

Para Sperber e Wilson (op cit), as suposições factuais possuem certo grau de confiabilidade que permite ao ouvinte avaliar, qualificar e descrever uma representação conceitual, do mundo real ou não, como verdadeira, provavelmente verdadeira ou falsa (p. 74). Assim, as suposições que inspiram maior confiança no ouvinte são as que serão as mais provavelmente verdadeiras. A adequação da representação de mundo do ouvinte depende não só de quais suposições factuais ele tem em seu poder, mas também do grau de confiança que ele tem nelas, ou seja, uma representação conceitual adequada é uma representação em que existe uma boa correspondência entre as suposições factuais que o ouvinte considera bem confirmadas e as que são realmente bem confirmadas.

---

<sup>101</sup> Sobre estes conceitos, veja-se também Haack, 2002, pp. 37-56 e 126-184.

Os valores de probabilidade subjetiva das suposições revelam o seu grau de confiança e este, por sua vez, reflete a capacidade que o ouvinte tem de ajuizar uma suposição factual como mais ou menos provavelmente verdadeira<sup>102</sup>. A confiança que o ouvinte tem na probabilidade veritativa de uma suposição expressa a força dessa suposição, ou sua “verdade”.

Nesse sentido, podemos inferir que, enquanto na comunicação espontânea, a verdade de uma suposição está diretamente ligada ao grau de confiança que o ouvinte tem da fonte que a gerou, ou seja, da confiança que o ouvinte tem no falante, na piada, pelo contrário, pouco importa essa relação de confiança entre narrador e ouvinte, já que o contrato comunicativo piadístico prevê que a conotação de “verdade” na piada, pouco ou nada tem a ver com a(s) verdade(s) real(is) de mundo, tanto do narrador quanto do ouvinte. Na piada, nem narrador nem ouvinte têm compromisso com a verdade dos fatos reais do mundo. Para Gil (1998, p. 303), “Na piada não se quer convencer o leitor/ouvinte de uma “verdade”, mas persuadi-lo para levá-lo à adesão dos argumentos apresentados”.

Sperber e Wilson (1995) interpretam “crença derivada de uma inferência” como uma representação arquitetada na mente dos indivíduos e que inscreve um valor veritativo a uma atitude proposicional do mundo. Sendo assim, essa ideia de avaliar, qualificar, confirmar, descrever ou refutar uma representação conceitual do mundo real como verdadeira, provavelmente verdadeira ou falsa expressa a crença que o ouvinte tem, ou terá, na “verdade” dessa suposição, porque de acordo com os autores,

[...] temos a capacidade não só de criar suposições, mas também de raciocinarmos sobre elas e sobre outras representações. Desse modo, é possível não só confirmar a crença que P, mas também representa o fato a nós mesmos de que se acredita que P, ou de que alguém mais acredita que P, ou de que se acredita que alguém mais acredita que P, e assim por diante. A crença ou suposição que P pode ser obtida de duas maneiras distintas: quer como a suposição básica factual que P, quer como a suposição factual *eu acredito que P*<sup>103</sup> (op cit, p. 74).

Sendo assim, na interpretação da piada, enquanto uma suposição recuperada da memória conceitual do ouvinte vem com um certo grau de “força de verdade” resultante de

---

<sup>102</sup> Sobre a questão da “verdade”, veja-se também Tarski (1944/2007), Frege (1978), Wittgenstein (1953/1996), Austin (1962/1990), Haack (2002), entre outros.

<sup>103</sup> Grifo no original.

sua história de processamento – o ouvinte *acredita que P* – as suposições factuais formadas a partir da combinação dos esquemas de suposições vêm com uma “plausibilidade” inicial que as fará valer ou não a pena serem processadas, dependendo de suas histórias de processamento subsequentes. Então, dado um conjunto de suposições como premissas, podem ser confirmadas, derivadas ou refutadas outras suposições factuais como conclusões de uma “verdade dissimulada”, em um processo cognitivo que tem entre seus mecanismos computacionais regras lógicas de dedução.

Para Glock (1998), as discussões sobre o tema “crenças” surgiram com Wittgenstein, no âmbito de suas objeções às teorias do juízo, de Russell, uma vez que, a princípio, estas sustentariam a idéia dualista em que uma crença configuraria uma relação binária entre algo mental – um sujeito ou um ato de crença – e uma proposição, uma entidade objetiva, cuja existência independeria de ela constituir realmente uma crença para alguém. Na passagem 5542 do *Tractatus Logico-philosophicus* há uma análise de crença, em que se procura evitar a aparência de que uma proposição *p* ocorre sem um caráter verofuncional, quanto à possibilidade de julgar o absurdo. Wittgenstein inclui a forma proposicional em atribuição a crenças: “‘*p*’ diz *p*”. Assim, segundo Glock, tanto esta proposição quanto a proposição “*A* diz/acredita que *p*” não correlacionariam um fato *p* a um objeto, mas, sim, dois fatos: o fato descrito *p*, (supondo que *p* é um fato) e o fato constituído de um pensamento *p*. Isso seria feito pela correlação entre elementos do pensamento e objetos da realidade. A proposição “*p* diz que *p*” significa que ocorre, em *A*, um fato mental que “representa o fato de que *p*”.

No entanto, em certo sentido, a crença é uma informação representacional arquetipo. O que diferencia “crença” de “conhecimento”, e vice versa, é que, segundo Sperber e Wilson (p. 74), a crença diz respeito à avaliação que o indivíduo faz de uma suposição factual do mundo, como verdadeira, provavelmente verdadeira ou falsa (acreditar que *P*, ou acreditar que alguém acredita que *P*); o conhecimento, por sua vez, diz respeito ao efeito que a representação conceitual dessa suposição factual provoca no sistema cognitivo do ouvinte.

Nessa perspectiva, crença e conhecimento se alinham ao que Sperber (1997) chama “crença intuitiva” e “crença reflexiva”. Para o autor, a primeira é baseada na representação

de uma percepção sensorial e a segunda é construída por meio de uma inferência, cujo resultado expressa uma atitude proposicional reflexiva sobre uma representação conceitual.

Sendo assim, odemos pensar que para a interpretação da piada um estímulo sensorial confirma, modifica ou refuta uma crença da seguinte maneira:

- i) se a informação nova ao se combinar com informações velhas armazenadas na memória conceitual produz um resultado que modifica de alguma maneira o ambiente cognitivo do indivíduo, esse resultado é avaliado pelo módulo psicológico como verdadeiro, provavelmente verdadeiro ou possivelmente verdadeiro e se converte em um conhecimento enciclopédico aceito pelo ouvinte como “forte”, “pouco forte” ou “fraco”;
- ii) caso o resultado dessa combinação já exista na memória conceitual, ou o módulo psicológico o avalie como falso (não acredito *que P* ou acredito *que não-P*<sup>104</sup>), seu processo de armazenagem na memória conceitual não se efetiva, porque a memória conceitual o refuta.

Portanto, é possível inferir que a crença leva ao conhecimento, e o conhecimento, quando submetido às regras detutivas-inferenciais, confirma, reforça ou refuta uma crença já existente sobre um conceito, uma vez que o ouvinte está inevitavelmente sujeito às influências das variáveis da realidade que o rodeia. No modelo de Kant, crença é *a priori* e conhecimento é *a posteriori*. No entanto, no modelo cognitivo que reivindicamos nesta pesquisa o que é *a priori* para alguns pode ser *a posteriori* para outros, e vice versa.

E no caso da piada, como é que o sistema lógico-dedutivo processa as crenças? De acordo com Sartori (2004), “as crenças, por si só, não são do interesse da Lógica. Elas passam a fazer parte dos interesses da Lógica quando elas são obtidas por *inferências*”<sup>105</sup> (p. 13). Desse modo, como no processamento da piada o ouvinte recorre inevitavelmente ao seu sistema cognitivo-dedutivo, que, devido ao princípio de relevância opera por regras

---

<sup>104</sup> Nessa perspectiva, uma falsa crença também é verdadeira no sentido de que será armazenada como uma negação de uma verdade.

<sup>105</sup> Grifo do autor.

infrenciais lógicas, é de pressupor que o ouvinte recorra às suas crenças para processar informações.

Além disso, na interpretação da piada, há que se considerar as convenções, linguísticas e não-linguísticas, adotadas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. Do ponto de vista semântico-pragmático, o termo “convenção” remete a um valor de verdade que os indivíduos de determinada cultura atribuem arbitrariamente à representação de um conceito. Portanto, no módulo das convenções não há nenhuma razão que motive, explique ou justifique a relação entre o conceito e o referente, evento ou ideia denotado pela convenção. Para darmos conta da interpretação da piada, entendemos “convenção” como uma abstração em forma de um código que representa esse conceito e que não admite uma confrontação escalar de interpretação como verdadeiro, provavelmente verdadeiro, possivelmente verdadeiro ou falso. Do ponto de vista cultural, uma convenção é o que é por si só, e basta.

Vejamos a seguir uma piada retirada de Gil (1998, p. 304) em que os conceitos de crença e de convenção ficam evidentes.

Duas mulheres conversando no cabeleireiro:

\_ Meu marido viaja muito. Só passa um mês em casa, durante todo o ano.

\_ Hum... deve ser muito aborrecido para você, não querida?

\_ Até que nem – fala a outra – Um mês passa rápido.

O humor desta piada está baseado no arquétipo cultural brasileiro que tem na convenção do casamento uma crença intuitiva construída em cima do conceito “passar um mês em casa” das duas amigas. A crença previamente prevista pela segunda amiga, que indaga que deve ser aborrecido para a outra passar apenas um mês com o marido, e que geralmente coincide com a crença da maioria dos brasileiros, não se assenta à crença subitamente revelada pela primeira amiga. O humor advém do fato de que o *punchline* revela que ambas as crenças das amigas não se assentam sobre o mesmo referente “casamento” socialmente convencionado como tal<sup>106</sup>.

Pelas crenças da cultura ocidental, na qual se inserem as convenções do casamento, o ouvinte é induzido primeiramente a explorar a hipótese de que para uma mulher casada

---

<sup>106</sup> De acordo com a teoria dos *scripts*, de Raskin, temos um *frame* e dois *scripts*.

deve ser aborrecido passar um mês longe do marido, já que do ponto de vista cultural brasileiro, no casamento o normal é que os casais queiram, prefiram e até gostem de passar algum tempo juntos. Observe-se que em nenhum momento, o texto fornece maiores evidências sobre o restante dos onze meses do ano, uma vez que, presumivelmente, o marido passa esse tempo longe da mulher. Nessa concepção, dentro dos parâmetros de crenças e convenções da cultura brasileira, um mês longe do marido seria uma condição relativamente normal e até suportável para uma mulher casada. No entanto, a segunda amiga subverte a idéia sobre a qual se assenta essa crença e surpreende o ouvinte/leitor com a informação nova de que seu aborrecimento não se dá pela ausência do marido e sim pela sua presença, durante o mês em que este está em casa. É essa subversão sobre as crenças socialmente convencionadas ao narrador e ouvinte que dispara o humor na piada.

Veja-se também que neste caso a crença, como dissemos acima, está assentada sobre o *frame* convencional “casamento”, que é elemento socio-contextual sobre o qual vai se dar o *script* situacional da piada. No *frame* convencional “casamento” o *script* situacional é de que os maridos devem conviver com suas mulheres, e suas mulheres com seus maridos, a fim de que se cumpram certos papéis sociais, tais como os deveres e obrigações de marido e de mulher.

No entanto, o *punchline* surpreendentemente revela a idéia de um casamento “ao contrário”: frustrado, malsucedido, já que o tempo de um mês que o marido passa em casa com a esposa, causa aborrecimento a ela, que implicitamente comunica que a ausência do marido durante os onze meses é um “presente”.

Vejamos outro exemplo retirado da mesma autora (p. 306) no qual se podem fazer outras considerações sobre como a noção de cultura intervém na análise e interpretação da piada.

Um francês chega em casa, de repente, entra no quarto e encontra a mulher, ao leito, com outro. Apoplético, ele berra:

\_ Quem é esse homem?

Ao que a mulher responde:

\_ Foi bom você perguntar.

E virando-se pro homem, na cama:

\_ Como é mesmo seu nome, benzinho.

Primeiramente, com base no nosso modelo estrutural de piada, identificamos na “exposição” três personagens com atuações distintas das que provavelmente teriam os brasileiros nessa mesma situação, porque pelas pistas linguísticas do texto, os três personagens pertencem à cultura francesa e estão num quarto: dois na cama e um não. Está, assim, instalado o triângulo amoroso. Essa pista-informação textual já possibilita avaliar a continuação da piada sob outra ótica.

De acordo com o que propusemos no capítulo 1, parte II, há uma “complicação” na relação entre os personagens marido-mulher e o outro. Há conotação de maior atribuição de ações ao marido que, como podemos inferir pelos modificadores “apoplético” e “berra”, sente uma “indignação” por encontrar a mulher na cama com outro; ele se sente “intranquilo” com essa situação. O discurso da mulher, pelo contrário, revela uma certa naturalidade que lhe confere uma aparente “tranquilidade” em tratar o problema. Note-se, ainda, que o amante, embora tenha sido a causa do conflito, nem chega a manifestar-se, já que, do ponto de vista humorístico, sua ação é o elemento menos relevante para a piada, pois o contrato humorístico centra o foco em outra característica desses personagens.

O “clímax” dessa piada se origina na pergunta do marido “Quem é esse homem?”, abrange a primeira afirmação da esposa e culmina na intervenção do narrador que prepara o ouvinte para o desfecho, com a informação “E virando-se pro homem, na cama:”. O “desfecho” se dá, então, na última elocução da mulher “Como é mesmo seu nome, benzinho”.

Fica clara nesta piada a expressão estereotipada da cultura francesa. Mas, o que é cultura? Tradicionalmente o conceito de cultura é visto por diferentes ângulos, de diferentes modos e por diferentes perspectivas teóricas, como a histórica, a antropológica, a sociológica, a filosófica, a etnológica, a linguística, a pragmática, etc (GEERTZ, 1973, KRAMSCH, 2000, MUNCK, 2000, SAVILLE-STROIKE, 2003, e outros). Porém, o conceito de cultura que adotamos nesta pesquisa, após as leituras que fizemos sobre o tema, é o de “uma representação da forma de viver e conceber as produções materiais, artísticas, literárias e institucionais de uma sociedade, bem como o valor que ela atribui a si mesmo e aos outros, manifestadamente no que sente, pensa, acredita e faz, configurada cotidianamente nos meios que asseguram a perenidade da transmissão dessa representação”.

Na visão da cultura brasileira, portanto, a naturalidade com que a mulher enfrenta a situação adúltera reflete a representação de juízo que o brasileiro faz da mulher francesa: liberada sexualmente. De acordo com Gil (op cit), esse valor é, até certo ponto, aceitável na cultura brasileira, haja vista que a prática do adultério não é condição exclusiva dos franceses. No entanto, a entrega da mulher a um simples desconhecido causa surpresa ao brasileiro e remete a uma idéia de vulgaridade dessa personagem. Pois é justamente na crítica dessa vulgaridade, dessa liberalidade em excesso da mulher francesa, que, para o brasileiro, repousa o humor da piada. O curioso é que o marido, como bom francês, reage de forma estereotipada tradicional: berra em sinal de inconformismo diante da situação.

A piada é construída em cima de dois *scripts* de duas culturas distintas – a brasileira e a francesa – que têm no referente “casamento” o mesmo *frame*. Na cultura brasileira o casamento é tratado de forma mais tradicional que na francesa. Para Gil (op cit, p. 307), culturalmente as mulheres brasileiras “devem ser fiéis a seus maridos e, se porventura os traírem, será por amor. As francesas não são tidas mulheres adeptas da fidelidade”. Além disso, há ainda, o estereótipo da mulher francesa como *femme fatal*.

Esta reflexão é um claro exemplo de como a idéia de cultura pode ser explorada na piada, de modo que, como se verá mais adiante, referenciá-la analiticamente enriqueça a interpretação. No entanto, de acordo com Possenti (1998), afirmar que “toda” piada é cultural não é muito relevante nem interessante, haja vista que tal afirmação não acrescenta nada de novo sobre o estudo do gênero. Além disso, ao se fazer tal afirmação corre-se o risco de ser taxado de pejorativo ou preconceituoso, já que as piadas, de maneira geral, abordam temas culturais universais, e não de uma cultura específica. É claro que a piada, de modo geral, evoca não só as crenças e convenções sociais de uma cultura, mas toda uma gama de conhecimentos, valores, saberes, tabus e atitudes manifestamente salientes dessa cultura.

## CAPÍTULO 4 – O ajuste das hipóteses aos domínios conexos do conhecimento

### Mineiro dando má notícia

- Alô, Sô Carlos? Aqui é o Uóshito, casêro do sítio.
- Pois não, Seu Washington. Que posso fazer pelo senhor? Houve algum problema?
- Ah, eu só tô ligano para visá pro sinhô qui o seu papagai morreu.
- Meu papagaio? Morreu? Aquele que ganhou o concurso?
- Éle mermo.
- Puxa! Que desgraça! Gastei uma pequena fortuna com aquele bicho! Mas...ele morreu de que?
- Dicumê carne istragada.
- Carne estragada? Quem fez essa maldade? Quem deu carne para ele?
- Ninguém. Ele cumeu a carne dum dos cavalo morto.
- Cavalo morto? Que cavalo morto, seu Washington?
- Aqueles puro-sangue qui o sinhô tinha! Eles morrero de tanto puxá carroça d'água!
- Tá louco? Que carroça d'água?
- Praapagá o incêndio!
- Mas que incêndio, meu Deus?
- Na sua casa. Uma vela caiu, aí pegô fogo nascurtina!
- Caramba, mas aí tem luz elétrica! Que vela era essa?
- Do velório!
- De quem?
- Da sua mãe! Ela apareceu aqui sem avisá e eu dei um tiro nela pensando que fosse ladrão!
- Meu Deus, que tragédia (começa a chorar)
- Peraí sô Carlos, o sinhô num vai chorá por causa dum papagai, vai???

### Introdução

Chegamos, enfim, a um dos pontos mais importantes de nossa pesquisa: o que analisa o funcionamento do mecanismo dedutivo-inferencial no processamento da piada. Nesta seção faremos, portanto, uma sobre a explicação do processo dedutivo-cognitivo de interpretação da piada do ponto de vista da Teoria da Relevância. Advertimos, no entanto, que embora a análise seja complexa, a reflexão que se fará a seguir nos próximos parágrafos não esgota de nenhuma maneira as diferentes possibilidades de explicação e

análise de piadas. Esta descrição é apenas uma dentre tantas possibilidades de interpretação da piada.

#### 4.1 – As regras dedutivo-inferências de interpretação da piada

Tradicionalmente, a bibliografia pragmática existente sobre o humor na piada sugere que existe uma dualidade de planos cognitivos que concorrem no mesmo texto humorístico. Para Yus Ramos (1995-96, p. 501), por exemplo, o narrador direciona a atividade interpretativa do ouvinte rumo a um dos dois planos de interpretação para interromper essa atividade em curso com fins de produzir uma “incongruência intencionada”. Nesse sentido, pela Teoria da Relevância, o ouvinte é levado a aplicar regras dedutivas não-triviais e a assumir hipóteses de relevância sabendo que estas hipóteses não são aplicáveis à realidade da história que ouve. Para o autor, (op cit), as teorias semânticas do humor (RASKIN, 1985, ATTARDO, 1994), partem, em maior ou menor grau, de cinco elementos de processamento da piada:

- i) uma mudança no modo de comunicação sério (*bona-fide*) ao modo de comunicação informal (*non bona-fide*);
- ii) o texto pretendidamente humorístico;
- iii) dois âmbitos (*scripts*) parcial ou totalmente solapados que convergem nesse texto;
- iv) alguma relação de oposição entre os dois âmbitos;
- v) um mecanismo, óbvio ou implícito, que muda um âmbito por outro.

A partir da premissa de que os dados lingüístico-narrativos não contêm todas as informações suficientes e necessárias para interpretar o significado disparado pelo *punchline*, na análise que faremos a seguir revisaremos a idéia de como a noção de relevância (SPERBER e WILSON, 1995) viabiliza a resolução da incongruência da piada. Nossa esperança é de que, pela análise à luz da Teoria da Relevância, consigamos reunir subsídios suficientemente claros para poder formular uma explicação satisfatória de como o

ouvinte interpreta a piada, haja vista que tal interpretação advém de uma atividade cognitiva conjunta formada por conhecimentos enciclopédicos armazenados na memória conceitual do ouvinte com operações lógicas de projeção e transferência entre domínios conexos do seu pensamento.

Na interpretação de qualquer piada, o ouvinte assume que em razão da incongruência do *punchlaine* as regras de relevância vão entrar em choque com a realidade do seu mundo conhecido e é este choque que dispara na sua mente um processo cognitivo que geralmente culmina no humor. Mas quais seriam as regras cognitivas que o ouvinte usa para resolver a incongruência do *punchlaine*? Para começar a responder essa pergunta, tomemos inicialmente a seguinte piada:

Uma mulher, de táxi, com a filha de 11 anos, andam à noite. No caminho, a menina vê mulheres rodando bolsinha.

\_ Mãe, o que aquelas mulheres estão fazendo?

\_ Esperando seus maridos saírem do trabalho, minha filha.

O taxista rindo diz:

\_ Fale a verdade para a garota... Elas são prostitutas, estão esperando clientes que lhes paguem para fazer sexo!

Todos ficam calados até que a menina pergunta:

\_ Aquelas mulheres também têm filhos, mamãe?

\_ Claro filha... Como você acha que nascem os taxistas?

Para rir da piada acima, é com base na pressuposição pragmática que narrador e ouvinte constroem sentidos e interpretam possíveis significados disparados no *punchlaine*. Para a interpretação da piada a hipótese do conhecimento mútuo está descartada, haja vista que, de acordo com a Teoria da Relevância, os indivíduos nunca compartilham totalmente os mesmos conhecimentos de mundo, nem os processam da mesma forma, porque não têm armazenado as mesmas informações, nem as mesmas crenças, nem as mesmas convicções sobre as coisas do mundo. Portanto, de acordo com Suls (1972, apud YUS RAMOS, op cit) o ouvinte deverá buscar alguma regra cognitiva que satisfaça a condição incongruente estabelecida pelo narrado no *punchlaine* da piada.

Sperber e Wilson (1995), defendem a hipótese de que o ouvinte possui um mecanismo dedutivo de processamento de informações extremamente sensível aos arranjos estruturais dos constituintes de formas lógicas e de formas proposicionais das suposições. Esse mecanismo é responsável pelo processamento das informações que entram na mente

do ouvinte, de forma que sua computação processual seja capaz de comparar, analisar, comprovar, avaliar, reter ou refutar uma informação, a partir da relevância que o ouvinte atribui a essa informação. Segundo os autores, esse mecanismo é suficientemente capaz de:

- i) identificar os constituintes das palavras e elocuições;
- ii) recuperar os conceitos a elas associados;
- iii) aplicar as regras dedutivas-inferenciais para interpretar o significado comunicado pelo falante.

Nesse sentido, o argumento dos autores (p. 85) em favor da existência desse mecanismo se dá em cima de uma hipótese “empírica” justificada pelo fato de tal mecanismo constituir para os indivíduos:

- i) uma grande economia no armazenamento de representações conceituais (suposições) do mundo, as quais não são armazenadas separadamente e sim recuperáveis por meio destas regras de dedução;
- ii) uma poderosa ferramenta para o refinamento das representações conceituais (RCs) do mundo, ou seja, as RCs serão tanto mais precisas quanto mais precisas forem as premissas envolvidas no cálculo dedutivo, do qual tais RCs são conclusões;
- iii) uma poderosa ferramenta para revelar inconsistências, incompatibilidades e imprecisões nas RCs do mundo dos indivíduos.

Dessa forma haveria, ainda, duas hipóteses para o ato interpretativo. A primeira é que o ouvinte não consegue decodificar nem deduzir a intenção comunicativa do falante. No caso da piada, o ouvinte poderá formar uma suposição com base nas evidências fornecidas pelo comportamento ostensivo do narrador (afinal, o contador da piada não comunicaria ostensivamente se não quisesse que suas intenções comunicativas não fossem reconhecidas pelo ouvinte). Em segundo lugar, qualquer informação representada conceitualmente, e que esteja disponível ao ouvinte, poderá ser utilizada como premissa no

processo inferencial. Do ponto de vista pragmático-cognitivo, na interpretação da piada poderá haver uma confirmação da suposição, mas nenhuma prova.

Segundo os autores, os seres humanos são bastante eficientes no raciocínio não demonstrativo, se não fosse assim a espécie já estaria extinta. Como consequência, o processo de compreensão dedutiva é um raciocínio científico que tem acesso livre a todos os conceitos da memória conceitual, fato que torna o processamento dedutivo-inferencial uma operação de integração das informações derivadas dos sistemas perceptuais com informações já armazenadas. Nesse sentido, uma inferência espontânea e não-demonstrativa é um significado psicológico no qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira pela força da verdade ou da verdade provável de outras suposições. A inferência não-demonstrativa é, portanto, uma forma de fixação daquilo em que se acredita.

O armazenamento das informações para uma representação conceitual (RC) em um endereço mental para um conceito ocorre de três formas:

- i) pelas entradas lógicas – entradas sensíveis à forma lógica do conceito;
- ii) pelas entradas enciclopédicas – entradas sensíveis às propriedades constituintes do conceito;
- iii) entradas lexicais – entradas sensíveis a sua correspondência linguística sintático-fonológica na linguagem natural.

Enquanto o conteúdo das informações das entradas enciclopédicas é de caráter representacional, o conteúdo das informações lógicas é de caráter puramente computacional. Por isso, a representação e a computação são dois processos formalmente distintos e complementares sendo ambos necessários para a compreensão.

No caso da piada, o primeiro passo diz respeito ao processo mental que busca identificar os conceitos dos referentes. Do ponto de vista clássico, segundo Sperber e Wilson (op cit), o significado de uma palavra é fornecido pelo conceito que lhe está associado (ou no caso de palavras ambíguas, pelos conceitos que lhe estão associados), ou seja, o significado é fornecido por uma definição que exprime as condições

individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para que a palavra possa ser aplicada ao seu referente. Por exemplo, na piada acima, a entrada lexical “mãe” aplicada ao referente “mãe”, no mundo em que conhecemos e vivemos, teria como representação mental o conceito “progenitor feminino”; a entrada lexical “filha” aplicada ao referente “filha” teria como representação o conceito “descendente feminino direto” ou “cria”, e assim em diante.

Para analisarmos a interpretação da piada acima, temos, então, que prever que as entradas lexicais do sistema dedutivo-inferencial do ouvinte executam automática e instantaneamente a tarefa de identificar os referentes correspondentes às palavras da piada e associar a cada um deles o respectivo conceito. Tomemos alguns referentes e associemo-os a algum dos respectivos conceitos<sup>107</sup>:

- 1) mulher = indivíduo casada do sexo feminino;
- 2) mãe = progenitor feminino;
- 3) filha = descendente feminino direto;
- 4) filho = descendente masculino direto;
- 5) táxi = meio de transporte particular;
- 6) andar de taxi = mover-se através desse meio de transporte;
- 7) noite = período do dia compreendido entre seis horas da tarde e seis da manhã em que o sol está ausente;
- 8) caminho = passagem de pessoas;
- 9) ver = enxergar, avistar;
- 10) mulheres que rodam bolsinha = prostitutas;
- 11) rodar bolsinha = atividade das prostitutas na rua quando buscam clientes;
- 12) clientes = homens que pagam para fazer sexo com prostitutas;
- 13) esperar o marido sair o trabalho = aguardar o término do expediente do trabalho do marido;
- 14) marido = parceiro, companheiro masculino da mulher casada;

---

<sup>107</sup> Estamos conscientes de que nessa perspectiva, seria necessário ainda estabelecer o conceito para os referentes “uma”, “11 anos”, “dizer”, “até”, “também”, “como”, “lhes”, “para”, além dos determinantes “o”, “a” e outros elementos que compõem a narração. No entanto, na análise desta piada vamos nos abstrair de tais conceitos.

- 15) trabalho = lugar onde as pessoas exercem uma atividade profissional e recebem dinheiro por isso;
- 16) taxista = condutor, chofer de táxi;
- 17) rir = achar algo engraçado;
- 18) prostitutas = mulheres que vivem da atividade de prostituição;
- 19) verdade = valor veritativo mais ou menos plausível associado à crença sobre o significado de uma palavra ou elocução;
- 20) pagar para fazer sexo com prostitutas = desembolsar dinheiro para pagamento de uma prostituta pelo fato de haver transado com ela;
- 21) fazer sexo = transar;
- 22) todos = totalidade de elementos que compõem um conjunto;
- 23) ficar calado = não falar;
- 24) menina = garota = indivíduo do sexo feminino com idade entre 10 e 20 anos;
- 25) achar = pensar, acreditar
- 26) nascer = surgir para a vida.

No processamento da piada o ouvinte deve, portanto, ser racionalmente capaz de identificar estes referentes, associando-os às palavras individuais ou conjuntas em uma elocução, bem como ser capaz de recuperar o conteúdo dessas palavras (seus conceitos) para em seguida aplicar as regras de dedução para, só então, depreender o significado da piada. Portanto, a partir dos dados acima é possível pensar na aplicação de regras inferenciais que restrinjam esses conceitos às inferências necessárias à interpretação da piada.

Com já foi discutido no capítulo 3, parte I, os autores argumentam que as principais regras dedutivas-inferenciais autorizadas pelo sistema dedutivo são a regra de eliminação “e” e a regra *modus ponens*, pois “as únicas regras de dedução disponíveis para o uso no processamento espontâneo de informações – as únicas regras interessantes que fazem parte do equipamento dedutivo básico humano – são as regras de eliminação”<sup>108</sup> (p. 96).

---

<sup>108</sup> As regras informais, tal qual previstas pelas lógicas clássicas, derivam conclusões triviais (simples), no sentido intuitivo de que não interpretam nenhum significado, deixando o conteúdo das suposições intacto. Já as regras inferenciais de eliminação são genuinamente interpretativas, haja vista que as suposições dos resultados implicam uma análise explicativa do conteúdo das suposições de entrada de dados.

Segundo os autores, o mecanismo dedutivo dá origem a conclusões não-triviais – implicações sobre conclusões que são apenas confirmadas, mas não provadas<sup>109</sup>. As regras dedutivas espontâneas são, portanto, regras de eliminação ligadas aos conceitos, com entradas lógicas, enciclopédicas e lexicais arquivadas em um endereço na mente.

As entradas lógicas são conjuntos de regras dedutivas de restrição dos conteúdos lógicos; as entradas enciclopédicas são conjuntos de conteúdos de suposições, ou seja, conteúdo de representações conceituais com formas lógicas, e as entradas lexicais são representações dos conteúdos de formas linguísticas.

Como as regras inferenciais geram todas as conclusões interessantes implicadas logicamente por um conjunto de premissas, a função das regras inferenciais é garantir a validade lógica das inferências que regem. Os autores estabelecem como primeira regra de eliminação a regra que opera com o significado para um conceito “e”. Tomemos os conceitos “mãe” e “filha”, da piada acima, e vejamos como seria sua restrição dedutiva-cognitiva segundo a Teoria da Relevância:

i) regras de eliminação para o conceito “mãe”:

entrada de dado (input): (X - mãe - Y)<sup>110</sup>

resultado (output): (X – progenitor feminino – Y)

ii) regras de eliminação para o conceito “filha”:

entrada de dado (input): (X - filha - Y)

resultado (output): (X - descendente feminino direto - Y)

Na piada, a regra de eliminação “e” é extremamente útil para identificar os referentes, recuperar o conceito de cada um deles e permitir a atribuição de uma implicação lógica que seja capaz de depreender o significado destes referentes, das elocuições em que eles se associam e, em consequência, o significado da piada. Nessa perspectiva, essa regra deve ser aplicada incondicionalmente a todos os referentes da lista anterior no sentido de

---

<sup>109</sup> De acordo com Sperber e Wilson (op cit, p. 97), uma implicação lógica não-trivial para uma regra de eliminação é definida como: “um conjunto de suposições [P] implica *logicamente* e *não trivialmente* uma suposição Q se, e apenas se, quando [P] for um conjunto das teses iniciais numa derivação em que existem apenas regras de eliminação, Q pertence ao conjunto das teses finais”.

<sup>110</sup> Em que X e Y representam possíveis extremos vazios de constituintes.

submeter ao constrangimento cognitivo cada um desses referentes aos seus conceitos, de forma que o sistema dedutivo tenha condições de processar uma inferência que possibilite estabelecer uma relação de implicação lógica entre eles e o significado do *punchline*. Uma vez identificados os conceitos todos para cada um dos referentes acima, então uma outra regra cognitiva-dedutiva não-demonstrativa deve ser aplicada a eles para complementar a operação de compreensão: a regra *modus ponens*.

Regra *modus ponens* para o conceito:

- a) entrada de dado (input): (i) Se  $(P \rightarrow Q)$   
(ii) P

resultado (output): Q

- b) entrada de dado (input): (i) Se  $(P \rightarrow Q)$   
(ii) Q

resultado (output): P

No caso da piada acima, que informações poderão servir de premissas para uma regra de dedução espontânea que tenha em seu mecanismo a regra de dedução *modus ponens*? A mente do ouvinte da piada, nesse caso, tem acesso a um conjunto de premissas tal que combinadas entre si deverão culminar numa conclusão derivada cujo conteúdo é o conceito do significado do *punchline*. Vamos admitir que as principais premissas acessíveis ao ouvinte e que serão submetidas à regra dedutiva *modus ponens* básica são:

- 1) P: as prostitutas têm filhos<sup>111</sup>;
- 2) Q: os taxistas nascem dessas mulheres<sup>112</sup>

Pela regra *modus ponens*: “Se P então Q”, teríamos Q explícito da seguinte forma:

---

<sup>111</sup> A opção pelo termo “prostituta” é de caráter meramente elucidativo, porque na prática, o termo “puta” é muito mais usual, haja vista que sua semântica tem uma conotação muito mais forte que “prostituta”. O termo “prostituta” fica suavizado, amenizado, na piada.

<sup>112</sup> Veja-se que do ponto de vista pragmático, a passageira não fez explicitamente essa elocução, mas comunicou-a implicitamente. Esse jogo de não dizer, mas comunicar é do interesse da pragmática.

Input: Se as prostitutas têm filhos (P) então os taxistas nascem dessas mulheres (Q)

Output: Os taxistas nascem dessas mulheres.

Em qualquer uma das duas versões da regra *modus ponens* “a” ou “b” acima, nem o resultado P nem Q são relevantes para a interpretação da piada, porque do ponto de vista semântico-pragmático não há nem implícita nem explicitamente nenhuma relação de implicação lógica não-trivial entre P e Q que seja capaz de explicar a interpretação da piada, ou seja, apesar da regra, a relação de implicação é trivial, não acrescenta nenhuma informação nova ao ouvinte. Contudo, qualquer indivíduo racionalmente ativo sabe que existe uma relação de implicação lógica de parentesco entre “mãe” e “filho” e entre “nascer” e “ser filho”. Essa relação que implica parentesco entre “mãe” e “filho” e entre “nascer” e “ser filho” deve ser recuperada “inferencialmente” pelo ouvinte para que se concretize a interpretação da piada. Caso contrário a piada perde o sentido e, por conseguinte, o efeito sobre o riso.

Da piada acima é possível depreender um conjunto de premissas tal que as premissas, i) e ii) estejam contidas nesse conjunto. Vejamos:

- 3) as prostitutas são mulheres que rodam bolsinha à noite;
- 4) essas mulheres que rodam bolsinha à noite têm filhos;
- 5) os taxistas nascem dessa mulheres (informação não dita, mas comunicada pela passageira).

De acordo com Sperber e Wilson, as regras dedutivas-inferenciais espontâneas dos seres humanos operam de tal modo que as únicas hipóteses ideáveis, sendo falsas, são muito provavelmente contraditas pelas crenças fixas dos indivíduos. Um conjunto de regras de dedução é, portanto, uma computação que toma conta somente das propriedades semânticas das suposições desde que estas estejam sistematizadas dentro de sua forma lógica. Desse modo, existiria uma ligação necessária entre a implicação lógica e a

inferência não-demonstrativa, uma vez que uma regra dedutiva não pode ser explicitada de um modo apropriado sem se fazer um apelo à noção semântica de inferência, ou seja, a mente não realiza operações dedutivo-inferenciais sem que as formas lógicas das suposições (que são premissas) estejam sintaticamente bem formadas e que semanticamente não correspondam a um estado de coisas de mundo.

Parece que a regra *modus ponens* básica não serve aos propósitos interpretativos dessa piada. No entanto, Sperber e Wilson defendem a hipótese da existência de derivação alternativa dessa regra. São exemplos dessa derivação alternativa as regras *modus ponens* “conjuntivo” e as regras *modus ponens* “disjuntivo”, tal como as descrevemos abaixo.

i) *Modus ponens* conjuntivo:

a) entrada de dado (input): (i) Se (P e Q) então R  
(ii) P  
resultado (output): Se Q então R

b) entrada de dado (input): (i) Se (P e Q) então R  
(ii) Q  
resultado (output): Se P então R

ii) *Modus ponens* disjuntivo:

a) entrada de dado (input): (i) Se (P ou Q) então R  
(ii) P  
resultado (output): R

b) entrada de dado (input): (i) Se (P ou Q) então R  
(ii) Q  
resultado (output): R

A justificativa dos autores é que,

Numa proposta que tem como base a relevância, ambas as regras *modus ponens* conjuntivo e disjuntivo, podem ser altamente válidas pela seguinte razão. Quando algum item de informação é apresentado na forma de uma condicional complexa com um antecedente conjuntivo ou disjuntivo, as probabilidades de encontrar todo o antecedente conjuntivo ou disjuntivo armazenado na memória são claramente muito menores do que as probabilidades de encontrar apenas um dos seus constituintes conjuntivos ou disjuntivos. O que as regras *modus ponens* conjuntivo e disjuntivo fazem é permitir a formação de inferências na base de uma única conjunta ou disjunta, e não com base na exigência de um antecedente conjuntivo ou disjuntivo inteiro. Eles, assim, aumentam as chances probabilísticas de interação entre as informações apresentadas e a representação existente do mundo para permitir que sejam tiradas novas conclusões (SPERBER e WILSON, op cit, p. 100).

Segundo Sperber e Wilson, as regras *modus ponens* conjuntivo e disjuntivo, tal como a própria regra *modus ponens* básica, são regras de eliminação altamente acessíveis e utilizáveis pelo sistema dedutivo-inferencial humano, uma vez que esse mecanismo é um sistema que permite explicar o conteúdo de qualquer conjunto de suposições que lhe seja submetido. Nessa perspectiva, o raciocínio silogístico, com base na distinção entre argumentos válidos e não válidos, tal como descrito pelas lógicas tradicionais e pela psicologia, fica suplantado pelo modelo aberto de raciocínio dedutivo-inferencial.

Para o nosso caso parece-nos lícito lançar mão da aplicação da regra *modus ponens* conjuntivo, cujas premissas acima elencadas poderão, através de implicações dedutivas não-triviais, explicar a resolução da incongruência da piada. Vejamos:

Premissa 3 (P): as prostitutas são mulheres que rodam bolsinha à noite

Premissa 4 (Q): essas mulheres que rodam bolsinha à noite têm filhos

Aplicação da regra *modus ponens* conjuntivo “Se (P e Q) então R”:

Se (as prostitutas são mulheres que rodam bolsinha à noite e essas mulheres que rodam bolsinha à noite têm filhos) então (os filhos dessas mulheres que rodam bolsinha à noite são filhos de prostitutas).

Conclusão: os filhos dessas mulheres são filhos de prostitutas.

E qual a relevância dessa conclusão para a compreensão da piada? Aparentemente nenhuma, pois ela sozinha não é suficientemente relevante para resolver e explicar a incongruência da piada. No entanto, ainda segundo os autores, como o sistema dedutivo humano trabalha com regras não-triviais é de se supor que haja uma outra derivação alternativa para a inferência. Nessa perspectiva, se usarmos essa conclusão derivada da regra inferencial acima como premissa para uma outra dedução, podemos passar a um segundo nível de processamento utilizando a mesma regra *modus ponens* conjuntivo, mas com informações novas. Vejamos:

Premissa (P) dada pela dedução acima: os filhos dessas mulheres que rodam bolsinha à noite são filhos de prostitutas

Premissa 5 (Q): os taxistas nascem dessas mulheres.

Regra *modus ponens* conjuntivo:

Se (os filhos dessas mulheres que rodam bolsinha à noite são filhos de prostitutas) e (os taxistas nascem dessas mulheres) então (os taxistas são filhos de prostitutas).

Conclusão: os taxistas são filhos de prostitutas.

Observe-se que nessa operação há uma relação de implicação lógica entre P e Q, tanto na primeira computação quanto na segunda, que reflete no resultado R, ou seja, R é um misto das informações tanto de P quanto de Q, nunca só de P ou só de Q. Desse ponto de vista, podemos concluir que enquanto a formação de hipóteses sobre as premissas é produto da imaginação criativa, a confirmação de hipóteses pode ser vista como um processo puramente lógico regido por regras inferenciais.

Ficam assim explicitadas, à luz da Teoria da Relevância, as duas principais regras dedutivas que operam as inferências do sistema cognitivo humano. No caso da piada acima, a análise se deu em três níveis de interpretação: o primeiro nível foi a aplicação da regra de eliminação “e” para os conceitos e da regra *modus ponens* realizada em dois passos, sendo que a conclusão do primeiro passo serviu de premissa para o segundo passo.

Ainda que Sperber e Wilson expliquem a restrição *modus ponens* a partir das suposições “P, Q e R”, é possível prever que o sistema dedutivo humano, tal qual proposto pelos autores, seja dotado de regras inferenciais mais potentes, mais poderosas e capazes de realizar operações dedutivas muito mais complexas. Se estivermos certos em nossas intuições é possível admitir que o mecanismo cognitivo humano opera, por exemplo, diretamente na sintetização dos passos 1 e 2 da regra *modus ponens* acima, de forma que se pode pressupor que há um só passo de dedução inferencial. Seria, portanto, presumível que em tal sistema houvesse a computação das premissas 3, 4 e 5 elencadas acima, conjuntamente de modo que a regra *modus ponens* conjuntivo “Se (P e Q) então R” fosse computada uma única vez. Então teríamos para essa regra a seguinte inferência:

“Se ((P e Q) e Z) então R”,

em que Z seria a premissa “os taxistas nascem dessas mulheres”, premissa essa comunicada pela elocução da passageira. Se assim for, podemos aplicar a regra conjuntiva Se ((P e Q) e Z) então R” para as premissas elencadas acima. Vejamos:

Premissa (P e Q): as mulheres que rodam bolsinha à noite são prostitutas (P) e as prostitutas têm filhos (Q);

Premissa Z: os taxistas nascem dessas mulheres

Conclusão: os taxistas são filhos de prostitutas.

Como o sistema dedutivo proposto por Sperber e Wilson (op cit) opera com a computação não-trivial, os argumentos dedutivos são vistos do ponto de vista semântico de computação. Por essa perspectiva, só existiria uma relação de inferência entre duas suposições P e Q se, e apenas se, todo o estado de coisas concebível que faria com que P fosse verdadeiro também faria com que Q fosse verdadeiro. Assim, existiria uma relação sintática de implicação lógica entre P e Q se, e apenas se, uma fosse dedutível da outra através de regras de dedução não-triviais.

Nesse caso, as suposições acima seriam o domínio por excelência dos processos inferenciais não-demonstrativos e espontâneos, tal qual proposto por Sperber e Wilson, haja

vista que cada suposição factual adquirida é combinada com um armazém de suposições existentes para passar pelos processos inferenciais. Sendo assim, é possível admitir que o mecanismo dedutivo espontâneo operaria diretamente com a regra *modus ponens* conjuntiva para a inferência que tem por base as premissa 1 e 2 vistas anteriormente, e que representamos abaixo:

Premissa 1 (P): as prostitutas têm filhos;

Premissa 2 (Q): os taxistas nascem dessa mulheres.

*Modus ponens* conjuntivo Se (P e Q) então R:

Se (as prostitutas têm filhos e os taxistas nascem dessas mulheres) então os taxistas são filhos de prostitutas.

Conclusão: os taxistas são filhos de prostitutas.

É lógico que nesse jogo inferencial entram muitos outros elementos não lingüísticos para o processamento, tais como crenças, convenções, valores, etc. Uma implicação de valor a ser considerada, por exemplo, seria a do valor relativo à educação que tem a “filha” da mãe-passageira em relação à educação que tem (teve) o “filho” das mães-prostitutas, e até mesmo da própria “mãe-passageira”. O valor social atribuído à educação tanto da mãe, quanto da filha ou do taxista é o elemento pragmático que permeia o discurso entre eles e reflete que há uma diferença muito grande entre a educação da menina e a do taxista e a educação da mãe-passageira e a do taxista.

Em termos de polidez linguística (BROWN e LEVINSON, 1987), a forma, digamos, “pouco polida” do taxista contrasta grosseiramente com a forma “polida” com que mãe e filha se tratam. Nessa perspectiva, a estratégia de polidez da mãe-passageira quando se dirige à filha para falar “dos filhos (taxistas) que nascem das mães que rodam bolsinha”, contém a intenção de comunicar ironicamente sua “ira” ao taxista. Ela dialoga “diretamente” com a filha, mas se comunica “indiretamente” com o taxista. Na polidez linguística, temos um caso típico de ato de fala indireto.

Esperamos que nossa reflexão tenha possibilitado a explicação das regras dedutivas-inferenciais para a resolução da incongruência da piada. No entanto, reforçamos o que dissemos anteriormente que esse processo é apenas mais uma possibilidade de explicação e análise da interpretação da piada, dentre tantas que já existem. Contudo, de acordo com o que temos pesquisado, tanto no Brasil quanto fora dele, não se tem conhecimento de que a Teoria da Relevância tenha sido usada para tal propósito, pelo menos não nos moldes que nos propusemos nesta pesquisa.

Yus Ramos (1995-96), por exemplo, afirma que o processo de interpretação da piada pode se dar por meio de processos inferenciais complexos, que exigem do ouvinte um grande esforço de processamento. Nesse sentido, como o princípio de relevância reivindica a premissa básica de que o ouvinte elegerá em primeira instância a hipótese mais relevante (a que exige menor esforço de processamento e provoca maior efeito cognitivo), há casos de piadas em que o princípio de relevância é levado ao extremo, ou seja, existem textos/piadas que exigem do ouvinte/leitor grandes esforços de processamento e os efeitos humorísticos podem não ser os mais expressivos.

Para explorarmos com mais detalhes essa questão do princípio de relevância levado ao extremo, tomemos emprestado de Possenti (1998, p. 113) a seguinte piada:

O presidente Collor decide que quando morrer quer ser enterrado em Jerusalém. Telefona ao primeiro ministro israelense e, após saudações protocolares, lhe pergunta:

\_ Quanto o senhor me cobraria se eu escolhesse Jerusalém como minha última morada?

\_ Algo em torno de 500 mil dólares – responde o primeiro ministro.

\_ 500 mil dólares! – retruca Collor. É um absurdo.

\_ Por menos, nada feito – responde o ministro.

Collor então pergunta:

\_ O senhor não acha que é muito dinheiro por apenas três dias?

Revedo o conceito de textualidade abordado anteriormente no capítulo 1, parte II, diríamos que, neste caso, a piada, ainda que tenha coesão textual, não tem coerência<sup>113</sup>, já que, aparentemente, não tem sentido, porque sua lógica não se encaixa ao estados das

---

<sup>113</sup> Nesse sentido, toda e qualquer piada seria um texto incoerente, aparentemente.

coisas do mundo – o que comprova que, de maneira geral, a coerência não é um elemento que está no texto, mas é construído, elaborado, pelos interlocutores no momento da interação comunicativa a partir dos seus conhecimentos de mundo.

Quando se pensa em piada, logo se evoca a idéia de humor e, por conseguinte, de riso. Porém, parece que no caso acima temos um (alguns) problema(s) interpretativo(s), porque esta “piada” não evoca, aparentemente, nenhum sentido de humor nem de riso. À primeira vista esta piada parece absurda, sem sentido, já que num primeiro momento, na cultura brasileira, nossas crenças, convenções e conhecimentos enciclopédicos nos levam a inferir que as pessoas quando morrem, se não são cremadas, são enterradas para sempre.

Pelo que podemos empiricamente observar, esse tipo de piada não é muito popular entre os jovens brasileiros, haja vista a exigência de conhecimento de mundo que a interpretação requer. Essa piada só poderá ser interpretada se puder ser contextualizada mentalmente e processada de maneira que a aparente falta de sentido que o desfecho sinaliza adquira um significado, que, embora esteja implícito no contexto da narrativa, não é facilmente apreendido pelo ouvinte. A contextualização, como se viu anteriormente, é um processo mental que exige a recuperação imediata de informações culturais – crenças, valores, comportamentos, atitudes, etc. – e informações históricas, políticas, geográficas, sociais, etc., um razoável conhecimento de mundo, enfim, que nem sempre o texto fornece explicitamente, mas que deve ser ativado pelo ouvinte no momento da interpretação.

No processo ostensivo de “contação” da piada, o narrador não tem nenhuma certeza se seu ouvinte compreenderá ou não o que ele está querendo dizer. O que o narrador faz previamente é lançar mão de suposições, expectativas e antecipações previsíveis de conhecimento que o ouvinte tem sobre o fato evidenciado na piada. Tradicionalmente, a literatura especializada que trata desse assunto, concebe que muitas dessas suposições são construídas com base em outra suposição, a de compartilhamento de informações entre locutor e interlocutor, uma espécie de conhecimento comum que ambos teriam sobre o mundo<sup>114</sup>. De acordo com Muniz (2004), por exemplo, a noção de conhecimento de mundo baseia-se em

---

<sup>114</sup> No entanto, essa posição teórica de considerar “conhecimentos compartilhados”, e daí locutor e interlocutor(es) chegarem ao mesmo significado, é um tanto quanto duvidosa, haja vista o fato de que nenhum dos dois percebe e representa o mundo da mesma maneira.

crenças, experiências, que vão construir não apenas um saber enciclopédico, mas também um saber cultural, e que são adquiridos através do convívio social e da interação com o outro. Muitos desses conhecimentos encontram-se representados sob a forma de *frames*, *scripts*, ou seja, modelos de que lançamos mão na leitura e compreensão de textos, através de processos inferenciais (p. 23).

No entanto, sob a ótica da Teoria da Relevância, para que se entenda melhor o que acabamos de escrever, seria interessante que retomemos o conceito de pressuposição pragmática do capítulo 1 inicial e apliquemos à piada. Vejamos:

O contador de piada conhece a história evocada na piada e assume ou acredita que o ouvinte também conhece ou acredita no conteúdo dessa história; o ouvinte, por sua vez assume ou acredita que o que ouve é o mesmo conteúdo que o contador da piada assume ou acredita, quando conta a piada.

Nessa perspectiva, para interpretar a piada acima o ouvinte tem que recuperar, de alguma maneira, algumas (muitas) informações extratextuais relativas aos referentes do texto e estabelecer relações de implicatura entre eles. Caso contrário a piada se torna, como dissemos, obscura, opaca, sem sentido e, conseqüentemente, sem significado – como acontece na maioria das vezes em que ela é contada.

Segundo o que acabamos de observar a respeito da piada do taxista, a memória conceitual do ouvinte deve acessar o endereço que contém as informações armazenadas sobre as formas lógicas proposicionais dos seguintes conceitos principais<sup>115</sup>:

- Collor;
- Israel;
- 1º Ministro de Israel;
- \$ 500.000,00;
- 3 dias de enterrado.

---

<sup>115</sup> Veja-se explicação de “conceito” no capítulo 3.

No entanto, ter acesso aos conceitos destes referentes não significa que o problema de interpretação da piada esteja resolvido. Isto é parte do processo. De acordo com a Teoria da Relevância, o ouvinte necessita estabelecer relações de implicação lógicas e semânticas entre os hipônimos e hiperônimos – entrada lógica, enciclopédica e lexical – destes referentes, para poder submetê-los às regras de computação do seu mecanismo cognitivo-dedutivo-inferencial de processamento de informações<sup>116</sup>. Vejamos como se dá isso na piada acima.

Para maior clareza das explicações, faremos a análise da interpretação da piada aplicando concomitantemente as duas regras gerais mais conhecidas da lógica clássica. A primeira é a regra dedutiva aristotélica<sup>117</sup> (cf. BORGES NETO, 1998) e a segunda é a regra *modus ponens* conjuntivo, proposto por Sperber & Wilson (1995, p. 99). Nosso objetivo com esse procedimento metodológico é testar, e se possível comprovar, a limitação da regra aristotélica e confirmar a regra dedutiva-inferencial da Teoria da Relevância como, se não a mais importante, a que tem maior recorrência no processamento inferencial humano.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que esta piada é uma piada de época – o que reforça a tese de Possenti (1998) que piadas políticas têm uma vida efêmera – que tem como tema a figura do emblemático e vaidoso ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. Num segundo momento, é necessário recuperar da memória conceitual uma informação sobre a “compulsão” megalomaniaca de Collor, ou seja, que o ex-presidente era dado à realização de obras grandiosas em benefício próprio (que o digam, não os empreiteiros, mas os empregados da Casa da Dinda, em Brasília, à época de Collor).

De acordo com o que abordamos nas seções anteriores, sobre a formação e a confirmação das hipóteses, podemos considerar essas informações acima como sendo suposições factuais relevantes e que subsidiarão a análise das premissas iniciais de interpretação desta piada. Dadas, então, essas premissas iniciais, o leitor/ouvinte já pode fazer algumas inferências no sentido de interpretar o significado implicado na piada. Convém advertir que, tal como procedemos na análise da interpretação da piada do taxista,

---

<sup>116</sup> Computação que se aplica às suposições em virtude de sua forma lógica.

<sup>117</sup> De acordo com Borges Neto (1998, p. 15), a lógica aristotélica se estrutura em cima de um inventário de formas proposicionais denominado “figura do silogismo canônico”, que é a posição do termo que se repete nas premissas. Segundo essa concepção, no silogismo canônico existem três termos que se repetem duas vezes, sendo que dois desses termos se repetem uma vez em uma das premissas e outra na conclusão e um dos termos se repete na premissa.

as premissas com as quais passaremos a trabalhar nesta seção são extremamente complexas.

De acordo com Sartori (2004, p. 26), “Um argumento complexo é um argumento constituído por etapas, cada uma das quais é um argumento. Cada etapa traz uma conclusão, que servirá, por sua vez, de premissa para a etapa seguinte”. Portanto, este processo descrito por Sartori, pressuposto pela Teoria da Relevância, é extremamente útil quando se trata de argumentos convergentes, ou seja, “argumentos cuja conclusão pode ser inferida a partir de diversas premissas” (id. p. 29).

Iniciemos, então, a análise desta piada fazendo uso da regra dedutiva “não-trivial” (*modus ponens* básica) em oposição à regra dedutiva canônica, que contém o silogismo aristotélico, a qual convencionamos nesta pesquisa como regra dedutiva “trivial”. Vejamos:

1) Inferência dedutiva não-trivial

Premissa 1: Collor é vaidoso

Premissa 2: Se Collor é vaidoso então é megalomaniaco

Conclusão: Collor é megalomaniaco.

1') Inferência dedutiva trivial

Premissa 1': Todos os vaidosos são megalomaniacos

Premissa 2': Collor é vaidoso

Conclusão: Collor é megalomaniaco.

2) Inferência dedutiva não-trivial

Premissa 3: Collor é megalomaniaco

Premissa 4: Se Collor é megalomaniaco então tenciona fazer um feito grandioso

Conclusão: Collor tenciona realizar um feito grandioso

2') Inferência dedutiva

Premissa 3': Todo megalomaniaco tenciona realizar feitos grandiosos

Premissa 4': Collor é megalomaniaco

Conclusão: Collor tenciona realizar (pelo menos) um feito grandioso

O problema, ao que parece, é que este processamento inferencial não foi muito produtivo, uma vez não deu conta de interpretar a piada. Mas por que não deu conta? Porque as premissas iniciais que trabalhamos até agora não foram “relevantivamente” suficientes para tal propósito, ou seja, não contêm a força cognitivamente relevante para provocar no ouvinte um efeito capaz de levá-lo ao riso. Segundo Sperber e Wilson, uma maneira de conseguir relevância é pelo fornecimento ao ouvinte de evidências que tenham alguma influência sobre a força de uma suposição qualquer.

Pensamos que neste ponto do processamento a memória operacional do ouvinte recorre à memória conceitual em busca de qualquer nova informação na forma de representações conceituais relevantes ao *input*, que possam, de alguma forma, servir de premissa e se combinar, via inferências, com as conclusões das operações dedutivas acima e realimentar o mecanismo dedutivo processual. Mas que informações seriam essas?

Talvez o ouvinte não consiga ativar a pressuposição semântica da piada a partir da indignação de Collor. Lancemos mão da pressuposição semântica de Collor.

Premissa 5: Pressuposição semântica de Collor

“Collor telefonou ao 1º Ministro israelense e achou caro um enterro que durará apenas 3 dias **pressupõe**... que Collor fez uma chamada telefônica”.

E qual a relevância dessa premissa ao processo inferencial? Essa premissa não se ajusta nem semântica, nem cognitiva, nem psicológica, nem pragmaticamente ao desfecho da piada, porque a memória operacional do ouvinte não encontra nenhuma plausibilidade de confiança que permita avaliar esta premissa como verdadeira, provavelmente verdadeira, possivelmente verdadeira ou falsa. De fato, essa premissa não é nada relevante ao desfecho da piada. O processamento, então, é interrompido por falta de material inferencial confiável que contenha a força ilocutória de um ato de fala cômico.

Talvez, se recorrermos ao acarretamento do telefonema de Collor possamos solucionar o problema.

#### Premissa 6: Acarretamento

“Collor achou caro um enterro que durará apenas 3 dias **acarreta**... que ele não será enterrado em Israel”.

De novo, em que isso é relevante ao processamento? Em nada. O processamento é novamente interrompido por falta de material informativo.

Acontece que a avaliação psico-cognitiva dessa premissa é “falsa”, pois pelo princípio de relevância (SPERBER e WILSON, 1995) é plausível inferir de (2) e (2') que haja uma “relação de implicação” entre o desejo de Collor realizar uma obra grandiosa e o fato de ele ter ligado para o 1º Ministro israelense e demonstrado interesse em ser enterrado naquele país. De acordo com Sartori (2004, p. 38), uma relação de implicação é uma “interpretação caridosa”, que o ouvinte faz para salvaguardar ao máximo a racionalidade do falante e validar uma inferência. Na interpretação caridosa, o falante “subentende” alguma outra proposição que o interlocutor pode facilmente compreender e resgatar através de uma “premissa omitida” ou “proposição implícita”, sempre com vistas a maximizar o argumento e preservar sua validade. Nesse sentido, em termos de polidez linguística (BROWN e LEVINSON, 1987), a ameaça de face tanto do narrador quanto do ouvinte fica minimizada pelo contrato comunicativo firmado entre ambos.

Não obstante, o ouvinte deverá concentrar o esforço de processamento no principal elemento responsável pelo efeito humorístico da piada e que ele, na maioria das vezes, não o relaciona como hipótese de uma premissa: a “intenção” de Collor. Formalizemos essa informação em forma de uma premissa.

Premissa 7: Collor telefonou para o 1º Ministro israelense porque tinha a intenção de ser enterrado em Israel.

E qual a relevância dessa premissa? Vamos às regras inferenciais.

3) Inferência dedutiva não-trivial *modus ponens* conjuntivo

Premissa 8: Collor telefonou para o 1º ministro israelense e achou caro um enterro por 3 dias.

Premissa 9: Se Collor telefonou para o 1º Ministro israelense e achou caro um enterro por 3 dias então deseja ser enterrado em Israel.

Conclusão: Collor deseja ser enterrado em Israel.

### 3') Inferência dedutiva

Premissa 8': Todos os que telefonam para o 1º Ministro israelense desejam ser enterrados em Israel (falso)

Premissa 9': Collor telefonou para o 1º Ministro israelense (verdadeiro)

Conclusão: Collor desejava ser enterrado em Israel.

Veja-se que na inferência (3'), a falsidade da primeira premissa não permitiria que a conclusão do argumento fosse verdadeira; no entanto ela é verdadeira. Este é um caso de um falso silogismo que nos leva a formular uma hipótese que põe em dúvida o processamento da inferência dedutiva trivial como regra necessária e suficiente ao processo inferencial.

Ainda que a premissa derivada das conclusões (3) e (3') acima seja verdadeira, na maioria das vezes em que esta piada é contada o processo dedutivo-inferencial do ouvinte é interrompido nesse ponto. Por quê? O problema, ao que parece, é que o ouvinte não consegue estabelecer nenhuma relação de implicação contextual entre a réplica do 1º Ministro israelense e o espanto de Collor pelo preço de um enterro que ele “pretende” que dure 3 dias apenas, o que faz com que essa premissa não seja relevante.

Vamos às regras inferenciais:

### 4) Inferência dedutiva não-trivial *modus ponens* conjuntivo

Premissa 10: Collor telefonou para o primeiro ministro israelense e achou que \$ 500.000,00 é caro por um enterro por 3 dias.

Premissa 11: Se todos os que telefonam para o primeiro ministro israelense acham que \$ 500.000,00 é caro por um enterro por 3 dias então Collor achou caro um enterro por 3 dias.

Conclusão: Collor achou caro um enterro por 3 dias.

#### 4') Inferência dedutiva

Premissa 10': Todos os que telefonam para o primeiro ministro israelense acham que 500.000,00 é caro por 3 dias de enterrado (falso).

Premissa 11': Collor telefonou para o 1º Ministro israelense (verdadeiro)

Conclusão: Collor achou que \$ 500.000,00 é caro por três dias “de enterrado” (pela falsidade da 1ª premissa, esta teria que ser falsa, mas é verdadeira).

O argumento (4') acima é outro caso de falso silogismo, já que a falsidade da primeira premissa obrigatoriamente tornaria falsa a conclusão do argumento. E qual a relação de implicação contextual dessas premissas? Aparentemente nenhuma, haja vista que isso está explícito no texto. Lancemos mão da pressuposição pragmática e vejamos o que acontece.

Analisemos primeiramente a pressuposição pragmática do ponto de vista do Collor e em seguida do ponto de vista do ouvinte da piada. Antes, porém, vamos tentar estabelecer uma relação de implicatura entre a replica do 1º Ministro israelense e o espanto de Collor pelo preço do enterro, fornecendo ao processo dedutivo-inferencial uma informação que remonta a um fato bíblico muito conhecido pelos cristãos: a história de Jesus Cristo.

Premissa 12: Pressuposição pragmática de Collor

“Collor, sendo brasileiro, conhece a história de Jesus Cristo e acredita que o 1º Ministro israelense também sabe e acredita nessa mesma história; por sua vez o 1º Ministro israelense assume ou acredita que é este o mesmo conteúdo que Collor assume ou acredita quando disse o que disse ao telefone”.

#### 5) Inferência dedutiva não-trivial

Premissa 13: Collor telefonou ao 1º Ministro israelense.

Premissa 14: Se Collor telefonou ao 1º Ministro israelense, então Collor conhece a história de Jesus Cristo.

Conclusão: Collor conhece a história de Jesus Cristo

5') Inferência dedutiva

Premissa 13': Todos os que telefonam ao 1º Ministro israelense conhecem a história de Jesus Cristo (falso).

Premissa 14': Collor telefonou a 1º Ministro israelense (verdadeiro).

Conclusão: Collor conhece a história de Jesus Cristo (verdadeiro)

Novamente, no argumento (5') acima temos outro falso silogismo, já que a falsidade da primeira premissa obrigatoriamente tornaria falsa a conclusão do argumento. No entanto, a conclusão é verdadeira. Mas, como afirmar que ela é verdadeira? Podemos argumentar que existe (pelo menos) uma boa razão para acreditar na veracidade dessa conclusão: Collor era presidente do Brasil, o maior país católico do mundo.

Observe-se que, embora a regra dedutiva não-trivial seja uma proposição condicional e não um argumento canônico, a conclusão da regra se dá por meio de uma relação de condição “se p... então q” conjuntivo, na qual esse tipo de problema não existe, já que, pela força da probabilidade indutiva a respeito do conhecimento bíblico-histórico de Collor, a segunda premissa é plausivelmente forte para ser considerada como premissa dedutivamente relevante<sup>118</sup>. De acordo com Haack (2002, p. 44), “a validade dedutiva será um acaso limite da força indutiva, no qual a probabilidade de as premissas serem verdadeiras e a conclusão falsa é zero”.

No entanto, as conclusões dessas regras inferenciais (5) e (5') não resolveram, ainda, a interpretação da piada, porque não foram suficientemente relevantes. Pelas evidências circunstanciais inerentes à probabilidade indutiva da trama que se desenvolve na piada é possível estabelecer uma relação de implicação entre o telefonema de Collor e seu desejo de ser enterrado em Israel. Forneçamos, então, ao processamento uma outra informação enciclopédica: um dogma (crença) dos católicos<sup>119</sup>.

---

<sup>118</sup> A probabilidade indutiva é um critério que avalia a força indutiva de um argumento. “Segundo esse critério, um argumento será forte quando as premissas fornecem evidências suficientes para a verdade da conclusão. [...] A probabilidade indutiva se refere ao grau de probabilidade de a conclusão ser verdadeira, dadas as premissas. [...] Se as premissas de um argumento são verdadeiras, a sua conclusão é provavelmente verdadeira. [...] Se, ao contrário, esse critério não for satisfeito, o argumento será *indutivamente fraco*” (Sartori, 2004, pp. 46-47). Veja-se também Azeredo, 2004, pp. 102-105).

<sup>119</sup> Dogma é uma verdade incontestável, um axioma dos católicos.

Informação enciclopédica

Premissa 15: Dogma (1) dos católicos: Todos os católicos acreditam em ressurreição<sup>120</sup>.

6) Inferência dedutiva não-trivial

Premissa 16: Collor conhece o dogma (1) dos católicos.

Premissa 17: Se Collor conhece o dogma (1) dos católicos, então Collor acredita em ressurreição (?? a probabilidade desta afirmação ser avaliada como verdadeira é muito pequena).

Conclusão: Collor acredita em ressurreição.

6') Inferência dedutiva

Premissa 16': Todos os que conhecem o dogma (1) dos católicos acreditam em ressurreição (falso)

Premissa 17': Collor conhece o dogma (1) dos católicos (verdadeiro)

Conclusão: Collor acredita em ressurreição (tem que ser falso pela falsidade da 1ª premissa).

Pela pouca plausibilidade da premissa (17) ser tida como verdadeira, leva o sistema cognitivo-dedutivo-inferencial do ouvinte a avaliá-la como “muito provavelmente fraca”. No entanto, pela premissa (7) anterior, é possível o ouvinte estabelecer uma relação de implicação entre o telefonema de Collor ao 1º Ministro israelense e o fato dele (Collor) achar caro um enterro que ele “pretende” que dure apenas três dias e fortalecer essa premissa. Vejamos como isso se processa.

7) Inferência dedutiva não-trivial

Premissa 18: Collor é católico (intuitivamente podemos dizer que as evidências dessa afirmação são fracas)

Premissa 19: Se Collor é católico então acredita em ressurreição.

Conclusão: Collor acredita em ressurreição.

---

<sup>120</sup> Segundo o dicionário Aurélio, ressurreição, ressurgir dos mortos, ressuscitar, tornar a viver depois de morto.

### 7') Inferência dedutiva

Premissa 18': Todos os católicos acreditam em ressurreição (verdadeiro)

Premissa 19': Collor é católico (? plausibilidade fraca)

Conclusão: ? Collor acredita em ressurreição (plausibilidade fraca).

Não se pode ter certeza nem afirmar que as conclusões de (6/6') e (7/7') sejam verdadeiras ou falsas – parece que o interesse de Collor é outro, não necessariamente o mesmo de todos os católicos. No entanto, veja-se que quaisquer que sejam as premissas das regras não-triviais (6) e (7) e dos argumentos (6') e (7') acima, a conclusão recai sobre a crença de Collor na ressurreição. De acordo com o que descrevemos nas seções anteriores, parece que na formação das hipóteses e confirmação das hipóteses essa é uma suposição factual que apresenta uma plausibilidade de relevância muito forte. Mas como confirmar sua relevância?

Se recuperarmos novamente a premissa (7) e estabelecermos uma relação de implicação entre esta premissa e a conclusão da regra dedutiva inferencial não-trivial (7) acima, é possível derivar uma nova conclusão que poderá servir de premissa inferida e fortalecer ainda mais essa hipótese.

Premissa 20: Collor telefonou para o primeiro ministro israelense porque desejava ser enterrado em Israel, mas achou caro um enterro que ele pretende que dure 3 dias.

Neste ponto do processamento dedutivo-inferencial, quaisquer que sejam as premissas apresentadas ao sistema inferencial, a regra trivial canônica da lógica aristotélica se torna inócua, pois todos os argumentos válidos até agora esgotaram as conclusões dessa regra. Segundo essa linha argumentativa, estamos diante de um grande problema, já que este tipo de inferência não deu conta de explicar a interpretação da piada acima. Para Borges Neto (1998, p. 17),

Expressões como “Para todo número  $n$ , existe um número  $k$  tal que  $n$  é menor que  $k$ ” ou “Para todo número  $n$  e para todo número  $k$  existe um número  $j$  tal que para todo número  $z$ , se o valor

positivo  $(z - n)$  é menor que  $j$ , então o valor positivo  $f(z) - f(n)$  é menor que  $k$  simplesmente não podem ser tratadas pelo modelo aristotélico. Não há recurso para a passiva, proposições exponíveis, proposições complexas hipotéticas, ou o que for, que permitam o tratamento dessas sentenças como proposições (e, por serem verdadeiras ou falsas, essas sentenças deveriam poder ser ditas “proposições”). Assim, um subconjunto importantíssimo de sentenças, fundamentais para a organização de um sem número de argumentos, fica à margem do modelo analítico da lógica aristotélica e isso é um problema [...].

Portanto, neste ponto da análise abandonamos a regra trivial em função de sua limitação inferencial<sup>121</sup>. Por outro lado, a regra *modus ponens*, sugerida por Sperber e Wilson, satisfaz plenamente o processo dedutivo, uma vez que possibilita a retro-alimentação do conjunto de premissas do mecanismo inferencial. Sigamos então com a análise, retomando a premissa anterior.

#### 8) Inferência dedutiva não-trivial *modus ponens* conjuntivo

Premissa 21: Collor telefonou para o primeiro ministro israelense porque desejava ser enterrado em Israel e achou caro um enterro por 3 dias.

Premissa 22: Se Collor telefonou para o primeiro ministro israelense porque desejava ser enterrado em Israel e achou caro um enterro por 3 dias então... Collor acredita em ressurreição.

Conclusão: Collor acredita em ressurreição.

Pelas relações de implicação inferenciais feitas até este ponto da análise, ou seja, pela “história” de processamento das suposições factuais relevantes que entraram no processamento dedutivo-inferencial do ouvinte/leitor, como acompanhamos até agora, é possível que neste momento o mecanismo psicológico do ouvinte atribua à conclusão da regra dedutiva (8) uma certa plausibilidade de crédito de verdade, já que ao longo do processo, fornecemos informações suficientes para que a avaliação do ouvinte/leitor se modificasse e passasse de “falsa” à “possível”, de “possível” à “provável” e de “provável” à “verdadeira”. Nesse sentido, temos boas razões para acreditar que a suposição resultante da

---

<sup>121</sup> De acordo com Borges Neto (op cit, p. 17), “As críticas mais severas ao sistema da lógica aristotélica começaram a surgir no séc. XIX, principalmente a partir dos trabalhos de De Morgan e de Boole e a partir das tentativas de aplicar a lógica dos raciocínios matemáticos”.

inferência não-trivial (8) é confirmada pelo mecanismo cognitivo-dedutivo-inferencial do ouvinte/leitor como uma hipótese fortemente relevante à interpretação da piada.

Já podemos, então, com base nos históricos dos resultados derivados das regras inferenciais anteriores e das premissas das representações conceituais recuperadas pela memória conceitual, alimentar novamente o sistema dedutivo-inferencial da memória operacional do ouvinte/leitor com essa informação e finalmente chegar à interpretação da piada.

#### 9) Inferência dedutiva não-trivial *modus ponens* conjuntivo

Premissa 23: Collor telefonou para o 1º Ministro israelense porque acredita em ressurreição e deseja ser enterrado em Israel, mas achou que R\$ 500.000,00 é caro por um enterro por 3 dias.

Premissa 24: Se Collor telefonou para o 1º Ministro israelense porque acredita em ressurreição e deseja ser enterrado em Israel, mas achou que R\$ 500.000,00 é caro por um enterro por 3 dias, então Collor desejava ressuscitar.

Conclusão: Collor desejava ressuscitar

Observe-se que neste ponto da análise é possível prever que o ouvinte já esboça uma ameaça de riso, porque muito provavelmente o ouvinte/leitor a essas alturas da análise da piada se encontra no seguinte ponto de inferências: será que Collor ao dizer ao 1º Ministro israelense que \$ 500.000,00 é caro por um enterro de 3 dias está com isso querendo dizer que ele (Collor) quando morrer quer ser enterrado em Israel e ressuscitar depois do 3º dia?

Essa uma hipótese muito forte e, portanto, muito relevante à interpretação da piada. Mas, por que Collor desejaria ressuscitar? Será que Collor deseja viver novamente entre os brasileiros que o elegeram presidente do Brasil ou candidatar-se outra vez ao pleito? Para responder a essas perguntas, temos que recorrer a nossa memória conceitual e lançar mão de mais uma informação enciclopédica sobre outro dogma dos católicos.

Premissa 25: Dogma (2) dos católicos: “Todos os católicos acreditam que Jesus Cristo ressuscitou 3 dias após sua morte e ascendeu ao céu para junto de seu Pai, que é Deus”.

Pela relação de hipônimo e hiperônimo desta informação conceitual – Jesus Cristo, um judeu que nasceu há dois mil anos numa cidade chamada Nazaré, que ficava na Judéia, foi enterrado em uma cova/tumba em Jerusalém, que fica em Israel, terra do 1º Ministro ao qual Collor telefonou – é possível aplicarmos, agora, essa nova informação ao processamento inferencial e estabelecermos uma relação de implicação.

#### 10) Inferência dedutiva não-trivial *modus ponens* conjuntivo

Premissa 26: Collor telefonou para o 1º Ministro israelense porque desejava ser enterrado em Israel e ressuscitar em 3 dias, mas achou que R\$ 500.000,00 é caro demais pelo enterro.

Premissa 27: Se Collor telefonou para o 1º Ministro israelense porque desejava ser enterrado em Israel e ressuscitar em 3 dias, mas achou que R\$ 500.000,00 é caro demais pelo enterro, então Collor deseja igualar-se a Jesus Cristo.

Conclusão: Collor deseja igualar-se a Jesus Cristo.

Mas esse não é o significado final da piada. Podemos ainda recuperar da memória enciclopédica uma outra representação conceitual – dogma (3) –, acrescentá-la ao processamento e verificar que a “intenção” de Collor quando telefonou para o 1º Ministro israelense era realmente grandiosa.

Premissa 28: Dogma (3) dos católicos: Todos os católicos sabem e acreditam que a Santíssima Trindade é composta por um Deus Pai, um Deus Filho e um Deus Espírito Santo e que todos eles são ao mesmo tempo um único e só Deus, o Todo Poderoso.

Finalmente podemos chegar à interpretação da piada, e se possível rir, se comprovarmos que a pretensão de Collor era realmente faraônica e megalomaniaca. Adicionemos ao dogma (3) um quarto e último dogma dos católicos:

Premissa 29: Dogma (4) dos católicos: Jesus Cristo é, na Santíssima Trindade, o filho de Deus-Pai, o Todo Poderoso.

## 11) Inferência dedutiva não-trivial

Premissa 30: Collor tenciona igualar-se a Jesus Cristo

Premissa 31: Se Collor tenciona igualar-se a Jesus Cristo então Collor tenciona ser Deus, o Todo Poderoso.

Conclusão: Collor tenciona ser Deus, o Todo Poderoso.

Para finalizarmos a análise da interpretação, retomemos a piada em questão:

O presidente Collor decide que quando morrer quer ser enterrado em Jerusalém. Telefona ao primeiro ministro israelense e, após saudações protocolares, lhe pergunta:

\_ Quanto o senhor me cobraria se eu escolhesse Jerusalém como minha última morada?

\_ Algo em torno de 500 mil dólares – responde o primeiro ministro.

\_ 500 mil dólares! – retruca Collor. É um absurdo.

\_ Por menos, nada feito – responde o ministro.

Collor então pergunta:

\_ O senhor não acha que é muito dinheiro por apenas três dias?

Então, dada esta complexa contextualização psico-cognitiva-inferencial, já podemos interpretar a piada, e rir dela, se entendermos que Collor ao dizer que “500 mil dólares é muito dinheiro por um enterro que durará apenas três dias”, ele quer, dada sua mania de grandeza, igualar-se ao próprio Cristo-Deus, ser Deus, ou quem sabe ser mais que Deus.

O principal problema de interpretação desta piada é que a maioria das pessoas que a ouve/lê não consegue estabelecer uma relação de implicação contextual entre Israel e Jerusalém, Collor e Jesus Cristo, e 3 dias e ressurreição. Para que a piada ative no ouvinte um efeito humorístico, é preciso e necessário que o contador da piada considere que o ouvinte disponha de um bom conhecimento sócio-histórico-cultural desses, e outros, referentes envolvidos na trama da piada. Em outras palavras, o contador da piada tem que recorrer à pressuposição pragmática, que pode ser pensada da seguinte forma: o contador da piada sabe da história de Collor e da história de Jesus Cristo e assume e acredita que o ouvinte também sabe dessas histórias. O ouvinte, por sua vez, assume e acredita que o conteúdo que ouve é o mesmo que o contador da piada assume e acredita, quando conta a piada.

É claro que assumir que o contador e o ouvinte da piada conhecem as histórias de Collor e de Jesus Cristo não significa assumir que estes (contador e ouvinte) creiam ou acreditem nessas histórias, nem que compartilham os mesmos conhecimentos sobre elas. Embora haja evidências históricas de que Collor tenha sido realmente presidente do Brasil e de que Jesus Cristo tenha existido, acreditar que este último tenha ressuscitado três dias após sua morte em Jerusalém ultrapassa as fronteiras dos conceitos de “crença” como verdade filosófico-lingístico-pragmática de proposições e enunciados e “crença” como dogma dos cristãos.

No entanto, em palavras relevantistas, essa discussão não é relevante e nem cabe aqui, porque não é esse o objetivo da pesquisa.

#### 4.2 – A piada mais engraçada do mundo

Diante das considerações que acabamos de fazer nas páginas anteriores sobre a interpretação da piada, caberia responder ainda a pergunta que fizemos ao início de nossa pesquisa: o que caracteriza o humor na piada? Cientistas do mundo inteiro tentam entender porque as pessoas riem de um texto cômico, como a piada.

O psicólogo inglês Richard Wiseman e sua equipe, por exemplo, da Universidade de Hertfordshire, em Londres, desenvolveu entre os anos 2001 e 2002 uma interessante pesquisa sobre a caracterização do humor na piada. Para a realização da pesquisa eles organizaram um *site* no qual participantes de diversos países podiam opinar sobre suas preferências humorísticas de piadas. Para Wiseman (2009, p. 44), “os participantes deveriam classificar cada história cômica segundo uma escala de cinco pontos, as que recebiam notas mais baixas seriam as de “menor graça”, as mais engraçadas recebiam 4 e 5”. Ao fim do experimento, os estudiosos haviam reunido em torno de 40 mil textos cômicos, avaliados por mais de 350 mil pessoas de 70 países. Os pesquisadores chegaram a uma piada, a que recebeu aprovação de 55% dos voluntários, que declararam-na como “vencedora”. A piada é a seguinte:

Dois caçadores caminham pela floresta quando, de repente um deles tem um colapso. Parece não respirar e seus olhos estão vidrados. O outro pega o celular e liga para a emergência

\_ Meu amigo está morto – diz ofegante – o que eu faço?

\_ Fique calmo – diz o homem do outro lado da linha – Primeiro precisamos ter certeza de que seu amigo está realmente morto.

Silêncio. Então ouve-se um tiro.

O outro homem retorna ao telefone.

\_ Ok, ele está morto. E agora?

No entanto, os próprios cientistas reconhecem que esta piada leva muito pouca gente a uma gargalhada. A piada, mais que aprovada, na realidade foi escolhida como a menos rejeitada entre todas as outras. A conclusão a que chegaram os pesquisadores é que nem todos acham graça das mesmas piadas, ou seja, nenhuma cena, frase, história ou idéia cômica alegre a todos, igualmente. Segundo Wiseman (op cit), as piadas mais bem avaliadas têm algo em comum: despertam no leitor algum sentimento de superioridade. De acordo com o autor,

Na Idade Média, anões e corcundas propiciavam grande diversão; no período vitoriano, doentes mentais em instituições psiquiátricas e pessoas com deficiências físicas eram consideradas atração. A teoria da superioridade explica também porque às vezes grupos inteiros são expostos à chacota. Tradicionalmente, ingleses fazem piadas sobre irlandeses, americanos riem dos poloneses, franceses dos belgas e, no Brasil, são comuns as disputas entre paulista e cariocas. Em todos os casos, trata-se de um grupo que quer se sentir melhor à custa do outro (Wiseman, 2009, p. 47).

Nesse sentido, segundo o que vimos no capítulo 1, parte II, a teoria da superioridade juntamente com a teoria da incongruência, tem por objetivo tentar explicar os mecanismos perceptivos e cognitivos que caracterizam o humor a partir do conceito de incongruência. O artigo de Wiseman descreve os estudos dos pesquisadores da Universidade Carddiff, do País de Gales. Segundo esses estudos, as piadas que têm como alvo um grupo minoritário, ou brincam com a pretensa inferioridade sobre a percepção das pessoas, têm um efeito surpreendentemente forte sobre a autoestima das pessoas. O artigo enfoca, ainda, os estudos de Jens Förster, da Universidade Internacional de Bremen, para quem, além das piadas influenciarem potencialmente a autoconfiança e o comportamento dos indivíduos, elas criam um mundo em que os clichês se tornam realidade.

Isso explicaria, por exemplo, a antiga batalha entre os sexos, em que homens e mulheres acham graça das piadas, mas de maneiras diferentes. Em piadas cujo alvo é a mulher, os homens acham mais graça e em piadas cujo alvo seja o homem, as mulheres acham mais graça. Sobre esse assunto, Wiseman (op cit) mostra que homens contam muito mais piadas que as mulheres. Segundo o autor “essa diferença se deve ao fato de as mulheres evitarem piadas de cunho sexual e que tratem de agressão” (p. 48).

A piada pode também evocar as diferenças entre a posição social. De acordo com Wiseman,

Pessoas de nível mais alto normalmente contam mais piadas do que aqueles que pertencem aos estratos mais pobres da população. As mulheres, tradicionalmente, estão em um nível social mais baixo do que os homens e talvez por isso tenham aprendido a rir mais das piadas alheias – e não a contá-las. Curiosamente essa relação entre posição social e o ato de contar anedotas apresenta um exceção que diz respeito à autoironia: pessoas de níveis cultural e econômico baixos satirizam a si mesmos mais frequentemente que os mais ricos e com escolarização elevada (idem, p. 48)

Fica evidente, portanto, que a piada tanto pode divertir como pode agredir uma pessoa ou grupo social. A “contação” da piada, diríamos então, deve dar-se em função de uma relação de sensibilidade afetiva tanto do narrador como do ouvinte. Mas, por que as pessoas riem de uma piada? Ou por que as pessoas riem de uma piada que já conhecem?

Para responder a essas duas perguntas, baseados em nosso esquema de interpretação da piada, vamos inicialmente pensar que o riso em uma piada é motivado por questões puramente psicológicas do ouvinte, ou seja, que o ouvinte ri da piada porque ela lhe causa uma sensação de bem estar, de prazer, de conforto psicológico. Essa hipótese tem como fundamento a idéia de que o ouvinte, baseado em suas crenças, emoções, convenções, valores, comportamentos, etc, avaliará as condições de relevância da piada e, em efeito, achará a piada engraçada ou não. Se estivermos certos em nossas suposições, cremos que é possível provar que essa hipótese é fundamental para explicarmos a tese do riso associada à piada, bem como também confirmar a tese de que a incongruência é co-responsável pelo humor na piada e, em efeito, pelo riso.

Iniciemos nossa reflexão, retomando a hipótese levantada anteriormente de que o humor na piada é parametrizado pela incongruência que o ouvinte avalia de seu mundo, ou

seja, o humor na piada é derivado do quão congruente ou incongruente é o estado de coisas do mundo que a piada revela para o ouvinte. A partir dessa hipótese, e com base nas reflexões todas que fizemos ao longo da pesquisa, podemos nesta etapa do processo postular uma heurística de incongruência para a piada:

Heurística da incongruência para a piada:

Quanto mais absurda for a incongruência sobre o estado de coisas do mundo do ouvinte, tanto mais graça ele achará da piada.

Desse ponto de vista, a incongruência seria uma condição necessária, mas não suficiente, para o riso na piada. No entanto, em que princípios ou sobre quais bases o ouvinte se apóia para avaliar se uma situação é mais incongruente ou menos incongruente?

Segundo a reflexão feita no início deste capítulo sobre o processamento de interpretação da piada é o módulo psicológico que converte o resultado da dedução inferencial em efeito cognitivo humorístico. Ao adotarmos essa postura sobre o papel do módulo psicológico no processo de interpretação da piada temos fortes argumentos a favor da tese de que o riso na piada é produto da avaliação psicológica sobre a incongruência.

Se considerarmos o constrangimento imposto pelo princípio de relevância à interpretação humana, princípio que diz que “todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção da sua própria relevância ótima” (SPERBER e WILSON, 1995), temos grandes chances de responder plenamente a ambas as perguntas acima, já que o princípio de relevância tem como base a idéia de que uma elocução é relevante para o ouvinte na medida em que causa maior efeito cognitivo e exige menor esforço de processamento.

Sendo assim, se considerarmos também que a piada comunica a presunção de sua relevância ótima, assumimos diretamente que os efeitos que a piada provoca no mundo mental do ouvinte são, como predica o princípio de relevância, inversamente proporcionais às tensões causadas pelo esforço cognitivo de processamento. Ou seja, quanto maior for o esforço de processamento da piada menor será efeito cognitivo dela e, ao revés, quanto menor o esforço de processamento maior o efeito cognitivo humorístico da piada. Todas essas considerações estão amparadas na hipótese da inferência espontânea do ouvinte. Isso será extremamente relevante para descrever a piada verbalmente oralizada, já que segundo

Sperber e Wilson (op cit), na interpretação espontânea o auxílio da falante torna a escolha do contexto mais fácil para o ouvinte. Nesse sentido, podemos estabelecer uma segunda heurística para a piada.

Heurística de esforço e efeito da piada:

O humor na piada é resultante do esforço de processamento sobre o efeito cognitivo, ou seja, quanto maior for o esforço de processamento menor será efeito cognitivo e, ao revés, quanto menor o esforço de processamento maior o efeito cognitivo humorístico da piada.

Tomando como base essa heurística, é possível concluir que o humor na piada é avaliado pela proporção de excitação psicológica que ela provoca no ouvinte. Dito de outra maneira: o humor na piada se dá em função do quanto à aplicação das regras dedutivas-inferenciais é sentida como alívio psicológico pelo ouvinte. Como a piada comunica a presunção de sua relevância ótima, é de se pressupor também que o alívio psicológico que o ouvinte sente quando interpreta uma piada lhe provoca uma sensação de bem estar, sensação essa que ele associa a um estado de prazer. Essa sensação de bem estar e prazer psicológicos que o ouvinte sente quando ouve/le e interpreta uma piada é explicitada no riso.

Nessa perspectiva, o riso na piada é entendido como a explicitação do efeito cognitivo que o alívio das tensões de processamento dedutivo-inferencial geram no ouvinte, ou em outras palavras, a explicitação da sensação de bem estar e prazer psicológico que o ouvinte sente quando ouve e interpreta uma piada. Se assim for, podemos resumir essa reflexão afirmando que o alívio que o ouvinte sente da excitação gerada pelo processamento de interpretação da incongruência da piada lhe faz bem, por isso ele ri da piada. Com base nessas afirmações podemos postular outra heurística para a piada, uma heurística que é também um conceito do riso na piada:

Heurística do humor e do riso para a piada:

O riso na piada é a explicitação do efeito cognitivo que o alívio da excitação gerada no processamento dedutivo-inferencial causa no ouvinte, ou seja, a explicitação da sensação de prazer psicológico que o ouvinte sente quando ouve e interpreta uma piada.

Esta heurística, portanto, além de ser autoexplicativa é suficiente e necessária para explicar o porquê das pessoas rirem ou não de uma piada, além de explicar também o porquê das pessoas rirem mais de uma vez da mesma piada. Esta heurística explica porque as pessoas riem tantas vezes quantas uma piada que já conhecem é contada.

Concluimos, então, que para que a piada seja cognitivamente processada como uma piada, sua interpretação tem que necessariamente passar por três processos, a saber:

- i) processo físico-sensorial;
- ii) processo cognitivo-interpretativo;
- iii) processo afetivo-emotivo.

O primeiro processo recai sobre a heurística da incongruência, o segundo sobre a heurística do esforço e do efeito e o terceiro sobre a heurística do humor e do riso na piada.

Na próxima seção detalharemos cada um desses processos.

#### 4.3 – A morte da piada

Como vimos anteriormente, quando tratamos do módulo psicológico, para que o ouvinte interprete uma piada ele tem que, guiado pela ostensão do falante, pela expectativa de relevância e por meio de regras de dedução não-triviais, estabelecer uma interrelação entre um *input* sensorial de entrada e um estado de coisas de mundo, de forma que a compreensão se converta em um efeito cognitivo humorístico. Vimos também que essa

concepção psicológica alinha-se, ainda que tangencialmente, ao pensamento de Freud que ressalta que o prazer associado ao humor é derivado da satisfação de impulsos inibidos, principalmente sexuais e agressivos, cuja expressão se reflete na piada<sup>122</sup>. Suls (1972, apud YUS RAMOS, 1995/96) abordou a tese de que o ouvinte, após descobrir que foi intencionalmente enganado e resolvido de alguma forma a incongruência, é levado a um aumento da atividade cognitiva e a um aumento da excitação de prazer, que em linhas gerais, ele interpreta como humor e o explicita no riso.

A chave do efeito de humor reside, então, no alívio psicológico que o ouvinte converte em “entretenimento humorístico” depois de ouvir a piada e haver resolvido a incongruência do *punchline*. E quando isto não ocorre, ou seja, quando o ouvinte, após ouvir/ler uma piada, não ri dela, o que acontece com o gênero “piada”?

Não temos a pretensão de fazer uma descrição profunda da interpretação da piada do ponto de vista psicológico uma vez que não temos competência específica profissional para discutir tais assuntos. No entanto, as leituras que fizemos sobre o tema nos levaram a formular hipóteses bastante consistentes sobre a interpretação ou não da piada, bem como nos possibilitaram construir algumas conclusões interessantes a respeito dessa abordagem.

De acordo com Sperber & Wilson (1995), o locutor, no ato da interação ostensiva-inferencial, à medida que vai desenvolvendo a narração de uma história vai dando pistas linguísticas, guiando, conduzindo o ouvinte dentro de zona de segurança que, consideradas as diferenças de conhecimento de mundo de ambos, possibilita interpretações muito próximas às suas. Por esse motivo, a interpretação de quem quer que ouça um enunciado ou leia um texto, como a piada, jamais será igual à de quem o produziu, uma vez que o significado, tanto do locutor como do interlocutor, é inerente aos conhecimentos, saberes, crenças, valores e intenções de cada um em particular.

No entanto, no caso da piada, se as pistas que o narrador der não forem suficientemente relevantes para o ouvinte processar o significado do *punchline*, ele (ouvinte) não compreenderá a piada. “Mas isso, essa não compreensão, torna-se terrível na piada, porque toda pessoa que se propõe contar uma piada espera que os outros riem no final e não que fiquem com uma expressão no rosto do tipo: já acabou?” (Muniz, 2006, p.

---

<sup>122</sup> Para Freud (1905), o humor seria uma espécie de válvula de escape psicológica, uma vez que impediria a pressão do recalque e ajudaria o indivíduo a lidar com angústias inevitáveis.

26). E quais são os fatores, se porventura existem, que contribuem para a não interpretação de uma piada?

Primeiramente é preciso dizer que são muitos os fatores que contribuem para o sucesso ou não da interpretação da piada, desde os lingüísticos aos psico-cognitivos. Pode ocorrer, por exemplo, um problema físico-sensorial, como de fato ocorreu com o narrador ao contar a piada do “Alberto no guarda-roupa”. Ao invés de pronunciar “Alberto” vocalizou a lateral [l] de maneira que o ouvinte interpretou ra “aberto”. Retomemos essa piada colocando no lugar da entrada lexical “Alberto” a entrada lexical “aberto” e vejamos o que acontece.

O marido chega em casa e fica surpreso ao encontrar a mulher, sempre muito conservadora, deitada na cama, completamente sem roupa.

\_ O que aconteceu, Gorete?

\_ Nada, é que nenhum dos meus vestidos é confortável e estão todos velhos.

\_ Como? – diz o marido abrindo o guarda-roupa. – Na semana você ainda comprou três modelos. E olha este vermelho, o azul, o estampado, o cinza-claro, o **aberto**, o verde...

Nesse caso, pela sequência e linearidade com que o narrador desenvolve a trama, o ouvinte, pelo contrato comunicativo sabendo que se trata de uma piada, por mais que tente, não conseguirá estabelecer nenhuma relação cômica entre o fato da mulher estar nua na cama e os vestidos no guarda-roupa. Em consequência, desde a perspectiva relevantista, não haverá nenhum efeito humorístico no ouvinte dessa piada. Temos nesse caso um problema genuinamente fonético-lingüístico que acarreta a não interpretação da piada.

O mais comum, porém, é ocorrerem problemas no processamento cognitivo do ouvinte, problemas tais como na sobreposição de *scripts*, na não resolução da incongruência, ou o não processamento dedutivo-inferencial. Quando isso ocorre diremos que houve “a morte da piada”, ou seja, a piada como “gênero humorístico” deixa de ser piada e passa a ser compreendida como outro gênero, como uma conversa séria, por exemplo. Nesse caso, a piada “morta” perde sua essência, perde sua função de entretenimento humorística<sup>123</sup>.

Para compreender melhor o que estamos afirmando, observemos a seguinte piada.

---

<sup>123</sup> Presenciamos inúmeras vezes este fato na piada do Collor analisada anteriormente.

## Novo Padre

Era uma cidadezinha pequena, bem na fronteira do Brasil e Argentina. A Igreja fica cheia para a missa das 10: argentinos, brasileiros, o prefeito, o delegado, etc... Começa o sermão:

\_ Irmãos, estamos hoje aqui reunidos para falar dos Fariseus, aquele povo desgraçado, como esses argentinos que estão aqui...

Ohhhhhh! O maior tumulto tomou conta da igreja. Os argentinos saíram xingando o padre. Houve briga na porta da igreja. O prefeito levou a mão à cabeça, indignado. Acabada a confusão, o prefeito foi falar com o padre na sacristia:

\_ Padre, pega leve, os argentinos vêm para este lado, gastam nas lojas, nos restaurantes, trazem divisas para a cidade. Não faça mais isto.

Durante a semana a conversa entre todos era a mesma: O padre e o sermão do domingo. Aquele zum-zum-zum todo foi fazendo as pessoas ficarem curiosas e querendo saber o que mais tinha acontecido. Finalmente, chega o domingo seguinte. O prefeito chega na sacristia e comenta com o padre:

\_ Padre, o senhor lembra do que conversamos antes, não? Por favor, não arrume nenhuma encrenca hoje, certo?

Começa o sermão:

\_ Irmãos, estamos aqui reunidos hoje para falar de uma pessoa da Bíblia: Maria Madalena. Aquela mulher, a prostituta que tentou Jesus, como essas argentinas que estão aqui.

Não deu outra. Pancadaria na igreja: quebraram velas nos corredores, tapas, socos e algumas internações no pronto-socorro da cidade. O prefeito novamente foi ao encontro do padre:

\_ Padre, o senhor não me disse que iria pegar leve? Padre, se o senhor não amansar, vou escrever uma carta à Congregação e pedir a sua retirada imediata.

Naquela semana, o tumulto era maior ainda. As conversas eram maiores ainda e ninguém perderia a missa do próximo domingo, nem por decreto. Na manhã do domingo, o prefeito entra na sacristia com a polícia e a espalha pela igreja.

\_ Padre, pega leve desta vez, senão te levo em cana!

A igreja estava abarrotada. Quase não se conseguia respirar de tanta gente. E o padre inicia o sermão:

\_ Irmãos, estamos aqui reunidos hoje para falar do momento mais importante da vida de Cristo: A Santa Ceia.

O prefeito então respirou aliviado. E o padre começa o sermão em seguida.

\_ Jesus, naquele momento disse aos apóstolos: “Esta noite, um de vós irá me trair”.

Então João perguntou:

\_ Mestre, sou eu?

E Jesus respondeu:

\_ Não, João, não é você.

E Pedro perguntou:

\_ Mestre, sou eu?

E Cristo respondeu:

\_ Não, Pedro, não é você.

Então, Judas perguntou:

\_ Mestre, acaso soy yo?

Esta piada será inevitavelmente levada à morte se o ouvinte não estabelecer, via regras dedutiva-inferenciais, uma implicação lógica contextualmente relevante entre o personagem histórico-cristão “Judas” e o discurso do personagem “Judas” da piada que, ao se expressar em língua espanhola, que é a língua falada pelos argentinos, “esconde” o discurso crítico do novo padre sobre os argentinos. Neste caso, como a trama se passa no Brasil, a implicação relevante e que o ouvinte deveria processar é que o padre ao abandonar a língua portuguesa e discursar em língua espanhola, do mesmo modo como vinha procedendo a respeito dos argentinos, por meio desse discurso está indiretamente imputando-lhes a alcunha de traidores.

De acordo com a Teoria da Relevância, o significado não dito, mas comunicado pelo discurso final do padre prevê sua relevância ótima, ou seja: os argentinos, assim como Judas, são traidores. Se o ouvinte não inferir isso, está decretada a falência da piada. Mas, pode ocorrer também do narrador matar esta piada se desconhecer a pronúncia dos argentinos e não produzir o fonema /j/ fricativo palatal surdo [akaso soy ]o] característico dos argentinos rioplatenses, principalmente.

Dessa forma, tanto o narrador quanto o ouvinte – o primeiro para que produza humor e o segundo para que interprete o humor – necessitam dispor de um conhecimento de mundo tal que ambos recorram a ele cada vez que ouvem ou lêem uma piada, e que esse conhecimento lhes possibilite o processamento de inferências semânticas e pragmáticas suficiente para ativar sua competência humorística. Nesse sentido, o contexto, ou contextos, o discurso do narrador e o processamento do ouvinte desempenham um papel fundamental na interpretação da piada.

Pode dar-se também um problema psico-cognitivo. Observemos este exemplo.

Rui Barbosa, voltando do Senado, ao entrar em casa ouviu um barulho esquisito vindo do quintal. Chegando lá, constatou que havia um ladrão tentando levar seus patos de criação. Aproximou-se vagarosamente do indivíduo e, zás!, o surpreendeu tentando pular o muro com seus amados patos. Batendo nas costas do invasor, ameaçou:

– Ô bucéfalo, não é pelo valor intrínseco dos bípedes palmíferes, e sim pelo ato vil e sorrateiro de galgares as profanas de minha residência. Se fazes isso por necessidade, transijo; mas, se é para zombares de minha alta prosopopéia de cidadão digno e honrado, dar-te-ei com a minha bengala

fosfórica no alto de tua sinagoga que isso reduzir-te-á à quinquagésima  
potência do que o vulgo denomina nada.  
O ladrão, confuso, quis saber:  
\_ Ô moço, eu levo ou deixo os patos?

Neste caso, a piada explora e ressalta o estilo do discurso do seu próprio personagem Rui Barbosa. Para tanto, se o ouvinte não tiver suficientes informações sobre o personagem Rui Barbosa, não souber que ele foi um estadista brasileiro que viveu no final do século XIX e não souber que ele tinha um rebuscado estido de discurso e não recuperar os conceitos dos referentes evidenciados na piada, tais como bucéfalo, prosopopéia, fosfórica, etc, para ele, igualmente, a piada morrerá.

O texto piadístico deve, portanto, adequar-se à linguagem, estar na mesma linguagem, tanto do ouvinte quanto do narrador, senão um ou outro não ativará o entretenimento cômico da piada. Igualmente haverá problema de interpretação na piada se as informações culturais que permeiam o mundo do narrador e do ouvinte forem diferentes. Vejamos este exemplo.

Um português, um russo e um francês foram condenados a 25 anos de prisão. Para entreterem-se na prisão, cada um tinha direito a um pedido. O francês disse:  
\_ Encham minha cela de livros.  
Assim foi feito.  
Indagado o russo pediu:  
\_ Encham minha cela de vodka.  
Assim foi feito.  
Como o português era um fumante inveterado, disse:  
\_ Encham minha cela de cigarro.  
Assim foi feito.  
25 anos depois abriram a cela do francês e lá estava ele, discursando em vários idiomas, sobre as mais diversas teorias. Abriram a cela do russo e lá estava ele, vermelho de tanto beber vodka. Quando abriram a cela do português, ele saiu feito um louco.  
\_ Fogo, fogo, alguém tem fogo aí?

Esta piada explora os estereótipos dos personagens portugueses, russos e franceses, vistos a partir da perspectiva da cultura brasileira. No entanto, se a piada for contada no Cazaquistão, no Azerbaijão ou na Hungria é bem provável que ela não surtirá o mesmo

efeito sobre os ouvintes, haja vista que nessas culturas essas etnias são percebidas e representadas de outra forma. A não ser, claro, que a piada seja transferida para essas línguas e culturas; mas aí as etnias dos personagens teriam que ser outra (cf. SILVA, 2006).

O problema pode dar-se também, conforme vimos na página anterior, no nível psico-cognitivo. Observemos este outro exemplo emprestado de Simmons (2009):

A recepcionista da clínica psiquiátrica avisa ao doutor:  
\_ Tem um homem na sala de espera dizendo que é invisível...  
E o psiquiatra:  
\_ Fala pra ele que agora não posso vê-lo!

Na interpretação desta piada pode ocorrer de o ouvinte não conseguir estabelecer implicações lógicas de relevância entre o mundo virtual da piada e, inconscientemente, estabelecer relações de implicação lógicas no seu mundo real, ou seja, o ouvinte tenta entender o fato do homem, sendo invisível, poder ser visto ou não pela recepcionista e pelo médico. Neste caso, conforme Simmons (op cit), poderia ocorrer o seguinte diálogo entre o narrador da piada e seu ouvinte:

\_ Por que o médico não podia vê-lo?  
\_ Porque ele é invisível – respondi.  
\_ Não entendi. Achei que o médico não podia vê-lo porque estava com outro paciente.  
\_ Pois é, estava, mas o fato de que o camarada era invisível...  
\_ Mas a enfermeira conseguiu vê-lo?  
\_ Não. Ela é que disse que ele era invisível...  
\_ Então como sabia que ele estava lá?  
\_ Porque ele...  
\_ Quando você diz que ele era invisível, quer dizer que as roupas dele também eram invisíveis?  
\_ [...]  
\_ Porque se as roupas dele não eram invisíveis [...], aí o médico poderia vê-lo, não é?  
\_ É, mas...  
\_ Pelo menos as roupas.  
\_ Eu acho...  
\_ A menos que estivesse nu.  
\_ Tá bom, ele estava nu!  
\_ Por que ele iria ao médico nu?

(SIMMONS, op cit, p. 89)

Pode ocorrer também do ouvinte, por várias razões, não assumir o contrato comunicativo humorístico e se negar a processar cognitivamente a piada. É o que geralmente ocorre quando o ouvinte experimenta uma espécie de catarse e se sente inserido no contexto da piada, fazendo parte da piada, ou quando a piada enfoca um tema que ele interpreta como um problema íntimo, seu. Isso geralmente ocorre com piadas que abordem temas sobre afrodescendentes, homossexuais, piadas de humor negro, tais como a que abordam um defeito físico, obesidade, doenças, valores, crenças, etc. Essa relação “catártica” que o ouvinte sente ao ouvir uma piada o incomoda a tal ponto, que ele, inconsciente ou conscientemente, se recusa a interpretar a piada como gênero humorístico.

Para exemplificar o que acabamos de dizer acima, descrevemos o caso em que dávamos um curso de pós-graduação e, questionados sobre o que pesquisávamos, contamos a seguinte piada para três pessoas:

O cara fazia xixi na cama toda noite. Já estava adulto e continuava a mijar na cama. Ele sonhava que vinha um anjo e perguntava:

\_ Você já fez xixi?

E ele respondia:

\_ Não!

Não dava outra, mijava na cama.

Desolado resolveu procurar tratamento. Foi a um psicólogo e contou seu problema. O psicólogo aconselhou que ele devia enganar o anjo.

\_ Quando o anjo vier e te perguntar “você já fez xixi?” você responde “já fiz” e o teu problema fica resolvido. Ok?

\_ Certo.

Naquela noite o cara se preparou para enganar o anjo do sonho. E lá veio o anjo com a pergunta:

\_ Você já fez xixi?

E ele respondeu:

\_ Já!

E o anjo:

\_ E cocô?

Nessa situação, duas das três pessoas caíram na gargalhada e uma permaneceu “impávida” diante de nós. Como um dos objetivos desta pesquisa versa sobre justamente o porquê das pessoas rirem ou não da piada, perguntamos-lhe se ela não havia gostado da piada. Ela, então, nos confessou que era ela que, sozinha, cuidava da mãe doente que, em uma cadeira de rodas, fazia todas as necessidades nas fraldas e que ela, consternadamente,

as trocava duas ou três vezes por dia, além dos banhos diários que tinha que dar na mãe. Constrangido, lhe pedimos desculpas e dissemos que não sabíamos do seu problema.

Em casos como este, o ouvinte realizará todo o processamento cognitivo de dedução inferencial de interpretação da piada, tal como o descrevemos anteriormente, mas seu módulo psicológico reagirá inversamente ao que esperava o narrador e inevitavelmente o efeito produzido pela piada será avaliado ao nível de um discurso sério, estágio em que a piada “perde o efeito de piada” e, em consequência, perde sua função de entretenimento humorístico. Ou seja, a expectativa do ouvinte ao início da piada não é suficientemente relevante para que o módulo psicológico, combinando crenças, convenções, valores, etc., avalie o resultado das regras de dedução como capaz de provocar o efeito humorístico que esperava o narrador.

Nesse sentido, o módulo psicológico é então, de certa forma, responsável pela morte da piada, sua validação ou invalidação pragmática, uma vez que, do ponto de vista da relevância, a interpretação que o ouvinte fará de uma piada poderá ou não lhe causar um efeito cognitivo humorístico. Em situações em que a conclusão inferencial do ouvinte não seja humorística, significa que o esforço de processamento que o ouvinte realizou não produziu o efeito relevante esperado pelo narrador. A piada, comunicando a presunção de sua relevância ótima, indica, então, para o ouvinte as condições de relevância.

Do ponto de vista do gênero narrativo, a não resolução da incongruência, sejam quais sejam os motivos cognitivos do ouvinte ou as falhas ostensivas do narrador, a piada como gênero humorístico perde a propriedade de gênero e converte-se em outro gênero, como por exemplo, o gênero “notícia”. Nesses casos, o ouvinte processa e interpreta a narração da história da piada como uma informação noticiosa e não como um gênero humorístico.

Antes de finalizarmos a reflexão sobre a interpretação da piada convém retomarmos as hipóteses apresentadas na Introdução a fim de verificarmos como elas nortearam o desenvolvimento do trabalho, bem como se foram ou não relevantes para a execução da pesquisa. Vejamos cada uma delas:

Hipótese 1: a piada é um texto composto por elementos estruturais (mais ou menos) estáveis responsáveis por uma fórmula arquetípica.

A noção da piada prototípica, com seus elementos narrativos estruturais, exposição, complicação, clímax e desfecho, em conjunção com a dialogação, seqüencialidade, linearidade, repetição, tempo, espaço, extensão do texto, brevidade das ações, economia de palavras, etc., confirmam esta primeira hipótese. Nessa perspectiva, a piada prototípica proposta nesta pesquisa é a piada por excelência.

Advertimos, porém, que um estudo mais aprofundado sobre a textualidade da piada poderá revelar outros componentes estruturais, além destes abordados nesta pesquisa. Mas nossa proposta, seguramente deve ser levada em conta.

Hipótese 2: a percepção da incongruência, embora pragmaticamente necessária, não é suficiente por si mesma para a criação do efeito humorístico.

A teoria da resolução da incongruência (SULS, 1972, apud ATTARDO, 1994), apesar de não descrever “como” e “qual” é a regra cognitiva que resolve a incongruência, nesta pesquisa, é subsidiária da Teoria da Relevância, no que diz respeito à aplicabilidade da regra dedutiva *modus ponens* para descrever a resolução da incongruência. No entanto, a suposição primeira dos estudos da piada, de que o humor é gerado pela percepção de uma incongruência, é suplantado pela teoria de Suls (op cit) e pela Teoria da Relevância. Pela primeira porque, para resolver a incongruência, ela aponta para uma regra cognitiva e pela a segunda porque ela possibilita tornar explícita a regra cognitiva-inferencial, ou regras. Portanto, a hipótese de que a incongruência é necessária, mas não suficiente para provocar o riso na piada, se confirma, tanto pela primeira, quanto pela segunda teoria.

Hipótese 3: cognitivamente, uma vez percebida a incongruência, a mente, de algum modo, parte em busca de uma (re)adequação da regra violada.

Esta hipótese se confirma pela resolução congruente feita pela regra *modus ponens*, num clássico caso de processamento dedutivo-inferencial, uma vez que esta regra é,

segundo Sperber e Wilson (op cit), responsável pela interação e sobrevivência humana. A regra *modus ponens* é, portanto, a regra que adequa, não a incongruência, mas um contexto congruente ao significado da piada.

Hipótese 4: se o ouvinte ao perceber a violação da lógica, não adequar a incongruência a uma situação congruente, um contexto mental, ela não vai rir.

Da mesma maneira, e pela mesma regra *modus ponens*, se comprova também a quarta hipótese. No entanto, um adendo deve ser feito a ela: como dissemos no parágrafo anterior, a incongruência não será nunca “adequada” a uma situação congruente: ela será, antes, contextualizada mentalmente a uma situação congruente, como uma representação de verdade em um mundo provável ou possível<sup>124</sup>. Essa contextualização mental, como bem atesta na descrição do módulo psicológico, quando submetida aos efeitos de relevância, gera um bem estar, um entretenimento humorístico prazeroso que o ouvinte explicita no riso. Portanto, com base nessa argumentação, comprova-se a quarta hipótese.

Hipótese 5: a representação contextual-mental da piada não é dependente só de fatores lingüístico-discursivos, mas, e principalmente, de fatores psico-cognitivos e socioculturais

Que a implicação contextual é relevante à interpretação da piada ficou comprovada pela descrição da confirmação das hipóteses 1 a 4 anteriores, principalmente no que diz respeito aos aspectos psico-cognitivos humanos. Quanto aos aspectos socioculturais, a implicação contextual descrita pela TR ainda necessita uma descrição mais aprofundada. No entanto, as considerações que fizemos na seção 3.3.6, capítulo 3, parte II, sobre influência da cultura brasileira e francesa na interpretação da piada, acreditamos ser suficientes para afiançar a confirmação da quinta hipótese. Se confirma, portanto, a quinta hipótese, pela descrição dos fatores psico-cognitivos e pela descrição das culturas brasileira e francesa feitas anteriormente.

---

<sup>124</sup> A noção da piada como gênero ficcional corrobora esta idéia.

#### 4.4 – Vestígios da pesquisa

Diante da trajetória de descrever como se dá o processo de interpretação da piada pela ótica da Teoria da Relevância, é bem provável que muitas explicações sobre o tema não tenham sido contempladas pelas piadas que analisamos. Contudo, se aceitarmos a hipótese de que a piada, como suposição factual básica, tem domínio no mesmo nível representacional do pensamento, aceitamos também que a piada ocorre apenas no nível representacional, já que, segundo Sperber e Wilson (1995), as formas proposicionais e as suposições factuais não são diretamente observáveis.

Nesse nível de linguagem, a representação da piada é tratada como uma suposição factual sem o fato de ela ser uma suposição a ser expressa explicitamente como uma verdade. Por isso, de acordo com Sperber e Wilson (op cit), nos servimos de frases das línguas naturais para representá-la, apesar da total falta de correspondência entre frases, formas lógicas, formas proposicionais, suposições factuais e o humor na piada.

Sendo assim, propomos representar na forma de um esquema sinótico os processos inferenciais que atuam na interpretação da piada. Advertimos, contudo, que essa representação esquemática não encerra outras possibilidades de leitura da Teoria da Relevância. É apenas uma síntese do que entendemos ser o processamento humorístico humano.

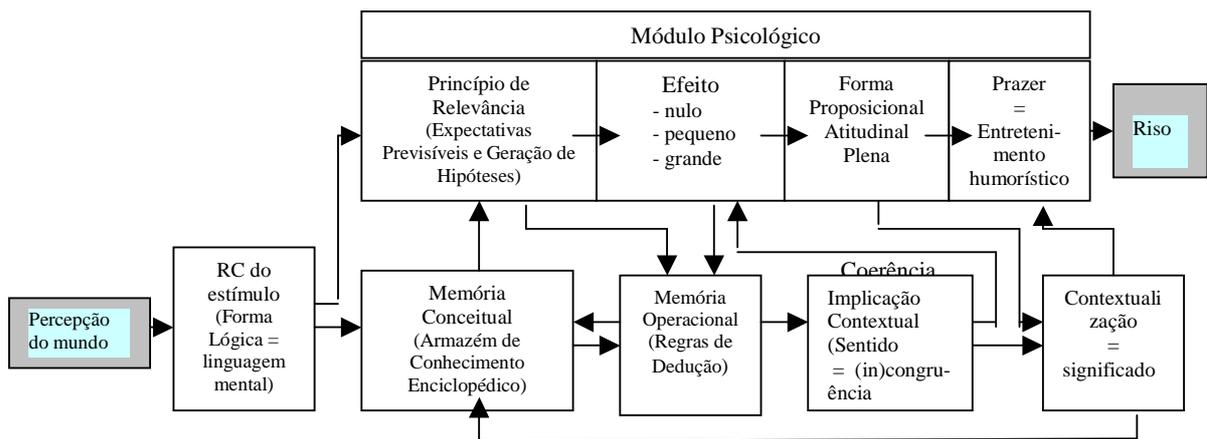


Figura 10: Proposta de representação da interpretação da piada na perspectiva da Teoria da Relevância<sup>125</sup>

<sup>125</sup> A cor diferenciada representa, no processo dedutivo-inferencial, as duas únicas atividades externas à mente.

Estamos seguros que o entendimento dos processos de interpretação da piada estará completo se conseguirmos explicar o esquema proposto na figura 9. A descrição que faremos abaixo é uma compilação da descrição apresentada no item 3.3.5, do capítulo 3, parte II, e é também uma síntese de nossa pesquisa. Vejamos:

Os sistemas de entrada captam o estímulo verbal da piada e enviam-no ao mecanismo de percepção sensorial, que converte o conteúdo do estímulo em uma representação conceitual (RC). A RC do estímulo chega ao módulo de decodificação linguística e é convertida em uma forma lógica (FL) – uma linguagem mental do estímulo. A FL chega à memória conceitual onde se combina com suposições armazenadas na forma de conhecimento enciclopédico. Nesse estágio, a memória conceitual categoriza os referentes, e a FL se converte em uma forma proposicional.

Concomitantemente, o módulo psicológico, orientado pelo princípio de relevância, gera expectativas sobre uma base de hipóteses. Se as expectativas de relevância forem favoráveis a apenas uma hipótese, a forma proposicional dessa hipótese é enviada à memória operacional, que a submete ao constrangimento de regras dedutivas-inferenciais. Nesse processo, a forma proposicional, através das regras dedutivas-inferenciais, se combina com massas de conhecimento enciclopédico – além das crenças, convenções e valores sociais – armazenados na memória conceitual e gera uma implicação contextual do estímulo. A forma proposicional resultante dessa implicação contextual é avaliada pelo módulo psicológico que, pelos interesses, crenças e convenções do ouvinte, gera expectativas de uma plausível força para a proposição.

A força da forma proposicional é avaliada pelo módulo psicológico em termos de efeito cognitivo, da seguinte maneira: i) se o efeito cognitivo for nulo – o estímulo não for relevante – o módulo psicológico invalida a hipótese inicial e interrompe o processo; ii) se o efeito for pequeno, mas o estímulo for relevante, a plausibilidade de verdade da proposição poderá ser enriquecida com informações novas de modo que essas informações, se submetidas às regras de dedução, aumentem ou reduzam o efeito cognitivo; e iii) se o efeito cognitivo for grande, o módulo psicológico confirma a hipótese inicial como sendo a suposição válida para o estímulo e atribui à forma proposicional uma forma atitudinal plena.

Essa suposição no formato proposicional atitudinal ganha dois segmentos: i) promove a contextualização mental do estímulo: interpreta o significado; e ii) como informação nova, se integra à memória conceitual para ser armazenada como RC do estímulo, no formato de conhecimento enciclopédico.

Ao mesmo tempo, o módulo psicológico sinaliza um alívio da excitação gerada pela computação da regras dedutivas-inferenciais e converte o efeito cognitivo da forma proposicional plena em “entretenimento humorístico”, prazer que o ouvinte o explicita no riso.

A contextualização reflete o ajuste psicológico que o ouvinte faz da representação do significado da piada aos domínios conexos do seu conhecimento. Neste ponto, pode-se dizer que se o ouvinte ri da piada é porque a interpretou e entendeu-a. Caso contrário, com exceção dos motivos descritos no item 4.3, da II parte, ele não rirá.

Complementando as considerações que fizemos nos parágrafos anteriores – temos bons motivos para acreditar que é dessa forma que a interpretação da piada ocorre – a intenção-tentativa de sumarizar em um esquema sinótico a descrição dos processos mentais de interpretação da piada seria uma relevante contribuição, não só aos estudos da piada, mas, e mais importante, à própria interpretação humana.

#### Comentário do capítulo

Esperamos que essas últimas considerações tenham sido suficientemente relevantes para esclarecer e explicar o porquê algumas piadas são mais engraçadas que outras, bem como o porquê de algumas pessoas riem e outras não de uma piada, ou ainda, porque as pessoas riem mais de uma vez de uma piada que já conhecem. Se estivermos certos em nossas hipóteses, fica dessa forma provada a tese de que o humor associado ao riso na piada se dá, além da resolução da incongruência, em função da interpretação semântico-pragmática cujo efeito é sentido pelo ouvinte como entretenimento cognitivo que ele externa no riso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Por favor, mandem alguém urgente, entrou um gato enorme aqui em casa!!!!
- Mas como assim, um gato em casa?
- Um gato!!! Ele invadiu a minha casa e está caminhando na minha direção com aspecto muito agressivo!
- Mas como assim? Você quer dizer um ladrão?
- Não idiota! Estou falando de um gato mesmo, desses que fazem miau, cagam e cobrem com areia, porra!
- Mas o que tem de mais um gato ir na sua direção?
- Ele vai me matar, puta que pariu! E vocês serão os culpados!
- Quem está falando?!
- O papagaio, cacete!!!

Esta pesquisa se propôs a analisar como se processa a interpretação da piada na perspectiva da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1995). Os procedimentos de interpretação humana aqui descritos atestam que interpretar uma piada não é uma atividade cognitiva muito simples, haja vista que no processamento inferencial intervêm, além dos aspectos lingüísticos, as crenças, convenções, conhecimentos, valores atribuídos a comportamentos sociais e culturais, e claro, a própria sensibilidade psicológica do ouvinte.

No ponto de chegada desse nosso trabalho podemos refletir retrospectivamente sobre o que foi feito e dito e o que ficou por fazer e dizer. Analisar como se processa inferencialmente a interpretação da piada é uma empresa por demais arriscada e, de certa forma, insólita, porque, como questionamos inicialmente: quem se interessaria por esse assunto? A questão que inspirou a consecução desta pesquisa, que além de ser de interesse público é um trabalho acadêmico, se assenta no desejo que tínhamos em conhecer, saber e entender como os mecanismos cognitivos humano processam o humor na piada. Esse foco constante no objeto de estudo e a perseguição incansável de chegarmos à descrição desses processos inferenciais de interpretação humana foram nossos mais fiéis aliados de trabalho.

A confluência da Teoria da Relevância com a metodologia adotada permitiu avaliarmos, pela a perspectiva pragmática, o fenômeno humano de interpretação de

enunciados e, dessa forma, descrevermos o humor na piada. Se, neste texto, não pudemos responder a todas as questões e dúvidas sobre o tema é porque muita coisa ainda resta para ser pesquisada. A Teoria da Relevância pode se prestar a isso.

Possenti (1998), na Introdução de *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas* defende a idéia de que uma pesquisa sobre piadas, para ser relevante, deve se apresentar como uma opção nova de leitura. A razão desse “ceticismo” advém do comprometimento do pesquisador com a pesquisa do tema, motivo pelo qual o reivindica que a novidade investigativa tem a obrigação de lançar alguma luz sobre o estudo do humor na piada. O autor afirma:

Acho difícil que se possa acrescentar alguma coisa interessante ao que já foi dito sobre o humor, em particular sobre os chistes ou piadas, a não ser que se verifique um desenvolvimento importante num dos campos do saber usualmente interessados na questão. Por desenvolvimento importante quero dizer a descoberta de um novo ângulo de análise, e não o aprofundamento de algum dos já explorados pelo mercado de idéias correntes. É claro que, por exemplo, se Freud disse coisas novas sobre os chistes, isso se deveu ao fato de que ele passou a dispor de um novo ponto de vista, o da psicanálise. É disso que decorre a enorme relevância do seu trabalho: é que ele pôde realmente propor novas hipóteses de interpretação. Em geral, quando não há novos pontos de vista disponíveis, o que se faz é pouco mais do que acrescentar exemplos. Ou bater nas mesmas teclas. Na melhor das hipóteses, consegue-se interessar um público novo (POSSENTI, 1998, p. 14).

Diante das reflexões todas que fizemos ao longo das páginas deste texto sobre a interpretação da piada, e com base nas afirmações de Possenti (op cit), caberia ainda uma última pergunta: qual a relevância do nosso estudo? As possibilidades de resposta são tantas e variadas.

Primeiro é preciso dizer que nosso estudo não é um “amontoado” de exemplos de piadas que exploram o humor pelo humor, tampouco é uma análise do humor a partir de algumas piadas. Tomando como base a descrição de implicação contextual-cognitiva, de Sperber e Wilson (1995), nosso estudo acrescenta, não alguma, mas muitas contribuições interessantes ao que já se disse, ou se estudou, sobre piadas até hoje.

Segundo, as hipóteses que os conceitos e pressupostos que a Teoria da Relevância tem sobre o processamento inferencial humano são, no sentido da reivindicação de Possenti, um “desenvolvimento importante” que aponta para um novo “ângulo” de análise da piada: a análise pragmática. Nessa perspectiva, se em *Os humores da língua...* Possenti

questiona uma “linguística da piada”, neste estudo descrevemos “a pragmática da piada”, porque a explicitação de como as regras dedutivo-inferenciais, independentemente da consciência do ouvinte, processam a interpretação humorística é uma nova perspectiva de estudar a piada.

Portanto, servindo-nos da própria regra *modus ponens* para justificar estas considerações finais, afirmamos que:

Se, pela inferência não-trivial conseguimos demonstrar que a piada pode ser interpretada pela perspectiva pragmática, então temos um novo “ângulo” de investigação da piada.

Se, conseguimos ir além das tradicionais explicações que se valem da idéia de que na piada há uma relação unívoca entre a percepção da incongruência e o riso, então esta pesquisa é relevante.

Se, baseados na teoria da resolução da incongruência mostramos analiticamente como as regras dedutivo-inferenciais processam a interpretação da piada, então nosso estudo interessa às discussões do tema.

Se, pela abordagem teórico-metodológica adotada reunimos argumentos convincentes para jogar alguma luz sobre a explicação do porquê algumas piadas são mais engraçadas que outras ou porque algumas piadas fazem rir e outras não, ou, ainda, porque algumas pessoas riem da mesma piada e outras não, então nosso estudo é uma nova luz para os estudos da interpretação de piadas.

Além disso:

A hipótese da piada “prototípica” é, metodologicamente, interessante porque possibilita um melhor entendimento da conceituação do texto-piada, diferenciando-o de outros textos humorísticos.

A proposta de incluir ao mecanismo cognitivo humano o módulo psicológico para a descrição da interpretação da piada é uma contribuição relevante aos estudos do tema.

A maneira como as crenças, convenções e conhecimentos armazenados na memória conceitual, ainda que abordados muito tangencialmente nesta pesquisa, intervêm na interpretação da piada, e de enunciados em geral, é deveras interessante aos estudos do tema.

Como podemos verificar, a Teoria da Relevância possibilita descrever como o mecanismo dedutivo-inferencial do ser humano transforma as informações dos dados sensoriais em “atitudes mentais”, que enriquecidas com informações enciclopédicas da memória conceitual, promovem um remodelamento no mundo mental do ouvinte. A interpretação bem sucedida da piada converte esse remodelamento mental em prazer, e se o ouvinte avaliá-lo como humorístico, explicita-o no riso.

No entanto, uma das limitações da Teoria da Relevância está em ela não abordar nem descrever o papel dos aspectos culturais no processo dedutivo-cognitivo humano de interpretação. Nesse sentido, embora nesta pesquisa tenhamos feito algumas considerações superficiais sobre o papel da cultura francesa na interpretação da piada, a Teoria da Relevância peca por não dar conta da descrição da interpretação humana tomando o viés cultural. Neste quesito, a teoria fica devendo explicações.

Contudo, se pensarmos na hipótese de que as entradas lógicas, enciclopédicas e léxicas dos sistemas de entrada do mecanismo cognitivo humano são determinadas pelo componente social, uma vez que os indivíduos antes de serem individuais, são sociais e culturais, é possível pensarmos num diálogo entre a Teoria da Relevância e os estudos culturais. Nessa perspectiva, poderíamos incluir os estudos sobre identidade, sugerindo que um estudo com essa abordagem enriqueceria o debate sobre a interpretação da piadas, e, por conseguinte, sobre a interpretação humana, já que é possível prever que nos estudos culturais até a ostensão do falante pode ser diferente.

Nessa perspectiva, também, a partir dos pressupostos da Teoria da Relevância poderíamos aprofundar os estudos da piada fazendo, ainda, uma ponte com a Teoria da Polidez linguística, de Brown e Levinson (1987), haja vista que as considerações que aqui fizemos sobre essa teoria foram, também, muito superficiais. Nesse estudo poderíamos, por exemplo, centrar a abordagem nos processos que contribuem para a morte da piada, seja do ponto de vista das estratégias do narrador, seja do ponto da cognição do ouvinte.

Enfim, a Teoria da Relevância possibilita antever que os processos inferenciais são o menor caminho para se interpretar a comunicação humana.

Para concluir, deixamos claro que a condição de um estudo sobre a interpretação da piada, como a que nos propusemos a fazer nesta pesquisa, é uma busca inacabada. Embora a pesquisa possibilite descrições interessantes sobre o processo cognitivo-humorístico, não

pretendemos que ela seja a palavra final sobre o tema. Nem poderia ser, mesmo porque há ainda muito a ser investigado, discutido, debatido, pensado e escrito sobre uma área praticamente inexplorada e com tantas possibilidades de análise.

Esperamos, todavia, haver contribuído, de alguma maneira, com os estudos sobre a piada, em especial sobre seu processo de interpretação. Se estivermos certos em nossas descrições, este estudo será muito útil aos que se aventurarem a estudar piadas.

As reflexões feitas nesta pesquisa nos levaram, ainda, a uma última hipótese: o gênero “piada”, tal como proposto aqui, poder ser pensado como um gênero universal. Nessa perspectiva, a partir do arquétipo narrativo aplicado às piadas brasileiras descritas nesta pesquisa, a proposta que ora fizemos se aplicaria, sem exceção, às piadas de língua espanhola, de língua inglesa, russa, italiana... e demais línguas.

Quem sabe não seja este o nosso próximo desafio?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J-M. **Les texts types et prototypes: récit, description, argumentation, explication et dialogue**. Paris: Nathan, 2001.

ALMEIDA, J. de. **Achados chistosos da psicanálise na escrita de José Simão**. São Paulo: Escuta, Educ, 1998.

ATTARDO, S. **Linguistic Theories of humor**. New York: Mouton de Gruyter, 1994.

\_\_\_\_\_. Violation of conversational maxims and cooperation: The case of jokes. **Journal of pragmatics**. 19: 1993. 537-558.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. (Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho) Porto Alegre: Arttexto, 1962/1990.

AVADAÑO N; VILAIN, R; PABÓN, M. **El chiste, una presuposición pragmática**. Lengua y habla, vol 6, Mérida, 2001.

AYAN, S. Rir é o melhor remédio. **Revista Mente & Cérebro**. São Paulo: Duetto, 2009(a), pp. 36-43.

\_\_\_\_\_. O tombo do cérebro. **Revista Mente & Cérebro**. São Paulo: Duetto, 2009(b), pp. 52-57.

AZEREDO, V. D. **Introdução à lógica**. Ijuí: Unijuí, 2004.

BALZANO, S. El chiste y su relación con las formas de socialización. **Revista de Investigaciones folclóricas**. Buenos Aires: vol 16. Diciembre de 2001.

BLAKEMORE, D. Understuding Utterances: **an introduction to pragmatics**. Oxford: Blackwell, 1992.

BERGSON, H. **O riso**. São Paulo: Martins Fontes, 1901/2004.

BORGES NETO, J. **Fundamentos de semântica formal**. Capítulo 2 da tese de Professor Titular apresentada à UFPR. Curitiba: setembro de 1998.

BORDERIA, S. P. **Conceptos y aplicaciones de la teoría de la relevancia**. Arco-libros. Madrid: 2004.

BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Unicamp, 1996.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: editora da UNICAMP, 1998.

- BRITO, A. N. **Nomes próprios: semântica e ontologia**. Brasília: UNB, 2003.
- BRONCKART, Jean Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: Educ, 2003.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language use**. 1987.
- BROWNE, D. **O melhor de Hagar, o horrível**. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- CAMPOS, J. **Os enigmas do nome: na interface lógica/seântica/pragmática**. Porto Alegre: Edpucrs, 2004.
- CANALE, M. De la competencia comunicativa a la pedagogía comunicativa del lenguaje. **Competencia comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras**. Madrid: Edelsa, 1995.
- SOUSA, M. **Chico Bento**. São Paulo: Editora Maurício de Sousa, nº 16, abr. 2008.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Massachusetts: MIT, Cambridge, 1965.
- COEN, T. **Jokes: Philosophical thoughts on joking matters**. University of Chicago: Chicago, 1999.
- CONDE, G. **Piadas regionais: o caso dos gaúchos**. Campinas, 2005. 205 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas.
- DASCAL, M. **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- DONZELI, C. P. **A interpretação de piadas por afásicos: aspectos lingüísticos e sócio-discursivos**. Campinas, 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas.
- EDITORA ABRIL. **As melhores piadas de Playboy**. São Paulo: 1999.
- EDITORA ESCALA. **Seleção de piadas**. São Paulo: s/d. Nº 24.
- EDITORA MELHORAMENTOS. **Almanaque de adivinhas**. São Paulo: 2002.
- \_\_\_\_\_. **As melhores piadas: de sogra, bêbado, pescador, português, bicha e muito mais...** São Paulo: s/d. Ano 1, Nº 01.
- EDIURO GRUPO COQUETEL. **Piadas de médicos**. Rio de Janeiro: Coleção humor, 1984.
- ECHEVERRÍA, R. **Ontología del lenguaje**. Santiago de Chile: J. C. Sáez editor, 2006.

EMEDIATO, W. **A fórmula do texto**. Rio de Janeiro: Geração editorial, 2007.

ERMIDA, I. C. da C. **Humor, linguagem e narrativa: para uma análise do discurso literário humorístico**. Braga, 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Setor Ciências da Linguagem, Universidade de Minho. Disponível em <https://repositorium.sdum.pt/bitstream/1822/190/1/>. Acesso em abril de 2006.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência**. São Paulo: Ática, 2006.

FODOR, J. A. **The modularity of mind: an essay on faculty psychology**. MIT: Massachusetts, 1983.

FREUD, S.. **Os chistes e sua relação com o inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1995.

FREG, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. (Tradução de Paulo Alcoforado) Rio de Janeiro: Cultrix, 1978.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo: Cultura, 1973.

GIL, C. M. C. Elementos essenciais da piada. in Letizia Zini Antunes (org). **Estudos de literatura e linguística**. Assis: Arte e Ciência, 1998, pp. 295-318.

GLOCK, H-J. **Dicionário Wittgenstein**. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1998.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In P. Cole e P. Morgan (eds). **Syntax and semantics**. Academic Press, New York: 1975, 41-58.

\_\_\_\_\_. Lógica e conversação. In Marcelo Dascal (org). **Fundamentos metodológicos da linguística – pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística-bibliografia**. Campinas: Unicamp, 1982.

HAACK, S. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Unesp, 2002.

HOLLANDA, A. B de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. (Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger). São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Pensadores, 1781/1996.

\_\_\_\_\_. **Crítica da faculdade de julgar**. 1791.

KOCH, I. G. Villaça & TRAVAGLIA L. C. **A coerência textual**. São Paulo, Contexto, 1995.

KOCH, I. G. V. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOTTOFF, H. **Let's have a joke! Children's joking and humour – some age and intercultural differences**. In Research. Breisgau (Germany): Tevizion 19, 2006.

KRAFT, U. **Riso, um instinto vital**. Revista Viver Mente & Cérebro 141. out. 2004, 35-39.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metáforas de la vida cotidiana**. Madrid: Catedra, 1986/2004.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. MIT Press: Cambridge, 1989.

LEVINSON, S. **Presumptive meanings**. MIT Press, Cambridge: 2000.

MARCONDES, D. Revendo a distinção tradicional: sintaxe, semântica, pragmática. In João A. Mac Dowell e Marcelo Y. Yamamoto. **Linguagem & Linguagens**. São Paulo: Loyola, 2005.

MARTELOTTA, M. E. & PALOMANES, R. Linguística cognitiva. In Mário Eduardo Martelotta (org). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, (2008).

MARTINS, H. Sobre linguagem e pensamento no paradigma experiencialista. **Veredas – revista de estudos lingüísticos**. Juiz de Fora, vol. 6, nº 2, pp. 85-100, jul/dez. 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In Ângela Paiva Dionisio (orgs). **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MEURER, J L.. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In José Luiz Meurer e Désirée Motta-Roth. (orgs). **Gêneros textuais**. Bauru: Edusc, 2002.

MEURER, J. L., BONINI, A. e MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos**. São Paulo: Parábola, 2005.

MEY, T. **Tales of the unexpected: incongruity-resolution in humor comprehension, scientific discovery and thought experimentation**. In Logic and Logical Philosophy. Vol. 14. Flanders: Received, out. 2005.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

- MORIN, V. A história cômica. In Barthes, R. et alli. **Análise estrutural da narrativa**. Tradução de Maria Ziléia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes. 1966/2008.
- MUNIZ, K. S. **Piadas: conceituação, constituição e práticas – um estudo de um gênero**. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor Instituto de Estudos Lingüísticos, Uiversidade Estadual de Campinas.
- MUNCK, V. **Culture, self, and meaning**. Illinois: Waveland, 2000.
- MUSSALIM, F. **Análise do Discurso**. In MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. Vol. 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- MUSSALIM, F. & BENTES A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001.
- PARISSI, J. C. **Los mejores chistes**. Editorial El Ateneo: Buenos Aires, 2006.
- PAULOS, J. A. **I think, therefore I laugh**. Columbia University Press: New York, 2000.
- PAVEI, M. F. S. **Influência do título na interpretação de charge: estudo de caso com base na teoria da relevância**. Tubarão, 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor de Linguística, Uiversidade do Sul de Santa Catarina.
- PEREA EDICIONES. **Chistes**. Madrid: Biblioteca popular, 1987, vol. 4.
- \_\_\_\_\_. **Chistes**. Madrid: Biblioteca popular, 1990, vol. 20.
- PINKER, S. **O instinto da Linguagem: como a mente cria a linguagem**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1994/2002.
- PORTOLÉS, J. **Pragmática para hispanistas**. Madrid: Síntesis, 2004.
- POSSENTI, S. **Os humores da língua: análise linguística de piadas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RAMOS, P. E. **Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor**. São Paulo, 2007, Tese (Doutorado em Linguística) – Setor Estudos Lingüísticos, Uiversidade de São Paulo.
- RASKIN, V. **Semantic Mechanisms of humour**. Reidel: Dordrecht: 1985.
- READER'S DIGEST BRASIL. **Rir é o melhor remédio: uma compilação das melhores piadas publicadas na revista Seleções**. s/d, s/ano.
- RECANATI, F. **Literal meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- REYES, G. **El abecé de la pragmática**. Arco-libros, Madrid: 1998.

RITCHIE, G. **Developing the incongruity-resolution theory**. Edimburgh: University of Edimburgh. 1999.

\_\_\_\_\_. **The linguistic analysis of jokes**. Londres: Routledge, 2004.

RUSSEL, B. **The problems of philosophy**. Oxford: Oxford University, 1912/1997.

SÁLESMAN, E. **Mil chistes elegantes**. Casas Curales: Santa Fé de Bogotá, s/d.

SARRUMOR, L. **Mil piadas do Brasil**. Nova Alexandria: São Paulo, 1998.

SARTORI, C. A. Estudo do argumento. In AZEREDO, Vânia Dutra de. **Introdução à lógica**. Ijuí: Unijuí, 2004.

SAVILLE-STROIKE, M. **The ethnography of communication: as introduction**. Oxford: Backwell, 2003

SEARLE, J. S. **Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem**. Tradução de Carlos Vogt e outros. Coimbra: Almedina, 1969/1981.

\_\_\_\_\_. **Intencionalidade: um ensaio sobre a filosofia da mente**. Tradução de Julio Fischer e Tomas Rosa Bueno. Martins Fontes: São Paulo, 1983/2002.

SIMMON, A. **Como estragar uma piada**. Revista Seleções, agosto de 2009, pp 88-89.

SILVA, N. R. B. **Um estudo sobre a recepção do humor traduzido**. Fortaleza, 2006, Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor Linguística, Universidade Estadual do Ceará.

SILVEIRA, J. R. C. & FELTES, H. P. M. **Pragmática e Cognição: a textualidade pela relevância**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997(a).

\_\_\_\_\_. Forma lógica, explicatura e implicatura: graus de explicitude do conteúdo proposicional pela teoria da relevância. In Luiz Carlos Bombassaro e Jaime Paviani (orgs). **Filosofia, lógica e existência**. Caixias do Sul: Educs, 1997(b).

SILVEIRA, J. R. C. Teoria da relevância: uma resposta à comunicação inferencial humana. In Ibaños, Ana M. Tramunt & Silveira, Jane Rita Caetano. **Na interface semântica/pragmática**. Ed/pucrs, 2002

SPERBER, D. & WILSON, D. **Relevance: communication and Cognition**. Oxford: Blackwell, 1986/95.

SPERBER, D. Intuitive and reflective beliefs. **Mind and language**, nº 12, 1997, pp. 67-83.

TARSKI, A. **A concepção semântica da verdade**. Tradução de Celso Reni Braidia *et al.* São Paulo: Ed Unesp, 2007.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

TURNBULL, N. **Fique por dentro da filosofia**. Tradução de Felipe Lindoso. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.

VERSCHUEREN, J. **Para entender la pragmática**. Madrid: Gredos, 2002.

YULE, G. **Pragmatics**. Oxford University Press, 1996.

YUS RAMOS, F. **La teoría de la relevancia y la estrategia humorística de la incongruencia-resolución**. Pragmalinguística. Nº 3-4, 1995-1996, pp. 497-509.

\_\_\_\_\_. **Humor and the search for relevance**. Journal of pragmatics 35, 2003: 1295-1332.

WISEMAN, R. **A piada mais engraçada do mundo**. In Revista Mente & Cérebro. São Paulo: Duetto, jul. 2009, pp. 44-51.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-philosophicus**. Tradução Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Investigações Filosóficas**. (Tradução José Carlos Bruni) São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Pensadores, 1953/1996.

WEBER, P. R. **Homo ridens: una apología a la risa**. Revista de la Universidad de México. Nº 13, 2007.

WHORF, B. L. **Language, thought and reality**. Cambridge: MIT, 1956.